UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

GRASIELA TEBALDI TOLEDO

A pesquisa arqueológica na Estância Velha do Jarau e os museus da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul – interfaces entre Patrimônio, Memória e Identidade

São Paulo
2011

GRASIELA TEBALDI TOLEDO

A pesquisa arqueológica na Estância Velha do Jarau e os museus da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul – interfaces entre Patrimônio, Memória e Identidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Área de Concentração:
Arqueologia

Orientador: Prof. Dra.
Maria Cristina Oliveira Bruno

Linha de Pesquisa:
Gestão do Patrimônio Arqueológico

Versão original

São Paulo
2011

AGRADECIMENTOS

Durante o processo de construção de uma dissertação, desde a entrada no Programa de Pós-Graduação até a banca de defesa, muitas pessoas e instituições fizeram parte da jornada e merecem algumas palavras de agradecimento por terem sido fundamentais para que o trabalho pudesse ser realizado.

Quero fazer um agradecimento especial a minha orientadora, a Professora Maria Cristina Oliveira Bruno, que me acolheu e acreditou no meu projeto, desde uma primeira conversa que tivemos em um dia muito frio em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Depois disso, orientando-me na estruturação de um projeto que articulasse Arqueologia e Museologia da melhor maneira possível e sempre sendo exigente e compreensiva na elaboração da dissertação, confiando no meu trabalho e incentivando a constante melhoria.

Agradecendo a Prof.ª Cristina Bruno, estendo meus agradecimentos aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, com os quais tive o privilégio de ter contato, principalmente durante as aulas do mestrado, as quais foram muito importantes para meu amadurecimento enquanto pesquisadora.

Quero agradecer também aos demais profissionais do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), que tornaram minha passagem pelo Programa de Pós-Graduação algo mais fácil, com seus auxílios administrativos e burocráticos, além da disponibilidade e apoio que sempre era encontrado entre os funcionários da Biblioteca e da Seção Acadêmica.

Agradecendo aos professores e funcionário do MAE, desejo agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e as bolsas que me foram concedidas para a realização desse trabalho. Assim agradeço a bolsa CAPES e CNPq, essas duas instituições de fomento e apoio a pesquisa foram fundamentais para que eu pudesse realizar as pesquisas.

Ainda no âmbito no Programa de Pós-Graduação, fiz muitas amizades durante as aulas e estudos na biblioteca que foram fundamentais para que o período que morei em São Paulo fosse mais agradável e que hoje eu possa lembrar com saudade desse convívio, com Daniella Amaral, Rafael Souza, Lilian Panachuk, Vinicius Melquiades, Diego Ribeiro, Estevam, Danilo Galhardo, Juliana Luz, Louise Alfonso, Gabriela

Carneiro, Renata Novais e demais colegas com os quais pude dividir além da amizade, os trabalhos de aula e as discussões arqueológicas.

O agradecimento ao Piero Tessaro vem desde os tempos de Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA-UFSM), onde pesquisávamos juntos e compartilhávamos nossas experiências e principalmente a amizade. Agradeço as hospedagens em São Paulo e o apoio de sempre.

Outra pessoa fundamental nesse encerramento de dissertação foi a Fernanda Codevilla Soares, amiga que também compartilhou comigo momentos no LEPA-UFSM, e que foi muito importante nos períodos finais da elaboração do meu trabalho, lendo, dando dicas, opiniões, corrigindo os textos e me incentivando. Muito obrigada!

Agradeço também a todos os pesquisadores do LEPA-UFSM, em especial ao coordenador das pesquisas, Professor Saul Eduardo Seiguer Milder, que também foi meu orientador durante a graduação e o Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM. Devido às pesquisas arqueológicas realizadas pelo Prof. Saul Milder através do LEPA-UFSM é que pude ter contato com o sítio arqueológico Estância Velha do Jarau, objeto de estudo dessa dissertação.

Assim, quero deixar registrado meu agradecimento a todas as pessoas que já pesquisaram a Estância Velha do Jarau e os demais sítios arqueológicos do município de Quaraí/RS, sendo que foram fundamentais para que eu pudesse prosseguir na interpretação desses diversos patrimônios, sendo eles: Ricardo Pellegrin Marion, Lucio Lemes, Márcia Solange Wolkmer, Diele Ilha Thomasi, Juliana Rossato Santi, Flamarion Freire da Fontoura Gomes, Chimene Nobre e Jaqueline Pes. Para a Jaqueline quero registrar um agradecimento por sua ajuda com as fotografias das louças do acervo da Estância Velha do Jarau.

Outras instituições que foram fundamentais para a realização desse trabalho foram os museus visitados durante a pesquisa. Todos os responsáveis pelas instituições museológicas que eu visitei, me receberam muito bem, abrindo as portas dos museus de forma carinhosa, amigável e muito compreensiva. Permitiram que eu fotografasse o acervo, mostraram a estrutura física dos museus, relataram suas histórias, seus problemas, desafios e sempre saí emocionada devido ao esforço realizado pelas pessoas que estão atuando nos museus da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

Agradeço também aos professores da banca de qualificação, Paulo Eduardo Zanettini e Camilo de Mello Vasconcellos, pelas suas sugestões, correções e

principalmente pelas perguntas instigadoras, as quais eu não tive resposta no momento, mas que me ajudaram a nortear a finalização do trabalho.

Desejo agradecer especialmente a minha família, que sempre foi muito compreensiva com minhas ausências e feliz com minhas presenças. Agradeço sempre e muito meus pais, Jairo e Dione, pelo total apoio, em todos os sentidos. Muito obrigada!

Agradeço a minha irmã, Susana Toledo, pela amizade, companheirismo, pelas ajudas técnicas com a dissertação, por seu apoio e principalmente por sempre estar ao meu lado, mesmo longe!

E por fim, mas muito importante, agradeço ao Diego Medeiros, principalmente por sua paciência, nos momentos finais da dissertação, mas muito mais pelas suas palavras de incentivo, pela força, pela companhia e pelo amor!

Agradecendo a todos, espero que recebam meu carinho e meu trabalho na forma mais sincera.

RESUMO

TOLEDO, Grasiela Tebaldi**. A pesquisa arqueológica na Estância Velha do Jarau e os museus da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul** – interfaces entre Patrimônio, Memória e Identidade. 2011. 308f. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

A pesquisa apresentada versa sobre três temáticas inter-relacionadas - fronteira, estâncias e museus – na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, através da pesquisa arqueológica realizada na Estância Velha do Jarau (Quaraí/RS) e das visitas às instituições museológicas dos municípios que formam a Campanha Gaúcha. Relacionou-se a formação histórica da Fronteira Oeste, marcada pelo estabelecimento de estâncias, com o perfil histórico-cultural da região atualmente, buscando identificar mudanças e permanências que se processaram nesse espaço e servem como indicadores de memória e identidade. Foram analisadas as louças da Estância Velha do Jarau demonstrando como este espaço é múltiplo e representativo do ambiente doméstico de uma estância de criação de gado do século XIX, muitas vezes rememorada somente por seus elementos político-econômicos, bélicos e produtivos, não relacionando este espaço à uma unidade doméstica e familiar. A partir desses dois primeiros eixos (fronteira e estância) diagnosticou-se de que forma a memória estancieira está presente nos museus da região e como estes podem contribuir para valorização e ampliação do patrimônio e da identidade local/regional. Ao final foram propostas estratégias para musealização do acervo arqueológico da Estância Velha do Jarau, partindo de premissas básicas da ação museológica que se norteiam pelo preservacionismo e educação.

Palavras-chaves: Fronteira, Estância, Museus, Arqueologia Histórica e Patrimônio

ABSTRACT

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. **Archaeological research at Estancia Velha Jarau and museums of the western frontier of Rio Grande do Sul** - interfaces with Heritage, Memory and Identity. 2011. 308f. Dissertation (Master): Museum of Archaeology and Ethnology, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

The research herein presented deals with three interrelated themes - frontier, cattle farms and museums – in the western frontier region of Rio Grande do Sul, through archaeological research conducted at Estancia Velha Jarau (Quaraí/RS) and visits to the museums of the cities that make up the Campanha Gaúcha (Gaucho Plains). It relates to the historical formation of the western frontier, marked by the establishment of farms with a historical and cultural profile of the region today, in order to identify changes and continuities which occurred in this space and are used as indicators of memory and identity. Chinaware from the Estância Velha do Jarau was analyzed, demonstrating how this space is multiple and represents the household environment of a cattle farm in the nineteenth century, often recognized only for its political and economic elements, and war production, and not connecting this space to a household and family context. From these first two axes (frontier and cattle farm) an examination was made of the way in which memory of the cattle farm is present in the museums of the region and how they can contribute to the recovery and expansion of heritage and identity at the local/regional level. Finally, strategies have been proposed for the museum housing of the archaeological collection from Estância Velha do Jarau, starting from the basic premises of museology that are centered around preservation and education.

Keywords: Frontier, Cattle Farm, Museums, Historical Archaeology and Heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa do Rio Grande do Sul, destacando o município de Quaraí. Fonte: http://vo.wikipedia.org/wiki/Quaraí 43

Figura 2: Casa que pertenceu a Bento Manoel. Centro de Alegrete/RS. Acervo pessoal, 2010. 45

Figura 3: Cerro do Jarau. Acervo LEPA-UFSM, 2006. 49

Figura 4: Atividades de escavação. Acervo LEPA-UFSM, 1997. 52

Figura 5: Escavação arqueológica – Acervo LEPA-UFSM, 2001. 53

Figura 6: Escavação arqueológica – Acervo LEPA – UFSM, 2001. 54

Figura 7: Escavação Arqueológica – Sítio Escola – Acervo LEPA–UFSM, 2003 55

Figura 8: Estudantes e Professores de Quaraí chegando ao sítio arqueológico – Acervo LEPA- UFSM, 2003. 55

Figura 9: Alunos e professores observando o material arqueológico – Acervo LEPA – UFSM, 2003. 56

Figura 10: Prospecção na área nordeste das estruturas centrais do sítio arqueológico – Acervo LEPA – UFSM, 2006 57

Figura 11: Prospecção na Quinta – Acervo LEPA-UFSM, 2006. 57

Figura 12: Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense. Fonte: FEE, 1997 apud BRUM NETTO e BEZZI, 2009. 61

Figura 13: Mapa Rio Grande do Sul, com destaque para os municípios com instituições museológicas visitas. Mapa adaptado por Susana Toledo, 2010. 79

Figura 14: Mapa do Rio Grande do Sul, indicando a localização de Quaraí. Fonte: http://b.daterraamfro.sites.uol.com.br/ apud THOMASI (2008, p. 21). 83

Figura 15: Localização dos sítios arqueológicos localizados em Quaraí/RS. No canto superior esquerdo a indicação da localização da Estância Velha do Jarau. Fonte: Google Earth, adaptado por Ricardo Marion, 2011. 84

Figura 16: Croqui geral da área do Sítio Estância Velha do Jarau – Quaraí-RS. Caroline Rutz, 2006. 84

Figura 17: Localização do sítio arqueológico Estância Velha do Jarau em Quaraí/RS. Fonte: Google Earth apud Nobre (2011, p. 38) 85

Figura 18: Corte 4. Acervo LEPA-UFSM, 1997. 86

Figura 19: Corte 5 – Acervo LEPA-UFSM, 1997. 86

Figura 20: Corte 8 – Acervo LEPA-UFSM, 1997. 87

Figura 21: Corte 9 – Acervo LEPA-UFSM, 1997. 87

Figura 22: Área da escavação próxima a estrutura da casa-sede. Acervo LEPA-UFSM, 1999. 88

Figura 23: Quadriculamento dos setores da escavação. Acervo LEPA-UFSM, 1999. .. 88

Figura 24: Estratigrafia da área da escavação. Acervo LEPA-UFSM, 1999. 89

Figura 25: Detalhe da estratigráfica do sítio. Acervo LEPA-UFSM, 1999. 89

Figura 26: Detalhe para a presença de um piso, e logo abaixo ossos e outros vestígios arqueológicos. Acervo LEPA-UFSM, 1999. 90

Figura 27: Escavação na cozinha – Acervo LEPA-UFSM, 2001. 92

Figura 28: Poço de controle estratigráfico – Acervo LEPA-UFSM, 2001. 94

Figura 29: Trincheira em formato de L, escavação do avarandado – Acervo LEPA-UFSM, 2001. 94

Figura 30: Avarandado - Acervo LEPA-UFSM, 2001. 95

Figura 31: Fossa de ossos do avarandado – Acervo LEPA-UFSM, 2001. 95

Figura 32: Escavação na quinta – Acervo LEPA-UFSM, 2001. 96

Figura 33: Setor I. Acervo LEPA-UFSM, 2003. 97

Figura 34: Setor II. Acervo LEPA-UFSM, 2003. 98

Figura 35: Trincheira escavada no entorno do setor II. Acervo LEPA-UFSM, 2003. ... 98

Figura 36: Cubículo 1. Acervo LEPA-UFSM, 2003. 99

Figura 37: Cubículo 2. Acervo LEPA-UFSM, 2003. 99

Figura 38: Cubículo 3. Acervo LEPA-UFSM, 2003. 99

Figura 39: Visita de estudantes e professores ao sítio. Acervo LEPA-UFSM, 2003. .. 100

Figura 40: Atividade na quinta – Acervo LEPA-UFSM, 2006. 101

Figura 41: Atividade na área noroeste – Acervo LEPA-UFSM, 2006. 102

Figura 42: Estrutura da Casa-sede da Estância Velha do Jarau. Na frente da casa, Raul Pont, autor do livro Campos Realengos – A formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul de 1983. Fonte: PONT, 1983. 107

Figura 43: Garfo artesanal. Fonte: Thomasi (2008, p.40). 113

Figura 44: Chave de alambrador. Fonte: Thomasi (2008, p.46)..... 115

Figura 45: Marca de quebra do elemento in natura. Fonte: Nobre (2011, p. 97). 117

Figura 46: Dente e Mandíbula. Fonte: Nobre (2011, p. 109). 119

Figura 47: Garrafa do vermífugo Leivas Leite. Acervo LEPA-UFSM, 2011. 121

Figura 48: Garrafa de laboratório de produtos para uso veterinário. Acervo LEPA-UFSM, 2011. 121

Figura 49: Garrafas de bebida. Acervo LEPA-UFSM, 2011. 121

Figura 50: Frasco de Leite de Magnésia Phillips. Acervo LEPA-UFSM, 2011. 121

Figura 51: Frasco de Biotônico Fontoura. Acervo LEPA-UFSM, 2011. 121

Figura 52: Provável frasco de perfume. Acervo LEPA-UFSM, 2011. 121

Figura 53: Fragmento de xícara decorado. Acervo LEPA-UFSM, 2011. 122

Figura 54: fragmentos de cálices. Acervo LEPA-UFSM, 2011. 122

Figura 55: Organograma de categorias cerâmicas. Grasiela Toledo, 2010. 124

Figura 56: Grés. Acervo pessoal, 2010..... 140

Figura 57: Ironstone. Acervo pessoal, 2010. 140

Figura 58: Porcelana brasileira. Acervo pessoal, 2010. 140

Figura 59: Cerâmica. Acervo pessoal, 2010. 141

Figura 60: Cerâmica vidrada. Acervo pessoal, 2010. 141

Figura 61: Prato padrão trigal. Acervo pessoal, 2010. 142

Figura 62: Prato padrão trigal. Foto Jaqueline Pes, 2011. 142

Figura 63: Fundo do prato mostrando o selo de fábrica inglesa. Foto Jaqueline Pes, 2011. 143

Figura 64: Prato padrão trigal. Foto Jaqueline Pes, 2011. 143

Figura 65: Prato decorado com técnica transfer printing na cor azul. Foto Jaqueline Pes, 2011. 143

Figura 66: Fundo do prato. Foto Jaqueline Pes, 2011. 144

Figura 67: Fragmento identificado como uma malga no padrão Peasant Style policrômico. Foto Jaqueline Pes, 2011. 144

Figura 68: Xícara. Acervo Pessoal, 2010. 144

Figura 69: Tampa em ironstone. Foto Jaqueline Pes, 2011. 145

Figura 70: Faiança fina pintada a mão no padrão faixas e frisos. Acervo pessoal, 2010. 151

Figura 71: Faiança fina pintada a mão no padrão spring style. Acervo pessoal, 2010. 151

Figura 72: Fragmentos pintados a mão no padrão peasant style. Acervo pessoal, 2010. 152

Figura 73: Técnica decorativa *transfer printing*, motivo chinoiserie, cor azul. Acervo pessoal, 2010. 153

Figura 74: *Transfer printing* verde. Acervo pessoal, 2010. 153

Figura 75: *Transfer printing* rosa. Acervo pessoal, 2010. 154

Figura 76: *Transfer printing* preto. Acervo pessoal, 2010. 154

Figura 77: *Transfer printing* no padrão Willow, cor azul. Acervo pessoal, 2010. 154

Figura 78: *Shell Edge* verde. Acervo pessoal, 2010. 155

Figura 79: *Spatter*. Acervo pessoal, 2010. 156

Figura 80: *Sponge*. Acervo pessoal, 2010. 156

Figura 81: Banhada no padrão *engine-turned*. Acervo pessoal, 2010. 157

Figura 82: Banhada padrão simples em azul e marrom. Acervo pessoal, 2010. 157

Figura 83: Fachada do Museu João Goulart. Acervo pessoal, 2009. 193

Figura 84: Cartaz anunciando as obras para restauro. Acervo pessoal, 2009. 193

Figura 85: Casa de Cultura David Canabarro. Acervo pessoal, 2010. 194

Figura 86: Estante da exposição local. Acervo pessoal, 2010. 194

Figura 87: Material arqueológico guardado no Museu de Arqueologia e Artes Dr. José Pinto Bicca de Medeiros. Acervo Pessoal, 2010. 199

Figura 88: Placa de identificação do Museu. Acervo particular, 2009..... 203

Figura 89, 90, 91, 92: Tipos de cercas – pedra, madeira e arames. Pátio frontal do Museu Ergológico da Estância. Acervo pessoal, 2009..... 204

Figura 93: Exemplo de um objeto exposto no museu com sua ficha de identificação. Rebolo de Afiar. Acervo pessoal, 2009. 205

Figura 94: Entrada de um galpão de estância, denominado no museu de Galpão de Fogo. Acervo pessoal, 2009. 206

Figura 95: Reconstituição do galpão, na sala do Museu da Estância. Acervo pessoal, 2009. 206

Figura 96: Fogo de chão remontado no interior do galpão. Acervo pessoal, 2009. 207

Figura 97: Utensílios de montaria que são guardados nos galpões das estâncias. Remontagem apresentada no Museu da Estância. Acervo pessoal, 2009. 207

Figura 98: Balcão do antigo armazém remontando no Museu da Estância. Acervo pessoal, 2009. 208

Figura 99: Balcão de armazém para venda de produtos a granel. Acervo pessoal, 2009. 208

Figura 100: Prateleira com objetos comercializados nos armazéns. Acervo pessoal, 2009. 209

Figura 101: Nome de um ambiente expositivo do Museu da Estância. Acervo pessoal, 2009. 210

Figura 102: Louças do Museu da Estância. Acervo pessoal, 2009. 210

Figura 103: Móvel com os utensílios domésticos de cozinha. Museu da Estância. Acervo pessoal, 2009..... 211

Figura 104: Nome de um ambiente expositivo do Museu da Estância. Acervo pessoal, 2009. 211

Figura 105: Reconstituição de um quarto – cama, cômodas, armários. Acervo pessoal, 2009. 212

Figura 106: Escrivaninha, cadeira e máquina de escrever. Objetos e móveis expostos no Museu da Estância, no setor denominado Sala, Varanda e Dormitório. Acervo pessoal, 2009. 212

Figura 107: Banner de divulgação do Museu Ergológico da Estância com o slogan "Valorizando nossas origens". Acervo pessoal, 2009. 215

Figura 108 e 109: Prédio do Centro Cultural Dr. Pedro Marini e fundos do prédio por onde é realizado o acesso ao Museu Crioulo. Acervo pessoal, 2011. 216

Figura 110: Reconstrução de um Bolicho de Campanha no Museu Crioulo. Acervo pessoal, 2011. 217

Figura 111: Balcão de um Bolicho de Campanha do Museu Crioulo. Acervo pessoal, 2011. 217

Figura 112: Bonecos vestidos com a indumentária do gaúcho. Museu Crioulo. Acervo pessoal, 2011. 218

Figura 113 e 114: Marcas de gado. Museu Crioulo. Acervo pessoal, 2011. 218

Figura 115 e 116: Estribos e esporas. Museu Crioulo. Acervo pessoal, 2011. 219

Figura 117 e 118: Estribo de carroça, canga de boi e pá. Museu Crioulo. Acervo pessoal, 2011. 219

Figura 119: Reconstrução de um galpão de estância no Museu Crioulo. Acervo pessoal, 2011. 220

Figura 120: Reconstrução de um galpão de estância – arreios para cavalo e objetos pendurados na parede. Museu Crioulo. Acervo pessoal, 2011..... 220

Figura 121: Painel – Povoamento Pré-Histórico do Rio Grande do Sul. Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010. 223

Figura 122: Vitrine com objetos arqueológicos referentes ao período pré-histórico. Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010. 224

Figura 123: Painel – A Chegada dos Tupi-Guarani e Painel – Distribuição dos principais grupos indígenas. Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010. 224

Figura 124: Vitrine com materiais cerâmicos de grupos indígenas do Rio Grande do Sul. Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010. 225

Figura 125 e 126: Painel – A Conquista dos Europeus e A Conquista Espanhola. Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010. 225

Figura 127: Maquete representando as Missões Jesuíticas. Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010. 226

Figura 128 e 129: Painel – O Surgimento do "Gaúcho" Rio-Grandense e Painel - Povoamento - Estâncias Portuguesas. Museu Gaúcho. Acervo pessoal, 2010..... 226

Figura 130: Vitrine com objetos relativos às estâncias. Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010. 227

Figura 131 e 132: Painel – A Capela do Inhanduí e Nascimento do Povoado e Painel – Revolução Farroupilha. Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010..... 227

Figura 133: Vitrine com livros sobre Alegrete e a Revolução Farroupilha. Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010. 228

Figura 134: Caracterização do Gaúcho no Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010. 229

Figura 135: Visão geral do Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010. 230

Figura 136: Auditório do Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010. 230

Figura 137: Painel na entrada do Museu do Gaúcho, mostrando símbolos do Rio Grande do Sul – "Nossos símbolos, nosso orgulho". Acervo pessoal, 2010. 231

Figura 138: Indumentária feminina, segundo as tradições gaúchas. Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010..... 232

Figura 139: Entrada da Estância Progresso e do Museu Vasco Alves. Acervo pessoal, 2010. 234

Figura 140: Antigo galpão da Estância Progresso, atual Museu Vasco Alves. Acervo pessoal, 2010. 235

Figura 141: Sala construída para abrigar o Museu Vasco Alves. Acervo pessoal, 2010. 235

Figura 142: Objetos pendurados nas paredes do museu/galpão. Museu Vasco Alves. Acervo pessoal, 2010..... 236

Figura 143: Boleadeiras encontras na propriedade dos Trindade e colecionadas pelo Senhor Luiz. Museu Vasco Alves. Acervo Pessoal, 2010..... 236

Figura 144: Quadros expostos na sala nova do Museu Vasco Alves sobre as personalidades que participaram da Revolução Federalista. Acervo Pessoal, 2010. ... 237

Figura 145: Armamentos expostos em vitrines no Museu Vasco Alves. Acervo pessoal, 2010. 237

Figura 146: Material de montaria. Museu Vasco Alves. Acervo pessoal, 2010. 238

Figura 147: Desenho na parede do museu do campo da Batalha do Inhándui. Museu Vasco Alves. Acervo pessoal, 2010. 238

Figura 148: Ferros para marcar o gado. Museu Vasco Alves. Acervo pessoal, 2010.. 239

Figura 149: Carroça – pátio do Museu Vasco Alves. Ao fundo Estância Progresso. Acervo pessoal, 2010..... 239

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Tipos de pasta dos fragmentos analisados. Sítio RS-Q-17..... 139

Gráfico 2 – Recipientes identificados no Sítio RS-Q-17..... 145

Gráfico 3 – Recipientes analisados na amostra do sítio RS-Q-17..... 145

Gráfico 4 – Relação de recipientes côncavos e planos/abertos. 146

Gráfico 5 – Relação de objetos côncavos ou planos por tipo de pasta..... 146

Gráfico 6 – Tipos de fragmentos do sítio RS-Q-17..... 147

Gráfico 7 – Relação de fragmentos decorados/não decorados. 148

Gráfico 8 – Relação de fragmentos decorados/não decorados por tipo de pasta. 149

Gráfico 9 – Porcentagem de faiança fina decorada e não decorada. 149

Gráfico 10 – Técnicas decorativas e decorações encontradas na amostra de faianças finas do sítio RS-Q-17. 150

Gráfico 11 – Padrões decorativos de faianças finas pintadas à mão. 151

Gráfico 12 – Padrões decorativos em *transfer printing.* 152

Gráfico 13 – Cores dos fragmentos em *transfer printing*..... 153

Gráfico 14 – Padrões decorativos em superfície modificada. 155

Gráfico 15 – Padrões decorativos em fragmentos banhados. 157

Gráfico 16: Gráfico de Barras para datação relativa da Estância Velha do Jarau. 160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Informações sobre períodos de produção das faianças finas. 158

Tabela 2 – Acesso aos Museus. Tabela elaborada pela autora, 2011. 196

Tabela 3 – Aquisição de acervo e presença de Reserva Técnica. Tabela elaborada pela autora, 2011. 196

Tabela 4 – Caráter institucional. Tabela elaborada pela autora, 2011. 197

Tabela 5 – Acervo com relação à temática da pesquisa dessa dissertação. Tabela elaborada pela autora, 2011. 199

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS 19

1. CAPÍTULO I - ENTRE FRONTEIRAS, ESTÂNCIAS E MUSEUS: O PASSADO E O PRESENTE EM CONEXÃO 24

1.1 Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul no século XIX 26

1.2 Estância como estratégia de consolidação dos limites territoriais 36

1.2.1 Estância Velha do Jarau – Quaraí/RS 42

1.3 Perfil histórico cultural da região da Campanha – a construção da identidade gaúcha 60

1.4 Museus da fronteira: trajetória histórica 71

2. CAPÍTULO II – ESPAÇO DOMÉSTICO – OS LUGARES E AS LOUÇAS DA ESTÂNCIA VELHA DO JARAU 82

2.1 Escavações arqueológicas na Estância Velha do Jarau 83

2.2 As estruturas da estância – configuração de um espaço doméstico 103

2.3 Patrimônio arqueológico da Estância Velha do Jarau – a diversidade da cultura material 111

2.4 Unidade doméstica e as louças da Estância Velha do Jarau 123

2.4.1 Caracterização e metodologia de análise das louças 124

2.4.2 Unidade doméstica e louças – contextos múltiplos 129

2.4.3 Análise das louças da Estância Velha do Jarau 138

3. CAPÍTULO III – MUSEUS NA FRONTEIRA – A MEMÓRIA DA ESTÂNCIA 171

3.1 Levantamento dos museus na fronteira – municípios e instituições 172

3.2 Os museus e a memória das estâncias fronteiriças 203

3.2.1 Museu Ergológico da Estância 203

3.2.2 Museu Crioulo 215

3.2.3 Museu do Gaúcho – Ícaro Ferreira da Costa 222

3.2.4 Museu Vasco Alves Nunes Pereira 233

3.3 Análise museológica – os objetos e suas representações 242

4. CAPÍTULO IV – A ESTÂNCIA VELHA DO JARAU – PATRIMÔNIO E PROPOSTAS DE MUSEALIZAÇÃO 253

4.1 Patrimônio Cultural e Arqueológico – definições e especificidades 253

4.1.1 Arqueologia e Patrimônio da Estância Velha do Jarau – Quaraí/RS 273

4.2 Musealização da Arqueologia – propostas e desafios 279

CONSIDERAÇÕES FINAIS 289

REFERÊNCIAS 294

ANEXOS 306

Anexo 1 306

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A pesquisa arqueológica na Estância Velha do Jarau, localizada em Quaraí, município do Rio Grande do Sul, que se limita com o município de Artigas – Departamento de Artigas no Uruguai foi o ponto de partida para esse trabalho, que agregou outras temáticas que não puderam ser ignoradas devido à multiplicidade de informações e questionamentos que o sítio arqueológico suscitou durante as escavações, análises, interpretações e tentativas de divulgação da cultura material.

A localização do sítio arqueológico é uma das temáticas que se juntou ao trabalho de forma primordial, pois a formação dos limites territoriais entre Brasil e Uruguai ocorreu justamente através da consolidação de estâncias, como uma estratégia da coroa luso-brasileira para garantir a posse das terras nesse ambiente marcado por disputas no século XIX, formando a atual Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

Assim, a questão fronteiriça se fez imperiosa na análise do sítio arqueológico Estância Velha do Jarau, ou seja, a localização da estância (fazenda de criação de gado) não pode ser subjugada, mas sim, é fundamental para a compreensão do local e das peculiaridades da cultura material, sendo que no caso desse trabalho, foram analisadas mais especificamente, as louças que eram consumidas e utilizadas nessa unidade doméstica e produtiva oitocentista sul-brasileira.

As temáticas, fronteira e estância, perpassam por todo o trabalho, devido ao fato de terem sido as estâncias uma estratégia muito utilizada para garantir a posse de terras frente ao avanço castelhano, definindo os limites do território luso-brasileiro no século XIX, através de muitos conflitos e disputas. Assim, a fronteira era um espaço utilizado para morar, produzir e defender o território.

Estância e fronteira são temas interligados na história do Rio Grande do Sul e permanecem até hoje no imaginário da população como o local de origem do gaúcho, servindo para legitimar a construção da identidade gaúcha. A estância fronteiriça é um modelo utilizado para recriar espaços nos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) e muitos dos valores relacionados à vida no campo e ao passado de batalhas são rememorados como características intrínsecas da população sul-rio-grandense.

Visando diagnosticar as memórias relativas ao passado estancieiro, outra questão passou a nortear essa pesquisa, e se tornou, também, um dos focos principais do estudo, que são os museus da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. O estudo dessa temática objetiva analisar como a memória da formação da Fronteira Oeste e a vida nas estâncias são representadas nos museus atualmente, relacionados à identidade do sul-rio-grandense.

Assim, estão delineados os eixos que norteiam essa dissertação – Estância, Fronteira e Museus – cada um com suas especificidades, porém sempre em conexão, para que o sítio arqueológico Estância Velha do Jarau possa ser compreendido como um patrimônio cultural e arqueológico da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, podendo ser apresentado como um exemplo das estâncias que se consolidaram como estratégia para garantir a posse de territórios e também como um espaço culturalmente significativo para a população do estado atualmente, devido às construções identitárias que permeiam esse ambiente.

O sítio arqueológico Estância Velha do Jarau foi alvo de diversas escavações arqueológicas que iniciaram no ano de 1997, sob a coordenação do Prof. Saul Eduardo Seiguer Milder, através do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA-UFSM), inserido em um projeto mais amplo, denominando Projeto Salamanca – "Resgate Histórico-Cultural do Munícipio de Quaraí através da Pesquisa Arqueológica" tendo como objetivo geral reconstituir a história de Quaraí a partir das evidências da cultura material (arqueológicas) realizando uma interface com a História.

As escavações arqueológicas empreendidas na Estância Velha do Jarau ocorreram nos anos de 1997, 1999, 2000, 2001, 2003 e 2006, gerando um grande acervo de material arqueológico, que já foi analisado e divulgado em trabalhos acadêmicos.

Nessa dissertação será apresentada a análise das louças provenientes das escavações realizadas no complexo central da estância, objetivando mostrar os lugares que foram escavados em cada intervenção, bem como os materiais encontrados, buscando relacionar os objetos às estruturas do sítio arqueológico, focando nas louças para ampliar a noção de espaço doméstico, mostrando que tipos de objetos estavam sendo consumidos e utilizados pelos moradores da Estância Velha do Jarau e também perceber que significados os ocupantes da estância poderiam estar atribuindo a essas louças, relacionadas ao ambiente rural e fronteiriço.

Os demais materiais encontrados no sítio arqueológico – vidros, metais, vestígios faunísticos e materiais construtivos – foram e estão sendo analisados por outros pesquisadores. As pesquisas relativas aos metais e aos ossos já foram divulgadas por meio de monografias e dissertações e contribuem para a complementação desse trabalho, pois assim é possível ampliar o conhecimento sobre como se organizava a vida cotidiana em uma estância fronteiriça do século XIX.

Pesquisar uma estância arqueologicamente permite que se tenha uma visão ampliada sobre a temática, que já foi bastante estudada historicamente, valorizando-se seus aspectos políticos, econômicos e de vida pública de seus ocupantes, como militares, estancieiros e pessoas importantes no cenário de demarcação territorial do atual estado do Rio Grande do Sul frente ao Estado uruguaio.

A pesquisa arqueológica na estância objetiva compreender o cotidiano desse ambiente, tão marcado pelas disputas territoriais e pelas características de belicosidade e de produção de gado, muitas vezes, ficando escondidos os aspectos diários e banais dos moradores das estâncias.

Assim, o estudo das louças, ou dos outros materiais arqueológicos da Estância Velha do Jarau, possibilitou a interpretação de características referentes ao ambiente doméstico e familiar das estâncias de criação de gado da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

Estudar os vestígios materiais de um grupo ou de um sítio arqueológico é mais que simplesmente descrever e perceber a morfologia e função dos artefatos. É compreender uma sociedade pretérita através de sua materialidade. E é nesse sentido que os conceitos de ação, contexto e história são importantes para essa perspectiva que busca compreender a dinâmica, a vida social e o cotidiano das pessoas que utilizaram os materiais e transformaram a realidade social na qual viviam.

Essa combinação – cotidiano e cultura material – é muito fértil para o estudo em questão, demonstrando como, a partir da cultura material, é possível compreender a vida cotidiana de uma estância na fronteira sulina do século XIX. Justamente a cultura material é que vai demonstrar o corriqueiro e o banal do contexto estancieiro, não se focando apenas nos acontecimentos políticos, econômicos e da esfera pública dos ocupantes da estância.

Não basta apenas compreender a organização da estância no século XIX, é preciso que se articulem as relações atuais sobre as estâncias, ou seja, a pesquisa deve propor problematizações sobre o presente, através de questionamentos de como a

comunidade se apropria do patrimônio arqueológico e quais memórias relativas às estâncias fronteiriças estão presentes nos lugares de memória da região.

Assim, foram visitadas dezenove instituições museológicas da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, em sete municípios (São Borja, Alegrete, Santana do Livramento, Rosário do Sul, Uruguaiana, Quaraí e São Gabriel).

Esta pesquisa de campo teve o objetivo de identificar, inventariar e analisar o tratamento museológico que é dispensado ao patrimônio cultural comum às estâncias fronteiriças, em especial às referências culturais cotidianas provenientes das ocupações entre os séculos XIX e XX.

O critério básico para as análises relativas às visitas está atrelado à constatação de permanências (memórias preservadas) e ausências (memórias exiladas/esquecidas), buscando identificar o perfil e as potencialidades museológicas de cada instituição em relação ao tema central da pesquisa.

Foram identificados os museus com temática estancieira e como estes comunicam o acervo referente às estâncias, percebendo quais memórias e histórias estão sendo contadas nos museus da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

As exposições desses museus foram analisadas detalhadamente, buscando perceber os discursos museológicos presentes nessas instituições e como isso pode ajudar na caracterização do sítio arqueológico Estância Velha do Jarau, como um acervo que precisa ser melhor comunicado para a comunidade regional, onde está inserido.

A partir disso, foi possível propor algumas estratégias de comunicação do acervo arqueológico da Estância Velha do Jarau, partindo das premissas da Musealização da Arqueologia.

A pesquisa arqueológica e museológica relativa às estâncias foram realizadas objetivando perceber como o patrimônio cultural estancieiro está preservado nos museus e como o acervo arqueológico é comunicado para a comunidade, através de algumas atividades de Educação Patrimonial, sendo possível perceber como as propostas de musealização são importantes nesse contexto, já valorizado pela comunidade, como sendo um espaço histórico e cultural do Rio Grande do Sul.

Através dessas considerações iniciais sobre o trabalho, pode-se apresentar a estrutura da dissertação, segundo a organização dos capítulos.

No capítulo I, intitulado “Entre fronteiras, estâncias e museus – o passado e o presente em conexão”, é apresentada a contextualização histórica da formação da fronteira Brasil/Uruguai, apontando as estâncias como uma estratégia para consolidar os

limites territoriais. São apontados os aspectos históricos da Estância Velha do Jarau e as atividades arqueológicas desenvolvidas, configurando o espaço como um sítio arqueológico. A partir disso é traçado o perfil histórico cultural da região atualmente, que está relacionado ao processo histórico explicitado, configurando a região da Campanha sul-rio-grandense, para justificar a escolha dos municípios em que foram realizadas as visitas aos museus. Ainda nesse capítulo é apresentada a trajetória histórica dos museus do interior, caracterizando-os através do perfil histórico cultural da região, apontando quais foram os museus pesquisados, mostrando o levantamento realizado e suas relações com a temática proposta no trabalho.

No capítulo II, intitulado "Espaço Doméstico – os lugares e as louças da Estância Velha do Jarau", são apresentadas as escavações arqueológicas, buscando definir os lugares e espaços da estância, dando ênfase as estruturas centrais, demonstrando como se organizava um ambiente doméstico e familiar, através da análise e interpretação das louças, comparando com os demais trabalhos já desenvolvidos no referido sítio arqueológico.

No capítulo III, denominado "Museus na Fronteira – a memória da estância", são apresentados os museus pesquisados através de fichas analíticas, e analisados detalhadamente os museus identificados como mais relevantes para a temática da pesquisa, descrevendo seu acervo, sua exposição e como a memória da estância está representada no discurso museológico apresentado.

No capítulo IV, denominado "A Estância Velha do Jarau – Patrimônio e Propostas de Musealização", são discutidos os conceitos de Patrimônio Cultural e Arqueológico, além de estabelecer relações entre Arqueologia Pública, Educação Patrimonial e Musealização da Arqueologia, objetivando demonstrar a importância de propor estratégias de comunicação para o acervo arqueológico da Estância Velha do Jarau e qualificar os discursos expositivos relativos às estâncias diagnosticados nos museus regionais.

Assim, a temática central do trabalho é diagnosticar como a memória da formação da fronteira e vida nas estâncias é representada nos museus atualmente, relacionada à identidade do sul-rio-grandense, bem como mostrar como a pesquisa arqueológica amplia o conhecimento desse ambiente tão divulgado e de certa forma (des) valorizado e (des) conhecido na história do Rio Grande do Sul.

1. Capítulo I - Entre fronteiras, estâncias e museus: o passado e o presente em conexão

O passado nunca conhece seu lugar. O passado está sempre no presente (Mário Quintana).

Nesse capítulo, primeiramente, será realizada a contextualização histórica da formação da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, apontando como as estâncias de criação de gado foram uma estratégia utilizada, principalmente, pelos luso-brasileiros para consolidar os limites entre os atuais Brasil e Uruguai.

A partir disso, buscar-se-á traçar o perfil histórico cultural da região atualmente, denominada Campanha, que está diretamente relacionado ao processo histórico do século XIX, para compreender e justificar a escolha dos municípios que foram alvos das visitas museológicas.

Essa região do estado é relacionada, principalmente, com a formação da identidade gaúcha, sendo a estância, muitas vezes, considerada o local do "verdadeiro" gaúcho na construção identitária do Rio Grande do Sul. Esse processo de identificação pode ser analisado em algumas instituições museológicas da região.

Esse contexto mais geral permite que se adentrem, mais especificamente, nos aspectos históricos da Estância Velha do Jarau, para comprovar a hipótese que as estâncias foram fundamentais na definição dos limites territoriais do Brasil Meridional.

A Estância Velha do Jarau foi alvo de diversas atividades arqueológicas, configurando-se como um sítio arqueológico fundamental para compreender a organização do espaço fronteiriço e o cotidiano dos habitantes da estância nesse momento histórico conturbado pelas disputas territoriais.

Com o contexto histórico e a Estância Velha do Jarau apresentados, se seguirá mostrando como os museus da região foram trabalhados e como estes foram se estabelecendo e se configurando como museus de fronteira, ou simplesmente de localização fronteiriça. Essa será uma questão abordada no desenrolar do trabalho, buscando caracterizá-los através do perfil histórico cultural da região. Assim, serão citados os museus pesquisados, mostrando o levantamento realizado e suas relações com a temática proposta no trabalho.

Dessa forma, o primeiro capítulo aponta os três eixos do trabalho (fronteira, estâncias e museus), relacionando-os e delineando o foco da pesquisa: como a memória da formação da Fronteira Oeste e a vida nas estâncias são representadas nos museus atualmente, relacionados à identidade do sul-rio-grandense. E também mostrar como a pesquisa arqueológica contribui para o estudo desse ambiente tão conhecido na história do Rio Grande do Sul, além de compreender as estâncias de forma mais plural, justamente para ampliar a memória local, e dessa forma, contribuir para sua maior valorização e preservação.

1.1 Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul no século XIX

Para que se possa compreender a Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul no século XIX é preciso que se faça uma discussão sobre o termo "fronteira", muito utilizado em estudos históricos desse período na região em questão. Assim, torna-se fundamental compreender a utilização desse conceito, para que se compreenda a caracterização histórica do objeto de estudo.

Deve-se deixar claro que aqui será abordada a fronteira político-territorial, entre países, entre unidades político-administrativas, entre províncias, etc., mas que existe uma infinidade de aplicações para o termo fronteira, que pode ser estendido para qualquer outro limite ou divisória que permita identificar os territórios de diversos fenômenos – políticos, culturais, econômicos ou físico-naturais. Mas existe um traço comum entre todas essas fronteiras: são essencialmente mutantes. Isto é, as fronteiras, sejam elas físicas, culturais, políticas ou econômicas, demarcam territórios produzidos por fenômenos extremamente dinâmicos. Esse dinamismo é transferido ao próprio traçado das fronteiras que não cessam de se modificar.

Já nessa primeira ressalva, está sendo abordada uma característica fundamental das fronteiras, ou seja, o seu dinamismo e modificações constantes, o que se verificará também na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

Porém, antes de adentrar nas características da fronteira é preciso fazer uma distinção entre fronteira e limite. Enquanto que limite é um fato jurídico e decidido de forma linear, a fronteira é algo disputado, um fato político, que é altamente dinâmico e que não pressupõe somente um limite, uma barreira, mas sim um intercâmbio, uma troca com o outro lado (REVERBEL, 1996, p. 52).

> O termo 'fronteira' não carrega a mesma objetividade existente no termo 'limite'. A fronteira, ao contrário, refere-se a um espaço, uma zona ou faixa de território e é construída não apenas geograficamente, mas, sobretudo, historicamente (SILVA, 2001, p. 183).

Não se pode confundir e nem tratar como sinônimos limites e fronteiras. A fronteira é uma área maior, um espaço que as pessoas habitam e se relacionam, enquanto limite é uma linha imaginária que separaria o que a fronteira acaba unindo.

> Sendo o limite o dado real, é ele que interrompe a continuidade física da região. Essa descontinuidade é percebida e vivida na fronteira, mas é, ao mesmo tempo, ignorada, pois, no cotidiano fronteiriço, principalmente entre os núcleos urbanos vizinhos, a dinâmica das trocas e das relações sociais demonstra que as fronteiras platinas possuíam já, desde o período colonial, uma importante articulação regional (SOUZA, 2006, p. 209).

"O conceito de limite é utilizado como uma linha divisória entre Estados limítrofes. De certa forma, é o centro da fronteira, entendida como uma região, zona ou faixa transfronteiriça" (GOLIN, 2002, p. 10).

A fronteira permite perceber diferenças e similaridades entre os países, além de ser uma zona de intensa circulação e movimento. A fronteira também está imbuída de um imaginário que é percebido de formas diferentes pelas pessoas que habitam o local, e não é apenas um fato e algo concreto, mas também um espaço permeado de valores e sentimentos.

Dessa maneira, a fronteira é um espaço altamente dinâmico, em permanente construção, um lugar de confronto, reencontro, transgressão, cruzamento, passagem, troca, contato, intercomunicação, ou seja, é o lugar do entrechoque cultural, mas também da interdependência econômica, o que gera uma articulação regional baseada na zona fronteiriça (SOUZA, 2006, p. 210). Enquanto que o limite é preciso e está diretamente ligado à construção dos Estados Nacionais.

Santos (2006) comenta que os Estados, através de diversas formas de intervenção no cotidiano fronteiriço, produzem efeitos significativos sobre as visões de "nós" e dos "outros", de forma que a fronteira política em muitas instâncias se transforma em uma fronteira cultural.

Nesse sentido, Santos (2006) ainda afirma que a fronteira é "um lugar de contato com o exterior, uma que vez que nela duas ou mais comunidades políticas se encontram e interagem cotidianamente. As fronteiras podem separar ou aproximar, impedir ou viabilizar a circulação de pessoas, bens, ideias, moedas, etc.". Assim aparecem como superfícies porosas, formando uma zona de interpenetração mútua e de constantes

manipulações. A quantidade e a profundidade dessa interação variam de acordo com os obstáculos físicos, culturais ou estatais que possam existir. Dessa maneira, o limite aparece como o dado real.

Outra consideração a ser feita é sobre limites naturais e limites artificiais. É preciso perceber que o limite mesmo natural, como rios, montanhas, cerros e outros são sempre resultado de convenções sociais e imposições políticas e não apenas algo pacífico que se estabelece de forma harmoniosa entre as partes em disputa (STEIMAN e MACHADO, 2002. p.1).

Desse modo, um rio que serve como limite, por exemplo, não deixa de ser algo estabelecido pelo homem e, portanto, não é um limite dito natural. Sendo assim, nesse contexto nenhum limite é totalmente natural, ou como denomina Golin (2002) "naturalizados", visto que no período de consolidação das fronteiras era importante para a segurança dos países levarem seus limites até acidentes naturais (rios, montanha, mar, etc.) tanto para a expansão territorial como para a defesa de uma investida do país vizinho.

Fica claro que não existem critérios capazes de fundamentar as classificações em regiões naturais separadas por fronteiras naturais. Trata-se de representações, que podem estar embasadas em fatores objetivos – ascendência, território, língua, religião, atividade econômica, etc. – ou subjetivos – como o sentimento de pertencimento.

Nesse sentido, também se pode esclarecer que a distinção entre fronteiras da natureza e fronteiras socialmente construídas, ou estabelecidas, nos seus mais diversos desdobramentos – climáticos, culturais, políticos, hidrográficos, etc. – obedece aos mesmos propósitos que nos levam a distinguir os diversos fenômenos e fatores geográficos. Mas tal distinção também não deve ser tomada com rigidez absoluta, e sim apenas como um expediente que facilita os estudos. É indispensável analisar o contexto em que aparecem as qualificações das diversas fronteiras, pois é ai que, em última análise, encontra-se a definição sugerida precisamente por cada estudo ou investigação.

Uma característica importante das fronteiras é seu caráter contraditório, pois, como afirmam Oliveira e Barcellos (s/d), ao mesmo tempo em que separam nações, ressaltando suas identidades, podem também diluí-las, pois trazem a potencialidade de expressar também um espaço de identificações.

Reconhecer-se como membro de uma comunidade de fronteira é interessante pelas trocas culturais existentes e ao mesmo tempo conflituosas, pois as identidades não

são bem definidas e os limites nem sempre são levados em consideração para todos os aspectos da vida cotidiana.

Para compreender as fronteiras platinas é necessário partir do conceito de fronteiras nacionais, ou seja, é um Estado contra o outro. É na disputa pelo território que os limites se consolidam e se definem os territórios de cada nação (SOUZA, 2006, p. 208).

> Os limites políticos desenhados pelas autoridades européias não refletiam as móveis e permeáveis fronteiras estabelecidas pelos colonizadores luso-hispânicos na região platina. Tanto as noções de limite como as de fronteira estão associadas, em maior ou menor grau, com o surgimento dos Estados e a disputa destes com a definição de seus territórios (SILVA, 2001, p. 181).

Para o século XIX não é possível se falar de uma identidade nacional relacionada ao território. No máximo em uma identidade regional em construção, pois o próprio território de cada nação ainda não havia sido definido e a disputa territorial foi marcante no espaço fronteiriço sul-rio-grandense e uruguaio.

> Quando se trata de fronteiras, tem-se que refletir sobre a seguinte questão: as fronteiras só adquirem significados se referenciados as sociedades que as produziram. Assim, a fronteira do século estudado (XIX) na região da campanha segue sendo um modelo de produção de conflitos. E neste caso, não se pode falar sobre a identidade de seu povo, pois, está à procura de uma delimitação do seu espaço e conseqüentemente sua identidade ainda não está consolidada (SANTI, 2004, p. 63).

Assim, percebe-se outro tipo de diferenciação que deve ser feita entre as próprias fronteiras, ou seja, há diversos tipos de fronteiras e elas são singulares por sua construção histórica. Cada uma tem sua especificidade e particularidades de tempo e espaço em que foram se estabelecendo.

Assim, a heterogeneidade é uma característica importante das zonas fronteiriças, pois cada fronteira tem suas características próprias que determinam uma realidade específica, assim como seus agentes, ainda quando se podem identificar situações similares em espaços fronteiriços distintos.

Nesse mesmo sentido, Santos (2006) diz que:

> É consenso entre os autores que trabalham com fronteiras a diversidade de situações fronteiriças encontráveis no mundo e suas especificidades. Cada Estado constituiu um vínculo peculiar com a nação, o território e a população, em processos históricos e sociais únicos de renegociação e conflitos constantes. Ou seja, cada zona fronteiriça conjuga de um modo particular a ação estatal e a população local.

No caso da fronteira Brasil–Uruguai percebe-se várias características que a definem como uma fronteira específica. "O charque, o couro, o gado, o gaúcho, o contrabando, são elementos identitários de ambos os lados dessa fronteira platina" (SOUZA, 2006, p. 211).

Mas a característica mais importante no caso desse trabalho é a estância, ou seja, a consolidação da fronteira Brasil-Uruguai passa necessariamente pelo estabelecimento de estâncias pelo governo luso-brasileiro na área de confronto, para que se efetivasse a posse daquelas terras. Segundo o relato do viajante Arsène Isabelle "(...) as estâncias se multiplicaram muito nessas regiões durante e depois da guerra de ocupação" (1983, p.11).

A Coroa portuguesa, tentando barrar o avanço castelhano na região do atual Rio Grande do Sul, iniciou uma política de doação de sesmarias. Os beneficiados com essa política foram os militares que ganhavam a terra como recompensa por serviços prestados, militares que deram baixas e se afazendaram ou ainda tropeiros que se sedentarizaram (SANTI, 2004, p. 6).

As terras doadas em forma de sesmarias eram terras "desocupadas" que pertenciam a Coroa não incidindo impostos ou encargos. Constituíam-se em propriedades livres e hereditárias, não tendo nenhum tipo de dependência pessoal à Coroa, a não ser a fidelidade da defesa de sua própria propriedade (SANTI, 2004, p. 6). "As sesmarias foram concessões perpétuas aos colonos, mas que embora tivessem um caráter hereditário continuavam em poder do rei" (SILVA, 2001, p. 191).

As ditas terras "desocupadas" na verdade eram habitadas por povos nativos. Eram consideradas desocupadas, pois não tinham sido conquistadas nem por portugueses, nem por espanhóis. E essa conquista foi à custa de uma limpeza territorial, ou seja, com o extermínio de grupos indígenas e a limpeza dos campos.

> Enquanto os espanhóis promovendo uma ocupação dispersiva se preocupavam em fundar grandes cidades, os portugueses, ao conceder grandes extensões de terras, promoviam um povoamento extensivo, de maior domínio estratégico. Assim, as terras foram povoadas na direção sudoeste. Nessa área em disputa, palco de muitas lutas fronteiriças, a classe de estancieiros-soldados que se formou pelo privilégio de ocupar os campos lentamente ganhos do 'inimigo', ao resguardar os seus interesses, os seus bens, estava automaticamente garantindo o controle, o domínio da área lusitana. Eis a singularidade dessa política: a Coroa ao legalizar a posse transferia ao proprietário o ônus da manutenção da terra, garantindo e resguardando automaticamente os seus domínios no extremo-sul brasileiro. Nesse contexto, a estância se constituía, pois, numa verdadeira fortaleza (BARROSO, 1992, p. 42).

A partir da afirmação de Barroso (1992), percebe-se que as estratégias para a expansão territorial e a garantia da posse da terra foram diferentes entre lusos e espanhóis, demonstrando também como a estância foi importante nesse processo, principalmente para os luso-brasileiros.

As questões acima levantadas se ligam a conceitos, que são importantes para compreender o processo histórico estudado, ou seja, entender o que são limites e fronteiras, para perceber as peculiaridades desse contexto e como foram se estabelecendo as estâncias fronteiriças.

Porém, falar da construção da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul é adentrar um ambiente permeado por conflitos, avanços, recuos, tratados, disputas, que muitas vezes se confundem e não se delimitam de forma clara, nesse sentido, Golin (2002, p. 17) afirma que:

> O problema está justamente em desenvolver uma reflexão entre os parâmetros teóricos sobre a fronteira e sua compreensão concreta nos seus tempos históricos. Dessa relação, cada fronteira estimula a sua teoria, entendida como um sistema interpretativo de seu sentido formativo de região e de Estado-Nação.

Assim, deve-se deixar claro que, nesse trabalho não se tratará de cada acordo, cada tratado e as minúcias da constituição histórica da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul[1], mas sim, como isso influenciou a formação de estâncias nessa região, e como até hoje essa área representa características herdadas desse período.

[1] Para esse assunto, consultar os trabalhos de GOLIN, Tau (2002), FERREIRA, Gabriela Nunes (2006), entre outros.

Desde o Tratado de Tordesilhas de 1494, os territórios e consequentemente a região foram objetos de disputas entre Portugal e Espanha, mas somente no século XIX é que essas disputas passam a ter mais importância dentro do contexto da região do atual Rio Grande do Sul.

Pode-se citar uma longa cronologia de tratados, que acabavam expandindo ou diminuindo territórios de uma ou outra nação, conforme o ponto de vista. O Tratado de Tordesilhas (1494), Tratado de Aliança Hispano-Português (1701), os Tratados de Utrecht (1713 e 1715), o Tratado de Madri (1750), o Tratado de El Pardo (1761), o Tratado de Santo Ildefonso (1777), Tratado de Badajós (1801) e o Tratado de Limites (1851), além de alguns outros, sendo que todos os citados foram importantes para as consolidações territoriais da região sul-americana.

A partir do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, é que a região se tornou um grande alvo de embates entre a Coroa Portuguesa e Espanhola, sendo que em 1801, em uma guerra estabelecida entre as duas Coroas, personificada naqueles que habitavam o espaço em questão, é que os luso-brasileiros praticamente duplicaram o território da Província de São Pedro do Rio Grande. Sobre esse período pós-guerra de 1801, Tau Golin (2002, p. 232) afirma que:

> No mundo real da campanha as autoridades sul-rio-grandenses, pressionadas pelo movimento espontâneo dos grupos independentes, assim que se vislumbrou a trégua, trataram de efetivar a ocupação das áreas conquistadas. O processo era conhecido: da conquista passava-se à ocupação/colonização estancieira, criando-se uma situação real de *uti possedetis.* Esse processo sistemático ia da distribuição ou ocupação espontânea de terras para a criação de gados e posterior edificação de vilas. Imediatamente após a guerra de 1801, começaram a aparecer os povoados de Alegrete, Uruguaiana, São Diogo (atual Santana do Livramento) e Santa Ana, rodeados de estâncias. Além do ataque dos grupos gaúchos, os estabelecimentos eram hostilizados pelos grupos indígenas, especialmente pelos charruas, que povoavam a região do Quaraí.

Com isso, percebe-se como foi se delineando a estratégia luso-brasileira de consolidação do território conquistado, baseada, principalmente, no princípio do *uti possedetis,* que foi o recurso jurídico-político mediador da incorporação de territórios na construção do espaço colonial e nacional.

Segundo Golin (2002, p. 50), o *uti possedetis* são as ações concretas da história na ocupação real dos territórios, criando direitos, ou seja, um território passava a

pertencer a alguém (ou, mais precisamente, a um Estado) se de fato o ocupasse, muitas vezes, não levando em consideração os tratados de limites, ampliando a ocupação territorial, de forma a consolidar sua conquista. Santi (2004, p. 13), para explicar o *uti possedetis*, afirma que é a "atribuição do direito de posse a uma ocupação efetiva e prolongada".

Um fator importante na análise da construção da Fronteira são as diferentes estratégias adotadas pelos espanhóis e pelos luso-brasileiros. Os primeiros estabelecem um sistema de guardas para a jurisdição da fronteira, constituídas de rancheiros, com poucos homens, com ou sem família. Enquanto que os luso-brasileiros foram além das guardas e estabeleceram um sistema com homens das forças regulares e milicianas, que recebiam terras ou eram autorizados a ocupá-las nas frentes de expansão. "Os próprios povoadores expressavam uma mobilidade eficientíssima para se transformar em tropa miliciana de defesa" (GOLIN, 2002, p. 207). Assim, esse sistema de defesa-conquista formatou guerreiros/proprietários, já hierarquizados nos diversos espaços territoriais.

Essas diferenças estratégicas fizeram com que o território da Província de São Pedro se ampliasse consideravelmente, uma vez que "em todas as guardas espanholas a cena foi a mesma: diante das tropas luso-brasileiras, abandonavam as cidades ou as entregavam em capitulações solenes. A seguir, os novos ocupantes as incendiavam" (GOLIN, 2002, p. 212).

Outro marco importante nesse contexto de avanços e recuos dos limites territoriais foi à anexação da Banda Oriental ao território do Rio Grande de São Pedro, denominada de Província Cisplantina em 31 de julho de 1821. Após quatro anos de controle da região se inicia uma guerra de libertação, que termina no surgimento de uma nova nação – o Uruguai – em 1828. Nesse sentido, Ferreira (2006, p. 51) afirma que:

> Quando, em 1822, o Brasil se tornou um país independente, o território que hoje abriga a República do Uruguai integrava o território brasileiro com o nome de Província Cisplatina. Objeto de disputa entre Portugal e Espanha no passado, palco de lutas das forças locais sucessivamente contra a Espanha, Buenos Aires e Portugal depois de desencadeado o processo emancipacionista da América espanhola, aquele espaço geográfico e político seria ainda, poucos anos depois da Independência brasileira, objeto de uma guerra entre Brasil e Argentina (então "Províncias Unidas do Rio da Prata). Só depois desse longo périplo, em 1828, a "Banda Oriental" dos argentinos ou a "Província Cisplatina" se tornaria a "República Oriental do Uruguai".

Já em 1835, até 1845, os farroupilhas transformam a fronteira no espaço principal de suas manobras, devido aos embates da Guerra dos Farrapos, que marcou a história do Rio Grande do Sul, e consequentemente a região fronteiriça. Nesse sentido, Ferreira (2006, p.16) afirma que:

> A unidade territorial e política, apenas cinco anos depois de terminada a Revolução Farroupilha, ainda não era considerada absolutamente garantida, pois permaneciam alguns aspectos estruturais que haviam estado na origem da mais longa revolução ocorrida no período imperial.

A definitiva delimitação dos limites do Brasil com as repúblicas vizinhas ainda estava por fazer em meados do século XIX. As disputas territoriais travadas entre Portugal e Espanha foram herdadas pelos países surgidos dos processos de independência política. Assim, desde 1750, com o Tratado de Madri, as nações europeias tentavam estabelecer territórios e limites na América, porém, o Tratado de Madri acabou sendo considerado nulo devido às dificuldades para sua execução. Em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso, assinado também entre Portugal e Espanha, foi desconsiderado, principalmente, a partir da guerra de 1801, que empurrou a fronteira brasileira até o rio Quaraí. Ao fim da guerra foi assinado o Tratado de Badajós, que não revalidou o Tratado de 1777 e nem estabeleceu o *statu quo ante bellum.* (FERREIRA, 2006).

Depois de 1801, a anexação da Cisplatina (1821) em e a independência do Uruguai (1828) foram dois marcos importantes, porém os limites do Brasil meridional só foram fixados, em seu traçado principal, na metade do século XIX, e mais especificamente entre Brasil e Uruguai no Tratado de Limites de 1851, tendo as demarcações definidas entre 1852 e 1862 (GOLIN, 2002).

O tratado de 1851, não foi somente de limites, mas também tratavam de assuntos como alianças, comércio, navegação, extradição e subsídios. E tudo isso ocorreu em um contexto de conjuntura extremamente favorável para o Brasil, da qual o governo imperial soube aproveitar. Nas palavras de Honório Carneiro Leão, futuro visconde do Uruguai, o tratado de 1851 estaria “procurando uma linha razoável, sem ter em vista o engrandecimento territorial, mas unicamente postos apropriados, razões comuns de mútua segurança, e remoção de futuras controvérsias” (FERREIRA, 2006, p. 189).

Assim, percebe-se como o princípio do *uti possedetis* está claramente presente nesse tratado, que fixou os limites entre Brasil e Uruguai. Nesse sentido Santi (2004, p.51) afirma que:

> O tratado de limites de 1851, que fixou a linha fronteiriça definitiva entre o Brasil e o Uruguay, tinha seu ponto inter-relacional entre as doutrinas do *uti possedetis* e da fronteira natural. A expansão somente pode ser sustentada e renegociada pelas incorporações e cedências de territórios sob a doutrina do *uti possedetis.*

Mesmo assim, o Império era ainda vulnerável em vários aspectos: o conturbado contexto platino e a incerteza quanto ao futuro do traçado territorial da região traziam ameaças à ordem construída na primeira metade do século XIX. "A consolidação do Estado imperial dependia, em grande medida, do rumo seguido pelas repúblicas vizinhas" (FERREIRA, 2006, p. 69).

Devido a essa instabilidade, uma estratégia fundamental para a garantia dos territórios conquistados foi o estabelecimento de estâncias, sendo que isso se configurou como uma característica importante para a Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

1.2 Estância como estratégia de consolidação dos limites territoriais

(...) Almas antigas rondam galpões nas estâncias,
Pois são grandes as distâncias e a saudades tão pequenas
(...) Lá na fronteira os tajãs por contingência
Contrabandeiam querências, ora pra um lado ora pra outro.
(Anomar Danúbio Vieira e Marcello Caminha)

A estância sul-rio-grandense do século XIX era caracterizada pela complementaridade com a fronteira, ou seja, havia uma relação entre os proprietários de terras e a organização das estâncias com a consolidação da Fronteira Oeste. Nesse período era necessário fixar pessoas nesses locais, pois a Coroa espanhola estava tentando avançar sobre esse território.

Santos (2006) afirma que o processo de construção das fronteiras políticas depende das populações locais e da ação estatal, analisando os vínculos com os atores sociais nas fronteiras. Fica claro que existe uma relação entre os proprietários de terras e a organização de suas estâncias com a configuração da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, principalmente na primeira metade do século XIX.

Essa estreita relação se explica pela necessidade de fixar pessoas no longínquo universo rural que era a região em questão, em virtude das constantes tentativas de domínio espanhol pela fronteira. Nesse sentido, Santi (2004, p. 3) afirma que "a região oeste do estado vai ser definida pelas limitações territoriais estancieiras e configurada culturalmente dentro destes padrões".

Para que se compreenda a fixação das estâncias nesse espaço é preciso compreender a forma de distribuição de terras no período, ou seja, a doação de sesmarias. Para Laytano (1952) a sesmaria é uma concessão de terras pela qual se dá ao sesmeiro o domínio sobre uma área variando entre três léguas em uma dimensão por outra em largura e uma meia em quadra, resultando uma superfície total que se compreende entre 13 mil e 10 mil hectares, em números redondos.

Essa concessão de terras era feita pela Coroa portuguesa aos possuidores de bens, os quais poderiam ser investidos, e aos prestadores de serviços, ou seja, quem beneficiasse a Coroa, de alguma maneira, seria proprietário. E nesse período, quem era proprietário de terras também era proprietário de *status* social. Sobre isso, Santi (2004, p. 22) afirma que:

> A distribuição de terras no Brasil foi realizada sem organização sistemática e planejada, e os povoadores não apresentavam o perfil ideal para desenvolver uma colonização organizada e produtiva. A condição primordial para a obtenção da carta de sesmaria ou data de campo, era a apropriação prévia da terra com estabelecimento de lavoura ou de criação de gado, após o requerimento a verificação da capacidade, e alegação pela fazenda real.

Percebe-se, a partir dessa citação de Santi (2004), que a apropriação de terras também se pautou no principio do *uti posseditis*, ou seja, da posse preliminar à concessão da sesmaria, assim como o foi na questão dos limites territoriais entre o Brasil e o Uruguai.

Quem era posseiro devia assegurar os limites do seu campo para impedir a expansão dos vizinhos. E com isso percebe-se que a apropriação de terras se estabeleceu através de interesses pessoais e da Coroa, voltada para a segurança e consolidação da zona fronteiriça.

O regime de sesmarias fez com que as terras fossem ocupadas de forma desordenada e fosse responsável pelo surgimento de imensos latifúndios, alguns, inclusive, se mantém até a atualidade.

Os principais beneficiados com a política de doação de sesmarias foram os tropeiros que se sedentarizaram, os militares que deram baixa ou ainda em retribuição aos militares que prestaram ou que estavam prestando algum serviço para a Coroa portuguesa. Essas terras constituíam-se em propriedades livres e hereditárias, sem entraves, não comportando qualquer tipo de dependência pessoal à Coroa, a não ser a fidelidade e a defesa de sua propriedade (SANTI, 2004).

O militar torna-se assim um colonizador, uma vez que receberam como prêmio pelos seus serviços prestados, as sesmarias de campo, onde fundavam as suas estâncias. Os militares ganharam também, noutras campanhas, outras sesmarias, sendo que alguns acumularam muitos hectares de terras. Além dos militares, não se pode deixar de mencionar que os açorianos e tropeiros também receberam sesmarias e tornaram-se estancieiros.

As primeiras sesmarias foram doadas na porção leste do estado, sendo que foi no fim do século XVIII e no século XIX que se intensificou a doação de terras na Fronteira Oeste, área em questão nesse estudo. Sobre essa região Golin (2002, p. 323) afirma que "a distribuição do território Quaraí-Arapeí ocorreu principalmente entre os militares da

segunda divisão, através da doação de sesmarias àqueles que mais relevantes serviços tivessem prestado na defesa da fronteira e segurança do território".

A partir da doação de sesmarias é que se instalam as estâncias na Fronteira Oeste, para a criação de gado, que antes viviam soltos pelos campos e eram capturados, quase que exclusivamente para a retirada do couro.

Uma ressalva importante de se fazer, antes de falar mais especificamente sobre o estabelecimento das estâncias, é que fazendas de criação de gado existiram em todo o país, mas a estância é peculiar gaúcha, iniciando pelo nome, que Santi (2004, p. 25) descreve da seguinte maneira:

> Do latim stantia, coisas paradas. Lugar onde se está, morada, residência. Do castelhano platino, estancia. No Rio Grande do Sul, propriedade rural, média ou grande, que se dedica à lavoura ou à pecuária, especialmente a criação de gado bovino e cavalar. Fazenda de criação. Estabelecimento rural, destinado a criação de gado constituído de grande extensão de campos divididos.

As estâncias no Rio Grande do Sul surgiram no século XVII, devido ao trabalho dos jesuítas nas missões. Porém essas primeiras estâncias eram bem diferentes das estâncias que vão se consolidar na Fronteira Oeste a partir da doação de sesmarias e da necessidade de proteger o território, torná-lo produtivo, e inclusive lucrativo.

As estâncias missioneiras não realizavam comercialização intensa com mercados externos e eram organizadas para a subsistência dos povoados jesuíticos. Nesse sentido, Santi (2004, p. 68) afirma que "a estância missioneira era espanhola, com caráter e administração religiosa, sempre mantendo um equilíbrio entre bens, o homem e o consumo, a estância portuguesa era de caráter meramente econômico, militar e exploratório".

As estâncias do século XIX na Fronteira Oeste tornaram-se um empreendimento rural, originando uma estrutura social e econômica baseada na criação do gado e isso permitiu certa vigilância dos limites brasileiros, uma vez que a região estava de fato ocupada e produtiva.

Os proprietários da terra organizaram as estâncias como uma forma de tornar a terra produtiva (criação de gado) e estabelecer um local de moradia e também de defesa. Sendo que a atuação desses atores sociais foi fundamental na consolidação da Fronteira Oeste. A estância se tornou um núcleo habitacional, com caráter militar, baseada na

criação de gado, que foi a base da economia sul-rio-grandense. Pois, segundo Golin (2002, p. 180):

> Invariavelmente, esses povoadores eram os próprios militares e milicianos, configurando-se assim um tipo social fundido na figura do militar-proprietário. Através da pequena guerra de postos foram as tropas portuguesas ampliando os limites do Rio Grande,e tanto mais quanto menos resistência deparavam da parte oposta, e o terreno que por essa guisa se adquiria ia sendo apossado pelo pessoal que acorria à fronteira com o fito de aí estabelecerem fazendas de criar gado.

Pode-se perceber que a atividade pecuária tornou-se a principal atividade econômica da região, onde proliferava o gado selvagem. Dessa forma, segundo Ferreira (2006, p.72), a atividade pecuária se adequava ao duplo interesse colonizador: "o interesse econômico pelo aproveitamento de um produto abundante (o gado) e o objetivo estratégico e político de expansão em direção ao Prata". A ocupação da terra, a preação do gado e a conquista e defesa do território estão intimamente ligados nesse espaço e período.

Santi (2004) apresenta a estância como a estratégia ideal utilizada pela Coroa portuguesa para controlar o território e dificultar as investidas espanholas, afirmando que:

> A estância foi um tipo de estabelecimento que acarretou profundas raízes na história do Brasil Colonial, decorrente de uma política metropolitana que visava à ocupação e o povoamento das distantes terras da região sul, utilizando-se dessa estratégia (incentivar o ato de estanciar), para mantê-las sob domínio e resguardo da ameaça espanhola em primeiro momento.

O estancieiro, além de ser um criador de gado, tinha que ser também um militar, devido à função das estâncias de defender o território. Dessa maneira se formou um tipo social que pode ser denominado estancieiro-militar. Muitos estancieiros já eram militares, porém outros tiveram que se adaptar a essa nova função criada pela necessidade do espaço que habitavam. Esses estancieiros-militares foram agentes de transformações históricas que se passaram nesse cenário. Com certeza eles não

atendiam apenas ao interesse da Coroa e sim mantinham seus interesses e aumentavam seu prestígio e poder.

Ferreira (2006, p. 74) afirma que "sobre os estancieiros – que muitas vezes ocupavam também cargos militares oficiais – e suas milícias também continuava a recair a defesa da fronteira meridional do Brasil, juridicamente aberta e formada apenas mediante a ocupação efetiva do território".

Deve-se analisar que o Estado brasileiro ainda não possuía uma formação completa do Exército Nacional, fazendo com que essa força militar local, de caráter semiprivado, assumisse importância fundamental na defesa do território e nas lutas platinas. "Isso deixava o governo imperial em situação delicada, pois se via enfraquecido interna e externamente todas as vezes que fraquejava a lealdade da força militar gaúcha, movida fundamentalmente por seus interesses privados" (FERREIRA, 2006, p. 74).

Santi (2004, p. 71) afirma que nas estâncias da Fronteira Oeste do século XIX, se organizavam exércitos formados por peões e escravos, que se tornavam soldados, e por estancieiros que incorporavam a função de comandantes. O objetivo era estanciar para preservar as linhas de fronteira.

O poder local desses estancieiros, muitas vezes, confrontava-se com o poder monárquico central, o qual não tinha muito controle sobre tudo o que acontecia na Província, devido à falta de fiscalização e a distância. "O vasto território e a distância entre a sede do governo e as regiões fronteiriças dariam um tom particular àquela administração" (SILVA, 2001, p. 187).

> Esta precariedade da administração em controlar e fiscalizar as políticas públicas favoreceu o surgimento de forças regionais relativamente autônomas que não só retardaram o processo de racionalização da burocracia, como, também, exerceram um poder paralelo, e muitas vezes contrário ao poder central.

Os estancieiros-militares foram agentes importantes nesse espaço, tanto atendendo interesses da administração central – garantindo a posse das terras – como agindo conforme seus interesses particulares – garantindo mais poder, riqueza e prestígio.

A estância também foi importante na sociabilização desse espaço, pois formou um ambiente de convívio social, de atividades domésticas e cotidianas, contrapondo-se ao ambiente conflituoso e belicoso da Fronteira Oeste naquele período. Essa faceta da organização estancieira não é muito comentada e estudada pelos pesquisadores, que centram sua atenção no caráter público da estância, ou seja, criação de gado e apropriação das terras.

Nesse sentido Gomes (2001) comenta que as estâncias desempenharam um papel que supera o mero aspecto econômico, devendo ser compreendida como uma das primeiras formas de organização social e territorial do atual estado do Rio Grande do Sul, sendo que assim, a estância vai dando uma nova feição a Campanha.

Pensar a estância de forma mais ampla, incluindo seus aspectos cotidianos e até banais, faz com que se desconstrua a ideia generalizada e simplista da estância como um espaço único e homogêneo. A heterogeneidade estancieira pode ser percebida tanto pela diversidade de ocupações, ou seja, diferentes estâncias foram se estabelecendo ao longo da Fronteira Oeste, e também pela pluralidade de elementos sociais que a compunha.

A estância é uma unidade doméstica onde se realizam práticas cotidianas e há a interação dos seus habitantes. Segundo Tocchetto e Medeiros (2009, p. 127):

> Os estudos nos sítios históricos devem abordar a unidade doméstica com uma estrutura, onde diferentes testemunhos (como habitação, poço, cisterna, lixeira, muro, etc.) e espaços considerados como área de serviço (pátio, quintal, jardim, etc.), estão relacionados, e enquanto uma unidade de assentamento, incluindo os elementos fixos e semi-fixos, no caso os objetos que foram descartados, originando os depósitos de lixo nos pátios das casas.

Deve-se deixar claro que não só os estancieiros foram importantes nas estâncias, pois esta agregava vários agentes históricos – estancieiro, sua esposa e filhos, peões, capatazes, escravos e outros, que também fizeram parte desse processo e desse ambiente. Essa concepção de estância como uma unidade doméstica que abriga diferentes sujeitos pode ser sintetizada na ideia de *household*, definida por Beaudry (1984).

> *The acknowledged variation in family form is what leads to the definition of household as not being tied strictly to kinship. A household is a "co-resident*

> *domestic group" composed of "those who share the same physical space for the purposes of eating, sleeping, taking rest and leisure, growing up, childrearing, and procreating" (Laslett, 1972, p. 24 apud BEAUDRY, 1984, p. 30).*

Os grupos domésticos podem habitar em diversos recintos e atuar com uma única entidade econômica e social ou então, como ocorre em alguns contextos urbanos, diferentes grupos podem habitar o mesmo espaço (BEAUDRY, 1984, p. 31). No caso das estâncias, há lugares diferentes dentro do complexo estancieiro para os diversos grupos sociais que se relacionam na unidade doméstica.

A estância tinha, além de diversos agentes históricos, vários espaços e lugares diferenciados - casa sede, geralmente de arquitetura simples, cozinha, senzala, galpões para os peões e instrumentos de trabalho. Havia também em algumas estâncias a atafona (lugar de fabricação de farinha), casa de charque, capelas e outras estruturas (GOMES, 2001, p. 37).

A distância das cidades foi um fator que obrigou as estâncias a se tornarem núcleos quase auto-suficientes, ou seja, era preciso produzir alimentos e o que mais fosse necessário, pois poucas coisas eram compradas dos mascates, que passavam esporadicamente pelas estâncias, tanto pela distância como pelo perigo que a fronteira representava.

Assim, pode-se notar que a estância é um espaço muito importante para a história do Rio Grande do Sul e da região platina, se caracterizando por ser um local de criação de gado, de defesa do território e moradia, relacionada com a consolidação da fronteira entre Brasil e Uruguai.

Para essa pesquisa dar-se-á ênfase ao aspecto doméstico da estância, justamente para ampliar os estudos dessa temática, já que a fonte utilizada será proveniente das escavações arqueológicas realizadas em uma estância – a Estância Velha do Jarau.

1.2.1 Estância Velha do Jarau – Quaraí/RS

A Estância Velha do Jarau insere-se no contexto explicitado acima, sendo uma estância do século XIX, na fronteira do Brasil com o Uruguai, com similaridades e

particularidades que ajudam a ampliar o conhecimento histórico e arqueológico sobre essas estâncias fronteiriças.

O sítio arqueológico histórico RS-Q-17 Estância Velha do Jarau, objeto desse estudo, está localizado em Quaraí – RS, município limítrofe com Artigas – Departamento de Artigas, Uruguai. Esse sítio é constituído pelas ruínas da estância e vestígios materiais decorrentes da ocupação desse lugar durante o século XIX.

Figura 1: Mapa do Rio Grande do Sul, destacando o município de Quaraí. Fonte: http://vo.wikipedia.org/wiki/Quaraí

A questão fronteiriça entre Brasil e Uruguai no século XIX passou necessariamente por diversos tratados, batalhas e constantes recuos e avanços. Porém, isso não explica por completo a consolidação das fronteiras entre esses dois países. Um fator fundamental foi o estabelecimento de estâncias e a participação dos que ali fixaram moradas ou postos militares.

Os proprietários da Estância Velha do Jarau e as demais pessoas que a habitaram no passado são fundamentais para compreender sua história e também a formação do registro arqueológico.

O primeiro proprietário das terras onde se localiza a estância foi Maneco Pedroso, que possuía um grupo armado para a defesa da fronteira, sendo também atribuída a ele a construção das primeiras mangueiras (currais) que fazem parte das

ruínas da estância. Não há dados precisos sobre o período de ocupação das terras por Maneco Pedroso, porém sabe-se que ele morreu em 1816 e Bento Manoel ocupou as terras em 1828. Nesse intervalo não se sabe ao certo quem foi o proprietário das terras.

Em 1828, já com Bento Manoel Ribeiro como proprietário das terras é que se inicia uma atividade pecuarista considerável na estância. Bento Manoel se dedicava à criação de gado, e era responsável também pelas cavalhadas (tropa de cavalos) utilizadas nas campanhas militares destinadas a defesa da Fronteira Oeste do atual estado do Rio Grande do Sul.

Antes disso, "nas campanhas de 1817 a 1820, reunia gente para defender nossa fronteira dos ataques de Artigas, Sotel e Andresito Guacurari" (PONT, 1983, p. 173). Depois de estabelecido na Estância do Jarau, distribuía contra-ataque da foz do rio Quaraí, numa grande zona de operações militares.

> Bento Manoel, ao que se conta, foi um afortunado, em relação às guerras que se desenvolveram para a formação de nossa fronteira. Nunca perdera nenhum combate com os castelhanos. A única derrota que sofreu, foi na Batalha de Sarandy, enfrentando em 12 de outubro de 1825, os dois Exércitos reunidos de Frutuoso Rivera e Lavalleja (PONT, 1983, p. 175).

Posteriormente a Estância do Jarau foi adquirida pelo tenente coronel Olivério Francisco Pereira, cujos herdeiros foram sendo os sucessivos donos. Um comerciante italiano, Olympio Giudice, casa-se com a filha de Olivério Pereira, Josefina, que era herdeira de uma parte da Estância Velha do Jarau.

O abandono da Estância Velha do Jarau ocorre gradativamente entre os anos de 1905 e 1907, devido ao aumento de transeuntes nas redondezas do complexo estancieiro e devido a um incêndio de origem desconhecida. Em decorrência desses fatos Olympio Giudice constrói outra sede da estância utilizando-se de parte do material construtivo da Estância Velha. A nova construção foi denominada Estância Nova do Jarau.

Bento Manoel Ribeiro é o proprietário da estância mais conhecido pela historiografia e, é por isso que é possível comentar mais sobre sua trajetória. Bento Manoel era brigadeiro do exército imperial, tinha terras na região fronteiriça correspondentes à aproximadamente 3 sesmarias e estabeleceu de forma sistemática a Estância Velha do Jarau, para criação de gado e tropas de cavalos, além de servir como local para sua tropa militar e dessa forma defender o território luso-brasileiro e também

abrigar sua família (11 filhos e sua esposa – Maria Mência da Conceição Monteiro). Bento Manoel possuía uma casa na vila de Alegrete, onde também residia em alguns momentos.

Figura 2: Casa que pertenceu a Bento Manoel. Centro de Alegrete/RS. Acervo pessoal, 2010.

Bento Manoel Ribeiro de Almeida, nasceu em Sorocaba, interior paulista, em 1783. Veio para o sul ainda jovem, acompanhando seu irmão Gabriel Ribeiro de Almeida, conhecido por tomar parte na conquista das Missões em 1801. Bento primeiro foi peão, se alistou como soldado no Regimento de Milícias Dragões do Rio Pardo até se tornar conhecido como um excelente estrategista militar (GOMES, 2001, p. 64).

Bento Manoel Ribeiro participou de várias guerras, porém a que mais teve "destaque" foi a Guerra dos Farrapos, sendo uma figura muito controversa na historiografia, pois alguns o têm como o traidor da efêmera República Riograndense e outros, como o que manteve seus primeiros ideais, defendendo a Monarquia.

Bento Manoel iniciou a Guerra dos Farrapos ao lado dos republicanos e, em 1836, aliou-se às forças legalistas e foi promovido a Brigadeiro pelo Governo Imperial, sendo que em 1837 volta a prestar serviços aos farrapos. Em 1839 demite-se voltando para a Estância do Jarau, dedicando-se a criação de gado, adoecendo em 1852, sendo que faleceu em 30 de maio de 1855 (PONT, 1983).

Esse seu comportamento na Revolução Farroupilha rendeu comentários sobre sua possível traição à República Rio-grandense, tendo quem o acusasse ou o defendesse. Alfredo Ferreira Rodrigues em uma carta ao Sr. José Fialho Dutra, em 08 de abril de 1898, fala de Bento Manoel da seguinte maneira:

> Estou hoje convencido que Bento Manoel é o personagem mais falsamente apreciado da revolução. Estou de posse de alguns dados que o apresentam sob um aspecto muito diferente da opinião formada a respeito delle. Para mim Bento Manoel não é traidor, como o têm querido pintar todos (RODRIGUES, 1906, p. 8).

Esse discurso mostra como Bento Manoel era visto no final do século XIX, pontuando as duas opiniões a respeito do general. Isso demonstra como o proprietário da Estância Velha do Jarau era uma figura proeminente na província sendo eleito, em 1834, Deputado Suplente a Primeira Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul e também conhecido por seus atos e guerras pelo governo central. A articulação entre poder central e poder local nesse caso é clara, pois Bento Manoel é um estancieiro e militar poderoso na região, porém tem seus interesses com o governo no Rio de Janeiro. Dessa forma, afirma Graham sobre esse tipo de poder dual:

> Ao passo que os terratenentes e escravocratas, paulatinamente, construíam um sistema político estável e centralizador, no qual participavam ativamente, eles procuravam legitimidade porque, sem ela, sua autoridade local permanecia relativamente fraca. Eles desejavam fortalecer a hierarquia porque ela validaria a sua própria posição local predominante (2001, p. 34).

A elite local percebeu, principalmente, depois das rebeliões que buscavam mais autonomia para os poderes locais, que se aliar ao poder central era mais seguro para a manutenção do seu poder, não abrindo brechas para que as "classes perigosas" tentassem tomar o poder ou obter vantagens através das revoltas locais (GRAHAM, 2001). Assim, foi se constituindo a relação entre poder local e poder central, na qual Bento Manoel pode ser considerado um exemplo, pois legitimar o poder central fez com que seu poder local fosse fortalecido e não questionado.

Isso pode demonstrar que Bento Manoel articulava seu poder tanto localmente, como com as instituições do estado centralista, objetivando ter mais poder e legitimidade em suas ações.

É importante ressaltar e demonstrar que na estância também habitavam outros atores sociais, que vão compor o complexo estancieiro. Na estância do Jarau estiveram presentes, além de Bento Manoel, sua esposa, seus filhos, peões e escravos. Para cada um deles há um lugar definido nas estruturas da estância – casa-sede, galpões e senzala (na Estância Velha do Jarau ainda não foi identificada a senzala). A estância não exigia um grande número de trabalhadores, devido as atividade que ali se desenvolviam. Por isso, não há grandes números de escravos como numa charqueada ou como em outras regiões do país.

A presença de escravos nas estâncias é significativa como afirma Bernd e Bakos: "Os relatos dos viajantes estrangeiros no Rio Grande do Sul, no decorrer do século 19, nos revelam a importância e a significativa presença de escravos negros nas estâncias gaúchas". (1998, p. 43). Da mesma forma Santi considera que "em quase toda a fronteira o escravo prestou-se para o serviço doméstico, tanto para as famílias das vilas, quanto para o serviço caseiro em torno das fazendas" (2004, p. 30).

Os viajantes que passaram pelo Rio Grande do Sul e pelas estâncias sempre apontam a presença de escravos, alguns mostrando como seria um trabalho mais brando, enquanto outros enfatizaram a brutalidade do tratamento dispensado aos negros. Essa é uma questão que gerou vários debates na historiografia, devido à formação do mito da democracia racial que existiria no Rio Grande do Sul. Porém, já foram feitos estudos desmistificando essa ideia e demonstrando como a suposta bondade dos senhores de escravos no Rio Grande do Sul não advinha de generosidade dos escravocratas ou de uma relação mais humanizada entre senhores e escravos, mas sim pela singularidade das atividades desenvolvidas pelo escravo nas estâncias, diferente das atividades charqueadoras ou outras atividades desenvolvidas no restante do país.

> Um aspecto marcante da presença dos escravos nas estâncias pode ser considerado na construção das mangueiras de pedras. Seu trabalho, sua força deve ser percebida em outros ambientes da estância, além da senzala. O escravo é um importante elemento compositor da estância. É tanto força de trabalho como mercadoria. É também referência sobre uma forma de trabalho, a escravidão. Sua presença na estância expõe a complexidade das relações sociais dentro deste espaço aparentemente homogêneo (GOMES, 2001, p. 46).

A multiplicidade de atores sociais de uma estância não se encerra nos proprietário e nos escravos, pois como afirma Santi (2004) em uma estância poderia existir gerente, capataz, sota capataz, peão, caseiro, cozinheira, posteiro, agregado, carreteiro, guaqueiro, tropeiro, armador, esquilador, quinchador e tumbeiro. Todas essas funções estão diretamente ligadas à estância, alguns não sendo trabalhadores permanentes da estância, mas em algum momento estando presente, ampliando ainda mais a heterogeneidade social estancieira.

Algumas dessas atividades eram remuneradas, existindo dessa forma trabalhadores assalariados. Os peões, tipo mais característico das estâncias, trabalhavam por baixos salários, dessa forma prestavam serviços temporários em várias estâncias para obter mais renda. O peão é o homem que executa a maioria dos trabalhos da estância e que mora nos galpões.

Todos os grupos citados acima demonstram a quantidade de atividades que se desenvolvia em uma estância. Como afirmou Hörmeyer (1986, p. 70) "A vida propriamente dita do campeiro é a estância. Vigiar o gado, domar cavalos xucros, marcação do gado soberano, carreiras são seu prazer e suas festas". A afirmação do viajante alemão demonstra algumas das atividades desenvolvidas na estância permeada pela visão do prazer envolvido nessas atividades, tão comumente associadas às lidas campeiras.

As atividades de uma estância e suas funções são múltiplas, compõe um cenário com ambiente produtivo, doméstico e militar. Mas esse cenário não se encerra nisso, ele perpassa por outras questões como a composição lendária do Cerro do Jarau. O cerro, antes de tudo é funcional como afirma Isabelle a cerca de outra estância nos arredores de Itaqui, demonstrando a importância do relevo.

> Era noite fechada quando chegamos à estância, situada sobre uma elevação da qual se dominam todas as terras que lhe pertencem. Uma posição desta natureza é muito invejada pelos estancieiros porque, em tempos de perturbação, nos quais se pode temer o roubo do gado, seu proprietário poderá cuidá-lo comodamente (1983, p.14).

Na época da construção e atividades da estância o cerro representava um ponto de proteção, pois a geomorfologia da Campanha sul-rio-grandense é na maior parte composta de planícies, sendo o cerro algo que se destaca na paisagem da região, oferecendo um lugar mais seguro no século XIX, marcado por disputas e lutas pelo território.

Figura 3: Cerro do Jarau. Acervo LEPA-UFSM, 2006.

A Campanha e o cerro do Jarau não são somente cenários onde se desenrola a história, mas são partes constituintes da mesma, pois foram apropriados pelos homens que estavam vivendo naquele espaço. O cerro se tornou também um elemento constituinte de lendas (Salamanca do Jarau) e do imaginário da população.

Nesse sentido, a geografia da região, as estruturas arquitetônicas da estância e a composição: cerro e lenda fazem parte da paisagem da Estância Velha do Jarau e permitem que se analise de forma mais ampla o contexto estancieiro. Nesse sentido, pode-se dizer que a paisagem é algo construído e/ou modificado pelo homem e serve para legitimar uma ordem social, além de atuar como elemento ativo e interativo das ações humanas (SOUSA, 1995, p. 67).

A lenda da Salamanca do Jarau foi adaptada no Rio Grande do Sul por Simões Lopes Neto. A lenda refere-se a uma princesa moura que habitaria uma furna do Cerro do Jarau e tinha a forma de uma lagartixa. “Essa lenda é explicitamente de origem

árabe. É tal pessoa quase sagrada que recolhe da lagoa a moura encantada, dissimulada em lagartixa" (FAORO, 1998, p. 33).

A lenda de Simões Lopes Neto demonstra o caráter lendário e a reminiscência mágica que o ambiente social que integra a estância ainda estava fortemente imbuído. A Salamanca do Jarau, ou a furna do cerro do Jarau é um local considerado místico e que na lenda escrita por Lopes Neto, a teiniaguá, que vivia nessa furna, encanta um sacristão que fica preso no Cerro por duzentos anos, com o qual Blau Nunes (personagem de Lopes Neto em Lendas do Sul) se depara e ajuda o sacristão a sair do encantamento da teiniaguá, sendo que o mesmo lhe oferece o que quiser se Blau entrar na furna. Entrando na furna, passa por sete provas e pode obter sete escolhas oferecidas pela teiniaguá, mas este recusa todas, querendo somente possuir a teiniaguá encantada. Assim, fica sem nada, mas o sacristão lhe dá uma moeda que lhe garantirá fortuna para sempre. Depois de experimentar essa fortuna, não a quer mais, pois isso só o fez afastar-se das outras pessoas e não ter mais sossego. Dessa forma, sobe o cerro novamente para devolver a moeda encantada e liberta de vez o sacristão e a teiniaguá. "Assim acabou a salamanca do Cerro do Jarau, que aí durou duzentos anos, que tantos se contam desde o tempo das Sete Missões, em que estas coisas principiaram" (LOPES NETO, 2001 p. 53).

Essa lenda, ambientada em local próximo da Estância Velha do Jarau fez com que se contassem histórias sobre Bento Manoel e a teiniaguá, como afirma Pont (1983, p. 175): "E se conta que Bento Manoel havia embruxado sua lança, nos cerros do Jarau, conhecedor que era da Salamanca. Residindo muito próximo, na fralda do cerro, onde construiu sua estância, seus labirintos lhe eram familiares". Com isso, afirmava-se que Bento Manoel saia sempre vitorioso de suas batalhas porque sua lança estava enfeitiçada pela princesa moura.

A importância da lenda e de seus desdobramentos não está em justificar as vitórias de Bento Manoel, nem saber se a teiniaguá enfeitiçou mais alguém, mas sim compreender o significado dessa lenda para este local, ou seja, na lenda da Salamanca do Jarau fica expresso o linguajar das pessoas da época, as sutilezas, melodias e particularidades entendidas pelo grupo que compartilhava a crença na lenda. Os sentimentos e ideias podem ser considerados um patrimônio comum de quem está vivenciando as mesmas experiências.

Dessa forma, o ambiente estancieiro não se encerra na propriedade da terra, nas estruturas arquitetônicas, nos vestígios materiais recuperados pela arqueologia, na criação de gado, na consolidação dos limites territoriais entre outros.

O ambiente fronteiriço é formado também por um local de convivência, de relações sociais, de pessoas interagindo e relacionando-se entre si e com o ambiente, sendo que estas relações são sempre complexas e não objetivas, muitas vezes permeadas por crenças, lendas e mitos que não são facilmente apreendidos pela investigação histórica ou arqueológica e precisam de um entendimento mais amplo, como por exemplo, entender o significado da própria lenda da Salamanca do Jarau.

A lenda, apesar de sua composição imaginária, possui elementos da história e do tipo social que habitava a estância, como afirma Faoro (1998, p. 25):

> A natureza dos homens de Simões se acha vinculada aos grupos originários que lhes marcaram o destino: as comunidades domésticas da estância e da vizinhança. Pertencer à estância e ser vizinho de outra, aí estão as coordenadas onde se prende e associa a vida do gaúcho.

Assim, uma lenda não é apenas literatura, é também uma forma de compreender a história e torná-la mais plural, valorizando elementos do imaginário das pessoas que habitaram o local e utilizaram os objetos que hoje são alvos deste estudo.

Outro olhar sobre o Cerro do Jarau e a lenda, é o filme O cerro do Jarau, de direção de Beto Souza, lançado em 2005, que mescla a vida urbana e rural, nos dias atuais, remetendo-se a lenda e ao ambiente do campo próximo ao cerro. A lenda trabalha com a imaginação de três primos que viveram a infância nas proximidades do Cerro do Jarau, sempre com as dúvidas e medos do mito da teniaguá. Depois de adultos voltam para o local e parte do passado dos jovens volta à tona.

Assim, pode-se perceber como esse ambiente é propicio para diversas releituras e está presente no imaginário da população do estado do Rio Grande do Sul, mesmo que de forma mítica, idealizada, ou mesmo de uma forma simplista, não percebendo todas as facetas que a história e cultura do estado integram. Mas a lenda, o filme e até as músicas estão presentes no dia-a-dia das pessoas que hoje moram na região e dessa forma, o passado e a história se fazem presentes no cotidiano dos sul-rio-grandenses.

Para que se elabore um conhecimento, também arqueológico, da Estância Velha do Jarau, que contribua para a construção de uma história e que valorize as diversas facetas que possam integrar o ambiente fronteiriço estancieiro é que foram realizadas as pesquisas arqueológicas no sítio RSQ-17 Estância Velha do Jarau. As pesquisas

iniciaram de fato em 1997, quando aconteceu a primeira ida a campo, organizada pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA-UFSM), sendo que as pesquisas subseqüentes também foram levadas a cabo por essa instituição.

Figura 4: Atividades de escavação. Acervo LEPA-UFSM, 1997.

Na campanha de 1997 houve os contatos com o prefeito do município de Quaraí na época, com o Dr. João Giudice, proprietário das terras onde se encontra o sítio arqueológico, além do Dr. Nei Marin, um colecionador de armas da cidade. Após esses primeiros contatos iniciou-se o trabalho arqueológico no sítio, que evidenciou o material, que se torna recorrente por todas as outras campanhas: vidros, louças, metais, pedras, tijolos, telhas, restos faunísticos, etc. A pesquisa de 1997 também identificou a composição arquitetônica variada das estruturas, longas cercas de pedras e dois olhos d'água na propriedade.

Em 1999, foram feitas duas visitas ao sítio, sendo que a primeira, em agosto, serviu para ser refeito o croqui do sítio (que havia sido feito em 1997) e medir a extensão das mangueiras de pedra. Já em outubro e novembro foi feita uma escavação, com decapagem sistemática numa área de 80m², divididas em seis setores. Nessa escavação foram encontradas louças, tijolos, material lítico, metais, vidros, etc. Identificaram-se as camadas estratigráficas do sítio e suas perturbações.

Em 2000 houve uma pequena incursão a campo, coordenada por Flamarion Gomes, que na época, era mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e realizou sua pesquisa sobre a Estância Velha do Jarau.

Em 2001, a pesquisa arqueológica na estância se baseou nas unidades de análise desenvolvidas por Gomes na sua dissertação de mestrado. Assim a escavação priorizou duas unidades de análise: Casa/Sede e Quinta/Pomar. Nesses locais foram encontrados fragmentos de telhas, cravos, pregos, vidros, louças, metais e restos faunísticos. Além das duas áreas de escavação (quadrícula A e B, divididas cada uma em quatro setores), houve escavações em poços testes e poços de controle estratigráfico.

Figura 5: Escavação arqueológica – Acervo LEPA-UFSM, 2001.

Figura 6: Escavação arqueológica – Acervo LEPA – UFSM, 2001.

Já em 2003, organizou-se um Sítio Escola, que contou com pesquisadores e alunos de várias instituições sendo elas: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior (UNIVATES) Universidade de São Paulo (USP), Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ) e Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O Sítio Escola foi coordenado pelo Prof. Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder (LEPA-UFSM) e pela, então doutoranda pelo MAE, Prof. Neli Teresinha Galarce Machado (atualmente Neli Machado é Prof. Dra. na UNIVATES). O Sítio Escola contou também com a presença da Prof. Dra. Marisa Coutinho Afonso (MAE-USP) que proferiu uma palestra sobre a arqueologia em São Paulo para os participantes. Os trabalhos foram divididos em duas frentes, sendo que cada uma contava com dois monitores. Durante o dia era realizado o trabalho de campo, e a noite sempre havia discussões sobre o sítio e palestras sobre arqueologia.

Figura 7: Escavação Arqueológica – Sítio Escola – Acervo LEPA–UFSM, 2003
.

Foram escavados dois setores e alguns poços testes e cubículos, além de trincheiras que foram sendo abertas conforme a necessidade. Assim foram coletados vários materiais, além de identificar novamente a complexa estratigrafia do sítio. Nesse Sítio Escola também se realizou uma atividade de Educação Patrimonial, que contou com a visita de alunos e professores de duas escolas da cidade, além da presença da secretária de educação municipal.

Figura 8: Estudantes e Professores de Quaraí chegando ao sítio arqueológico – Acervo LEPA- UFSM, 2003.

Figura 9: Alunos e professores observando o material arqueológico – Acervo LEPA – UFSM, 2003.

E por fim, a última pesquisa foi realizada em 2006, sendo estabelecidas duas frentes de trabalho, uma que iria prospectar toda a unidade de análise denominada Quinta por Gomes (2001), para identificar, de fato, sua função. E outra, para prospectar uma área lateral às estruturas centrais, que ainda não havia sido algo de escavações. Nessas duas áreas o material encontrado não foi diferente do que já havia sido encontrado nos outros anos, só chamando a atenção para a grande quantidade de material disperso por toda a área lateral das estruturas.

Figura 10: Prospecção na área nordeste das estruturas centrais do sítio arqueológico – Acervo LEPA – UFSM, 2006

.

Figura 11: Prospecção na Quinta – Acervo LEPA-UFSM, 2006.

Assim, percebe-se que a Estância Velha do Jarau tem um grande potencial para se trabalhar com as noções de patrimônio arqueológico, cultural, além de ser um importante marco para a história local e regional, o que facilita a identificação com o local. Nesse sentido, as pesquisas arqueológicas, contribuem para a valorização desse

passado e desse patrimônio de forma mais plural, mas que precisa divulgação ampla e participação do público para que se transforme em herança para as gerações futuras.

Além de um fator fundamental da história, as estâncias, também podem ser consideradas um referencial da cultura do Rio Grande do Sul, uma vez que é entendida como o local do "verdadeiro gaúcho", ou seja, há uma romantização e idealização desse espaço como sendo o ambiente em que se desenvolveram as características fundamentais do povo gaúcho, sejam elas a valentia, o trato com o gado, a vida no campo, etc.

Essa ideia de identidade gaúcha para todo sul-rio-grandense pode ser melhor compreendida se as pesquisas realizadas forem divulgadas, mostrando a heterogeneidade da cultura do estado do Rio Grande do Sul, e mesmo a história plural das estâncias, onde habitavam os estancieiros, mas também os peões, escravos, mulheres, agregados, caseiros e outros, ou seja, era um ambiente muito diversificado e múltiplo que merece ser compreendido pelos que cultuam as tradições do campo e da vida estancieira.

Não há como negar que existe uma forte identificação com o passado das estâncias, das guerras empreendidas para a formação dos estados-nacionais, e com a vida campeira, porém é preciso perceber que há um movimento contrário a essa exaltação somente do tipo gaúcho, buscando resgatar a diversidade e multiculturalidade do estado.

E é nesse sentido, que a pesquisa arqueológica na Estância Velha do Jarau é importante, ou seja, ao mesmo tempo em que deseja valorizar esse passado, também quer mostrar como há outras formas de interpretação desse mesmo passado, onde a idealização sem conhecimento histórico dá lugar a interpretações múltiplas que valorizam os diversos atores sociais que participaram da construção histórica desse período. Da mesma maneira, Gomes (2001) afirmou que a pesquisa arqueológica pode contribuir para que as estâncias sejam vistas de forma mais fidedigna.

Através da pesquisa na Estância Velha do Jarau pode-se entender a vida cotidiana dos habitantes da fronteira e também identificar o patrimônio imaterial desse ambiente, ou seja, a lenda da Salamanca do Jarau é um patrimônio relacionado a esse local, uma vez que até hoje é contada e referenciada no cerro do Jarau e por todo o estado. Assim, Thomasi (2008) denominou o cerro como sendo um espaço-memória, ou seja, é um local importante para a identificação de mais um patrimônio quaraíense.

A Estância Velha do Jarau contribui para o conhecimento das estâncias fronteiriças do século XIX que foram um importante fator na consolidação da fronteira nacional do Brasil Meridional. E também demonstrou as especificidades da estância, relacionando proprietários, moradores, atividades e lendas.

1.3 Perfil histórico cultural da região da Campanha – a construção da identidade gaúcha

Através do contexto histórico da Fronteira Oeste sul-rio-grandense no século XIX e a consolidação de estâncias nesse espaço, pode-se traçar um perfil histórico cultural dessa região, que permanece até os dias de hoje, materializados na região denominada Campanha gaúcha.

Muito do que se tem hoje como característica da Campanha é resultado dos processos históricos que ocorreram nesse ambiente, tanto que a denominação Fronteira Oeste também é utilizada para essa região, carregando ainda consigo o emblema fronteiriço, com todas as características que são inerentes, tais como contato, acordos, relações diplomáticas, econômicas e identitárias.

A Campanha é caracterizada pela topografia ondulada do pampa, de suaves colinas, coxilha, com vegetação de gramíneas, quase uniforme que tem grande importância para a economia da região, por fornecer algumas das melhores pastagens naturais do país. A Campanha Gaúcha refere-se, em termos oficiais, à Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense, a qual engloba as Microrregiões da Campanha Ocidental, Central e Meridional (IBGE, 1997).

Segundo Carvalho (2006, p. 9), "o pampa gaúcho localiza-se a sudoeste do território, constituindo numa área de planalto de altitudes inferiores a 500 metros, apresentando ligeiras ondulações em seu terreno".

Ressalta-se que ao se referir a Campanha gaúcha, reporta-se, também, ao termo originado durante a formação histórica do território rio-grandense, nos campos meridionais, particularmente, no Pampa (BRUM NETO e BEZZI, 2009). Tanto que se encontram descrições de viajantes, como Saint-Hilaire, afirmando que:

> Até agora tenho atravessado sempre planícies uniformes sem o mais leve acidente e unicamente animadas pela presença do gado aí apascentando. [...] Distinguem-se estâncias e chácaras. Uma estância é uma propriedade onde pode existir alguma cultura, porém ocupando-se principalmente da criação de gado. A chácara tem área menor e só se destina à agricultura (p. 91 e 139)

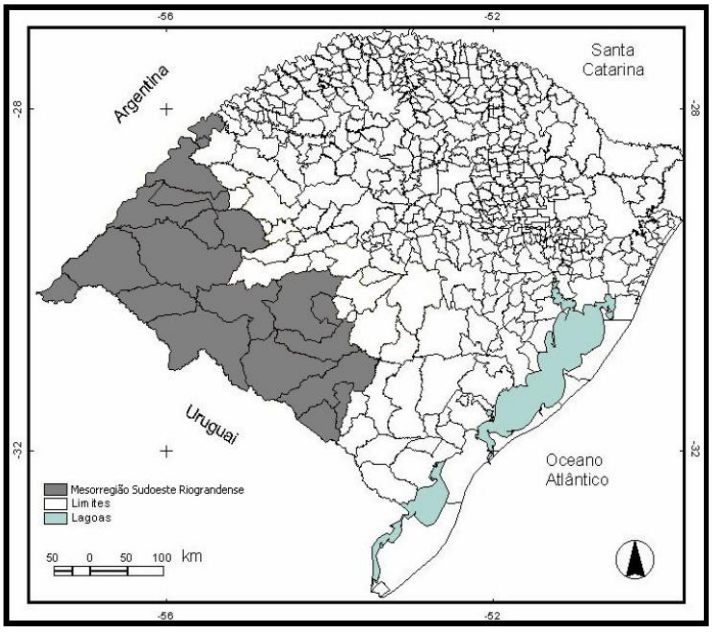


Figura 12: Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense. Fonte: FEE, 1997 apud BRUM NETTO e BEZZI, 2009.

A Campanha gaúcha ou mais especificamente a Fronteira Oeste é composta atualmente dos seguintes municípios: Alegrete, Barra do Quaraí, Itaqui, Maçambará, Garruchos, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana. No mapa acima estão destacados alguns outros municípios que formam a Mesorregião Sudoeste, porém, para esse trabalho se utilizará somente os municípios denominados como integrantes da Fronteira Oeste.

A Campanha congrega várias outras características que devem ser destacadas, principalmente as que são de origem histórica e permanecem na atualidade, sejam elas a criação de gado, as estâncias, a grande propriedade de terra, que gerou os latifúndios tão difundidos por essa região, originados da doação de sesmarias; o contato com o Uruguai e Argentina e também a figura do gaúcho, esse elemento da identidade do sul-rio-grandense, algumas vezes estereotipado, outras cultuado e idealizado, porém sempre presente no imaginário e na vida cotidiana e material da população do Rio Grande do Sul, seja ela habitante ou não da Campanha gaúcha.

Nesse sentido, Carvalho (2006, p. 10) aponta as características fundamentais da região pampeana do estado do Rio Grande do Sul:

> Nas grandes planícies situadas na fronteira com o Uruguai e a Argentina – os pampas – estão as estâncias de criação de gado, que desempenham papel fundamental na economia gaúcha. A região dos pampas gaúchos é considerada berço de algumas das mais marcantes tradições gaúchas. O regionalismo, que de acordo com Luft (1996, p. 527) é doutrina dos que fomenta agrupamentos regionais, é característica marcante dessa região do Estado, que têm suas tradições preservadas pelos autóctones de forma espontânea por várias gerações.

Nessa mesma linha, Brum Neto e Bezzi (2009) afirmam que o regionalismo constitui-se em um fator significativo na organização espacial, originando respostas distintas em relação às esferas socioculturais e econômicas, na relação campo/cidade até os dias atuais, com as transformações que vem ocorrendo no processo produtivo e organizacional do campo.

Devido a esse regionalismo e preservação das tradições nesse espaço, muitas vezes associa-se o gaúcho à paisagem do Pampa, pois como afirma Schwanz e Zanirato (2008, p. 4):

> Contata-se que o gaúcho nasceu identificado a uma dada paisagem e uma dada atividade, que embora tenha sofrido algumas transformações, acabou por ser considerada como o modo de ser dos habitantes do estado sulista. Práticas e representações consubstanciaram então, uma identidade do gaúcho como o habitante da região dos Pampas.

A territorialidade do gaúcho, como tipo regional característico, expressa um modo de vida específico, atrelado aos fatores históricos de sua formação, através da relação entre as culturas portuguesa, espanhola, africana e nativa. A Campanha tem sua origem no rural, nas atividades ligadas a lida campeira e, consequentemente, nos hábitos vindos destas (BRUM NETO e BEZZI, 2009, p. 83).

O regionalismo da região da Campanha está relacionado à questão identitária voltada para a terra, a atividade agropecuária, aos hábitos típicos e ao passado de lutas pela posse da terra, que é um fator fundamental para o discurso que tenta legitimar um possível caráter guerreiro do gaúcho, valorizando os aspectos que o diferenciam, como música, gastronomia e festividades.

Para explicar de forma simples como se percebe algumas características da população que mora na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, Brum Neto e Bezzi (2009, p. 89) fazem o seguinte relato:

> Considerada como o "berço do gaúcho", a Campanha remete a costumes típicos do tradicionalismo e serve como referência em termos de paisagem característica do Pampa, com grandes extensões de campo para a pastagem do gado. A partir da atividade pecuarista tem-se a lida campeira, o peão a cavalo, o churrasco, a roda de chimarrão e a trova ao redor do fogo de chão como alguns códigos culturais identificadores. A bombacha não é uma vestimenta usada somente nas festividades comemorativas do tradicionalismo, é uma peça usual e encontrada com facilidade no cotidiano dos habitantes, principalmente, nos mais velhos, que expressam com orgulho o fato de serem gaúchos típicos.

Porém, isso tudo pode e dever ser problematizado e compreendido de forma crítica, uma vez que o tradicionalismo é um fenômeno relativamente recente, se comparado a toda trajetória histórica da região, que elabora releituras idealizadas e romantizadas do período para valorizar o ser gaúcho. O tradicionalismo, encabeçados pelos Centros de Tradições Gaúchas, buscaram no passado elementos para justificar a construção de uma identidade única para o ser rio-grandense.

Assim, o momento histórico considerado como um mito de origem da identidade gaúcha é o período de consolidação dos limites nacionais entre Brasil e Uruguai, quando o Rio Grande de São Pedro tem como função garantir a posse dos territórios para a Coroa Portuguesa e definir os limites do estado-nação; e também na Revolução Farroupilha. Esse período histórico é utilizado como matriz da cultura gaúcha, sendo sempre retomado, reinterpretado e utilizado para diversificados fins conforme o decorrer do tempo.

> As matrizes da identidade gaúcha foram forjadas no século XIX, pela historiografia e pela literatura oficiais, que constituíram uma caracterização do gaúcho e um passado heróico para o Rio Grande do Sul, que foram sendo transformados em representações hegemônicas, institucionalizadas pelo próprio governo do estado no século XX. (FELIPPI, 2006, p. 24).

O resgate histórico realizado pela literatura e pela historiografia garante a formação da ideia do tipo gaúcho, ou seja, aquele que defendeu o território, escolhendo ser brasileiro.

> No caso da sociedade gaúcha, a origem confunde-se com a formação da fronteira sul do País, num período de lutas e 'entreveros', de atos heróicos e homens rudes e bravos. Ora, a fronteira muito mais que um ato jurídico de divisão político-administrativa, é um produto histórico, resultante de forças em conflito. Por si só, a origem militar-fronteiriça da sociedade gaúcha dá-lhe, desde logo, um atributo fundamental: a região muito cedo se definiu em termos de opção de nacionalidade. Ou seja, os gaúchos tornaram-se brasileiros porque quiseram, porque outra poderia ter sido a sua escolha. Mais do que isso: os agentes desse processo remoto foram artífices da nacionalidade, construtores da fronteira, defensores da terra (PESAVENTO, 1993, p. 386).

Oliven (2003, p.2) também afirma que o imaginário gaúcho é povoado pela ideia de ser brasileiro por opção, pois foi ele quem lutou para defender os territórios na fronteira sulina do país.

Mas Oliven também afirma que esse é um processo contraditório, porque ao mesmo tempo em que os sul-rio-grandenses são brasileiros por opção, buscam mostrar como são diferentes do restante do país.

> Historicamente, um tema recorrente na relação do Rio Grande do Sul com o Brasil é justamente a tensão entre autonomia e integração. A ênfase, nas peculiaridades do estado e a simultânea afirmação do pertencimento dele ao Brasil se constitui num dos principais suportes da construção social da identidade gaúcha que é constantemente atualizada, reposta e avocada. (1992, p. 47)

E é esse processo constante de autonomia e integração que marca a identidade gaúcha, muitas vezes retomando o ideal separatista da Revolução Farroupilha ou afirmando que nem todos os combatentes dessa guerra queriam a separação. Dessa foram, as diversas interpretações do passado são utilizadas para formar a identidade gaúcha conforme o momento histórico.

Voltar-se para o passado para a construção da identidade do gaúcho também é um processo destacado por Guazzelli, quando afirma que a cultura gaúcha pode ser sintetizada em três matizes:

> É um discurso que remete sempre para uma nostalgia de um passado, no qual fomos mitologicamente muito grandes e importantes: este passado nos garante uma identidade, logo somos todos herdeiros daqueles e portadores dos seus ideais; e se hoje vivemos uma crise e crise são, muitas vezes, construídas seremos capazes de recuperar os valores de antanho e reafirmarmos a província. (2003, p. 7).

Dessa forma, a historiografia oficial que marcou a construção da identidade gaúcha está baseada nos conceitos de belicosidade, fronteira, conflitos, estâncias, peões, estancieiros, ou seja, busca no passado rural e pecuarista do estado as características que são ditas como as do verdadeiro gaúcho.

> Os conflitos bélicos nos quais a região e seus habitantes estiveram envolvidos são eventos que são constantemente evocados para falar do espírito livre e combativo do povo do Rio Grande do Sul. Dentre eles, a Revolução Farroupilha é, com toda a certeza, o mais lembrado. (CARVALHO, 2005, p 143).

Nesse sentido, percebe-se um destaque à identidade gaúcha frente às outras identidades que existem no Rio Grande do Sul, remetendo-se a uma figura unificadora, homogênea e que se coloca acima das diferenças culturais, econômicas, sociais e étnicas (CARVALHO, 2005, p. 149).

Brum Neto e Brezzi também se posicionam nesse aspecto afirmando que "o regionalismo torna-se evidente mediante a construção do gaúcho, como tipo regional da unidade na diversidade" (2009, p.93).

Além disso, a figura típica do gaúcho, originária da Campanha é portadora de códigos que o diferenciam das demais etnias que vieram a compor o mosaico étnico-cultural sul-rio-grandense.

A historiografia e literatura do século XIX e início do século XX fixaram como identidade do sul-rio-grandense o ser gaúcho. Aquele tipo social que vivia nas estâncias, como peões, posteiros, soldados, trabalhadores da pecuária, que viviam na fronteira

defendendo os limites territoriais nacionais, mas ao mesmo tempo seriam homens livres, valentes, que defendiam seus ideais, mesmo que para isso precisassem ir à luta contra o poder central, como é propalado pelo ideal da Guerra dos Farrapos. Nesse sentido Guazzelli (2003) aponta como a literatura sul-rio-grandense foi realmente importante na consolidação do tipo ideal gaúcho.

> No Rio Grande do Sul, a literatura gauchesca é mais recente, sendo do final do século XIX o livro de Apolinário Porto Alegre, *O Vaqueano*, uma resposta à obra de José de Alencar, *O Gaúcho*, quando o cearense da Corte do Rio de Janeiro tentava plasmar as características dos moradores do sul. Mas certamente foi no século XX que se afirmou a literatura gauchesca, com a produção ímpar de Simões Lopes Neto (p. 5).

Dessa forma, tanto a historiografia, que buscava criar uma história oficial, como a literatura, fixaram ou inventaram um tipo identitário para o Rio Grande do Sul, que buscava em um passado idealizado, as glorias e louvores de um povo bravio. "Nós inventamos esta, somos herdeiros de homens guerreiros, 'de a cavalo' defensores da liberdade da república, da federação e que eram fortes, valentes, tinham palavra, eram francos, etc..."(GUAZZELLI, 2003, p. 6).

Esse discurso está ainda hoje fortemente impregnado na sociedade sul-rio-grandense, principalmente pelos freqüentadores dos Centros de Tradições Gaúchas (CTG), mas perpassa por todos, visto que esse é o discurso da identidade hegemônica, que é ensinado para as crianças na escola e divulgado na mídia, mesmo que atualmente exista uma valorização da multiculturalidade e da diversidade cultural e étnica do estado do Rio Grande do Sul.

Esse processo unificador da identidade gaúcha tem o seu auge e institucionalização na formação dos Centros de Tradições Gaúchas e no Movimento Tradicionalista Gaúcho, que buscam manter a hegemonia, forjando uma ideia de comunidade única no Rio Grande do Sul, com um mito de origem comum e histórias compartilhadas.

As tradições gaúchas são cultuadas de forma mais organizada a partir do momento em que inicia um movimento para o resgate da vida no campo por estudantes de Porto Alegre, que anseiam em que o passado rural do estado não se perca em virtude

de crescimento das cidades e de outros costumes vindos de fora, ou advindos da urbanização.

Uma primeira organização desse grupo ocorre na formação, em 1948, do 35 CTG em Porto Alegre. Seus fundadores, Paixões Cortes, Barbosa Lessa e outros estudantes do Colégio Julio de Castilhos cultuavam valores ligados ao latifúndio, mas não tinham nenhuma origem na oligarquia rural (OLIVEN, 1992, 75-76).

Esse movimento iniciou com poucos integrantes, em um ambiente urbano, para tentar cristalizar valores rurais do passado, e assim foram surgindo outros Centros de Tradições Gaúchas, inclusive em áreas coloniais, para que após, em 1966 se criasse o MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho).

A ocorrência de grande número de CTGs em áreas de colonização, segundo estudiosos do tema, refere-se ao fato de que a figura do gaúcho é tão idealizada como sendo a ideal e que integra o Rio Grande do Sul, que os imigrantes que aqui chegaram, para se tornarem gaúchos e brasileiros foram incorporando os valores e tradições cultuados nos CTGs. Essa identificação do colono com o gaúcho o faz subir um patamar simbólico na organização social, sendo considerado igual dentro do CTG e não um estrangeiro.

Dessa maneira Oliven aponta que "esses dados colocam em dúvida a ideia corrente de que o tradicionalismo seria mais forte nas regiões de fronteira, podendo-se argumentar que nessas regiões a vida campeira faz parte do dia-a-dia com maior presença, não precisando ser recriada." (1992, p. 90). Ou seja, mesmo que o passado cultuado seja o que se localizou na fronteira, não é nesse ambiente, atualmente, que esses valores e tradições são mais incorporados, uma vez que estes fazem parte da vida espontaneamente.

A recriação de um ambiente estancieiro dentro da organização do CTG pode ser vista nas próprias denominações dadas aos seus membros – patrões, capatazes, peões, etc., sempre evocando os tipos que faziam parte das estâncias de criação de gado. Tendo suas invernadas campeiras e artísticas, que tem atividades que recriam atividades de campo com cavalo e gado, ou danças, trovas, declamações, que sempre tem como tema o passado campeiro, heróico, valente, e da vida rude no campo.

Essa tradição mantida nos CTG e regulamentada pelo MTG foi algo que começou a ser criado, ou recriado no século XIX, na historiografia tradicional e na literatura, mas que foi se transformando em um movimento cultural de grandes proporções, que inventou diversos costumes, como danças e roupas ditas tradicionais,

ou mesmo idealizou hábitos do passado, cristalizando-os no presente, retirando a flexibilidade e mutabilidade da cultura, ou seja, as regras impostas pelo MTG fazem com que supostamente se preserve o original da cultura gaúcha, quando o que ocorre é a invenção ou recriação de costumes e hábitos que já não se consegue buscar a origem histórica, parecendo algo artificial e realmente inventado.

A construção da identidade passa pelo processo de recriação e invenções das tradições, mas segundo Tau Golin, o movimento gauchesco extrapola quando mantém valores anti-democráticos e conservadores.

> O movimento, como expressão hegemônica, já inoculou irremediavelmente, na identidade sulina um *ethos* imaginário estancieiro e conservador, que estabeleceu cercas insuperáveis para assumir estéticas e plataformas democráticas de inclusão cidadã. A identidade é uma vivência da imaginação e, segundo o modelo tradicionalista, está povoada pela dignificação hierárquica do latifúndio como hipotético lugar da felicidade. (2003, p. 10).

Assim, pode-se perceber o quanto a formação de uma identidade homogênea e forte pode limitar a expressão de outras culturas, identidades ou valores, que ficam escondidos atrás dessa identidade construída de forma a aglutinar a todos. Ribeiro afirma que se temos uma identidade fraca, é sinal de que a sociedade tem maior liberdade para agir de maneira decisiva, livre e emancipada, enquanto que se a mantemos forte ou criamos uma a força essa liberdade diminui e não teremos capacidade de receber e transmitir diversos conteúdos e valores. (2003, p. 3).

Dessa forma, a identidade gaúcha forte e homogênea deixa em plano secundário vários grupos do estado, como os colonos alemães e italianos, que vistos como mais fracos, aderem ao gauchismo como forma de prestígio, e também os negros e índios, que sendo considerados inferiores não podem fazer parte da formação do gaúcho forte e superior (OLIVEN, 2003).

A idealização do gaúcho e a pluri-identidade do sul-rio-grandense são duas facetas na construção da identidade no Rio Grande do Sul, pois ao mesmo tempo em que se valoriza um tipo ideal, construído e recriado a partir das lembranças de um passado glorificado, nega as diferenças existentes na população do estado. Construir uma identidade tão forte faz com que os outros grupos fiquem a margem do processo de

identificação, ocorrendo uma marginalização dos hábitos e costumes, sejam eles, dos negros, índios, alemães, italianos ou outros.

Na atualidade, pode-se perceber um movimento contrário a essa exaltação somente do tipo gaúcho, buscando resgatar a diversidade e multiculturalidade do estado, que foi sempre escamoteada pelo processo histórico. Pode-se perceber isso no movimento negro, na luta em defesa dos direitos indígenas, em projetos de valorização da cultura italiana, seja através da gastronomia, ou rotas turísticas, tudo isso se somando na tentativa de mostrar como o estado é múltiplo e pode ser reconhecido pela sua diversidade e não somente pelo ideário consolidado nos Centros de Tradições Gaúchas. Outros grupos, organizações e movimentos podem colorir a identidade do sul-rio-grandense, juntando-se ao gaúcho. Dessa maneira, comentando sobre a cultura negra, Carvalho afirma que "gaúcho também é negro e vice-versa, em um processo no qual nossa identidade regional enegrece e a identidade étnica desse grupo se agaucha, o que nos possibilita pensá-las de forma mais plural" (2005, p. 152).

> O discurso assimilacionista de outrora que buscava tornar os étnicos nacionais, os diferente iguais, é substituído na atualidade por outro em que se discutem mecanismos de garantia de direitos e exercício da cidadania com base na alteridade, do reconhecimento da existência de grupos étnicos diferenciados (CARVALHO, 2005, p. 146)

Dessa forma, não se deve negar a importância que os Centros de Tradição Gaúcha e o Movimento Tradicionalista exerceram na criação de uma identificação como o passado no estado, mas é preciso entendê-lo como uma recriação e invenção, que deixou de lado outros grupos que vivem há muito tempo no Rio Grande do Sul, que somente recentemente tem tido seu espaço para mostrar um pouco de sua cultura, seja ela também inventada ou recriada, mas que identifica outros grupos até então não englobado na identidade gaúcha.

Oliven afirma que "os tempos são outros, existindo diferentes formas de ser gaúcho que não necessariamente passam pelos CTGs. O mercado de bens simbólicos ampliou-se e novos atores passaram a disputar segmentos dele." (1992, p. 116).

Até mesmo a região da Fronteira Oeste tem se diversificado, principalmente no setor produtivo, mesmo que a criação de gado ainda seja a principal atividade. Através da produção de arroz inserida nesse espaço nos anos 1920/1930, abriu-se espaço para

novas culturas, as quais foram se somando o plantio de soja, a produção vitivinícola e a fruticultura. Mais recentemente a exploração da terra na região da Campanha também tem cedido espaço a silvicultura, através da plantação de eucaliptos para empresas de celulose. Porém, mesmo com essa diversidade, o que ainda confere *status* na região é a posse de grandes extensões de terra, tanto que uma prática comum é o arrendamento, ou seja, o proprietário não se desfaz da terra, mas a aluga para o cultivo de outros produtos.

E assim mesmo, a região ainda conta com a presença de enormes latifúndios, muitos improdutivos, que são alvos constantes das invasões dos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que entram em conflito com os latifundiários. “A questão da disputa pela posse da terra na Campanha é polêmica e envolve, sobretudo, códigos seculares e tradições originadas no passado estancieiro e charqueador dessa porção do espaço gaúcho” (BRUM NETO e BEZZI, 2009, p. 89).

Diante de todas essas questões sobre a Fronteira Oeste, destaca-se que os municípios escolhidos para que a pesquisa museológica fosse realizada foram baseados nessa regionalização em virtude de todas as características já pontuadas acima, as quais vão ao encontro da temática da pesquisa, buscando compreender como a memória desse ambiente está sendo preservada ou não nas instituições museológicas de sete municípios que compõem a Fronteira Oeste (Alegrete, Quaraí, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana), contribuindo para a formação da identidade do sul-rio-grandesense.

1.4 Museus da fronteira: trajetória histórica

Os museus localizados na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, pesquisados nesse trabalho, podem ser compreendidos melhor, se analisarmos como os museus, em geral, foram se formando e se organizando, tanto no contexto mundial como nacional, para que depois, se analise a formação dos museus localizados especificamente em uma determinada região e época.

Apesar do museu, enquanto instituição pública e acessível aos visitantes, ser um fenômeno recente, a sua origem mais remota está na antiguidade, representado pelo *Mouseion*, Templo das Musas, que eram filhas de Zeus com Mnemosine, a memória. Esse local abrigava os mais variados ramos das artes e ciências (CARLAN, 2008).

Segundo Fernández (2006, p. 42), a Grécia, sobretudo a partir do Helenismo, foi a civilização que tinha uma obsessão sagrada por reunir e conservar nos templos e outros edifícios, variados produtos da criação humana, especialmente objetos artísticos e outros de valor e significação diversa.

Dessa forma, Fernández relaciona os *mouseion* gregos até os museus atuais:

> Desde aquellos antiguos *mouseion* griegos hasta los museos de nuestro tiempo, parte de la historia de la humanidad ha quedado salvaguardada y resumida por estas instituciones. El afán de coleccionismo y la acumulación de objetos de valor realizados en las distintas etapas históricas y en las diferentes civilizaciones han estado ligados desde el principio de los tiempos a factores muy diversos. Entre ellos, los de la propia subsistencia del hombre, la curiosidad y la admiración por lo raro, lo bello o lo misterioso (2006, p. 43).

Portanto, o colecionismo pode ser entendido como o gérmen das várias noções de museus, desde o período clássico, uma vez que a Grécia concedeu ao mundo do colecionismo e dos museus não apenas a origem etimológica e sua significação, mas a origem do patrimônio histórico e artístico, além dos fundamentos e muitas realizações da civilização ocidental (FERNÁNDEZ, 2006).

Assim, os romanos herdaram dos gregos essa fixação pelo colecionismo, sendo que essa prática foi se alastrando, chegando ao período medieval, através da ação da Igreja, além de os poderosos senhores feudais também possuírem grandes coleções.

Porém, nesse período é a Igreja que vai ser o lugar de estudo e conservação dos conhecimentos humanos.

Já com o Renascimento, delineia-se o conceito mais relevante de museu moderno, sendo que na segunda metade do século XV, o museu vai se configurando com um sentido mais próximo do atual, uma vez que já existe a consciência histórica da civilização passada e uma consciência crítica do presente, mesmo sendo um museu erudito e humanista (FERNÁNDEZ, 2006).

Concordando nesse aspecto, Bruno (1996) afirma que esse período é fundamental para entender como o colecionismo se estruturou na sociedade, até os dias atuais, pois "é possível perceber que o colecionismo e todos os seus derivados sócio-culturais, pertencem intrinsecamente às estruturas de longa duração, no que diz respeito à história das ideias e mentalidades dos homens desde o Renascimento" (1996, p. 296).

Nesse período a grande burguesia, forma os Gabinetes de Curiosidades, que são a máxima expressão do colecionismo, tanto que até os dias de hoje se usa essa denominação quando algum museu ainda é organizado nos moldes do século XV-XVI, que prioriza o exótico e o curioso, em um aglomerado de objetos, muitas vezes descontextualizados.

Assim, pode-se afirmar que os museus têm também raízes identificadas com os perfis de galerias, antiquários e de gabinetes de curiosidades do Renascimento, que vão influenciar o surgimento dos grandes museus da Europa no século XVIII, principalmente os Museus de História Natural e Museus de Artes, que configuram o modelo tradicional de museu.

Assim, no século XVIII é que se organizam museus institucionais, abertos a um certo tipo de público, sendo que dessa maneira a coleção deixa de ser um elemento de ostentação e prestígio para seu proprietário, e em troca se exaltam primordialmente os valores da história nacional de cada país. O museu torna-se assim uma aula permanente de história. E por toda a Europa, desenvolve-se a tendência de converter as coleções reais e particulares em museus públicos, mesmo que ainda acessível a um público seleto.

No século XIX, ocorreu a consolidação do conceito moderno de museu, e este se abre a todos os públicos, e se espalha por todo o mundo, numa ampla difusão, já que anteriormente estava restrito a Europa e a um público específico. Assim, o museu é uma instituição de origem europeia, que alcança consolidação internacional somente na segunda metade do século XIX. Nesse sentido, Bruno (2006, p. 6) afirma que:

> As coleções ecléticas provenientes das famílias reais e burguesas européias, o interesse pelo desenvolvimento do saber a partir de observações dos espécimes da natureza e da cultura material, além do contato entre diferentes povos mediante os distintos processos de colonização, estão na base da afirmação, proliferação e diversidade deste modelo institucional, que no século XIX alcançou os diversos continentes. Nesse período, já estava configurada a sua importância para a produção do conhecimento e apreciação estética, como também, já estava enunciado o seu comprometimento com a educação e com a preservação patrimonial.

A sua evolução, juntamente com crises e alternativas, só vai ocorrer no século XX, sendo que atualmente as discussões acerca dos museus e da Museologia estão se intensificando, bem como há uma diversidade de museus, que buscam dar conta da complexidade do mundo atual, causadas pelo impacto da industrialização e globalização, que oferece produtos cada vez mais descartáveis por todo o mundo. Assim, "os museus tem assumido o desafio de trabalhar a partir dos mais diferentes acervos, para distintos segmentos da sociedade, em todas as regiões do mundo, procurando explicitar as características de nossa condição humana" (BRUNO, 2006, p.6).

No Brasil, o Museu Real, hoje Museu Nacional, foi criado em 1818, por D. João VI, sendo que o próprio regente foi o doador da primeira coleção de História Natural. Essa ação permite perceber como o contexto do século XIX, em nível internacional, se apresenta no Brasil, através da doação da coleção particular do rei a um museu para se tornar pública. Segundo Santos (2004, p. 55) "este primeiro museu brasileiro de história natural seguiu os critérios de universalidade do conhecimento, também presentes entre os grandes museus de história natural que se consolidavam na Europa".

No final do século XIX, o Brasil tinha aproximadamente dez museus, sendo que merecem destaque o Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém (1866) e o Museu Paulista em São Paulo (1895), configurando o novo cenário de instituições museológicas espalhadas por todo o mundo, constituídos como museus de história natural, mais voltados para a pesquisa do que para o público.

Em 1922, durante as comemorações do centenário da independência, é criado o Museu Histórico Nacional (MHN). "Essa instituição rompe com a visão iluminista de museu enciclopédia, servindo de modelo para os museus brasileiros do século XX" (CARLAN, 2008, p. 81).

Nesse mesmo sentido, Santos (2004) afirma que o Museu Histórico Nacional instituiu uma nova era de museus nacionais no Brasil. "O acervo deixava de ser

constituído por elementos da natureza e passava a ser de objetos que representassem a história da nação. Esta, entretanto, privilegiou o legado da elite brasileira, assim como seus feitos históricos, mantendo a parte a participação popular" (SANTOS, 2004, p.55).

Na década de 1930, ocorre um segundo momento de implantação de museus no Brasil, sendo que segundo Bruno (2005, p. 243) "importantes projetos museológicos foram implantados no país, mas voltados, sobretudo, para a valorização do patrimônio colonial".

Nessa mesma década é organizado no Brasil, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e em 30 de novembro e se institui o Decreto-Lei 25 que organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Essa primeira disposição legal acerca do patrimônio cultural brasileiro traz consigo um conceito de patrimônio tradicional, em que os bens são representativos conforme sua relevância nos feitos nacionais, valorizando a história dos grandes fatos e heróis. E também considera patrimônio somente o que for registrado, não dando a importância ao reconhecimento primeiro da comunidade que elege o bem como algo que faz parte da sua identidade. Mesmo com a conceituação tradicional de patrimônio e até de cultura, o Decreto-lei 25-37 é abrangente, considerando várias facetas do patrimônio e ressaltando a importância de seu registro para melhor conservação.

Essa política adotada pelo SPHAN tombou vários prédios e sítios históricos e criou um grande número de museus – Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro; Museu das Missões, no Rio Grande do Sul; Museu da Inconfidência e do Ouro, em Minas Gerais, além dos primeiros museus de arte sacra.

Depois de 1945, os museus criados deixaram o seu princípio nacionalista um pouco de lado e também foram criados importantes museus de arte, colocando o Brasil em destaque na América Latina.

Já nos anos 1950 e 1960 a ênfase dos museus era para a conservação das coleções, uma vez que estas já estavam reunidas e abrigadas e ao seu papel educacional, porém em 1970, ocorreu uma crise, já que os museus passaram a ser alvo de críticas, uma vez que eram acusados de serem arautos da história e discurso oficial. Assim, ocorreu um reordenamento dos paradigmas museológicos, concebendo o museu como instrumento de desenvolvimento social, formando-se conceitos de museu integral, ecomuseu, patrimônio global entre outros.

Mas é na década de 1980 que ocorre um grande aumento do número de museus no país, sendo que a maioria dos museus visitados nesse projeto, localizados na região

da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, foram inaugurados na década de 1980, e alguns mais recentemente nos anos 2000.

Sobre os anos 2000 é importante destacar ações na política nacional de museus, sendo que uma das primeiras ações do Ministério da Cultura, na gestão de 2003-2006, foi propor linhas pragmáticas para uma política nacional voltada para o setor museológico brasileiro. Assim, no mês de maio de 2003, foi apresentado o caderno Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania. O objetivo dessa política, conforme disposto no documento é:

> promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerando com um dos dispositivos da inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do país. (PNM, 2006)

Assim, em 2004 é criado o Sistema Brasileiro de Museus, órgão responsável pela gestão da Política Nacional de Museus, com caráter abrangente e democrático, sendo um instrumento de desenvolvimento do setor museológico brasileiro, uma vez que busca conhecer e integrar o universo museal do país, realizando um diagnóstico do setor e planejando ações de políticas públicas de cultura.

Também é importante destacar a aprovação da Lei n. 11.904 de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus, uma legislação específica para orientar e auxiliar as instituições museais em suas tarefas de rotina, com normas de preservação, restauração e segurança dos bens artísticos, tais como a obrigatoriedade de um plano museológico e de um programa de segurança (as instituições museológicas brasileiras terão até cinco anos para se adaptar às novas normas).

Esse Estatuto, além de criar normas gerais reguladoras, busca contribuir para uma definição mais ampla do conceito de museu, ampliando com isso a própria noção de cultura e patrimônio. Essa nova legislação fortalece o Sistema Brasileiro de Museus (SBM), criado em 2004.

Em 2009, no dia 20 de janeiro, também foi criado o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, através da Lei n. 11.906, como uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, o qual coordena a Política Nacional de Museus (PMN). O

objetivo de criação desse instituto é criar ações integradas entre os museus do país, para que ocorra um aumento nas visitações, através também de políticas de aquisição e preservação dos acervos. Esse instituto foi derivado do antigo DEMU (Departamento de Museus) do IPHAN, com a intenção de melhorar a gestão do setor museológico brasileiro, sendo que este já vinha sendo projetado desde 2003, em uma tentativa de pensar uma estrutura capaz de gerir políticas públicas na área de museus.

Dessa forma, percebe-se como os museus pesquisados estão inseridos no contexto explicitado acima, sendo um fenômeno recente, porém que carrega consigo toda a carga herdada desde as primeiras noções de colecionismo, gabinetes de curiosidades, além de muitos estarem comprometidos com a história oficial, enquanto outros já estão se adequando a novos paradigmas museológicos, mesmo com grandes dificuldades estruturais. A maioria deles é registrada no Sistema Brasileiro e Estadual de Museus (SBM e SEM-RS).

Especificamente sobre os museus na fronteira há pouca bibliografia, assim como ocorre em outras regiões, sendo que segundo Santos (2004, p. 61) "infelizmente, não há dados suficientes para que possamos caracterizar uma situação mais precisa do funcionamento dos museus nestes estados", referindo-se a situação de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, que são os estados que apresentam um maior número de museus por habitante.

Assim, a dissertação de mestrado de Fabiane Dal'Asta (2007) é um trabalho que aborda os museus da fronteira, analisando museus localizados em seis cidades, sendo elas: Santana do Livramento/RS e Rivera – Uruguai; São Borja/RS e São Tomé – Argentina; Quaraí/RS e Artigas – Uruguai, porém autora afirma que o seu trabalho se justifica pela ausência de bibliografia específica sobre os museus fronteiriços e sobre as práticas culturais dentro do Mercosul.

O enfoque da pesquisa é entender esses museus como um fator de integração do Mercosul, através de um diagnóstico e algumas propostas. Com isso, Dal'Asta (2007) apresente uma panorama geral dessas instituições museológicas, que estão inseridas no território pesquisado nesse projeto. A autora inicia afirmando que:

> Os museus presentes na fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina e o Uruguai guardam importantes documentos que demonstram como se desenvolveram os processos de formação da identidade gaúcha e platina, como se desenvolveram os processos de formação dos Estados Nacionais, até

> o dia-a-dia dos anônimos que estiveram presentes nessa trajetória (DAL'ASTA, 2007, p.11).

Porém, nos museus visitados, Dal'Asta (2007) aponta a presença de um discurso factual, contando a história dos heróis, através de exposições tradicionais, obedecendo aos preceitos positivistas. A região da pesquisa, não está somente "atrasada" quanto ao tipo de discurso e exposições museológicas, mas principalmente sofre com atraso tecnológico e econômico em relação a outras regiões do mesmo estado.

Especificamente sobre os museus visitados, Dal'Asta afirma que os objetos encontrados nesses espaços museológicos apresentam características comuns, como as figuras jesuíticas, os artefatos arqueológicos, as armas, etc., que acabam resumindo um pouco a história do local, que representa uma "sociedade que foi assentada sobre uma história de confrontos sociais, disputas políticas e atividade econômica baseada no cultivo de gado" (DAL'ASTA, 2007, p.25).

Como o enfoque da pesquisa de Dal'Asta é a integração do Mercosul, ela percebe nas visitas que não há nenhuma iniciativa inerente ao bloco econômico no sentido de revitalizar ou encabeçar medidas culturais nos espaços museais, o que dificultado ações conjuntas dos países membros.

Como conclusão Dal'Asta aponta que os museus fronteiriços apresentam características que remetem a História Positivista, dando importância aos fatos, feitos heróicos e aos documentos oficiais, porém fazendo uma ressalva interessante:

> Mas essa configuração positivista não faz do museu uma instituição obsoleta; os objetos que eles abrigam não perderam sua importância, muito menos seu significado. O que nos resta agora é preparar essas instituições para que possam expressar de modo compreensível a história complexa que abrigam. Como demonstramos, esse preparo dos museus implica na conformação de políticas educacionais e também atrelá-las ao turismo, para a sua propagação da idéia integracionista e para a obtenção de recursos financeiros (DAL'ASTA, 2007, p. 64).

Assim, percebe-se que os museus da fronteira são fundamentais para o entendimento desse território, como um território patrimonial, uma vez que congregam objetos e narrativas da construção desse espaço e podem ser agentes para a promoção da

cultura, educação e turismo para uma região carente de recursos e infra-estrutura, não só nos espaços de cultura, mas em várias áreas.

Uma consideração importante a ser feita é sobre a expressão "museus de fronteira", devido ao fato de ter se utilizado essa expressão para se referir aos museus localizados na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, ou seja, aparentemente se atribuiu aos museus uma característica – fronteiriços – quando muitos deles não necessariamente têm essa faceta ou esse enfoque, sendo somente "da fronteira" por sua localização geográfica. Assim, essa adjetivação pode ser uma discussão pertinente no decorrer da análise sobre os museus, e mesmo compreender se são museus "da fronteira", "de fronteira" ou "na fronteira". Através das visitas aos museus e da pesquisa de Dal'Asta percebe-se que poucos museus tem uma temática fronteiriça que permita que sejam denominados de museus de fronteira, porém essa é uma questão que deve ser avaliada ao final do trabalho, depois das análises referentes aos museus e contextos históricos.

A escolha dos municípios para a realização da pesquisa de campo nas instituições museológicas se pautou na localização, ou seja, são municípios pertencentes à Fronteira Oeste, como já foi explicitado acima, e no Cadastro Nacional de Museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Assim, foi realizada uma pesquisa nesse cadastro, buscando as cidades da Fronteira Oeste que tivessem pelo menos um museu cadastrado. Dessa busca, resultaram sete municípios, sendo eles: Alegrete, Quaraí, Uruguaiana, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Borja e São Gabriel, localizados conforme o mapa abaixo:

Em Alegrete há oito instituições museológicas, que foram visitadas entre 25 e 28 de maio de 2010, sendo elas: Museu do Gaúcho – Ícaro Ferreira da Costa; Museu de Arqueologia e Artes Dr. José Pinto Bicca de Medeiros; Museu Mário Quintana; Museu Histório Oswaldo Aranha; Museu Histórico Marechal Enéas Galvão; Museu de História Natural; Museu dos Esportes João Saldanha e Museu Vasco Alves Nunes Pereira. No cadastro não constava o registro do Museu Histórico Marechal Enéas Galvão, que é um museu militar.

Em Quaraí há apenas um museu, no 5 º Regimento de Cavalariada Mecanizado, denominado Museu Militar, que foi visitado no dia 21 de julho de 2011.

Em Uruguaiana, constando no cadastro de museus do Sistema Brasileiro de Museus existiam quatro museus, sendo ele: Museu Histórico e Artístico, Museu Crioulo, Museu Didacta e Museu de Ciências Naturais e Exatas, porém isso não se comprovou nas visita realizada no dia 20 de julho de 2011, sendo que atualmente estão

em funcionamento o Museu Histórico e Arstístico, o Museu Crioulo e um novo museu, aberto em 2008, o Museu do Rio Uruguai e da Marinha do Brasil.

Figura 13: Mapa Rio Grande do Sul, com destaque para os municípios com instituições museológicas visitas. Mapa adaptado por Susana Toledo, 2010.

Em Rosário do Sul há apenas um museu, que foi visitado no dia 28 de maio de 2010 – Museu Municipal Honório Lemes. No cadastro há o registro de um Museu Particular Cultural, que não é aberto ao público.

Em Santana do Livramento foi visitada um instituição museológica pública, o Museu Municipal David Canabarro, em 23 de julho de 2010, porém no cadastro apontava a existência de outro museu, O Museu Folha Popular, que durante a visita ficou-se sabendo que não está mais aberto ao público, pois é um acervo particular, que o dono já faleceu, e sua esposa ainda não decidiu o que fazer com o acervo.

Nesse município também foi visitada a Casa de Cultura David Canabarro, que conta com algumas peças do acervo do Museu Municipal, pois foi organizada uma pequena exposição depois que a casa foi alvo de intervenção arqueológica e

transformou-se em um espaço de uso cultural, com ateliê de arte e atividades com as escolas.

Soube-se, durante a visita, que há o Museu de Artes da ASPES dentro do campus da Universidade da Região da Campanha (URCAMP), que não foi visitado.

Em São Borja foram visitados quatro museus, entre os dias 13 e 14 de janeiro de 2009, sendo eles: Museu Ergológico de Estância, Museu Getúlio Vargas, Espaço Cultural Sítio Histórico Brigadeiro João Manoel Menna Barreto e Museu Municipal Aparício Silva Rillo. A cidade ainda conta com o Memorial João Goulart, que dá ocasião da visita estava fechado para reforma. No cadastro não constava a existência do museu que se encontra nas dependências de um quartel do exército – o Espaço Cultural Sítio Histórico Brigadeiro João Manoel Menna Barreto.

Em São Gabriel há o registro de um museu – Museu Gaúcho da FEB Marechal Mascarenhas de Moraes, que foi visitado no dia 30 de julho de 2011.

A partir das visitas é possível perceber que há muitas instituições museológicas na região da Fronteira Oeste, e que várias delas se relacionam à temática da pesquisa, mesmo que parcialmente. Alguns museus são mais específicos de alguma temática ou período que não se encaixam no projeto, mas foram visitados e pesquisados da mesma maneira pra que se tenha um panorama geral dos museus da região, objetivando contribuir para o conhecimento acerca dos museus do estado do Rio Grande do Sul.

No capítulo 3 se desenvolverá mais especificamente sobre os museus na fronteira, relacionando-os à memória da estância preservada ou não, e em que sentido ocorre a valorização do passado da região, que como se viu, foi fortemente marcado pela consolidação das estâncias, como fator fundamental para a garantia dos territórios e uma forma de torná-los produtivos através da criação de gado. Essa característica é ainda hoje perceptível em muitas regiões e também no culto às tradições gaúchas encabeçadas pelos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), mesmo que de forma idealizada.

Assim, a pesquisa nesses museus, objetiva perceber se essas tradições, culturas, costumes, hábitos, tão valorizados nos CTGs, na mídia, durante a Semana Farroupilha e até no cotidiano das pessoas, também encontram espaço nas instituições museológicas e de que maneira são apresentadas ao público. Um elemento fundamental da análise é a constatação dos discursos museológicos existentes, ou seja, se o discurso também idealiza as tradições gaúchas, ou se é um discurso mais crítico, que aponta as várias facetas da construção da identidade do sul-rio-grandense, apontando a formação do

gaúcho, apenas como uma das possíveis para o estado. Outro elemento de análise é a questão da memória da vida estancieira, que pode valorizar o aspecto belicoso e violento da fronteira, ou juntamente com isso, apresentar o aspecto doméstico, familiar e de convívio social que se estabeleceu no ambiente fronteiriço.

Com a apresentação dos eixos dessa pesquisa – fronteira, estâncias, singularizada na Estância Velha do Jarau e museus, especificamente os localizados na região da Campanha – pode-se perceber que a articulação proposta para a dissertação é de relacionar a pesquisa arqueológica da Estância Velha do Jarau, com seu respectivo contexto histórico de formação da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul e com as mudanças e permanências que se verificam nos acervos dos museus da região, percebendo que memórias estão sendo preservadas referentes à temática da pesquisa, ou seja, qual a relação dos museus localizados na Fronteira Oeste com a história do século XIX, contribuindo com a formação da identidade do sul-rio-grandense.

Assim, nos capítulos seguintes serão esmiuçados os eixos apresentados nesse capítulo, aprofundando as análises, desde as pesquisas arqueológicas na Estância Velha do Jarau, a análise de uma parcela da cultura material desse sítio, em especial as louças, as visitas aos museus e por fim propondo alternativas de Musealização da Arqueologia, relacionando os materiais arqueológicos da Estância Velha do Jarau e os acervos museológicos, mostrando como a memória se preservou e como se pode ampliá-la, através de estratégias de comunicação para o acervo arqueológico pesquisado.

2. Capítulo II – Espaço doméstico – os lugares e as louças da Estância Velha do Jarau

Nesse capítulo são apresentadas detalhadamente as escavações arqueológicas empreendidas na Estância Velha do Jarau, buscando definir os lugares e espaços da estância, dando ênfase às estruturas centrais, buscando demonstrar como se organizava um ambiente doméstico e familiar.

Para mostrar um panorama geral da cultura material da estância, apresentam-se os artefatos arqueológicos encontrados no sítio Estância Velha do Jarau, através de pesquisas já realizadas, principalmente com os vestígios faunísticos e os metais. Assim, o foco da pesquisa são as louças, objetivando, através dessa análise, ampliar a noção de espaço doméstico, mostrando que tipos de objetos estavam sendo consumidos e utilizados pelos moradores da Estância Velha do Jarau e também perceber que significados os ocupantes da estância poderiam estar atribuindo a essas louças, relacionadas ao ambiente rural e fronteiriço.

Essa análise mais específica do sítio serve não apenas para compreendê-lo na sua organização pretérita, mas também para inseri-lo no contexto presente, através da valorização do patrimônio cultural da região, demonstrando como esse local é importante para o conhecimento histórico e arqueológico das estâncias fronteiriças do Rio Grande do Sul.

2.1 Escavações arqueológicas na Estância Velha do Jarau

São apresentadas nesse subcapítulo as escavações realizadas nos anos de 1997, 1999, 2000, 2001, 2003 e 2006 como já foi comentado resumidamente no primeiro capítulo, agora de maneira detalhada, mostrando os lugares que foram escavados em cada intervenção, bem como os materiais encontrados, buscando relacionar os objetos às estruturas do sítio arqueológico.

Figura 14: Mapa do Rio Grande do Sul, indicando a localização de Quaraí. Fonte: http://b.daterraamfro.sites.uol.com.br/ apud THOMASI (2008, p. 21).

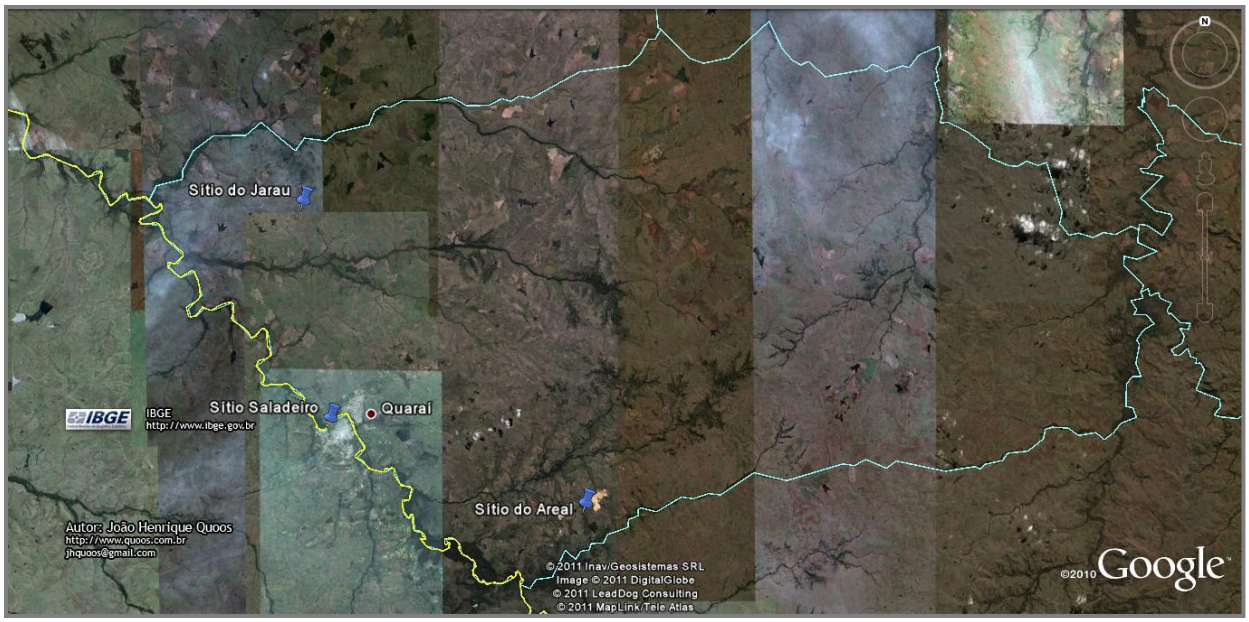


Figura 15: Localização dos sítios arqueológicos localizados em Quaraí/RS. No canto superior esquerdo a indicação da localização da Estância Velha do Jarau. Fonte: Google Earth, adaptado por Ricardo Marion, 2011.

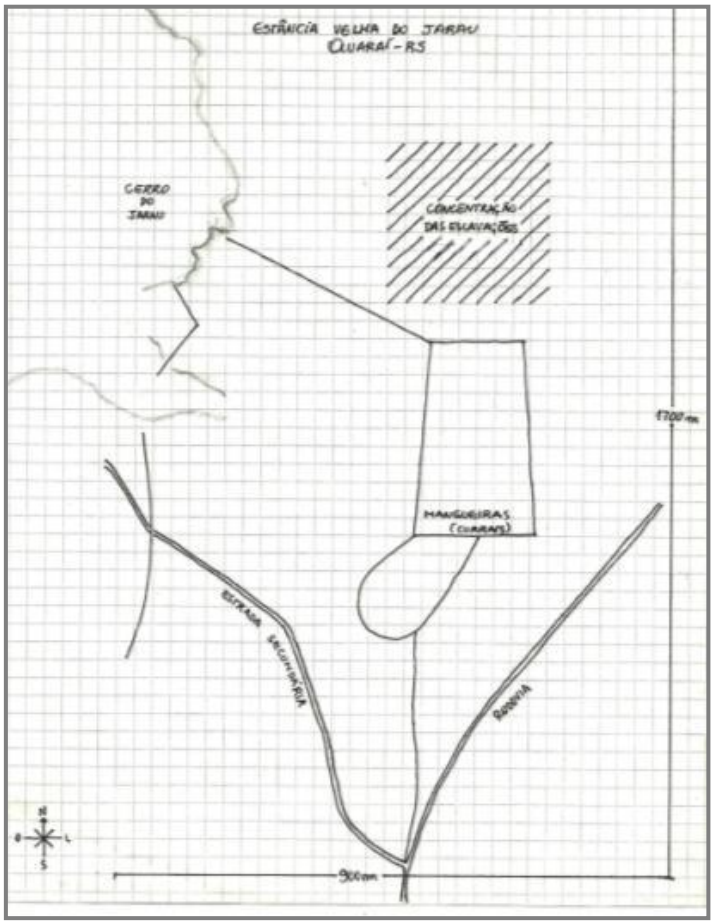


Figura 16: Croqui geral da área do Sítio Estância Velha do Jarau – Quaraí-RS. Caroline Rutz, 2006.

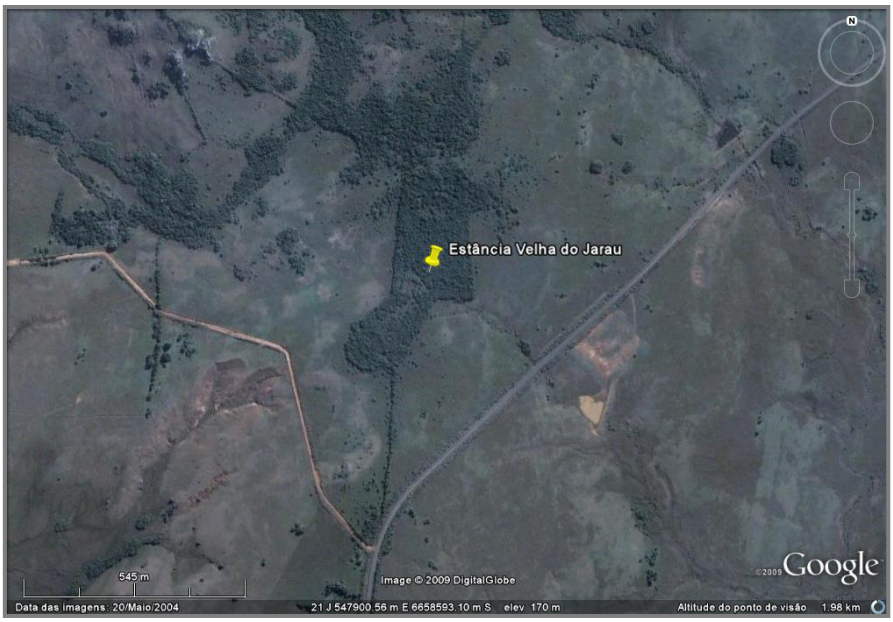


Figura 17: Localização do sítio arqueológico Estância Velha do Jarau em Quaraí/RS. Fonte: Google Earth apud Nobre (2011, p. 38)

A primeira intervenção no sítio realizada em 1997 ocorreu entre os dias 25 de abril e 01 de maio, organizada pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA-UFSM), sob a coordenação do Professor Saul Eduardo Seiguer Milder, sendo que no primeiro dia de atividades ocorreram contatos com o Prefeito de Quaraí, com o senhor João Giudice, proprietário atual das terras em que se encontra o sítio arqueológico e o senhor Nei Marin, um colecionador de armas.

Para início da escavação foi traçado uma linha de 30 metros divididos em quadrículas junto aos vestígios arquitetônicos da casa-sede. Os espaços escavados foram definidos como cortes estratigráficos (1m x 1m) e realizados com preservação das paredes para verificar a evolução estratrigráfica direcionada a área da casa. No geral foram abertos 12 cortes, nos quais foram encontrados vestígios de louças, ossos, vidros, metais e materiais construtivos diversos.

No corte 4 havia uma ordem anárquica de materiais construtivos e a presença de uma cunha de ferro. No corte 5, grandes pedras, vidros, pregos, louças e pedaços de arame.

Figura 18: Corte 4. Acervo LEPA-UFSM, 1997.

Figura 19: Corte 5 – Acervo LEPA-UFSM, 1997.

O corte 6 coincidiu com uma possível parede e foram encontrados louças, vidros, telhas e pedras. Já no corte 7 foram localizadas telhas, ladrilhos, metais, vidros e uma pederneira.

No corte 8 foram encontrados vidros, metais, ossos e um fragmento de grés. No corte 9, ossos, metais e vidros.

Figura 20: Corte 8 – Acervo LEPA-UFSM, 1997.

Figura 21: Corte 9 – Acervo LEPA-UFSM, 1997.

Os demais cortes realizados não apresentam informações nos diários de campo, porém se sabe que foram encontrados materiais devido à numeração do catálogo, inclusive fragmentos de louças em todas os cortes que foram abertos (corte 4 ao 15).

De maneira geral a escavação de 1997 foi uma intervenção inicial no sítio, que resultou em pouco material coletado, mas trouxe informações importantes sobre a composição estratigráfica do mesmo, sendo que foi evidenciada uma camada de telhas com ossos associados e uma camada de cinzas, e em ambas verificou-se a presença de louças. Outra constatação relevante dessa primeira atividade no sítio é a presença de cravos e pregos constantes, alguns aparecendo tortos, o que indica que foram mantidos dentro da madeira ou esta foi queimada.

No ano de 1999 foram realizadas duas intervenções no sítio arqueológico Estância Velha do Jarau, ambas empreendidas pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA-UFSM), sob coordenação do Professor Saul Eduardo Seiguer Milder, sendo que a primeira ocorreu entre os dias 14 e 15 de agosto, e basicamente foi refeito um croqui da área e medições das extensões das mangueiras de pedra.

Entre os dias 28 de outubro e 3 de novembro de 1999 foi realizada uma decapagem sistemática em uma área de 10m x 8m dividida em 6 setores, onde possivelmente seria um aterro, devido ao acúmulo de sedimentos e um considerável desnível em relação a área externa da construção da casa-sede. Nesse local se verificou a presença das mesmas evidências da escavação anterior – louças, tijolos, metal, vidros, ossos, etc., além de uma estratigrafia bem complexa e perturbada.

Figura 22: Área da escavação próxima a estrutura da casa-sede. Acervo LEPA-UFSM, 1999.

Figura 23: Quadriculamento dos setores da escavação. Acervo LEPA-UFSM, 1999.

Essa estratigrafia, segundo o diário de campo da referida escavação, é formada por seis camadas, sendo a primeira composta de matéria orgânica, areia, escombros e materiais arqueológicos de variadas épocas. Na segunda verificaram-se telhas de um suposto telhado, dispostas de forma irregular. A terceira camada apresentou tijolos e lajes de arenito. A quarta camada, ossos grandes e bem conservados. A quinta camada é descontinua, mas apresentou grande quantidade de material, desde cinzas, carvão e ossos, até vidros, louças e pedras. E por fim, a sexta camada é composta por pedras de arenito e a matriz do solo areno-argilosa.

Figura 24: Estratigrafia da área da escavação. Acervo LEPA-UFSM, 1999.

Figura 25: Detalhe da estratigráfica do sítio. Acervo LEPA-UFSM, 1999.

Figura 26: Detalhe para a presença de um piso, e logo abaixo ossos e outros vestígios arqueológicos. Acervo LEPA-UFSM, 1999.

Nessa intervenção também se constatou que a casa-sede possuía divisões internas de tijolos e que na parte de trás da casa há um forno e uma grande estrutura.

Foi localizado um poço há aproximadamente 3 metros da frente da residência, com bocal baixo, mas obstruído por grandes blocos de pedra, possivelmente para evitar acidentes com o gado, que ainda é criado nos arredores das ruínas da estância.

Em 2000, houve uma saída para campo coordenada por Flamarion Gomes que estava, nesse período, fazendo sua pesquisa para o mestrado que desenvolvia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), porém não há diário de campo dessa intervenção e nem registros fotográficos, somente um número de catálogo para material coletado nessa pequena pesquisa realizada no sítio.

A escavação de 2001 foi realizada entre os dias 07 e 21 de novembro, coordenada pelo Prof.º Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder. As áreas de atuação no sítio foram divididas em escavação primária e escavação secundária. A escavação primária se centrou na estrutura definida por Gomes (2001) como sendo supostamente a senzala. E a escavação secundária na unidade de análise Quinta/Pomar.[2]

No diário de campo da escavação 2001 e mesmo em trabalhos posteriores continuou-se chamando esses locais como senzala e quinta/pomar, porém, a análise mais detalhada do local e do material demonstrou que esses lugares tiveram outras funções, como é demonstrado por Toledo (2008), ou seja, a suposta senzala poderia ser

[2] GOMES (2001) divide as estruturas e espaços da Estância Velha do Jarau em complexos (complexo central, complexo adjacente e território de transito) e em unidades de análise. As unidades da análise do complexo central englobam a unidade de análise Casa/Sede, Quinta/Pomar, Galpão e Pátio interno de serviço. Dessa forma, as atividades de campo realizadas em 2001 basearam-se na classificação proposta por Gomes (2001), que realizou um levantamento geral das estruturas e fez análise espacial das mesmas.

a cozinha da estância, devido à presença de materiais que são relacionados às atividades realizadas na cozinha, bem como materiais que não estariam em uma senzala, entre eles, fragmentos de relógio de ouro, fivela de cinto, munição e louças finas. Assim, Toledo (2008, p.26) afirma que:

> A partir da constatação que esse tipo de material não estaria presente em uma senzala, procurou-se evidenciar que materiais indicariam a função dessa estrutura, sendo que foram localizadas louças, vidros, restos de alimentação, uma estrutura de metal de restos de um fogão, serra de metal, colher, tampa de panela, alça de panela de ferro, garfo, carvão, gancho de ferro para mexer brasas no fogão, entre outros materiais que indicam que este local seria a cozinha da estância.

Além disso, esse local também apresenta indícios de um incêndio, relatado nas fontes históricas e que teria ocorrido na cozinha, sendo encontradas louças queimadas, carvão, e também a terra apresenta, em alguns pontos, aspecto de queima.

Devido ao perigo de incêndios nas cozinhas, geralmente eram construídas separadas das outras estruturas, como afirma Symanski (1998, p. 73) "A cozinha ficava apartada ou totalmente separada da casa, principalmente nos núcleos residenciais das classes abastadas".

A escavação na cozinha foi dividida em duas quadrículas de 4 m², divididas por uma berma de 1 metro, denominadas quadrícula A e quadrícula B, cada uma delas dividida em quatro setores I, II, III e IV. Essa estrutura é visível pelas bases das paredes que restaram, sendo que a base da parede leste da estrutura tem 12 metros de cumprimento e liga-se a outra base de pedras que compõe o complexo central da estância. A base da parede oeste tem somente 6 metros e não tem indícios que antigamente fosse maior.

A parede norte é geminada com a taipa que delimita a quinta e não há vestígios de uma parede no lado sul. Uma hipótese possível de ser levada em consideração sobre o fato de ter duas paredes ligadas é que a parede da cozinha necessitasse de alicerces mais firmes para suportar uma altura maior, do que um simples amontoado de pedras que forma a taipa da quinta. E uma hipótese possível para explicar a falta de vestígios de uma parede ao sul é que a mesma poderia ser de outro material, por exemplo, madeira, que se degradou, queimou ou mesmo foi retirada não deixando marcas visíveis. Na foto abaixo se pode visualizar essa área.

Figura 27: Escavação na cozinha – Acervo LEPA-UFSM, 2001.

Na quadrícula A, localizada junto à parede anexa a quinta foram encontrados no setor I: metais, arames, pregos, louça e vidros. No setor II, gancho de ferro com duas argolas e uma dobradiça. No setor III: ossos, metais, louças e gargalo de garrafas de vidro. E no setor IV: ossos, tijolos, lajes de arenito, argamassa, metais, vidros, louças, arames, carvão e telhas abaixo dos escombros de pedras. As telhas abaixo das pedras demonstram como foi a formação do registro arqueológico, ou seja, desabamento do telhado e após das paredes de pedras.

Na quadrícula B, localizada a sul da quadrícula A e divididas por uma berma de 1 metro, foram encontrados no setor I: louças, vidros, metais, ossos, carvão, estrutura de fogão, fragmento de relógio, gaita de boca, restos de alimentação, munição, duas esporas, arreios de cavalo e pregos. Também foi evidenciada uma grande pedra no centro do setor, com um dos lados revestido de argamassa. Conforme o andamento dos trabalhos observou-se que a 15 cm de profundidade, diminuiu a quantidade de louças, vidros e metais e aumentou a quantidade de restos faunísticos.

No setor II foram encontrados vestígios de carvão, ossos, estrutura de metal, pregos, cravos, pederneiras, gaita de boca, louça, vidro, metais, alça de panela de ferro, serra de metal. Nesse local também se verificou evidências de incêndio, com carvão, ossos e louças queimadas. Uma camada evidenciada há 35 cm de profundidade revelou um nível de pedras e tijolos e abaixo deste piso, cartucho, colher, uma tampa de metal, ganchos e dobradiças.

No setor III localizaram-se ossos, vidros, poucas louças, dobradiça, gaita, isolante elétrico feito de vidro, metal, anel de relógio e um grande gancho, possivelmente para mexer brasas no fogão. Nesse local também há aspecto de queima, o solo é mais escuro e com bastante carvão.

No setor IV também se localizou uma gaita de boca, ainda com parte da madeira conservada, um piso de tijolos, louça, vidro, telhas, isolante elétrico, pregos retos e retorcidos, relógio, cartucho, metais, pederneira e munição. Localizar pregos retos e retorcidos demonstra que a estrutura pode ter sido em parte desmontada (pregos retos) e em parte abandonada até seu desmoronamento ou ter sofrido um incêndio, como as fontes históricas afirmam.

A berma, que serviria de testemunho estratigráfico, acabou sendo também escavada, pois sua posição coincidiu com uma possível parede interna da estrutura, hipótese levantada devido à presença de uma tranca de ferro, que possivelmente serviria como uma fechadura e um alinhamento de blocos de pedra que indicariam a parede divisória. E na berma foram encontrados ossos, carvão, pouca louça, algumas pedras, próximas uma das outras, garfo, fivela de cinto e um gancho.

Como a berma foi destruída, resolveu-se fazer um poço de controle estratigráfico para verificar as camadas de ocupação do sítio arqueológico. Esse poço foi feito na quadrícula A, entre os setores II e IV. Nesse local foram encontradas camadas de ossos, arenito, tijolos e telhas, um nível de carvão — provavelmente do incêndio — pregos, cravos tortos, madeira queimada, um nível de possível adobe e um nível de lajes de arenito. O poço teve de 60 a 70 cm de profundidade e dividiu-se nas seguintes camadas estratigráficas:

Camada I – camada areno-argilosa, com matéria orgânica – 5 a 10 cm.

Camada II – sedimentos areno-argilossa, com fragmentos de arenito, telhas, vidros e ossos -15 a 20 cm.

Camada III – camada areno-argilosa de coloração escura, com uma base de tijolos, fragmentos de arenito, lajes de arenito dispostas anarquicamente sem orientação definida.

Figura 28: Poço de controle estratigráfico – Acervo LEPA-UFSM, 2001.

A escavação nessa estrutura permitiu localizar os vestígios materiais do local de forma ampla, e entender a disposição dos mesmos nas quadrículas, setores e camadas estratigráficas, possibilitando, posteriormente, relacionar a localização dos artefatos com a estrutura, definir a função do local e entender o processo de formação do registro arqueológico.

A escavação no avarandado, área lateral a estrutura descrita anteriormente, foi realizada através de duas trincheiras na área externa da estrutura da cozinha junto à parede oeste para verificar a estratigrafia, o sistema construtivo e a existência de pisos e avarandados.

Uma das trincheiras (anexa a quadrícula A) foi feita em formato de um "L", medindo em uma das laterais 2,90cm por 1,40 cm. O comprimento junto à parede foi de 2,40cm, evidenciando um sistema construtivo simples – blocos de arenito justapostos entremeados com lajes e fragmentos pequenos de arenito.

Figura 29: Trincheira em formato de L, escavação do avarandado – Acervo LEPA-UFSM, 2001.

O primeiro nível estratigráfico apresenta escombros provenientes do desabamento da parede oeste, composto de grandes blocos de arenito e pequenos fragmentos que serviam de preenchimento dos espaços intersticiais. O segundo nível apresenta uma seqüência de lajes de arenito justapostas entremeadas com tijolos. Nesse nível foram encontrados raros ossos, fragmentos de louças e grandes fragmentos de telhas. A base estratigráfica é formada por um conjunto de grandes lascas de arenito que estão sobre o pavimento detrítico do Cerro do Jarau.

A fotografia abaixo mostra a escavação no avarandado, da quadrícula A até a trincheira lateral.

Figura 30: Avarandado - Acervo LEPA-UFSM, 2001.

Em uma das laterais da trincheira foi verificada uma anomalia estratigráfica, ou seja, um local que não correspondia às camadas definidas anteriormente. Nesse local havia um rompimento do nível de fragmentos de arenito, resultando em uma fossa de restos ósseos, recoberta com um sedimento areno-argiloso e acima as demais camadas estratigráficas.

Figura 31: Fossa de ossos do avarandado – Acervo LEPA-UFSM, 2001.

Essa evidência poderia demonstrar que a Estância Velha do Jarau teve mais que uma ocupação, ou seja, encontrar ossos abaixo de um piso demonstra que aquele local teve duas funções, em um momento mais antigo foi utilizado para a deposição dos restos alimentares e após foi construído um piso, constituindo um avarandado. A questão das ocupações da estância será retomada posteriormente.

Foi aberta também uma trincheira menor anexa a quadrícula B, no avarandado, sendo encontrados escombros da parede, telhas, argamassa, louça, vidro e ossos. Essa trincheira possui a mesma estratigrafia da trincheira descrita acima e ainda comprova a não existência da continuidade da parede da cozinha.

A escavação na quinta, denominada de escavação secundária, foi realizada através de 8 quadrículas, distantes 7 metros da taipa de pedras geminada. Nessas quadrículas foram encontrados fragmentos de telhas, cravos, pregos, vidros, louças, metais, ossos, um cabo de talher e um garfo. Alguns fragmentos de telhas estavam alinhados, dispostos na horizontal, o que pode indicar a presença de uma estrutura telhada, juntamente com a ocorrência de pregos e cravos. Os outros materiais encontrados nesse local estavam abaixo dessa camada de telhas justapostas.

Figura 32: Escavação na quinta – Acervo LEPA-UFSM, 2001.

Entre os dias 10 e 25 de fevereiro de 2003 foi realizada outra intervenção no sítio arqueológico Estância Velha do Jarau, através de um sítio escola, que contou com a participação de várias instituições: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior (UNIVATES), Universidade de

São Paulo (USP), Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ) e Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Os alunos dessas universidades foram divididos em dois grupos, sendo que cada grupo contava com dois monitores, responsáveis inclusive por diários de campo detalhados da escavação.

Essa escavação tinha como objetivo fazer um novo mapeamento do sítio arqueológico, coletar novos materiais para análises, além de discutir informações de cunho histórico e arqueológico com todos os participantes.

A área para escavação foi dividida em dois setores (Setor I e Setor II). O setor I tem dimensões de 6,4 x 4,0 metros e possui como limite duas paredes. Nele foram abertos três poços testes, que mostraram uma estratigrafia idêntica em todo o setor, composta por seis níveis estratigráficos, que revelaram em seu nível mais profundo um possível aterro e em seu nível superior a estruturação de uma construção formada por um piso de ladrilhos – bastante semelhante ao tijolo – e uma cobertura de telhas.

Figura 33: Setor I. Acervo LEPA-UFSM, 2003.

Entre o setor I e II havia uma parede de pedras, denominada parede central por dividir os dois setores. A mesma foi decapada em toda sua extensão, revelando no lado interno e externo um piso de tijolos.

O setor II foi demarcado em 4 x 4 metros. Sendo sua escavação feita a um nível quase superficial, já que foi evidenciado uma importante estrutura de lajes de arenito praticamente ao longo de todo o centro do setor. Assim o setor foi ampliado com uma trincheira de 60 x 70 cm em toda sua extensão, exceto na parede.

Figura 34: Setor II. Acervo LEPA-UFSM, 2003.

Figura 35: Trincheira escavada no entorno do setor II. Acervo LEPA-UFSM, 2003.

Além dos setores I e II foram evidenciados nessa escavação três "cubículos" assim denominados por tratar-se de pequenos compartimentos com dimensões aproximadas de 3 x 4 m.

Figura 36: Cubículo 1. Acervo LEPA-UFSM, 2003.

Figura 37: Cubículo 2. Acervo LEPA-UFSM, 2003.

Figura 38: Cubículo 3. Acervo LEPA-UFSM, 2003.

No setor I a maior quantidade de material foi encontrada próxima as paredes e no setor II foi localizada uma área de escombros externa à estrutura da parede do setor I.

Os materiais encontrados nesses lugares se assemelham aos encontrados nos demais anos de pesquisa, ou seja, vidros, louças, ossos, metais, materiais construtivos, entre outros.

Além das escavações, no ano de 2003, foram proferidas palestras sobre arqueologia e também foram realizadas algumas atividades pontuais de Educação Patrimonial, como visitação de alunos de escolas municipais ao sítio, juntamente com professoras e a secretária de educação municipal.

Figura 39: Visita de estudantes e professores ao sítio. Acervo LEPA-UFSM, 2003.

A última intervenção no sítio ocorreu em 2006 e foi realizada entre os dias 07 e 09 de setembro, coordenada pelo Prof. Saul Eduardo Seiguer Milder, objetivando compreender a função da quinta e explorar uma área ainda não pesquisada arqueologicamente, sendo que para isso foi feita uma prospecção nas áreas, através de pequenos poços testes (*Full Couverage Survey*).

Na quinta inicialmente foram medidas as paredes que a circundam que medem aproximadamente 1m de altura. A parede ao sul mede 30m e ao norte 32,40m, as laterais medem 65,5m. A seguir foram delimitados onze pontos perpendiculares à parede sul, denominada Linha Tronco, a partir desses pontos a cada 3 metros era aberto um pequeno poço teste para verificar a ocorrência de vestígios arqueológicos. No decorrer do trabalho a metodologia foi alterada, sendo que os poços testes passaram a ter uma distância de 6 metros.

A maior parte do material encontrado estava próximo às paredes da quinta ou na região central. A dispersão desse material permite que se tenha uma noção do lugar de uma suposta estrutura telhada. Foram encontrados fragmentos de louça, vidro, ossos de animais, e materiais de construção, como telhas, tijolos e pregos. O objetivo deste processo é perceber a real utilização do local, pois analisando o material encontrado o local parece ter tido outras funções além de um pomar.

Figura 40: Atividade na quinta – Acervo LEPA-UFSM, 2006.

As atividades na área noroeste iniciaram com a marcação de um ponto de origem, a oeste de uma das paredes da casa sede, a partir do qual foi traçada uma linha no sentido oeste-leste, com extensão de 50m. Foram marcados pontos a cada 5m, a partir dos quais foram traçadas dez linhas no sentido sul-norte, com extensão de 30m cada e com espaçamento de 3m para cada poço teste escavado. Na linha inicial foram encontrados ossos, vidros, tijolos, telhas. Nas demais linhas a quantidade e a diversidade de material aumentaram, surgindo louça, carvão, metais, vestígios de um possível piso de tijolos de barro socado, além de objetos como garrafa, ferradura, cachimbo.

Na área noroeste, foram evidenciados dois *uprooting* (desenterramento natural de material arqueológico junto às raízes de árvores a partir de sua queda), dos quais foram recolhidos ossos, líticos, metal, louça e vidro. A estratigrafia do *uprooting* revelou uma primeira camada de matéria orgânica, a segunda camada que parecia ser um piso de tijolos, a terceira camada de ossos, a quarta camada de ossos calcinados e a

quinta que é o solo final do Jarau. Essa estratigrafia é semelhante as já descritas e serve para perceber as ocupações da estância, bem como a formação do registro arqueológico.

Figura 41: Atividade na área noroeste – Acervo LEPA-UFSM, 2006.

Essas atividades de campo, juntamente com as dos outros anos, possibilitaram a formação de um acervo de material para ser analisado e interpretado, objetivando compreender as estruturas e objetos da Estância Velha do Jarau, ou seja, sua materialidade.

2.2 As estruturas da estância – configuração de um espaço doméstico

O grande desafio de definir os lugares da estância, estabelecendo suas funções e compreendendo a configuração do espaço esbarra principalmente na ampla dispersão dos vários materiais evidenciados nas escavações arqueológicas empreendidas no sítio, uma vez que em todos locais pesquisados foram encontrados os mesmo materiais, variando somente a intensidade ou a dispersão. Isso dificulta a realização de afirmações sobre a real funcionalidade de determinado lugar, sendo possível somente levantar algumas hipóteses.

Outro motivo pelo qual a definição de lugares na estância ficou dificultada foi a metodologia empregada em algumas intervenções arqueológicas, que eram norteadas por outros objetivos, que não determinar a funcionalidade dos lugares.

Assim não é possível definir a funcionalidade de algumas estruturas da Estância Velha do Jarau encontradas e até mesmo escavadas durante as pesquisas de campo, porém pode-se buscar fazer uma relação entre as estruturas definindo espaços mais amplos e em um nível geral de análise, assim como Zarankin (2001) fez em sua tese de doutorado, estabelecendo "nodos", ou seja, unidades que são diferenciadas entre si, porém sem definir sua função e muitas vezes nem mesmo seu tamanho.

Zarankin (2001) analisa os prédios escolares de Buenos Aires, utilizando-se de três aspectos básicos em qualquer edifício – forma, função e organização espacial, diferenciando as escalas de análise – nível macro e nível micro. O nível macro para o trabalho de Zarankin foi definido como o prédio de uma escola, e o nível micro aspectos particulares dentro da estrutura – sala de aula, corredor, decoração, etc. (2001, p. 121).

No caso da Estância Velha do Jarau podemos definir os níveis de análise da seguinte maneira: nível macro – toda a estância; e nível micro – cada estrutura localizada através das pesquisas arqueológicas.

Quanto aos aspectos básicos de um edifício buscar-se-á mais definições quanto a sua organização espacial em relação às demais estruturas, uma vez que já se apontou a dificuldade de definir função específica. Através da análise da organização espacial e da forma das estruturas pode-se pressupor algumas funções, mesmo que não exclusivas para um determinado local.

Embora a Estância seja composta de diferentes lugares, é só por meio de uma visão geral da mesma que podemos compreender o conjunto, uma vez que muitas estruturas não permitem que se defina sua função específica. Assim, surge o desafio de encontrar uma maneira de apresentar um modelo de estância, sem esquecer-se de suas especificidades.

Zarankin (2001) fez comparações para chegar as suas conclusões através do número de peças, de portas, de acessos nos prédios, etc., porém para a Estância isso não é possível, sendo que o que se pode estabelecer são comparações mais gerais com outras estâncias já estudadas, seja pela arqueologia ou outras áreas afins.

Para tentar compreender quais são os espaços que configuram uma estância, buscaram-se outros trabalhos que analisaram as estâncias através de suas estruturas. Um exemplo simples, mas ajuda na listagem de locais é uma estância citada por Farinatti (2007), em sua tese, a Estância da Palma, em Alegrete/RS, que segundo o autor, tinha oito construções – casa, paiol, senzala, galpão, curral, mangueiras de pedra, atafona e quintal, sendo este último cercado de pedras onde se estendia um enorme pomar, composto por cerca de 1.500 laranjeiras e limeiras.

Já nesse exemplo, percebe-se a similaridade com algumas estruturas encontradas na Estância Velha do Jarau, ou seja, casa, galpões, mangueiras de pedra, quintal são lugares que são identificados, mesmo que possam ter tido outras funcionalidades ao longo do tempo de ocupação da estância. Outras estruturas, porém, por mais que se acredite que existiram na estância, não são de fácil identificação, como a própria senzala e atafona.

A não identificação de um prédio específico para a senzala pode levar a algumas inferências sobre onde os escravos da estância podiam estar se abrigando, ou seja, muitas vezes os próprios galpões eram usados como estadia para os escravos, já que esses não eram tão numerosos nas estâncias e podiam morar em lugares não tão grandes como as senzalas de outras unidades, como charqueadas ou mesmo as fazendas de café do sudeste que contavam com mais escravos em sua produção.

Mesmo afirmando que na estância havia menos escravos que em outros lugares, não se pode cair no antigo mito da democracia racial, tanto que se pode perceber a presença escrava, inclusive na Estância Velha do Jarau, na citação de Farinatti:

> ...como foi o caso da Estância Velha do Jarau, pertencente a Bento Manoel Ribeiro. Ela foi atacada pelas forças farrapas, em 1843. Os invasores puseram a perder mais de 1000 reses e 400 cavalos. Além disso, quatro escravos

> foram embora com os invasores ou aproveitaram a situação para fugir. (2007, p. 198).

Rahmeier (2007, p. 131), a respeito das senzalas nas estâncias de criação de gado afirma que:

> Dentre os elementos arquitetônicos que compunham as sedes das estâncias pesquisadas, as senzalas, ou casas de negros, são as construções menos encontradas. Por terem sido construídas com materiais de baixa qualidade e também por terem sido desativadas em fins do século XIX, quase não há vestígios arquitetônicos dessas moradias.

Outra explicação para a pouca presença de senzalas nas ruínas das estâncias do século XIX que são estudadas atualmente é que, segundo Rahmeier "embora sua presença fosse comum nas estâncias da época, as senzalas, nem sempre eram a moradia dos escravos. Os espaços que abrigavam os cativos poderiam variar de acordo com a função exercida por esses trabalhadores" (2007, p. 131). Assim, a presença escrava pode ser percebida em várias estruturas da estância, mesmo que uma senzala propriamente dita, não tenha sido identificada, não significa que os escravos não estiveram presentes, mas sim que estes poderiam estar ocupando os galpões ou outros lugares. Outra hipótese é que a senzala não tenha se preservado ao longo dos anos ou mesmo tenha sido usada para outras funções depois de abolida a escravidão.

Farinatti (2007, p. 377) ainda faz uma afirmação bastante precisa sobre o trabalho escravo nas estâncias afirmando que "a nova historiografia platina sobre o período colonial e alguns trabalhos recentes no Rio Grande do Sul vêm apontando que a presença escrava era estrutural na grande pecuária" e com certeza, a Estância Velha do Jarau se configurava como grande pecuária, pois como afirma novamente Farinatti:

> Bento Manoel construiu um sólido patrimônio agrário na Fronteira. É dele a terceira maior fortuna entre os 206 patrimônios inventariados de minha amostra [...]. Possuía, então, uma chácara nos subúrbios da vila de Alegrete, tinha também quatro casas na mesma vila. Seu principal patrimônio agrário, no entanto, eram as quatro estâncias contíguas, localizadas ao pé do Cerro do Jarau, na parte sul do município, totalizando 14 léguas de campo (60. 0984 ha.).

Dessa forma, percebe-se como o trabalho escravo é fundamental para a estância, em virtude de seu tamanho e de sua produtividade pecuária (tanto bovina como cavalar). Mas com certeza, como Farinatti (2007) também aponta, as famílias de elite procuravam combinar a presença de um núcleo de trabalhadores escravos, com trabalhadores livres, mesmo que esse tipo de trabalhador ainda fosse instável, ou seja, eram contratados peões livres com salários baixos e outros trabalhadores mais caros eram empregados somente nos momentos de maior necessidade.

A possibilidade de um galpão ser moradia de escravos, como foi citada anteriormente, pode ser percebido inclusive na afirmação de Rahmeier (2007, p. 145) sobre a multiplicidade de funções que um galpão poderia exercer:

> O termo galpão designa, dessa forma, construções destinadas a funções variadas, como cozinha, atafona, armazém, casa de arreios, depósito de sal, estrebaria, curral, galinheiro, pocilga, paiol, quarto de hospedes, senzala, e também residência de peões. Embora suas formas pudessem variar de acordo com a função que desempenhavam na estância, elas comumente eram retangulares, cabendo às divisões internas a diferenciação dos ambientes de acordo com sua finalidade.

A respeito dessa conclusão sobre os galpões, várias estruturas da Estância Velha do Jarau, podem ser assim analisadas, uma vez que durante as escavações foram localizados diversos "cubículos" sem função definida e espalhados por vários locais do complexo central estancieiro. Assim pode-se pensar que essas estruturas retangulares da estância, podem ter servido para alguma das diversas funções citadas por Rahmeier (2007) para os galpões. Dessa maneira, e de forma geral, os "cubículos" podem ser chamados de galpões, se levarmos em consideração todas as funções que eles podem ter tido.

Assim, nota-se que a estância já tem uma pluralidade de elementos que vão configurando seu espaço fisicamente, ou seja, há lugares para os proprietários, escravos, peões, trabalhadores temporários, etc. o que vai tornando a estância um grande complexo habitacional e produtivo, além de que, o conjunto arquitetônico da estância pode constituir um meio de preservação da hierarquia social vigente na época.

A tese de doutorado de Rahmeier sobre as estâncias na região de Cruz Alta/RS aponta alguns elementos importantes para pensar o complexo estancieiro. Segundo Rahmeier (2007) dois elementos básicos compõem o universo cultural estancieiro: a

terra e a moradia, sendo que dessa maneira podemos estabelecer dois eixos fundamentais para pensar a Estância Velha do Jarau: a grande extensão territorial da propriedade e sua função de morada, de fixação de pessoas no ambiente fronteiriço.

Especificamente sobre as estruturas das estâncias Rahmeier (2007, p. 93) afirma que "a sociedade estancieira influenciou e foi influenciada pela arquitetura das sedes, especialmente pela composição e disposição que as compunham", nesse sentido, a autora também identificou vários padrões de estâncias, configurando um panorama bem diversificado de construções e formas de construir nas estâncias do Rio Grande do Sul.

Porém, um traço comum nas estâncias pesquisadas por Rahmeier e aqui pode-se incluir também a Estância Velha do Jarau é a simplicidade de suas construções, isto é:

> Mesmo sendo propriedades de pessoas que compunham a elite social do Rio Grande do Sul no século XIX – militares ou homens com poderes equivalentes a tal – as estâncias da região estudada apresentam construções bastante simples comparadas às zonas brasileiras de produção de açúcar ou café, por exemplo. Essa relativa simplicidade também é uma característica das moradias dos próprios estancieiros (RAHMEIER, 2007, p. 125).

Atualmente a Estância Velha do Jarau tem somente as bases das estruturas de suas construções, porém uma fotografia dos anos 1970 mostra as ruínas da casa-sede da estância, onde é possível perceber a simplicidade e até rusticidade da construção.

Figura 42: Estrutura da Casa-sede da Estância Velha do Jarau. Na frente da casa, Raul Pont, autor do livro Campos Realengos – A formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul de 1983. Fonte: PONT, 1983.

Mesmo simples, a casa-sede estava posicionada em um lugar de destaque dentro do complexo estancieiro, pois, segundo Rahmeier, que analisou o espaço arquitetônico das estâncias através da fenomenologia:

> A disposição das moradias seguia um padrão no qual a casa-sede ocupava sempre um ponto de destaque perante as demais edificações, localizando-se comumente no centro da sede, tendo a sua volta o galpão e a senzala, ou estando posicionada de modo a parecer projetada em meio às outras construções (2007, p. 178).

Essa centralidade da casa-sede da estância também pode ser visualizada na Estância Velha do Jarau, uma vez que a casa está no centro do complexo estancieiro, tendo sua frente projetada para a vastidão dos campos da estância e ao entorno, mais ao fundo, a suposta cozinha, o avarandado, a quinta e vários estruturas que podem ser consideradas galpões. E no entorno mais distante as grandes mangueiras (currais) e ainda um cemitério.

Assim, podemos estabelecer um modelo hipotético para a Estância Velha do Jarau, partindo da centralidade da casa-sede, constituindo nesse local o espaço de morada e trabalho do ambiente doméstico, onde se concentraram as escavações arqueológicas.

Nesse espaço está localizada, além da casa, uma suposta cozinha[3], com um avarandado, uma quinta/pomar e várias estruturas menores que podem ser consideradas os galpões. Nesses lugares é que foram realizadas as escavações arqueológicas descritas no subcapítulo anterior.

Outro espaço da estância poderia ser definido como o da produção, ou seja, os campos e as mangueiras de pedra relacionam-se com as atividades pecuárias desenvolvidas na estância. As mangueiras (currais) servem para cuidar e tratar do gado, sendo grandes estruturas de pedras.

E ainda outro espaço, onde foi encontrado um cemitério, estaria relacionado principalmente, a fixação de pessoas nesse ambiente de fronteira, de tal forma que a

[3] A função cozinha da referida estrutura na Estância Velha do Jarau, não é consenso, uma vez que o trabalho de GOMES (2001) aponta tal estrutura como a senzala da estância, porém em trabalhos mais recentes apontou-se tal estrutura como cozinha, mesmo assim, ainda restam dúvidas sobre sua real funcionalidade, mas nesse trabalho continua-se denominando esse lugar como cozinha, para facilitar as interpretações dos espaços mais abrangentes e gerais da Estância Velha do Jarau.

permanência nesse local fez com que surgisse a necessidade de um cemitério para enterrar os membros da família.

Esses três espaços diferenciados da estância permitem que se perceba a variedade de ambientes que formam o complexo estancieiro, mesmo sem definir algumas funções de estruturas específicas, sendo que assim podemos analisar os espaços e lugares da estância de forma mais ampla e relacionando esses três conjuntos de estruturas e paisagens.

Cada um dos espaços definidos anteriormente se inter-relacionam de maneira muito estreita, uma vez que um só existe em decorrência do outro, ou seja, o espaço de moradia só se constitui quando aquela porção de terra passa a ser um local de produção pecuária mais efetiva e torna-se assim uma estância – local de morada e criação de gado. E em decorrência dessa ocupação mais efetiva do ambiente de fronteira, também se faz necessário um local para enterrar os mortos, uma vez que, no período estudado, as estâncias ficavam muito distantes uma das outras e das cidades.

Com isso, tem-se uma visão ampla das estruturas que formam a Estância do Jarau, porém, essa dissertação centra sua análise no complexo central da estância, que abarca as estruturas referentes à moradia e fixação de pessoas no ambiente fronteiriço, no qual foram empreendidas as intervenções arqueológicas que trouxeram a tona louças, vidros, metais, ossos, etc. que fazem parte da cultura material da Estância. As louças vão ser o que norteiam essa pesquisa, sem deixar de relacionar com os demais objetos encontrados no sítio arqueológico.

Além de buscar compreender como se relacionam os espaços da estância, também é possível fazer algumas considerações a respeito das ocupações do sítio, através da estratigrafia que foi evidenciada nas pesquisas realizadas, contribuindo para entender a multiplicidade de funções que um lugar pode ter, assim como a própria estância.

As estratigrafias descritas no subcapítulo anterior apontam para duas ocupações da estância, ou seja, um primeiro nível, onde estão os vestígios de uma ocupação mais recente, acima do piso. E um segundo nível, abaixo desse piso, com menos vestígios, de uma ocupação mais antiga, demonstrando que as estruturas escavadas tiveram outra função, num momento anterior.

Poder-se-ia resumir a estratigrafia do sítio arqueológico da seguinte maneira: primeiro nível acima do piso, representando a ocupação plena da estância; segundo nível abaixo do piso, com vestígios da ocupação antiga (fica claro na fossa de ossos

encontrada abaixo do piso do avarandado) e o último nível composto pela formação do solo do local, com grandes blocos de arenito, característicos da região.

Relacionando os dados da estratigrafia com os proprietários da estância, uma hipótese possível é que o segundo nível representasse o momento em que Maneco Pedroso estava utilizando o lugar da estância, com seu acampamento militar, sendo que a quantidade de vestígios arqueológicos dessa camada é menor e apresenta mais ossos referentes a restos alimentares do que outros objetos que denotariam uma habitação mais sistemática do local.

E a primeira camada, que representaria a ocupação plena da estância, pode-se relacionar com a presença de Bento Manoel Ribeiro, Olivério Pereira, Olympio Giudice, e suas respectivas famílias, peões, escravos, soldados, agregados e empregados. Nessa camada os vestígios são bem mais numerosos e variados, e são indícios de uma ocupação relacionada à moradia e atividades cotidianas, como a alimentação (incluindo louças e talheres), lazer (gaitas de boca), e atividades com cavalos (esporas e arreios) entre outras. Nesse segundo momento de ocupação é que também foram organizadas as estruturas que hoje formam as ruínas da estância, como cozinha, varanda, casa-sede, entre outras, configurando-se como uma estância de criação de gado, moradia e defesa da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

Dessa maneira, percebem-se as diferentes ocupações da estância, bem como as variadas funções que um mesmo local pode ter, mesmo não definindo com certeza as suas finalidades. Mesmo assim, nota-se a pluralidade de funções de uma estância, e como ela se organizava tanto produtivamente como um núcleo habitacional.

Essa pluralidade é que pode e deve ser explorada para que a estância seja entendida como um local heterogêneo, formado por diversos agentes sociais e que traduzem hábitos e costumes diferenciados em um mesmo ambiente, muitas vezes tratado como sendo um espaço único e representante da elite social agrária do Rio Grande do Sul.

Por mais que a maioria da cultura material desse espaço possa estar relacionada com os proprietários e com o trabalho no campo com o gado, também é possível através desses vestígios perceber outras atividades e personagens que habitavam e se relacionavam nesse ambiente.

2.3 Patrimônio arqueológico da Estância Velha do Jarau – a diversidade da cultura material

As diversas atividades arqueológicas empreendidas na Estância Velha do Jarau geraram um acervo muito variado de vestígios arqueológicos, sendo que alguns já foram alvos de estudos e análises mais aprofundados, outros somente passaram por um processo de quantificação, sem gerar resultados específicos, mas que podem servir para relacionar com as demais pesquisas e também para perceber a diversidade da cultura material encontrada nesse ambiente.

Dessa forma, os metais foram analisados por Thomasi (2008) em sua monografia de especialização, intitulada "Metais da Estância Velha do Jarau – Quaraí – RS: uma análise do cotidiano de uma estância na fronteira Brasil-Uruguai no século XIX através da Arqueologia Histórica".

Em um primeiro momento a autora apresenta as características gerais da estância, afirmando que foram desenvolvidas diversas atividades no local, desde as práticas domésticas até a forte presença militar e ofensiva, passando pelas lides do campo e subsistência da estância (THOMASI, 2008, p.6).

Thomasi (2008) apresenta o contexto formador do Rio Grande do Sul, de Quaraí e da Estância Velha do Jarau, afirmando que:

> O desenvolvimento de estabelecimentos denominados Estâncias – que surgem para ocupar e povoar essas terras que se encontram sob constante ameaça espanhola – acaba por delinear e firmar alguns padrões de relacionamento e conduta. Dessa forma, as Estâncias contribuem para a formação de uma base econômica – a criação de gado – mas fundamentalmente, são ambientes cuja organização e complexas relações dão origem a um referencial cultural, a hábitos e costumes caracteristicamente denominados "gaúchos" (THOMASI, 2008, p. 20/21).

Nesse sentido, a autora aponta para uma característica muito importante relacionada às estâncias, isto é, há uma identificação com esses locais como sendo o ambiente originário do "gaúcho", e até hoje valorizados por sua rusticidade e até mesmo violência. Esse território é considerado o lugar de formação ou "criação" da identidade

gaúcha ou gauchesca. “Essa criação idealizou hábitos, ignorou certos aspectos, criando uma mítica que envolve o gaúcho e seus costumes que nem sempre encontraram apoio na cultura material” (THOMASI, 2008, p.7).

Com isso, percebe-se que nesses espaços já há uma forte identificação e reconhecimento do local como sendo importante para a história do Rio Grande do Sul, ou seja, o patrimônio arqueológico histórico já possui um valor agregado, o que contribui para sua preservação, mesmo que seja de forma idealizada e romantizada.

A pesquisa arqueológica, nesse contexto, pode contribuir para a ampliação do reconhecimento local, ou seja, possibilitando que se valorizem outros aspectos do cotidiano estancieiro, para que a identidade gaúcha torne-se cada vez mais plural e heterogênea, e dessa forma represente a diversificada população sul-rio-grandense.

Após essas considerações a respeito do contexto da estância, Thomasi afirma que “as evidências recuperadas nas pesquisas arqueológicas possibilitam a reconstituição de um quadro mais amplo sobre os modos de vida e o cotidiano de grupos domésticos do passado” (2008, p.32), sendo que dessa forma serão apresentados os metais recuperados nas escavações arqueológicas empreendidas na Estância Velha do Jarau.

A metodologia empregada por Thomasi (2008), em um primeiro momento, foi realizar a seleção das peças que estavam em bom estado de conservação e que puderam ser identificadas, e após dividir por tipo de “tralhas” (objetos que não possuem mais valor utilitário, mas que recuperados em escavações se tornam documentos arqueológicos).

No que se refere à especificidade dos metais, a autora afirma que os mesmos têm a necessidade de um processo de limpeza e conservação diferente e mais aprimorado que os outros materiais. Essa necessidade advém das características dos metais e do local onde se encontram, uma vez que:

> O metal dentro do solo arqueológico passa por diversos processos degradativos, os mais comuns são os efeitos causados pelo solo ácido/úmido. Quando esse material é retirado do solo passa a sofrer os efeitos do oxigênio, a oxidação (THOMASI, 2008, p.33).

Thomasi (2008) apresenta a cultura material relacionada aos hábitos à mesa, representado pelos talheres e panelas. Foram localizados garfos, sendo um deles de produção artesanal. Sendo que Thomasi (2008, p. 38) afirma que:

> (...) encontrou-se um garfo artesanal, rústico e grosseiro, feito a partir de arames retorcidos, com três dentes e cerca de 22 cm de comprimento, contrapondo à delicadeza e refinamento dos outros pequenos garfos, apresentando-se como uma adaptação de hábitos.

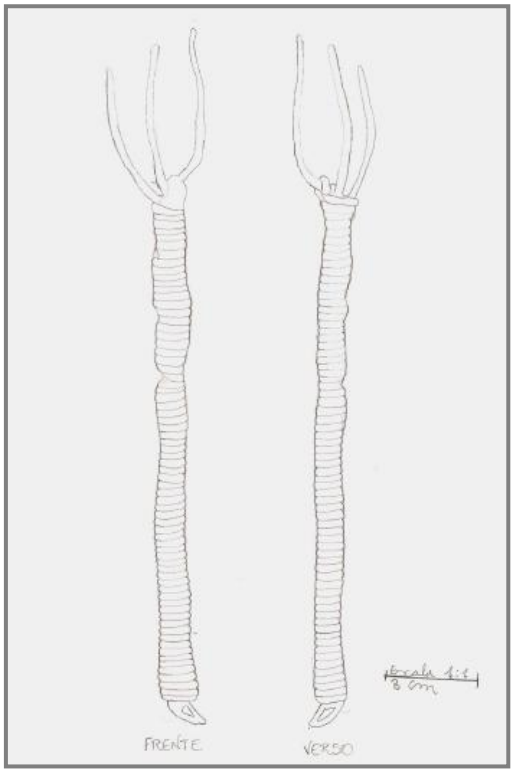


Figura 43: Garfo artesanal. Fonte: Thomasi (2008, p.40).

A autora também contextualiza a presença dos garfos afirmando que os talheres com quatro dentes começaram a ser produzidos a partir de 1880, data que se insere no contexto da estância.

Também foram encontradas duas colheres, um pequena, que provavelmente era utilizada para adoçar ou servir pequenas porções. E outra colher com maior profundidade, sendo possível utilizá-la para líquidos (THOMASI, 2008, p. 39).

Sobre vestimentas, Thomasi (2008) apresenta os botões encontrados, sendo um deles de origem uruguaia, com uma inscrição em alto-relevo do escudo da República Uruguaia, e os demais botões de origem parisiense e inglesa.

Os talheres e os botões representam o cotidiano e a vida particular da estância, enquanto que a tralha bélica representa o ambiente extremamente militarizado que é a fronteira ou a campanha, nesse período histórico, caracterizando o espaço público estancieiro. Em relação à tralha bélica, Thomasi (2008, p.42) apresenta o material encontrado na estância:

> Da cultura material, dois cartuchos de fuzil Lefaucheaux (HOOG, 1980) nos chamam atenção. De origem francesa, começaram a ser produzidos a partir de meados do século XIX, concomitantemente, 2 cartuchos de pistola de calibre 22, projéteis esféricos e de alma raiada, bainha de armas brancas, como de baionetas e sabres, além de cartuchos de fuzil, sendo que, cerca de um quarto desses cartuchos são de festim. Isso se justifica, pois, nos anos 80 a Estância Velha do Jarau foi utilizada como campo de instrução para exercícios militares pelo exército brasileiro.

Nesse sentido, percebe-se a apropriação que é feita do local da estância, ou seja, nos anos 80, a função militar da estância poderia estar sofrendo uma releitura através do exército brasileiro, mesmo que isso não fosse realizado de forma consciente.

Já no que se refere às ferramentas, Thomasi (2008, p.44) aponta a importância do alambrado na região fronteiriça, ou seja:

> Em torno de 1860, iniciou-se um processo de demarcação e legitimação das posses dos terrenos, com o início do processo de laminação (SHAVELZON, 1991, p. 239), tecnologia capaz de produzir arames cilíndricos utilizado como cerca nas propriedades.

As cercas de arame, substituindo as de pedras, ou mesmo a falta de delimitações das propriedades, trouxeram profundas mudanças, inclusive no surgimento de um novo personagem, o alambrador. As mudanças foram também no plano mítico, uma vez que "a mítica sensação de liberdade do gaúcho, também advinha dessa amplitude de

campos, ou seja, a possibilidade do livre transitar entre as diversas estâncias" (THOMASI, 2008, p. 44).

Na Estância Velha do Jarau foi encontrada uma chave de alambrador, além de muitos arames, mesmo que muitas cercas ou mangueiras ainda fossem de pedras.

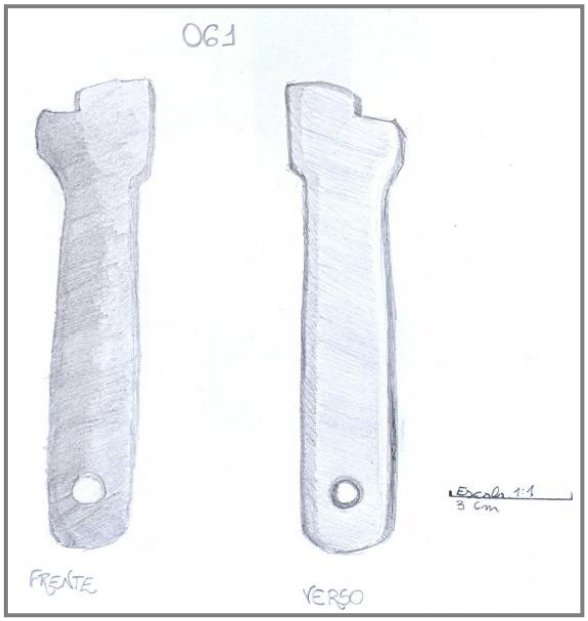


Figura 44: Chave de alambrador. Fonte: Thomasi (2008, p.46).

A tralha eqüestre da estância mostra a presença de animais no sítio, tanto o gado eqüino, quanto o muar e ovino, sendo que foram encontradas uma tesoura de tosquia e os aparatos para mulas e cavalos (objetos de montaria são abundantes no sítio). Em relação à tosquia, Thomasi (2008, p. 48) afirma que:

> A tosa das ovelhas na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul tem uma importância muito grande, o período de Esquila era um grande evento, acabou por tornar-se um marco representativo no folclore gaúcho, em termos econômicos e culturais.

Em relação às ferramentas agrícolas podem-se localizar peças como o arado e a foice, que indicam a presença de lavouras de subsistência na estância, pois como afirma Thomasi (2008, p. 51) "nem só de carne se vivia, mas também de outros víveres, como uma pequena roça de subsistência, produzindo milho, mandioca, batata doce".

Assim, para concluir, a autora afirma que:

> A partir da cultura material resgatada das diversas escavações desenvolvidas pelo LEPA, é possível observar uma grande variedade de peças, inseridas nas atividades cotidianas da estância, tanto dentro de casa, nas tarefas domésticas, como inclusive na presença de objetos adaptados à cultura européia em que estava inserida, quanto nas atividades de campo, como a agricultura e as atividades de montaria, tão freqüentes no Rio Grande do Sul, além disso, existe a presença de peças relacionadas a armamento e belicismo, objetos típicos de uma região conflituosa com a fronteira Brasil-Uruguai, inseridas em seu período histórico (THOMASI, 2008, p. 54).

Os ossos encontrados na Estância Velha do Jarau foram analisados mais sistematicamente na dissertação de mestrado de Nobre (2011) intitulada "Ar livre e carne em abundância: um estudo histórico-cultural do gaúcho e sua alimentação no século XIX". A autora analisa os vestígios faunísticos do sítio arqueológico, afirmando que estes são a maioria do material encontrado na Estância Velha do Jarau.

Nobre (2011) delineia os conceitos de Zooarqueologia, os quais norteiam o trabalho, além de realizar a contextualização do sítio arqueológico Estância Velha do Jarau. Para a análise arqueofaunística especificamente, a autora delimita sua análise da seguinte maneira:

> Para a concretização deste trabalho foi realizado um recorte na coleção faunística resgatada no sítio arqueológico Estância Velha do Jarau. Utilizou se exclusivamente o material coletado da espécie Bos taurus na campanha de escavação de 1999, nos setores I, II e III, o Catálogo de número 060 (sessenta), totalizando 1064 peças, sendo que a maioria são remanescentes faunístico (NOBRE, 2011, p. 55).

A amostra de 1064 fragmentos recuperados nesse local é composta de louças, vidros, metais e ossos, sendo que 120 peças foram identificadas na categoria dos ossos, além de ter outros pequenos fragmentos que não puderam ser classificados.

Primeiramente, Nobre (2011) identificou o elemento faunístico e a espécie. "Nesta pesquisa todos os elementos pertencem à espécie *Bos taurus*, sendo realizada somente a identificação do elemento (parte do osso ou em sua integridade) a que ele pertence" (NOBRE, 2011, p. 59).

Após essa primeira identificação, analisou “as marcas de corte, quebra e/ou fratura produzidas no elemento ósseo durante seu preparo ainda fresco para posterior consumo” (NOBRE, 2011, p. 59).

Figura 45: Marca de quebra do elemento in natura. Fonte: Nobre (2011, p. 97).

Para finalizar a análise, interpretou os dados obtidos para perceber quais foram as alternativas de preparo da carne consumida na Estância Velha do Jarau, sendo classificadas em assadas, cozidas ou picadas.

> A utilização de fontes literárias, tais como relatos de viajantes, cronistas e naturalistas, que passaram pela região pelo Rio Grande do Sul e principalmente pela região da Campanha (Pampa) durante o século XIX, bem como livros de culinária publicados até este período, oferecem suporte para entendimento dos modos de consumo desta arqueofauna, fornecendo a diversas possibilidades de preparo da carne de vaca, incluindo formas alternativas além do consumo do churrasco, como ensopados, cozidos e/ou assados. Vestígios destas formas de preparo de receitas culinárias e seu consumo, ou a simples modo de assar um pedaço de carne, podem ser identificados através dos tipos de marcas deixadas nos ossos, quando foram descarnados, preparados e consumidos. (NOBRE, 2011, p. 59-60).

A pesquisa de Nobre (2011) orientou-se por dois objetivos relacionados aos vestígios faunísticos. O primeiro objetivo é identificar o consumo de carne no sítio arqueológico Estância Velha do Jarau e o segundo é demonstrar como a carne estava sendo consumida, através da análise das marcas e fraturas ocorrentes nos elementos ósseos.

A partir disso, Nobre (2011) comenta sobre a utilização de alguns elementos do osso para determinadas formas de preparo do alimento. “A utilização de ossos que possuem tutano, como por exemplo, o fêmur, é muito freqüente em sopas e ensopados” (NOBRE, 2011, p. 69).

Nobre (2011) identificou no registro arqueológico, animais domésticos e silvestres e variadas formas de preparo do alimento, afirmando a diversidade da cultura material estancieira.

> Percebemos o quão diversificado era a dieta do gaúcho. A carne era o elemento principal, até mesmo porque era o de mais fácil alcance, quer seja ela proveniente de animais domésticos (gado vacum, galinha, e outros) ou de caça (avestruz, tigre, tatu). E a arqueofauna resgatada na *Estância Velha do Jarau* mostra bem esta diversidade (NOBRE, 2011, p. 90).

A pesquisa de Nobre (2011) buscou também identificar se o mito do consumo exclusivo de churrasco no Rio Grande do Sul tem respaldo material ou não, pois é considerado até os dias de hoje como um elemento de formação da identidade gaúcha.

Nobre (2011) quantificou as peças identificadas e afirmou que há grande quantidade de lascas de ossos largos (39 peças):

> Indica que a preferência de o consumo da carne tenha sido através de pratos cozidos, pois a fratura nas diáfises de ossos longos é realizada para que durante a fervura o tutano existente na parte interna destes ossos, possa derreter e assim tornar o prato mais nutritivo (NOBRE, 2011, p. 93).

A identificação de dentes e mandíbulas indicou que a cabeça de vaca/boi era consumida na estância, na forma assada.

Figura 46: Dente e Mandíbula. Fonte: Nobre (2011, p. 109).

Ainda sobre a identificação das formas de preparo dos alimentos, Nobre (2011, p. 94) afirma que:

> As costelas representam uma expressiva fração dos elementos identificados. Ao todo temos 32 fragmentos (18 diáfises médias e 14 extremidades ventrais). As diáfises médias sugerem o preparo na forma de churrasco ou assado. Enquanto que as extremidades ventrais sugerem seu preparo em cozidos ou ensopados por contemplarem o corte do peito que é constituído de músculos e fibras duras, podendo ser preparado cozido, em caldos, sopas, refogados, enrolado com temperos e assado na panela com molho.

Objetivando compreender a alimentação das estâncias no século XIX, Nobre (2011) também sistematizou informações sobre as cozinhas do período, afirmando que as cozinham congregam variados elementos, que vão desde os agentes sociais responsáveis pelo trabalho no local, até os utensílios utilizados para o preparo dos alimentos.

Para investigar os tipos de alimentos e forma de preparo dos mesmos, a autora também utilizou livros de culinária da época, sendo que inventariou as principais receitas e relacionou com os vestígios faunísticos encontrados no sítio arqueológico. Assim, através da análise arqueológica dos ossos, da análise dos livros de receita e relatos de viajantes, Nobre (2011, p. 126) concluiu que "as receitas comprovam a interpretação feita nas marcas presentes na coleção arqueofaunística analisada,

sobretudo no que se refere às lascas de ossos longos: grande parte da carne de vaca consumida era preparada através de cozidos ou ensopados".

Como conclusão, Nobre (2011) afirma que havia grande variedade no cardápio da cozinha gaúcha, não existindo uma predominância do churrasco, nem do arroz carreteiro, apesar de serem cultuados como símbolos da cultura gaúcha. Para corroborar com a afirmação da diversidade, Nobre (2011, p. 132) afirma que "a cozinha gaúcha tem na sua origem influência espanhola, portuguesa, africana e indígena. E ainda no século XIX começa a receber grande contribuição da colonização, tanto alemã como italiana".

> Dizer que o gaúcho não comia churrasco, a carne de boi assada na brasa, seria contradizer uma gama de relatos de preparo e consumo deste durante o século XIX no atual território do Rio Grande do Sul, mas também não era o churrasco o dominador do seu menu desde os tempos mais remotos (NOBRE, 2011, p. 132).

Assim, pode-se perceber a diversidade estancieira, também no domínio da alimentação, comendo churrasco, mas também consumindo os carnes em forma de caldos, ensopados e cozidos, aproveitando praticamente tudo que era possível do boi/vaca. Porém, também consumiam outros animais, como ovelha, galinha, peixes e animais silvestres (ema, tatu, etc.) (NOBRE, 2011).

A imagem construída de que o gaúcho se alimentaria basicamente de churrasco, ou então que essa forma de preparo da carne sempre foi a mais apreciada, foi contestada por Nobre (2011, p. 136) afirmando que:

> As práticas alimentares do gaúcho do passado inseridas em uma memória histórica e repetidas no presente constituíram-se em tradições culinárias, fazendo com que o indivíduo se coloque num contexto sócio-cultural, que lhe confere uma identidade, reafirmada através da memória gustativa.

Os demais vestígios encontrados na Estância Velha do Jarau, ainda não foram alvos de pesquisas mais sistemáticas como os metais e ossos apresentados acima.

Porém, já foram realizados alguns estudos iniciais com os vidros resgatados da estância, os quais estão sendo estudados por uma aluna do curso de graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Thielle Kaus de Freitas, que

forneceu algumas informações sobre a quantificação desse material. Os vidros coletados nas escavações empreendidas entre 1997 e 2003 contabilizam 6284 fragmentos, mas esse número deve aumentar, pois os fragmentos recuperados na escavação de 2006 ainda não foram quantificados. Do total da amostra, há aproximadamente 30 objetos inteiros.

Assim, só serão apresentadas algumas imagens com legendas descritivas dos vidros da Estância Velha do Jarau, esperando que futuros trabalhos venham a sanar essa lacuna na interpretação dos vestígios arqueológicos da estância, compondo um quadro mais completo desse cenário fronteiriço e rural do Rio Grande do Sul do século XIX.

Figura 47: Garrafa do vermífugo Leivas Leite. Acervo LEPA-UFSM, 2011.
Figura 48: Garrafa de laboratório de produtos para uso veterinário. Acervo LEPA-UFSM, 2011.
Figura 49: Garrafas de bebida. Acervo LEPA-UFSM, 2011.

Figura 50: Frasco de Leite de Magnésia Phillips. Acervo LEPA-UFSM, 2011.
Figura 51: Frasco de Biotônico Fontoura. Acervo LEPA-UFSM, 2011.
Figura 52: Provável frasco de perfume. Acervo LEPA-UFSM, 2011.

Figura 53: Fragmento de xícara decorado. Acervo LEPA-UFSM, 2011.
Figura 54: fragmentos de cálices. Acervo LEPA-UFSM, 2011.

As louças do sítio arqueológico Estância Velha do Jarau serão analisadas detalhadamente no próximo subcapítulo desse trabalho, objetivando ampliar o conhecimento acerca dessa estância e compor um cenário mais amplo da unidade doméstica, aproveitando o conhecimento já produzido através dos trabalhos apresentados anteriormente.

2.4 Unidade doméstica e as louças da Estância Velha do Jarau

As unidades domésticas e as louças arqueológicas são temas tratados com frequência na literatura de Arqueologia Histórica, configurando-se em estudos importantes para a compreensão da vida cotidiana dos habitantes dos locais investigados.

As louças são artefatos presentes em sítios arqueológicos e são excelentes indicadores da vida doméstica de um grupo social, podendo demonstrar variados aspectos da unidade doméstica ou do espaço/contexto que está sendo analisado conforme os objetivos da pesquisa.

Muitos estudos buscam identificar status, condições socioeconômicas e níveis de distinção social através das louças encontradas nos sítios arqueológicos. Isso pode ser um ponto de partida nas análises de louça, porém conforme Monks (1999, p. 206) aponta existem outros fatores que também merecem atenção, tais como: etnia, classe social, disponibilidade, composição familiar, ciclo de funcionamento da unidade doméstica, a função do lugar e os efeitos do tempo e do espaço em que se encontram esses artefatos podem influenciar as decisões que são feitas, além de preferência, gostos, demandas e outras variantes (SOUZA, 2010).

Podem-se compreender as louças de um sítio arqueológico também através da apropriação que o grupo pode fazer dos objetos que está utilizando no seu dia-a-dia, possibilitando interpretações sobre o modo de vida das populações do passado e como isso pode influenciar a memória local.

Esse subcapítulo trata especificamente das análises realizadas nas louças da Estância Velha do Jarau, objetivando demonstrar como uma parte da cultura material estancieira contribui para o entendimento da estância como um lugar de múltiplas atividades e de inserção em um ambiente fronteiriço e ruralizado no século XIX, sendo que isso pode ser um fator fundamental para compreender esse espaço atualmente de maneira mais plural e heterogênea, buscando as negociações acerca da identidade regional pautada muitas vezes no espaço fronteiriço e estancieiro.

2.4.1 Caracterização e metodologia de análise das louças

Louça é uma designação genérica, arqueologicamente utilizada para denominar os artefatos compostos, basicamente, por argila, caulim, feldspato e quartzo, vidradas (ou esmaltadas), com uma ou mais queimas, em geral brancas ou com fundo branco. Os artefatos denominados genericamente de louça são inseridos em uma categoria analítica mais ampla – a das cerâmicas, segundo pode-se visualizar no esquema abaixo:

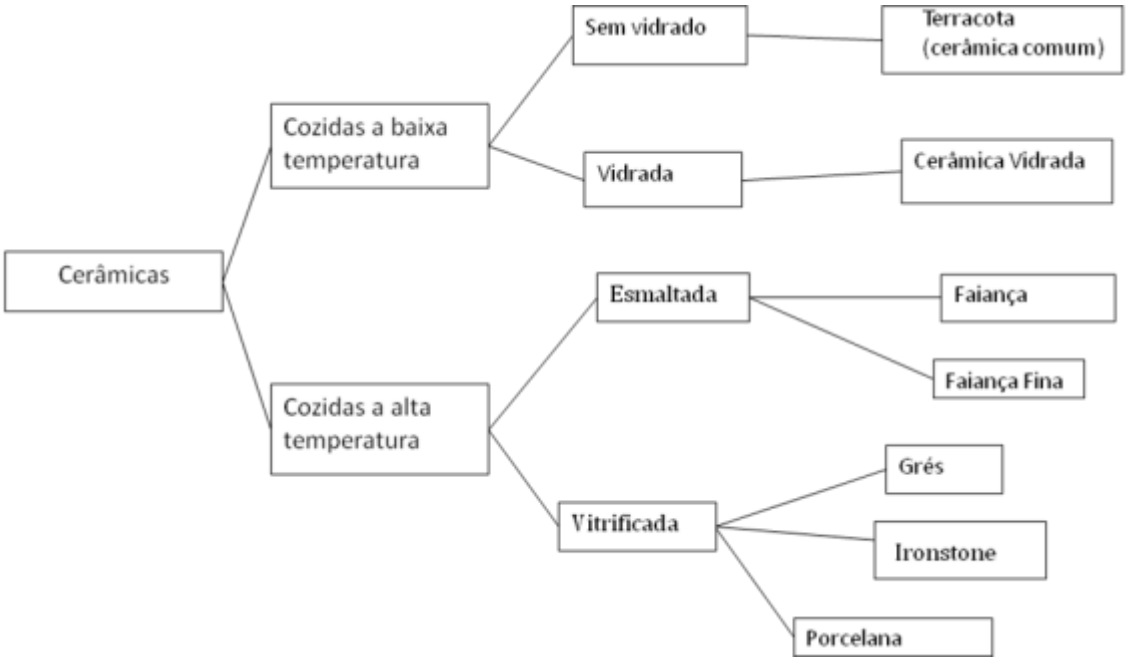


Figura 55: Organograma de categorias cerâmicas. Grasiela Toledo, 2010.

O foco desse trabalho está sobre as cerâmicas cozidas à alta temperatura (faiança, faiança fina, grés, *ironstone* e porcelana), conhecidas tanto na literatura, quanto popularmente como louça.

A faiança é uma cerâmica feita com argila de grande plasticidade, porosa e resistente, recoberta por um esmalte opaco que se destaca facilmente da base. O esmalte que forma o vidrado dessa louça é à base de compostos de chumbo e estanho. (ZANETTINI, 1986, p. 120).

Essa louça recebe várias denominações conforme o país, sendo denominada faiança em Portugal e no Brasil, louça de Delft (Holanda), Delft Ware (Inglaterra),

Maiólica (Espanha, México e alguns lugares da Itália). O nome faiança vem da cidade Faenza na Itália, onde, no século XV, teve auges produtivos. (ZANETTINI, 1986, p. 120).

Apesar do auge produtivo em Faenza, a origem da faiança é persa, sendo que os árabes a introduziram na Europa (BRANCANTE, 1981, p 70).

As faianças que chegam ao Brasil são de origem ibérica, e algumas de origem holandesa. As decorações se apresentam nas cores azul, verde, amarelo, vinhoso e peças sem decoração.

A faiança fina é uma louça com a pasta permeável, opaca, de textura granular e quebra irregular que, para se tornar impermeável a líquidos, deve ser coberta com um esmalte. Intermediária entre a faiança e a porcelana, foi uma invenção inglesa do século XVIII, daí a denominação genérica louça inglesa. (ZANETTINI, 1986, p. 122). Porém, apesar dessa denominação genérica, não se pode confundir faiança fina com louça inglesa, visto que a produção de faiança fina se expandiu para outros países da Europa e do mundo e no século XX para o Brasil. Outra diferenciação que deve ser feita é entre faiança e faiança fina, ou seja, elas são produtos diferentes, apesar da semelhança do nome, a faiança fina não é uma subcategoria da faiança.

> Não incluímos a faiança fina na categoria de faiança, porque a sua designação é imprópria e não corresponde ao conceito técnico de faiança verdadeira, embora integrada há mais de duzentos anos na linguagem cerâmica. Os característicos de sua constituição química, como as suas variedades, situam-na em categoria a parte (BRANCANTE, 1981, p. 129).

Um primeiro atributo que pode ser analisado na faiança fina é seu esmalte, ou seja, o produto aplicado na segunda queima da louça para torná-la impermeável, muitas vezes (conforme a técnica decorativa aplicada) cobrindo a decoração feita no biscoito (primeira queima da louça). Há decorações que são aplicadas sobre o esmalte (exemplo: decalcomania).

As colorações do esmalte podem indicar procedência e cronologias, sendo dividido em três categorias de colorações tênues de esmaltes transparentes, que são eles: amarelado/esverdeado (*creamware*), azulado (*pearlware)* e transparente (*whiteware*). Essas diferenças de cores seriam procedentes da adição de óxido de chumbo no esmalte *creamware*, da adição de óxido de cobalto no esmalte *pearlware* e redução desse óxido

no *whiteware.* Porém essas diferenças são muito sutis, sendo somente perceptíveis onde há um acúmulo de esmalte na peça, geralmente na base. Para uma melhor identificação da composição química do esmalte seria importante realizar análises químicas, para poder perceber se a coloração apresentada na peça esteticamente corresponde mesmo com a presença ou ausência de determinados óxidos. Há uma grande dificuldade em definir se os fragmentos de louça recuperados em sítios arqueológicos são *whiteware* ou *pearlware*, sendo que muitas vezes essa dúvida persiste nas análises não podendo ser identificados.

Outra identificação é que parte da peça está representada em um determinado fragmento, ou seja, se é um fragmento de base, de parede, de borda ou de ombro (parte do ângulo) e ainda partes de alças, asas ou apêndices. Com essa identificação é possível, em algumas peças, perceber se eram objetos planos ou côncavos, ou mesmo através de medidas de base ou borda estabelecer a forma do recipiente. Esses dados podem indicar funcionalidades para os recipientes na unidade doméstica, como por exemplo: objetos do jantar ou do chá/café; ou ainda, recipientes para consumo de alimentos líquidos/pastosos (fragmentos côncavos) ou alimentos sólidos (fragmentos planos).

É também importante medir os fragmentos. Saber o tamanho do fragmento permite ter uma noção de quão fragmentadas estão as peças, se é possível perceber a forma ou se o fragmento de fato é muito pequeno. E através da espessura é possível relacionar um fragmento com outro, na tentativa tanto de remontagem, como para saber se os fragmentos podem ser pertencentes a uma mesma peça. A espessura ainda pode ajudar a identificar se a louça é importada ou nacional (SOUZA, 2010).

Outro atributo que revela muito sobre as faianças finas é a presença ou ausência de decoração, técnicas e padrões decorativos, temas e cores. Algumas técnicas que são aplicadas na faiança fina, objetivando sua decoração, são: superfície modificada sem pintura, pintado à mão (carimbada, esponjada, spatter, pintado à mão livre, dipped) e *transfer printing* (impressão por transferência), decalcomania, entre outras, além de combinações de técnicas em uma mesma peça.

Depois, de identificada a técnica decorativa, é possível estabelecer alguns padrões e estilos decorativos. Em peças de superfície modificada, encontra-se com mais freqüência o padrão Trigal, Royal rim e Gótico. Em peças pintadas a mão livre é identificada o estilo *peasant* e *spring,* e ainda o padrão borrão, que pode também ser encontrado em peças fabricadas em impressão por transferência. Peças feitas com impressão por transferência têm uma multiplicidade de padrões e temas decorativos,

sendo o padrão *Willow* (Pombinhos) o mais conhecido. Os motivos decorativos presente nesse tipo de técnica podem ser *chinoserie*, pastoral, exótico, floral, clássico e romântico, conforme porpões Samford (1997). Todos esses motivos são datados, ou seja, tem um início e fim de produção conhecidos, que podem ajudar na datação de um sítio arqueológico. Encontra-se ainda padrões como faixas e friso e *shell edged* (que podem ter sua superfície modificada ou não).

Essas decorações se apresentam em várias cores, sendo o mais freqüente o azul (principalmente para *transfer printing*, borrão e *shell edged*), porém encontra-se rosa, verde, marrom, preto, violeta, laranja, entre outras em peças monocrômicas ou policrômicas. As cores também são um indicativo de época de produção de determinadas peças.

Outro material identificado no registro arqueológico é o grés, uma cerâmica vitrificada, de textura muito forte, densa, impermeável, de grão fino, cozida a alta temperatura e levada assim a vitrificação total (PILEGGI, 1958 apud ZANETTINI, 1986:121).

Através da manipulação durante a fabricação do grés, os chineses chegaram à porcelana e os ingleses descobrem a faiança fina (BRANCANTE, 1981, p. 141). Na China o grés é produzido desde o século III a.C., e na Alemanha no século VIII (amplamente difundido no Medievo). Porém essas datas não são unânimes, sendo que segundo Zanettini (1986) o grés seria de origem alemã do século XV. Essa divergência demonstra a necessidade de estudos mais específicos sobre esse tipo de material, para que se confrontem essas datas, assim como se conheça melhor suas origens e inserções.

> Segundo Joaquim de Vasconcelos, existem duas categoria de grés – o grés comum, para atender a indústria de construção, como manilhas, tubulações, sifões, etc. e o grés fino, para uso doméstico, empregado para fabricar botijas, jarros, canecas, louça de mesa, etc. (BRANCANTE, 1981, p. 141).

Os materiais em grés que chegaram ao Brasil (a partir do século XVII) foram basicamente garrafas e tinteiros, além de manilhas e outros materiais construtivos. Conforme algumas características das garrafas é possível estabelecer para que finalidade estavam sendo usadas.

Conforme Santos (2005), as garrafas de grés para gim podem ser caracterizadas por sua terminação muito estreita, ausência de pescoço e corpo cilíndrico de dimensões esguias. Podem apresentar ou não uma alça na altura do ombro. E as garrafas para cerveja podem ter duas categorias, ou seja, as cilíndricas com o pescoço gradual e ombro pouco acentuado, e as cilíndricas com o pescoço abrupto, com o predomínio, em ambas, da cor bege, com ou sem banho da coloração marrom claro ou chocolate.

O *ironstone* é uma categoria intermediária entre a faiança fina e a porcelana. É uma louça semivítrea, de dureza intermediária, que começou a ser produzida na Inglaterra no século XIX. Sua identificação é difícil, por ser muito parecida com a porcelana. Uma característica que as diferencia é no *ironstone* ainda haver a diferenciação entre a pasta e o esmalte, coisa que desaparece na porcelana. Por essas categorias de louça serem muito parecidas, na produção brasileira não há essa distinção, muitas vezes sendo o "*ironstone* brasileiro" chamado de porcelana.

A porcelana é uma louça branca, vitrificada, translúcida e sonora. Não se percebe o limite entre a pasta e o esmalte, sendo, portanto uma louça mais homogênea. Começou a ser produzida na China, durante a dinastia Tang (618 a 906), sendo que somente no século XVIII começa a ser produzida na Europa (primeiramente na Alemanha). No Brasil a porcelana chinesa faz-se presente desde os primeiros séculos coloniais, trazidas pelos europeus, declinando no século XIX. No século XX, este horizonte se amplia com a presença de porcelana europeia (alemã, americana, etc.), além da produção nacional. (ZANETTINI, 1986, p. 124).

Com essa pequena descrição dos tipos cerâmicos encontrados em sítios arqueológicos históricos objetiva-se mostrar como esses materiais são múltiplos e podem suscitar diversas análises aprofundadas, explorando as possibilidades interpretativas.

A forma com que um grupo se apropriou de um objeto e como ele o utilizou é mais interessante do que perceber simplesmente o tipo de objeto consumido. Claro que o primeiro passo para a análise dos usos e significados de um objeto é entender quais itens estão sendo adquiridos pelo grupo doméstico. Assim afirma Tocchetto (2004, p. 183): "O consumo não pode ser reduzido à exibição de status e à utilidade, mas deve ser analisado considerando, também, a construção de significados simbólicos".

Tendo como base bibliográfica as informações apresentadas, as louças recuperadas na Estância Velha do Jarau foram classificadas quanto à pasta (cerâmica, cerâmica vidrada, faiança, faiança fina, porcelana, *ironstone* e grés), quanto à técnica

decorativa (*transfer printed*, pintado à mão, decalque e superfície modificada sem pintura), quanto ao tipo de decoração (padrões, estilo, motivos e cores), quanto ao fragmento (alça, borda, fundo, parede, ombro e se côncavo ou plano/aberto) e quanto ao recipiente (quando possível).

Os materiais foram analisados em fichas tipológicas e quantificados por meio de gráfico. Feita a análise e a quantificação, os dados foram interpretados com a finalidade de apresentar informações sobre o modo de vida dos grupos domésticos que usaram a Estância Velha do Jarau como residência no século XIX.

2.4.2 Unidade doméstica e louças – contextos múltiplos

Unidade doméstica e louças são temas relacionados a estudos em Arqueologia Histórica e que vão se configurando conforme os contextos em que os sítios arqueológicos estão inseridos. Por mais que muitas pesquisas busquem apontar padrões de comportamento ou de consumo através da análise das louças e das unidades domésticas é fundamental relacionar os artefatos com o contexto e as especificidades do local em que os sujeitos e grupos sociais estão atuando.

As unidades domésticas podem ser consideradas locais privilegiados de análise das práticas cotidianas e das interações entre os habitantes.

> Sobre as unidades domésticas repousa um grande potencial interpretativo. Casa como microcosmo, domínio privado por excelência, fundamento material da família e pilar da ordem social – expressões que contém elementos que fazem pensar sobre a unidade doméstica das sociedades ocidentais com a unidade básica da produção social, reprodução, consumo e socialização (TOCCHETTO, 2004, p. 16).

Tocchetto (2004) ainda afirma que os contextos domésticos possibilitam a interpretação do cotidiano, resultando em uma relação interpretativa de práticas, do lugar onde se vive e a vida cotidiana. Um dos materiais mais fecundos para essa análise relacional são as louças.

Para analisar as louças de um grupo doméstico é preciso antes de tudo entender o que era um grupo doméstico no século XIX. Symanski (1998) afirma que o conceito de grupo doméstico é mais abrangente que aquele de família, pois considera todos os ocupantes de um domicílio independentemente dos vínculos de parentesco.

O conceito de família como é entendido hoje não era o mesmo que no século XIX, pois como afirma Graham:

> Qualquer distinção entre família e unidade doméstica permanecia vaga na percepção dos contemporâneos. Eles usavam com freqüência a palavra "família" para incluir várias pessoas não relacionadas por sangue nem por casamento ou compadrio. No caso de uma fazenda, o termo podia indicar escravos, empregados, arrendatários, compadres, afilhados, parentes afastados e próximos. Em suma, todos os que viviam na ou da propriedade (1997, p. 37).

Assim, seja denominando grupo doméstico ou família, quando se referindo ao século XIX, é preciso levar em consideração as afirmações acima, tanto de Symanski (1998) como de Graham (1997), o primeiro afirmando que se deve usar o conceito de grupo doméstico por abranger todos os habitantes de uma propriedade, e o segundo mostrando a especificidade do conceito de família no período estudado, o qual abrange mais pessoas, não somente com laços consangüíneos. Dessa forma, família e grupo doméstico são sinônimos no século XIX e representam a totalidade dos ocupantes de um local, os quais convivem juntos em diferentes níveis de relacionamento.

A família organizada dessa forma serve para garantir a ordem e o controle social. O pai (chefe da família e proprietário) tinha a autoridade sobre a mulher, os filhos, os agregados e sobre os escravos, e às vezes podia ter autoridade sobre outro pai, formando as redes de clientes. O pai era ao mesmo tempo bondoso e enérgico, ele concedia favores, mas também punia quem o desobedecesse (GRAHAM, 1997).

Garantir a ordem era uma preocupação constante dos proprietários e das elites. Um meio eficiente era deixar todo mundo se sentindo superior a alguém, dessa forma legitimando a hierarquia que era formada desde a figura do imperador, indo até o núcleo familiar (GRAHAM, 1997).

Entender a família, percebendo o caráter clientelista e hierárquico dessa relação é importante também para compreender o registro arqueológico representado pelas louças, pois sendo a família tão ampla, os vestígios materiais serão também amplos e

representativos desses vários segmentos que integram a família, na sua diversidade socioeconômica, cultural, étnica, produtiva, entre outras.

Vários trabalhos sobre louças em unidades domésticas foram realizados objetivando entender a relação dos grupos domésticos que habitaram o local e os vestígios deixados, em várias perspectivas.

Lima (1995) desenvolveu pesquisas nessa área e em seu artigo intitulado Prato e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX analisa os hábitos burgueses sendo inseridos na sociedade carioca através das práticas adotadas à mesa, na hora do jantar e do chá. Para fazer esse trabalho a autora utiliza as louças e afirma que:

> Escavações arqueológicas conduzidas em sítios históricos do século XIX têm seguramente nos fragmentos de louça os principais vestígios recuperados. Na sua quase totalidade, esses cacos correspondem a peças diversas de serviços de jantar, chá e café, como pratos (rasos, fundos, sobremesa), xícaras, pires, malgas, canecas, tigelas, terrinas, travessas, bules, açucareiros, e assim por diante, em uma ampla variedade de padrões decorativos (LIMA, 1995, p. 129).

Lima (1995) afirma que as louças podem ser consideradas metáforas, através das quais as pessoas "falam" das relações sociais. Esses artefatos não são meros reflexos da cultura, mas sim parte integrante em que os indivíduos os decodificam e ajudam a produzi-los no ato da apropriação, e muitas vezes os artefatos condicionam e controlam a ação social.

Lima (1995) demonstra como poderia ter ocorrido a emergência burguesa no Rio de Janeiro, a qual estaria utilizando-se de rituais na hora da alimentação para tentar imitar a nobreza e se firmar na sociedade como um grupo social de destaque, usando a cultura material como mediadora dessas relações.

> Isso fazia com que a cultura material fosse ativamente manipulada para marcar as distâncias sociais entre todas essas categorias, num processo que se apoiou fortemente no sistema de objetos e no comportamento inerente à sua utilização, de tal maneira que este sistema está inequivocamente relacionado à hierarquia social (LIMA, 1995, p. 132).

Assim, o estudo de Lima (1995) utiliza as louças como demarcadores sociais e afirma que a ascensão da burguesia carioca está relacionada com o aprimoramento da cultura material e dos hábitos relacionados para se firmar na sociedade do seu tempo.

Segundo Lima (1995), a louça é parte integrante do cenário doméstico, vinculada ao subsistema alimentar, sendo que as mulheres estão tradicionalmente envolvidas, relacionando a louça à esfera feminina.

Tocchetto (2004), em sua tese de doutorado faz uma análise sobre quatro unidades domésticas da capital do Rio Grande do Sul, visando compreender as práticas cotidianas relacionadas às refeições, ao consumo do chá e ao descarte de lixo.

A análise contextual foi o procedimento metodológico para o estudo desses sítios, preocupando-se como os contextos particulares onde se inserem os sítios arqueológicos considerando a cultura material de maneira significativa, buscando seus conceitos e reconhecendo o papel ativo dos sujeitos na sociedade (TOCCHETTO, 2004, p. 17).

"Embora os objetos produzidos em massa e dispersos por um amplo mercado consumidor sejam fisicamente semelhantes ou mesmo iguais, sua trajetória revela uma diversidade de usos e conotações" (MILLER apud TOCCHETTO, 2004, p. 183). Essa afirmação demonstra como os significados atribuídos às louças são importantes para entender sua utilização, já que fisicamente são praticamente iguais em todo o mundo, principalmente após a intensificação da produção de faianças finas pela Inglaterra, sendo depois realizada por outros países.

Os objetos comprados pelos grupos domésticos de Porto Alegre demonstram uma preocupação com os itens para o chá e para o jantar em louça e vidro, sendo que esses itens eram compartilhados entre os familiares, convivas, amigos, hóspedes. As unidades residenciais analisadas apontam para essa preocupação em maior ou menor grau, evidenciada pelas diferentes categorias de louças adquiridas.

Outro trabalho desenvolvido nessa área é a pesquisa de Symanski (1998) sobre uma unidade residencial de meados do século XIX, o Solar Lopo Gonçalves, em Porto Alegre, abordando os dois primeiros grupos domésticos que o ocuparam.

Como apontado por Lima (1995) para o Rio de Janeiro, Symanski (1998) também constata a emergência de hábitos burgueses, entre os moradores da cidade de Porto Alegre, e analisa os vestígios deixados no local de morada de um grupo doméstico.

> As evidências materiais provenientes de espaços domésticos somente em raras ocasiões podem ser atribuídas a indivíduos específicos. Relacionadas às mais diversas atividades que foram realizadas dentro e fora das estruturas de habitação, essas evidências fornecem informações sobre o grupo doméstico como um todo, o que pode incluir, além da família nuclear, agregados, pensionistas e empregados (SIMANSKY, p. 1998, p. 66).

Symanski (1998), afirma que analisar o material proveniente de uma unidade doméstica possibilita perceber as atividades cotidianas de grupos humanos, relacionadas à produção e reprodução sociais, consumo e socialização.

> Arqueólogos históricos têm utilizado esse material em uma ampla gama de vias de pesquisa, fundamentadas em problemáticas tão distintas quanto relações de poder, gênero, discursos ideológicos, construção de identidades, análise de classes, etnicidade e status socioeconômico (TOCCHETTO, et al., 2001, p. 135).

Nesse Solar, o primeiro proprietário (Lopo Gonçalves), segundo Symanski (1998) se preocupou mais em ostentar sua riqueza no domínio público externo, através da casa e de outras posses, do que no domínio doméstico privado, através de luxos à mesa, louças finas e mobílias. Nessa primeira ocupação o Solar servia como chácara para a família, não sendo sua moradia principal.

> O status deste bem sucedido comerciante estava verdadeiramente expresso através de sua vida pública, como primeiro presidente da Praça do Comércio de Porto Alegre, secretário do Banco da Província, provedor da Santa Casa de Misericórdia, etc. Da mesma forma sua condição econômica, antes de ser demonstrada pelos itens presentes no interior de seus domicílios, estava exposta através de seu caríssimo sobrado da Rua da Praia, um artefato que, mais do que qualquer outro, indicava sua filiação em um grupo restrito, que tinha acesso ao mais caro item de consumo (SYMANSKI, 1998, p. 116).

Lopo não se preocupou com requintes e levou uma vida austera comparado com as outras famílias abastadas do período. Symanski (1998) tentou explicar isso pela origem humilde tanto de Lopo como de sua esposa, não acostumados com uma vida

doméstica luxuosa, preferindo, dessa forma, adquirir itens de prata ao invés de porcelanas.

Para chegar a essas conclusões Symanski (1998) analisou as práticas de deposição do refugo doméstico do Solar Lopo Gonçalves, primeiramente observando a situação do lixo na Porto Alegre oitocentista, para após compreender o lixo do Solar, principalmente analisando as louças.

Em outro trabalho, Symanski (2002) busca relacionar três contextos de regiões diferentes do Brasil, para buscar compreender as singularidades de cada local, através da análise das louças encontradas nesses sítios arqueológicos. As amostras analisadas "são provenientes de contextos urbanos, semi-rurais e rurais, os quais foram ocupados por grupos sociais extremamente diferenciados, tais como: fazendeiros, camponeses, comerciantes urbanos e escravos" (SYMANSKI, 2002, p. 31).

Na primeira metade do século XIX acentuaram-se as diferenças entre a vida urbana e a vida rural, em vários níveis, sendo um deles o de aquisição de bens materiais, que pode ser percebido no registro arqueológico. (SYMANSKI, 2002, p. 32).

Mesmo existindo louças em praticamente todos os sítios arqueológicos brasileiros do século XIX, independente da sua localização, percebem-se diferenças, seja qualitativamente ou quantitativamente e isso demonstra as particularidades dos contextos em que se inserem os vestígios materiais.

Com essas constatações, o autor levanta as seguintes problemáticas:

> Estariam, portanto, as camadas baixas da sociedade concedendo significados similares a itens materiais associados aos valores da elite, em um processo emulativo que teria por propósito seu reconhecimento como membros respeitáveis da sociedade? Ou poderiam alguns segmentos estar rejeitando essa fetichização das mercadorias, utilizando critérios de seleção de seus bens materiais fundamentados em referenciais distintos daqueles da cultura hegemônica? Estaria esta cultura de consumo, com o modo de vida a ela inerente, sendo assimilada em áreas rurais distantes dos principais núcleos urbanos? Em caso positivo, em que medida pode essa cultura ter sido remodelada para adaptar-se às especificidades locais? (SYMANSKI, 2002, p. 37).

Para responder essas questões Symanski (2002) comparou amostras de louças de contextos urbanos, semi-rurais e rurais de diversas regiões do país, de pesquisadores diversos. Analisou o trabalho de Lima (1995) sobre as louças do Rio de Janeiro, sendo que esta autora afirma que os segmentos aburguesados cariocas demonstravam através

de seus rituais do chá e do jantar o valor simbólico dos itens materiais, utilizando faianças finas impressas de alto valor, *ironstone* e porcelanas. “Essa fetichização das louças é um exemplo da forte influência que a cultura de consumo do capitalismo industrial estava exercendo no Rio de Janeiro imperial” (SYMANSKI, 2002, p. 40).

Outro exemplo de um sítio urbano é a segunda ocupação do Solar Lopo Gonçalves, quando o sobrinho de Lopo, Joaquim Gonçalves estava morando no Solar, que já não é mais uma sede de chácara e sim faz parte da cidade de Porto Alegre. Analisando as louças dessa ocupação, Symanski (2002, p. 24) chega à conclusão que na segunda metade do século XIX, ocorre “uma ampla dispersão do modo de vida burguês entre os segmentos sociais mais abastados que habitavam as capitais das províncias”.

Já nas áreas semi-rurais dois sítios que foram abordados, um deles o Solar Lopo Gonçalves, na sua primeira ocupação, como sede de chácara e duas unidades residências de uma vila associada a uma fábrica de pólvora em Magé no Rio de Janeiro, estudado por Sousa (1999). Nos dois sítios é constatada maior rusticidade em relação aos sítios urbanos e revelados “contrastes relacionados à significância que cada grupo estava atribuindo a esses itens em contextos semi-rurais.” (SYMASNSKI, 2002, p. 46). Enquanto os moradores do sitio de Magé se preocuparam em ter aparelhos de chá e jantar, tanto em louças decalcadas, *ironstone* e porcelana, o grupo que ocupou o Solar esteve alheio a essa preocupação (SYMANSKI, 2002, p. 46).

Desse modo, mesmo os dois sítios estando em áreas semi-rurais, percebem-se especificidades decorrentes do contexto em que estão inseridos, ou seja, o Solar servia como uma casa de chácara, não existindo a preocupação com a aquisição de louças finas, enquanto que as unidades domésticas de Magé serviam como a morada principal, e estavam próximas a cidade do Rio de Janeiro, contendo conjuntos requintados de louça. Esse exemplo demonstra a falta de um padrão de comportamento, mesmo em espaços semelhantes na mesma época, mas que divergem em suas funções e simbologias necessárias para inserir-se no grupo desejado.

Os sítios analisados na área rural foram duas fazendas do Mato Grosso, em Chapada dos Guimarães, e uma fazenda no município de Santa Cruz Cabrália na Bahia. Esses sítios possibilitaram entender que, mesmo que esses grupos fossem influenciados pela cultura de consumo do capitalismo industrial, a assimilação foi mais parcial e contou com a resistência de uma rígida hierarquia social mantida nas estruturas das fazendas. Mesmo a elite rural estando num patamar econômico superior que os moradores de Magé, essa elite adotou menos as práticas burguesas que estavam

consolidando-se nos centros urbanos (SYMANSKI, 2002, p.56). Isso demonstra que o nível socioeconômico de um grupo nem sempre está expresso claramente na sua cultura material, sendo necessário analisar o contexto histórico cultural que o envolve.

Essas diferenciações apontadas por Symanski (2002) podem contribuir para a análise do sítio arqueológico Estância Velha do Jarau, uma vez que este está localizado em uma área rural e pode apresentar elementos que foram elencados por Symanski (2002) para esse contexto.

Para a pesquisa na Estância Velha do Jarau, não se buscou relacionar diretamente as questões de riqueza e status na análise das louças, como foi o enfoque dado tanto por Lima (1995), como por Symanski (1998, 2002), nos trabalhos apresentados acima. Essa escolha reflete a preocupação em mostrar as especificidades dos contextos, sendo que os grupos sociais podem estar ressignificando os valores capitalistas segundo aspectos regionais e locais, não correspondendo a uma simples associação de poder aquisitivo dos consumidores de louças.

Segundo Souza (2010) é muito tentador ver o capitalismo como um pacote fechado que serve para analisar as questões de consumo dos variados contextos e grupos sociais, porém "sabemos que o que quer que seja que tenha aqui chegado, se reestruturou, ressignificou, re-adaptou a novos contextos, novos personagens, novos ambientes" (SOUZA, 2010, p. 272).

As análises de Souza (2010) buscam mostrar como a louça não pode servir simplesmente para identificar status e tentativas dos grupos consumidores se "aburguesarem", ou seja, "pressupor que tudo se 'aburguesa' (seja lá o que este termo generalizante queira determinar) é, para mim, pressupor uma espécie de aculturação ou de simples re-ação em direção à aquisição de um comportamento normativo" (SOUZA, 2010, p. 277).

Muitos trabalhos em Arqueologia Histórica pautam suas análises em verificar a forma como determinadas variações socioeconômicas são manifestadas no registro arqueológico (como se exemplificou acima nas pesquisas em contextos urbanos do Rio de Janeiro e Porto Alegre), porém isso não pode ser norteador e nem considerado padrão de comportamento para todos os contextos em que são estudados os sítios arqueológicos históricos. Pode ser que estas hipóteses se encaixem em alguns contextos urbanos, porém não se pode buscar identificar essas relações em contextos rurais do interior do Rio Grande do Sul, pois conforme afirma Machado (2004, p. 212/213):

> ...verifica-se que a associação de fatores como comportamento e ascensão de uma determinada classe emergente burguesa é sempre ressaltada, porém a regional história de uma região do interior do RS, que não está fora desse contexto colonial, identificamos que o elemento 'padrão de comportamento' não se enquadra.

A tese de doutorado de Machado tem por objetivo o estudo da cultura material dos sítios arqueológicos Guarda de San Martin e Casa dos Mello, ambos no município de São Martinho da Serra, interior do Rio Grande do Sul, século XIX, primeiramente contextualizando historicamente o município e demonstrando o cenário gaúcho nesse momento. A autora faz um levantamento do material arqueológico do sítio Guarda de San Martin, analisando os vidros, metais, as louças e as estruturas remanescentes. E realiza um levantamento do material do sítio Casarão dos Mello, além de analisar a construção do casarão arquitetonicamente.

Mais especificamente sobre as louças, Machado afirma que:

> Em regiões distantes dos grandes mercados como São Martinho, verificamos que a louça simples era apenas mais um elemento da tralha doméstica. Analisaremos a presença massiva da louça barata, tanto num sítio quanto no outro e as várias funções e formas. Em nenhuma das duas áreas há conjuntos de mesa, sendo uma variedade de peças, diferente do Rio de Janeiro e Porto Alegre (2004. p. 27).

A partir disso a autora tenta perceber o comportamento de consumo dos moradores de São Martinho, notando que nem sempre as louças são indicativos de status e nem seguem a moda à mesa, utilizados muitas vezes os artefatos de maneira funcional.

> Verifica-se que a louça é uma necessidade e não um luxo, principalmente para a sociedade consumista martinhense, ela não pode ser tratada como um elemento de referência econômica e nem cronológica, pois as pessoas adquirem louças para satisfazer uma necessidade utilitária (MACHADO, 2004, p. 212).

Dessa maneira, nota-se que para cada local e contexto os vestígios arqueológicos podem ter conotações diversas representando algo diferente para o grupo humano que o utilizou no passado e para o arqueólogo que no presente o interpreta segundo suas concepções.

Segundo Souza (2010, p. 279) o problema das abordagens que dão exagerada ênfase nas questões de riqueza e status é que algumas vezes elas enveredam para a análise do consumo como mero reflexo, sem averiguar outros elementos que podem ser determinantes nas escolhas dos grupos, como etnia, identidade, cultura, acesso, disponibilidade, classe, gênero, tempo e espaço, entre outros fatores que podem variar conforme o contexto da análise.

Assim, buscou-se problematizar as perspectivas que estão sendo utilizadas para analisar unidades domésticas e louças, mostrando que os contextos são múltiplos e dessa forma os resultados e análises também serão representativos dessa multiplicidade.

2.4.3 Análise das louças da Estância Velha do Jarau

As louças da Estância Velha do Jarau, provenientes das escavações arqueológicas realizadas em 1997, 1999, 2001, 2003 e 2006 foram analisadas através da descrição da pasta (cerâmica, cerâmica vidrada, grés, faiança fina, *ironstone* e porcelana), esmalte (especificamente para as faianças finas – *creamware, pearlware, whiteware*), fragmentos (parede, borda, base, alça, ombro ou apêndice), forma (côncava ou plana/aberta e em poucos casos a forma inteira do objeto), técnica, padrão, estilo e motivo decorativo, além da cor da decoração.

Demais atributos que podem ser analisados nas louças não foram observados, pois a grande maioria das louças está muito fragmentada, possibilitando poucas reconstituições e somente a percepção de um número reduzido de formas (como por exemplo, prato, xícara, malga, etc.). Devido à dificuldade de visualizar as formas das louças da Estância Velha do Jarau, buscou-se identificar nos fragmentos possíveis, se estes tinham forma côncava ou plana/aberta, uma vez que recipientes côncavos, teoricamente são utilizados para líquidos e abertos podem representar pratos, pires, pratos de sobremesa, relacionados ao consumo de sólidos.

Devido à grande fragmentação das louças da Estância Velha do Jarau a análise não está pautada no número mínimo de peças (NMP), mas sim no número de fragmentos. É necessário deixar claro essa diferença frente à maioria das análises em louça, uma vez que o NMP é bastante utilizado e serve para evitar distorções na quantificação dos dados de uma amostra arqueológica de louças.

Desse modo, priorizou-se a análise dos tipos de louças e decorações, em vez da análise especificamente dos recipientes que eram consumidos e utilizados na estância. Os tipos de louças e suas decorações podem indicar a variabilidade dos vestígios e as escolhas dos moradores da Estância Velha do Jarau.

As louças recuperadas na Estância Velha do Jarau totalizam 2.107 fragmentos, sendo a grande maioria de faianças finas (1.881 fragmentos), e completando a amostra grés, *ironstone*, porcelana brasileira, cerâmica e cerâmica vidrada. É preciso deixar claro aqui que o que foi denominado de porcelana brasileira refere-se aos fragmentos de produção nacional em *ironstone*/porcelana, porém como já foi explicado anteriormente no Brasil não havia a denominação *ironstone* para as louças.

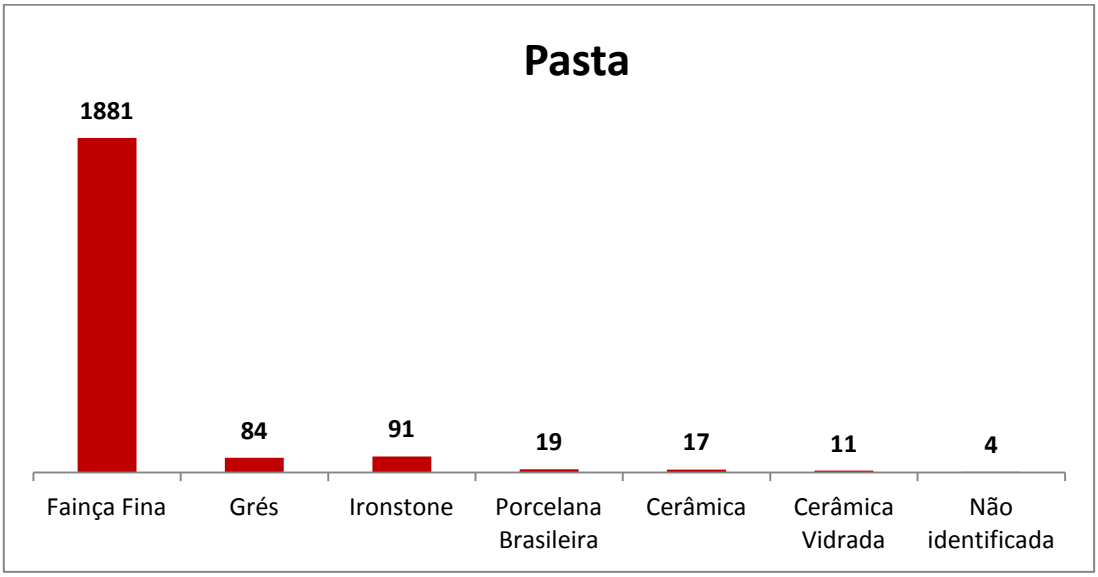


Gráfico 1 – Tipos de pasta dos fragmentos analisados. Sítio RS-Q-17.

Figura 56: Grés. Acervo pessoal, 2010.

Figura 57: Ironstone. Acervo pessoal, 2010.

Figura 58: Porcelana brasileira. Acervo pessoal, 2010.

Figura 59: Cerâmica. Acervo pessoal, 2010.

Figura 60: Cerâmica vidrada. Acervo pessoal, 2010.

Do universo de 2.107 fragmentos foi possível identificar com precisão somente 16 recipientes, pois o tamanho médio dos fragmentos é de 2,5cm, variando entre 0,4cm até no máximo 9,7cm, dificultando a identificação das formas mais utilizadas na Estância Velha do Jarau. Assim foram identificados 7 pratos, 4 malgas, 1 xícara, 1 pires, 2 tampas e 1 cachimbo.

Os pratos são de faiança fina, sendo que três deles não apresentam decoração, três apresentam o padrão decorativo trigal e um apresenta a técnica decorativa *transfer printing* na cor azul.

As malgas também são em faiança fina, sendo uma delas sem decoração, e as outras três apresentam pintura à mão, com padrões variados – friso preto, *spring style* com friso policromado e *peasant style* verde.

A xícara é em faiança fina, pintada à mão com friso verde e marrom, totalmente reconstituída. As tampas são em *ironstone*, sem decoração. E o cachimbo é de cerâmica.

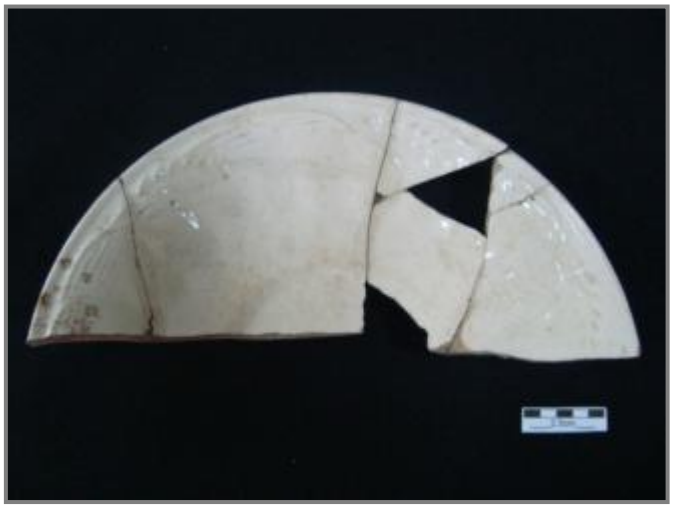


Figura 61: Prato padrão trigal. Acervo pessoal, 2010.

Figura 62: Prato padrão trigal. Foto Jaqueline Pes, 2011.

Figura 63: Fundo do prato mostrando o selo de fábrica inglesa. Foto Jaqueline Pes, 2011.

Figura 64: Prato padrão trigal. Foto Jaqueline Pes, 2011.

Figura 65: Prato decorado com técnica transfer printing na cor azul. Foto Jaqueline Pes, 2011.

Figura 66: Fundo do prato. Foto Jaqueline Pes, 2011.

Figura 67: Fragmento identificado como uma malga no padrão Peasant Style policrômico. Foto Jaqueline Pes, 2011.

Figura 68: Xícara. Acervo Pessoal, 2010.

Figura 69: Tampa em ironstone. Foto Jaqueline Pes, 2011.

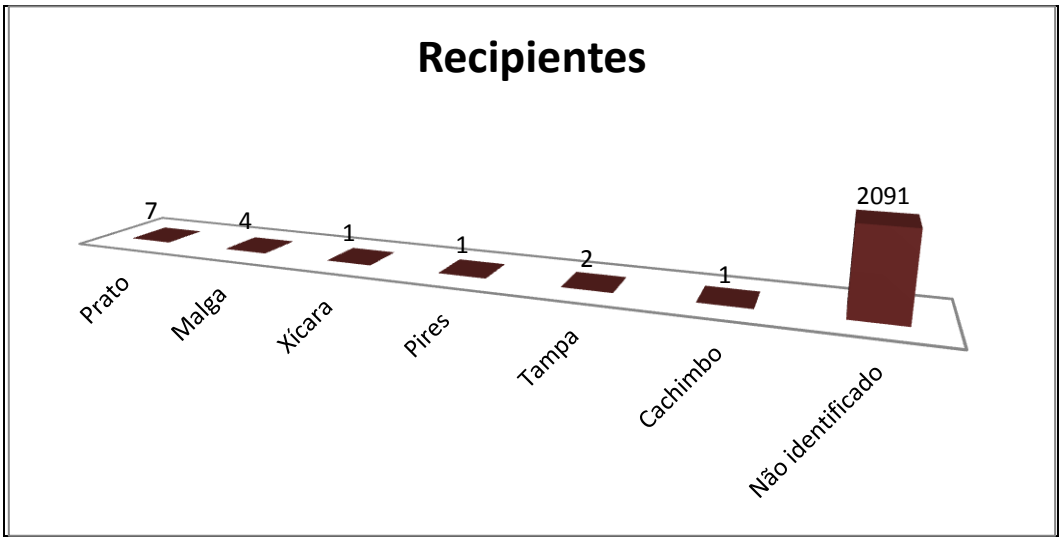


Gráfico 2 – Recipientes identificados no Sítio RS-Q-17.

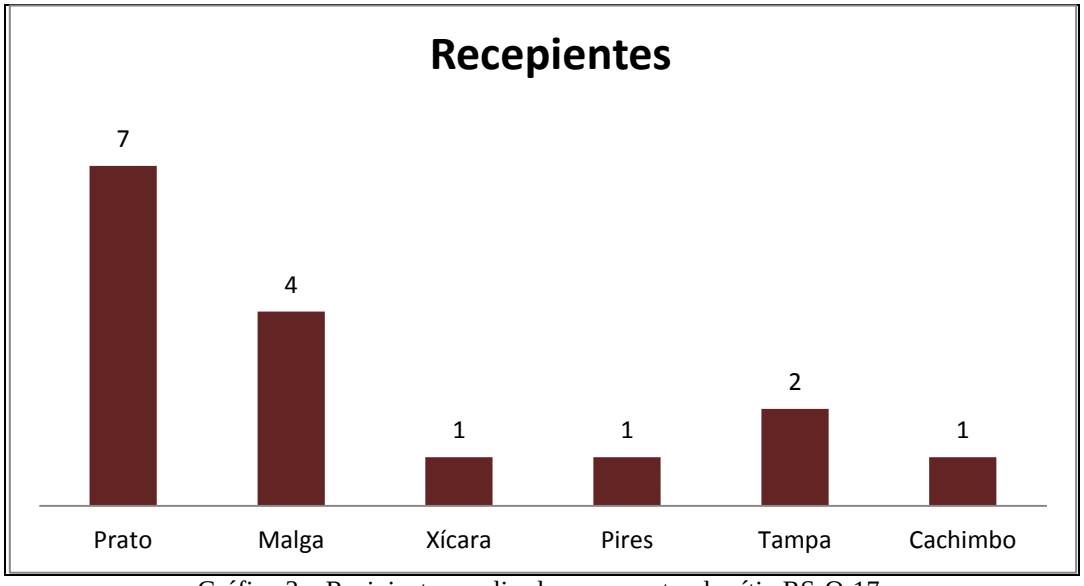


Gráfico 3 – Recipientes analisados na amostra do sítio RS-Q-17.

Entre os fragmentos analisados, 405 foram identificados como côncavos (na literatura estrangeira denominados de *hollowware*) e 153 como planos/abertos (*flatware*), totalizando uma amostra de 558 fragmentos. Percebe-se a preponderância de objetos côncavos, inclusive entre as faianças finas, principal tipo de louça identificado no sítio arqueológico pesquisado.

Essa predominância pode indicar a maior utilização de recipientes como malgas, xícaras e canecas ou outros recipientes mais fundos.

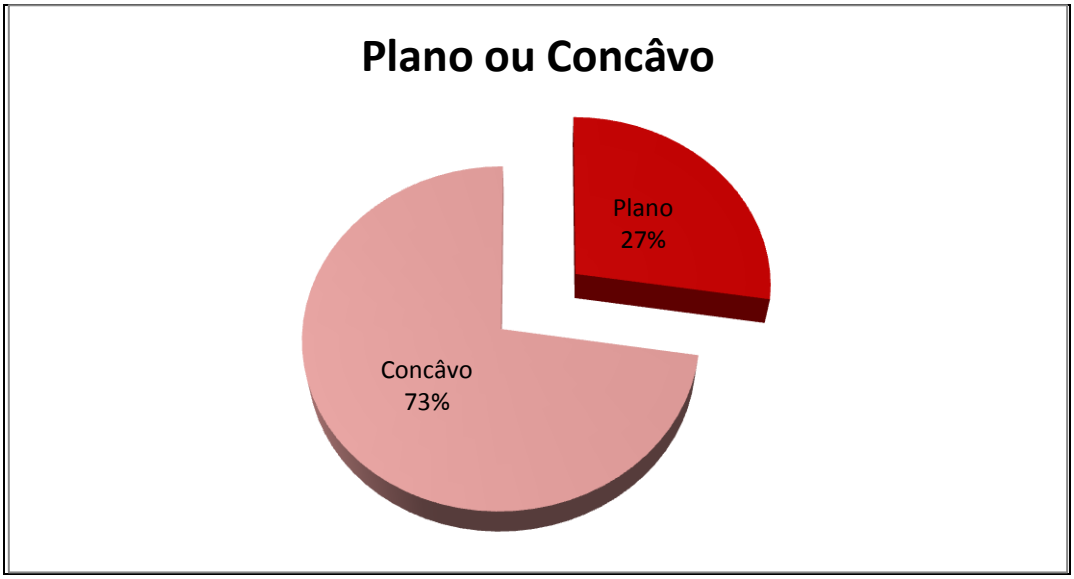


Gráfico 4 – Relação de recipientes côncavos e planos/abertos.

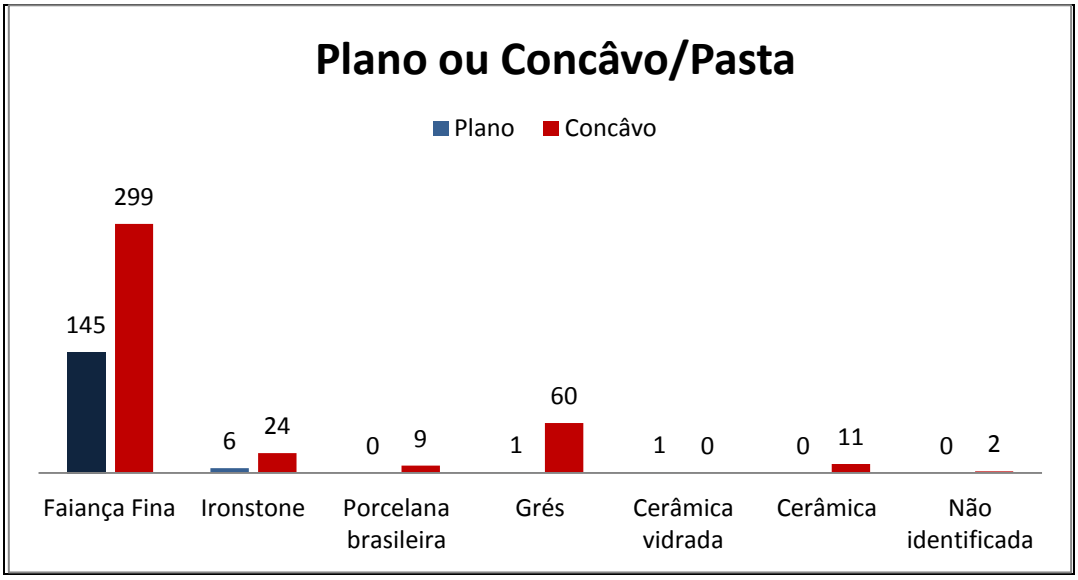


Gráfico 5 – Relação de objetos côncavos ou planos por tipo de pasta.

Nos fragmentos analisados também foram identificados quais as partes do recipiente estavam representadas, sendo a maioria – 1.474 fragmentos de partes da parede dos objetos, seguidos pelas bordas – 462 fragmentos, bases/fundos – 101 fragmentos, 25 fragmentos de alças, 22 fragmentos de ombro, 21 apêndices e 2 formas inteiras (devido a reconstituição).

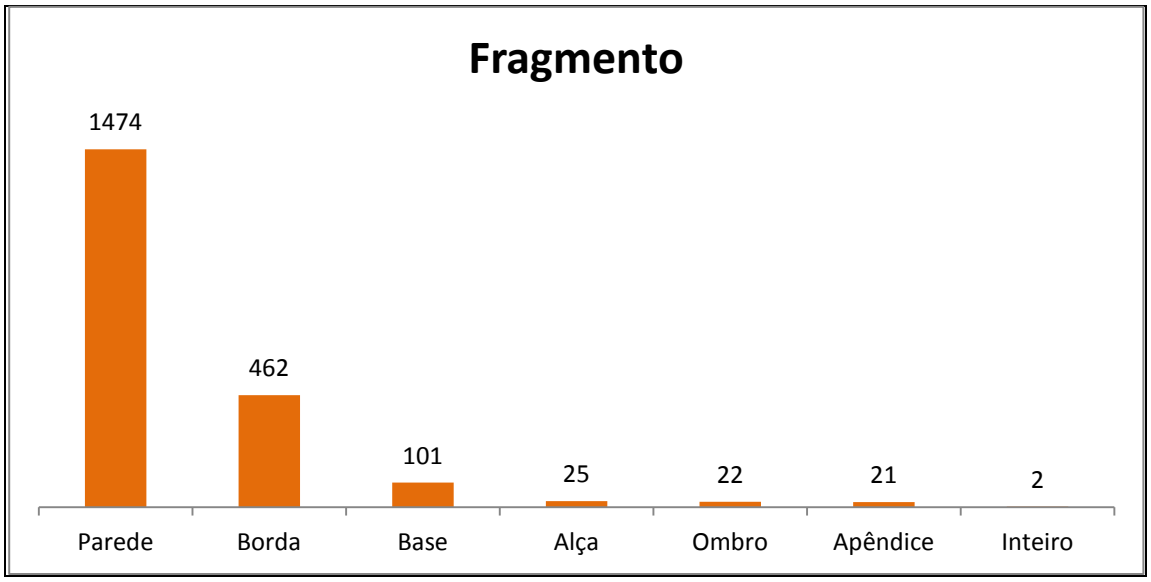


Gráfico 6 – Tipos de fragmentos do sítio RS-Q-17.

Após a realização dessa quantificação, objetivando identificar que tipos de recipientes poderiam fazer parte da amostra do sítio arqueológico Estância Velha do Jarau, buscou-se quantificar as diversas técnicas e padrões decorativos das louças. A quantificação dos tipos de decoração foi realizada nos fragmentos de faiança fina, *ironstone* e porcelana. Os objetos em grés, cerâmica e cerâmica vidrada também apresentam algum tipo de decoração, porém não se encaixam nas mesmas categorias analíticas das demais louças e portanto não foram quantificadas de forma específica.

A maioria dos fragmentos não apresenta decoração – 1.265, enquanto que 726 fragmentos apresentam alguma decoração. Porém, é importante fazer uma ressalva, pois essa análise é baseada em fragmentos e não em NMP, o que pode levar a conclusões distorcidas. Dessa forma, é importante salientar que uma peça, seja um prato, uma malga ou outra louça pode quebrar em inúmeros fragmentos, sendo que muitos dos fragmentos sem decoração poderiam fazer parte de uma louça decorada. Da mesma maneira afirma Lima (1995, p. 169) para sítios no Rio de Janeiro.

> Nos sítios arqueológicos cariocas, as louças brancas são sempre as mais numerosas e os fragmentos recuperados tanto podem pertencer a peças totalmente brancas, como a porções não decoradas de tipos como Shell Edge, em que apenas as bordas recebiam decoração.

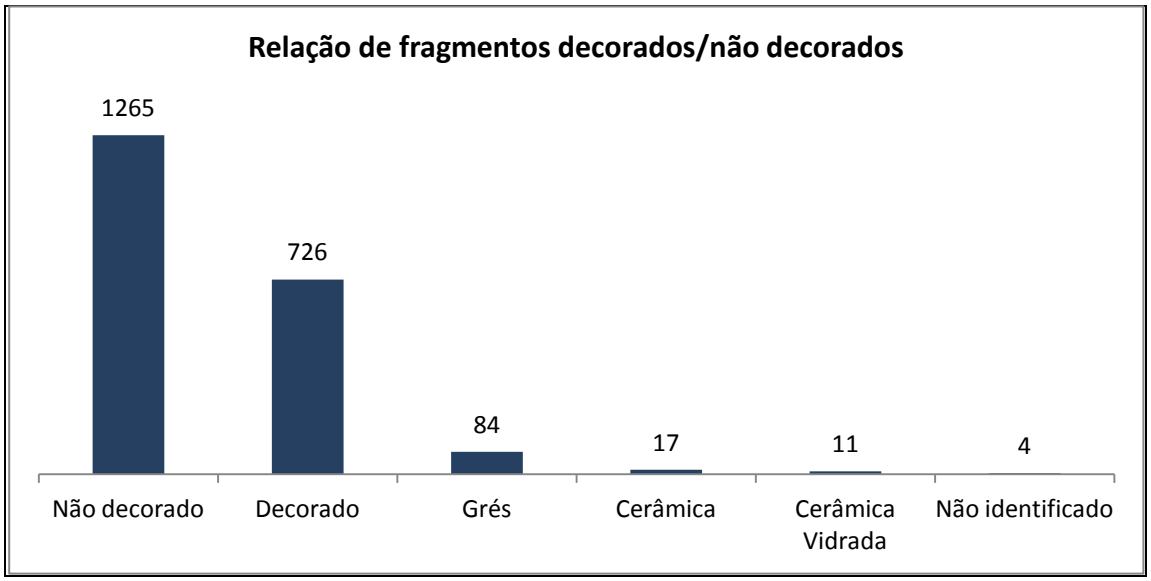


Gráfico 7 – Relação de fragmentos decorados/não decorados.

Abaixo um gráfico apresentando a distribuição de fragmentos decorados entre as amostras de faiança fina, *ironstone* e porcelana brasileira. Percebe-se novamente a predominância de fragmentos não decorados, porém a quantidade de fragmentos com decoração é expressiva para o sítio, principalmente devido à grande fragmentação dos objetos.

Entre a amostra de faiança fina, 37% dos fragmentos são decorados, com variadas técnicas e padrões, conforme apresentado nos gráficos abaixo.

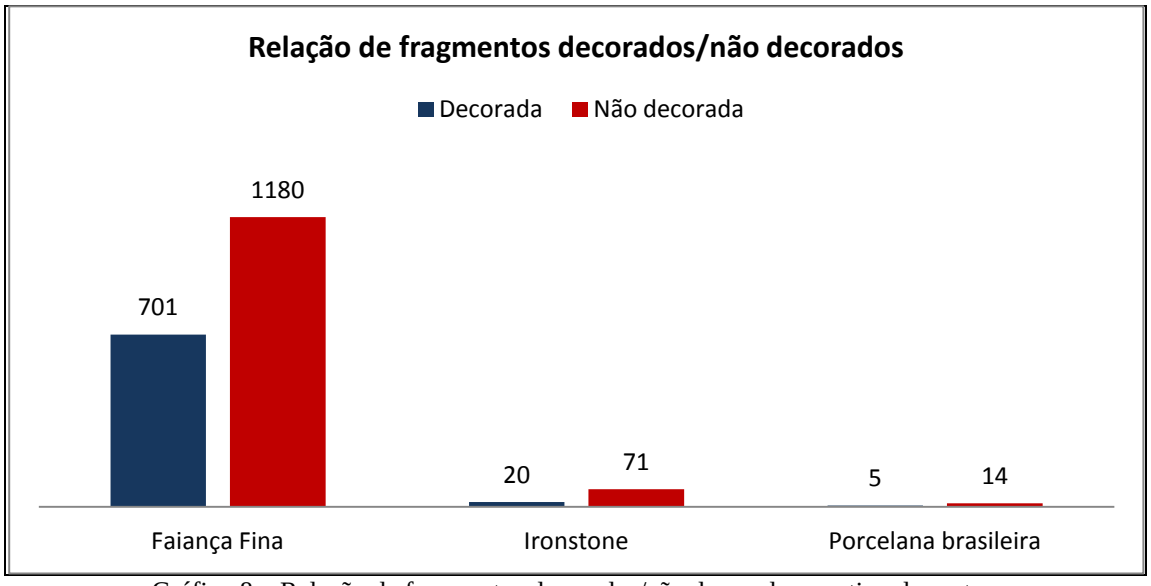


Gráfico 8 – Relação de fragmentos decorados/não decorados por tipo de pasta.

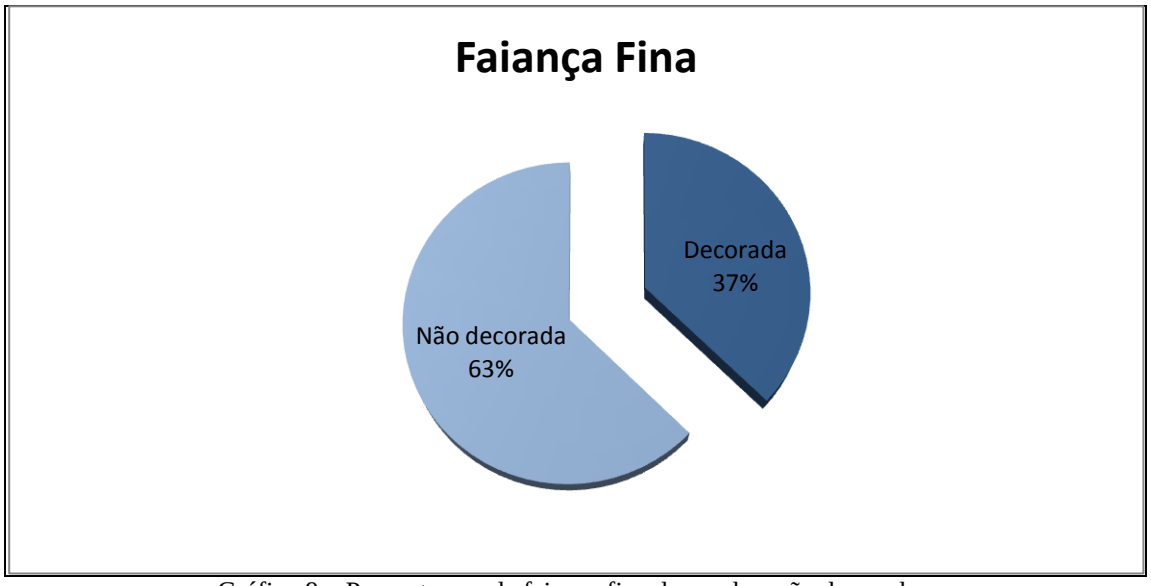


Gráfico 9 – Porcentagem de faiança fina decorada e não decorada.

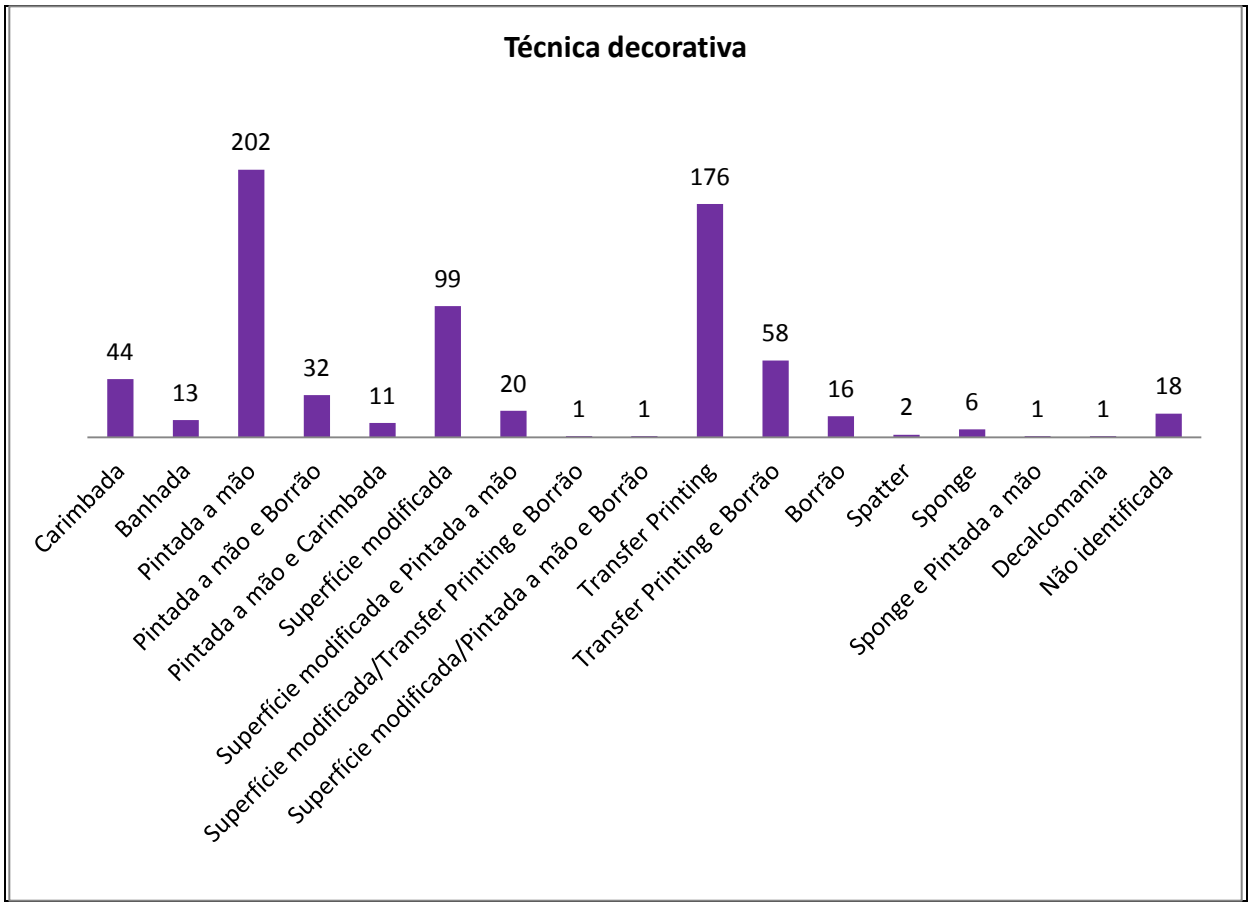


Gráfico 10 – Técnicas decorativas e decorações encontradas na amostra de faianças finas do sítio RS-Q-17.

Identificou-se uma grande quantidade de técnicas decorativas, inclusive a aplicação de duas ou três técnicas em um mesmo fragmento, resultando em uma variedade de decorações na amostra do sítio arqueológico. Foram identificados 202 fragmentos pintados à mão, somando-se a esse número mais 65 fragmentos que combinam a técnica do pintado à mão com a técnica carimbada, borrão, superfície modificada e *sponge*, totalizando 267 fragmentos pintados à mão, com variados padrões.

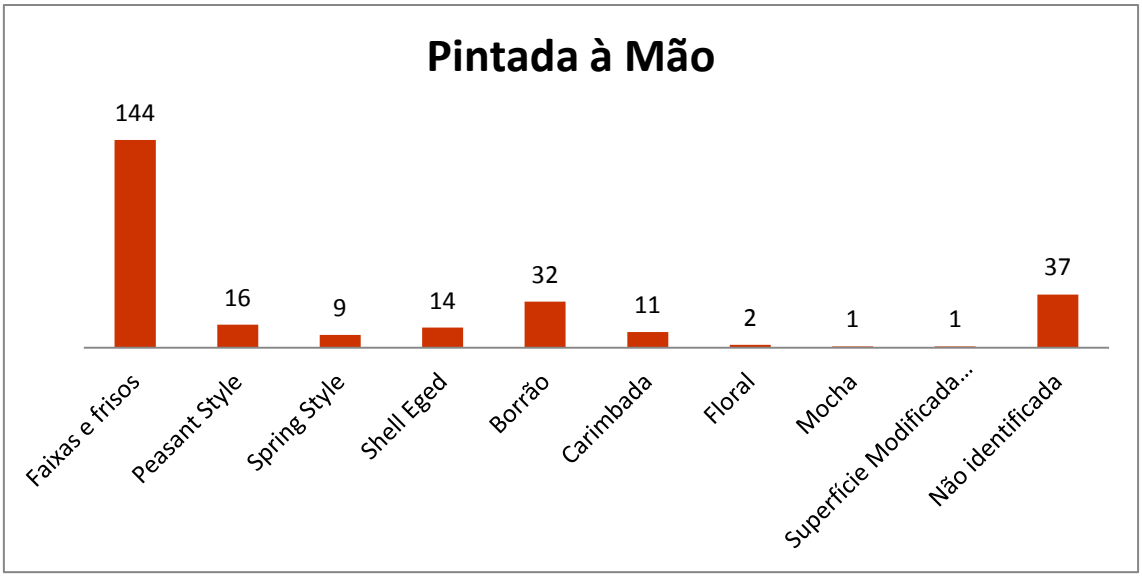


Gráfico 11 – Padrões decorativos de faianças finas pintadas à mão.

Figura 70: Faiança fina pintada a mão no padrão faixas e frisos. Acervo pessoal, 2010.

Figura 71: Faiança fina pintada a mão no padrão spring style. Acervo pessoal, 2010.

Figura 72: Fragmentos pintados a mão no padrão peasant style. Acervo pessoal, 2010.

A segunda maior amostra é de fragmentos decorados em impressão por transferência (*transfer printing*) – 176 fragmentos, somados a estes mais 58 fragmentos que são borrões em *transfer printing*, totalizando 234 fragmentos de *transfer printing* na amostra analisada.

Abaixo um gráfico mostrando quais padrões puderam ser identificados nos fragmentos em *transfer printing*.

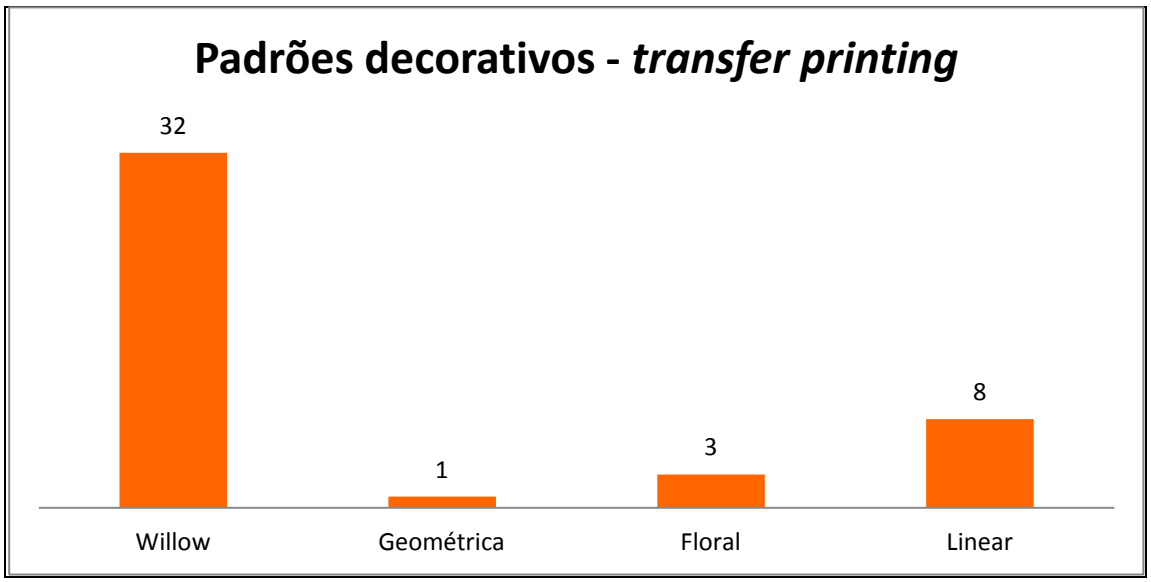


Gráfico 12 – Padrões decorativos em *transfer printing*.

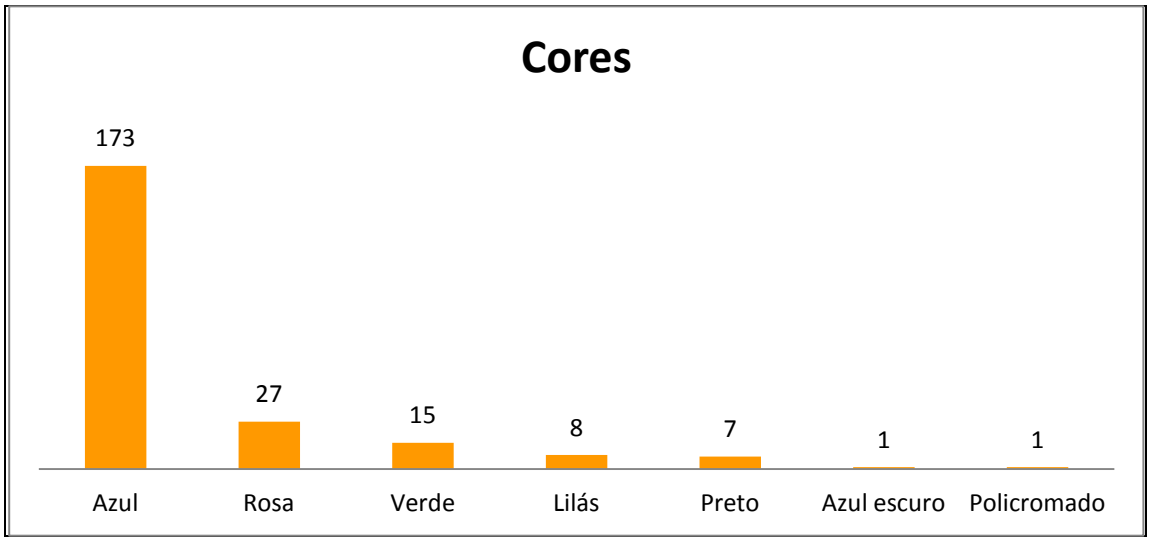


Gráfico 13 – Cores dos fragmentos em *transfer printing*

Figura 73: Técnica decorativa *transfer printing*, motivo chinoiserie, cor azul. Acervo pessoal, 2010.

Figura 74: *Transfer printing* verde. Acervo pessoal, 2010.

Figura 75: *Transfer printing* rosa. Acervo pessoal, 2010.

Figura 76: *Transfer printing* preto. Acervo pessoal, 2010.

Figura 77: *Transfer printing* no padrão Willow, cor azul. Acervo pessoal, 2010.

A maioria dos fragmentos em *transfer printing* é azul (173), seguidos das cores rosa, verde, lilás, preto, azul escuro e um fragmento policromado.

A técnica de superfície modificada foi identificada em 99 fragmentos, sendo que outros 22 fragmentos também têm sua superfície modificada juntamente com outras técnicas decorativas, como pinturas à mão livre, borrão e *transfer pinting*, formando um conjunto de 121 fragmentos. Abaixo um gráfico mostrando que padrões decorativos em superfície modificada puderam ser identificados.

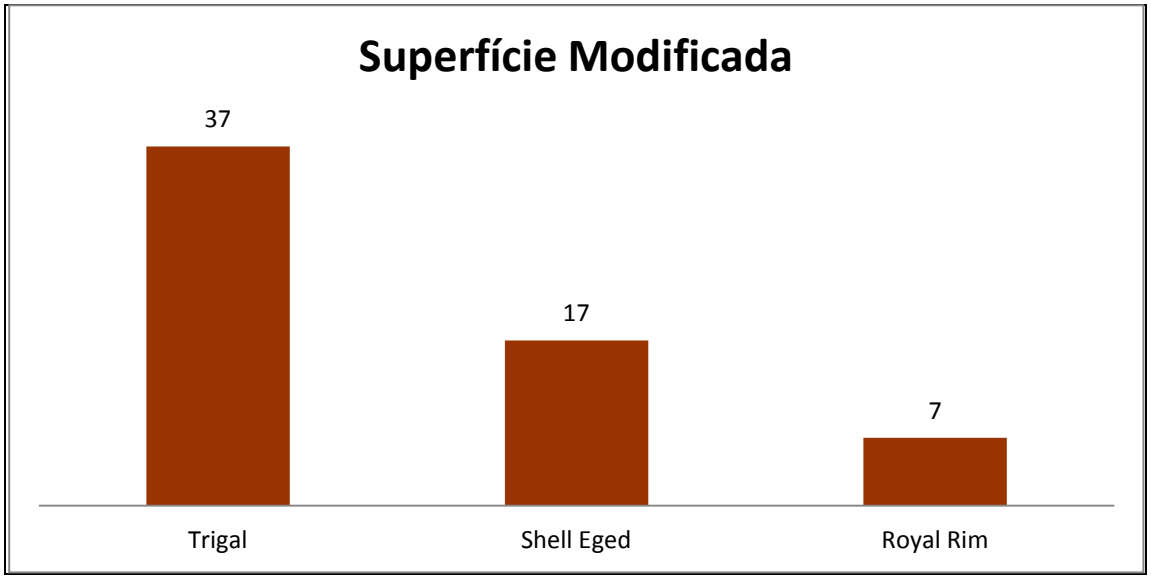


Gráfico 14 – Padrões decorativos em superfície modificada.

Figura 78: *Shell Edge* verde. Acervo pessoal, 2010.

Foram identificados 44 fragmentos carimbados, sendo que outros 11 fragmentos combinam a decoração carimbada com pinturas à mão livre, totalizando 55 fragmentos.

As outras técnicas identificadas representam uma amostra pequena, comparada as outras técnicas citadas acima. 16 fragmentos em borrão, 13 fragmentos banhados, 6 *sponge*, 2 *spatter*, 1 decalcomania e 18 fragmentos não identificados.

Figura 79: *Spatter*. Acervo pessoal, 2010.

Figura 80: *Sponge*. Acervo pessoal, 2010.

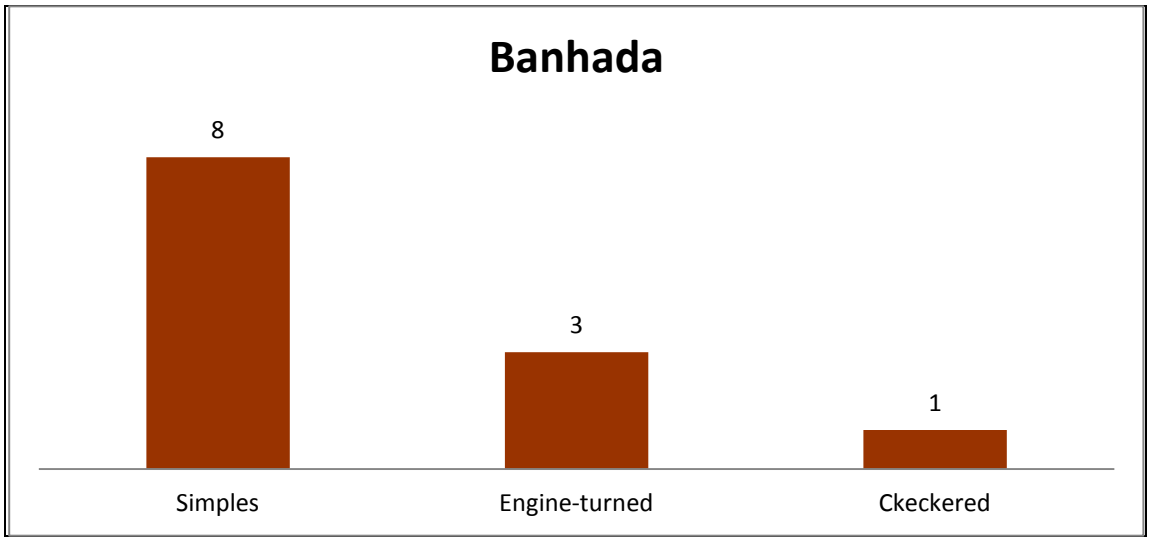


Gráfico 15 – Padrões decorativos em fragmentos banhados.

Figura 81: Banhada no padrão *engine-turned*. Acervo pessoal, 2010.

Figura 82: Banhada padrão simples em azul e marrom. Acervo pessoal, 2010.

Abaixo se apresenta uma tabela com as decorações em faianças finas encontradas e identificadas no sítio arqueológico Estância Velha do Jarau com as respectivas datas de início e término de produção. As datas foram pesquisadas em Tocchetto et. all. (2001) e na sistematização realizada por Soares (2011) (tabela em anexo), porém algumas datas nem sempre são as mesmas conforme a bibliografia pesquisada.

	TIPO	INÍCIO	TÉRMINO
A	Faiança Fina Padrão Royal Rim (creamware)	1763	1815
B	Faiança Fina Padrão Shell Edged (azul)	1780	1860
C	Faiança Fina Padrão Shell Edged (verde)	1780	1840
D	Faiança Fina Transfer Printing Padrão Willow	1780	1850
E	Faiança Fina Transfer Printing Geométrica	1784	1864
F	Faiança Fina Transfer Pringing cor azul	1784	1867
G	Faiança Fina Técnica Banhada padrão simples	1790	1850
H	Faiança Fina Transfer Pringing cor preto	1795	1864
I	Faiança Fina Trasnfer Printing cor lilás	1814	1867
J	Faiança Fina Transfer Pringing cor verde	1818	1859
K	Faiança Fina Transfer Pringing cor violeta	1818	1870
L	Faiança Fina Transfer Pringing policromado	1818	1866
M	Faiança Fina técnica banhada padrão engine-tuned	1820	Não
N	Faiança Fina Técnica Spatter	1820	1860
O	Faiança Fina Transfer Printing Linear	1820	1891
P	Faiança Fina Transfer Printing Borrão	1828	1929
Q	Faiança Fina Transfer Pringing cor rosa	1828	1859
R	Faiança Fina Estilo Sprig	1830	1860
S	Faiança Fina Estilo Peasant policromático	1840	1860
T	Faiança Fina Técnica Sponge	1840	1860
U	Faiança Fina Técnica Carimbada	1845	1950
V	Faiança Fina Padrão Trigal	1851	Não
W	Faiança Fina Padrão Faixas e frisos	1875	Não

Tabela 1 – Informações sobre períodos de produção das faianças finas.

Uma das formas utilizadas para se obter uma datação aproximada do início da ocupação de uma área, com base nos fragmentos de louça nele encontrados, é o princípio do *terminus post quem*, que consiste em considerar a data inicial do artefato de produção mais antigo presente na amostra como a data mais recuada para o início da formação do depósito arqueológico.

A louça pode indicar um período de ocupação de um sítio arqueológico, pois como afirma Symanski (1996, p. 61) “por serem produtos padronizados, que apresentam períodos de produção específicos, as louças são, em geral, utilizadas como indicadores cronológicos do espaço de tempo da ocupação de um sítio”. Para os princípios do *terminus post quem*, é plausível sua utilização, tornando-se uma ferramenta bastante útil, para datações relativas. No entanto, para o princípio do *terminus ante quem,* fica difícil saber quando determinado material deixou de ser utilizado, quando entrou para o contexto arqueológico, sabendo das dinâmicas que envolvem as mercadorias desde sua produção até o consumo e o descarte final.

Assim as datas de início de produção são informações importantes para que se estabeleça uma datação relativa para o sítio através das louças, mas deve-se usar parcimoniosamente as datas de término da uma produção, pois as louças podem continuar sendo usadas por mais tempo, serem doadas como herança, presentes ou ainda serem descartadas muito tempo depois.

No caso do sítio arqueológico Estância Velha do Jarau, essa ressalva deve ser considerada com grande ênfase pelo fato dessa ser uma residência rural e os proprietários possuírem residências na cidade, situação ainda comum nessa região. Os proprietários poderiam estar levando para a estância as louças que não eram mais usadas na sua casa principal.

Além disso, essas datas informadas pela bibliografia pesquisada para a produção das louças são para contextos produtivos estrangeiros, sendo que muitas vezes as louças chegam ao Brasil e tem seus picos de consumo em datas diferentes do que em outros países, por isso é fundamental complementar os dados obtidos através dessas informações com outras relacionadas ao contexto específico que se está analisando.

As informações apresentadas na tabela acima podem ser visualizadas de forma mais eficaz no gráfico de barras, que é uma ferramenta importante para identificar o período de ocupação mais intensa de um sítio arqueológico, sendo realizadas as devidas ressalvas em virtude do contexto em que as louças estão inseridas.

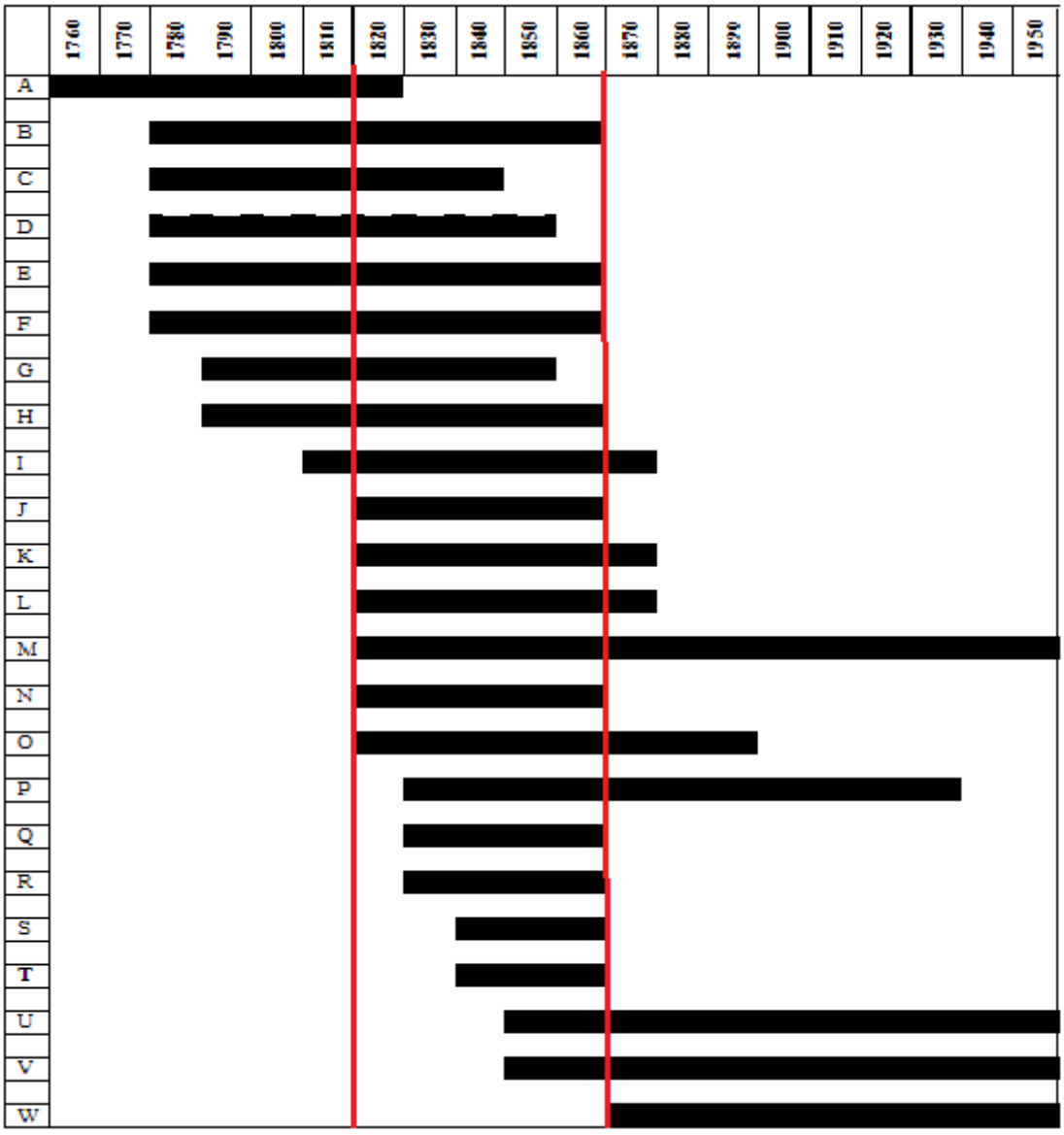


Gráfico 16: Gráfico de Barras para datação relativa da Estância Velha do Jarau.

A partir das análises do gráfico de barras, pode-se afirmar que o sítio foi mais intensamente ocupado no período de 1820 a 1870, essas datas, contudo, servem apenas para balizar cronologicamente o estudo, são indicadores e não dados absolutos para o sítio estudado.

Percebe-se que o período indicado no gráfico é o mesmo referente ao período de ocupação da estância por Bento Manoel Ribeiro, ou seja, este adquiriu as terras em 1828 e faleceu em 1859, sendo que a estância continuou sendo ocupada por seus herdeiros, até aproximadamente 1905/1907, quando foi construída uma nova sede. Assim, o gráfico confirma um período (1820 – 1870) que possivelmente Bento Manoel estava

utilizando a estância, com seu grupo doméstico e militar de forma bastante sistemática e constante, apesar de possuir casas na cidade.

Conforme a ressalva já feita sobre o final do período de ocupação mais intensa do sítio, percebe-se justamente ai um pequeno descompasso, ou seja, a estância não deixou de ser ocupada em 1870, mas sim este período apenas indica um período temporal de maior intensidade das atividades na estância, sendo que as louças continuaram a ser utilizadas mesmo depois do encerramento de sua produção.

Outra ferramenta analítica bastante utilizada em estudo de louça é a escala de preços proposta por Miller (1980, 1991). Segundo as análises de preços de louças baseados em Miller (1980, 1991), poder-se-ia apontar que a amostra do sítio arqueológico Estância Velha do Jarau é composta predominantemente por louças mais baratas, uma vez que a maioria dos fragmentos é de louças sem decoração. Boa parte das louças decoradas da amostra estaria entre as consideradas mais caras (*transfer printing* e pintadas à mão livre que exigem maior habilidade). As louças pintadas à mão livre estariam numa categoria de preço inferior das faianças finas *transfer printig*, porém mais caras que os padrões *Shell Edge, sponge, spatter e banhadas.*

Se a análise estivesse sendo pautada na definição de status socioeconômico através das louças poder-se-ia afirmar que o grupo doméstico que habitava a estância não tinha condições econômicas de adquirir as louças mais caras do mercado, devido ao fato de que a maior parte da amostra das louças é branca sem decoração. Ao mesmo tempo em que seria possível inferir que existia a preocupação de comprar algumas louças mais caras para exibição de status ou distinção social, numa tentativa de inserir-se socialmente na elite ou ainda buscando os valores ditos burgueses.

Porém é possível fazer outra interpretação desses dados se o objetivo da análise ainda for diagnosticar riqueza e status através das louças, ou seja, seria plausível afirmar que os moradores da estância tinham condições econômicas para comprar louças caras (dando ênfase a quantidade de fragmentos decorados em *transfer printing),* mas que não tinham a preocupação de exibir status através dos conjuntos de louças mais caras, por isso a grande quantidade de fragmentos sem decoração.

Realizou-se esse exercício interpretativo para demonstrar como a análise da condição social do proprietário do sítio por meio da amostra de louças do sítio Estância Velha do Jarau através da escala de preços proposta por Miller (1980, 1991) não é suficiente para chegar a algumas conclusões sobre o modo de vida dos ocupantes da estância. Percebe-se que é fundamental compreender o contexto em que estão inseridos

esses artefatos, além de buscar outros elementos que não apenas status e condição socioeconômica.

Esses conceitos (status e condição econômica) tão utilizados em Arqueologia Histórica, segundo Monks (1999, p. 204) são emprestados da sociologia, tais como classe, prestígio, estratificação e outros termos híbridos que freqüentemente impendem o entendimento do passado na forma que é apresentado no registro arqueológico. Monks (1999) aponta os motivos dessa dificuldade de compreensão através desses conceitos:

> First, many of these concepts are ambiguous within sociology itself. Second, these concepts are poorly understood and loosely applied by historical archaeologists. Third, a poorly tested assumption is made that these concepts, developed for twentieth-century industrial society, can legitimately be applied to a variety of eighteenth and nineteenth-century social systems (MONKS, 1999, p. 204).

A localização/contexto do sítio (área rural, fronteira, interior do Rio Grande do Sul, local permeado por lendas, ambiente belicoso, fixação de moradia para garantir território, entre outros fatores) contribui para o entendimento dos vestígios materiais encontrados e pode explicar a presença ou ausência em maior ou menor quantidade de alguns tipos de louças.

Observa-se que o consumo está diretamente influenciado pelo contexto histórico e pela localização dos sítios arqueológicos, sendo importante a análise histórica e cultural para entender o que os vestígios encontrados podem significar, pois como afirma Tocchetto (2004, p. 183) "o consumo não pode ser reduzido à exibição de status e à utilidade, mas deve ser analisado considerando, também, a construção de significados simbólicos". E esses significados só podem ser entendidos se considerado o contexto em que os objetos estão inseridos.

Somando-se à análise do contexto histórico do sítio arqueológico é importante ressaltar que as diferenças na aquisição de itens materiais também são influenciadas por outros quesitos elencados por Tocchetto (2004, p. 236) como "diferenças relacionadas a projetos de consumo, isto é, a ações intencionais, reflexivas, visando práticas ou 'maneiras de fazer com' vinculadas a biografias, trajetórias e experiências pessoais, posições sócio-econômicas, gostos, entre outros elementos".

Dessa maneira, retomando as características do contexto e perfil histórico-cultural da região que foi apresentado e discutido no capítulo 1 e somando-se a isso os resultados obtidos através da análise das louças, pode-se chegar a algumas conclusões sobre a Estância Velha do Jarau.

A primeira constatação é de que a presença de louças nesse espaço indica que os moradores estavam consumindo esses objetos e a "ação de adquirir um produto através da compra exige uma intenção, um objetivo predeterminado, consistindo um ato reflexivo" (TOCCHETTO, 2004, p. 189).

E isso é carregado de significados, de escolhas individuais, que como afirma Symanski:

> De fato, a aquisição dos itens materiais nas sociedades pré-industriais e industriais ocorre, na grande maioria das vezes, através do comércio e, mesmo que sejam referentes a escolhas individuais, deve ser lembrado que o indivíduo é influenciado pelo ambiente sócio-cultural no qual está inserido, posto que, como assevera Henry (1992:03), o ato de consumir não é somente comportamento econômico, mas também social (1998, p. 22)

A aquisição de itens materiais em áreas rurais, como na Estância Velha do Jarau, se dava através dos caminhos que ligavam cidades e povoados, pois habitar áreas rurais não significa necessariamente isolamento, e nem total dificuldade de acesso a determinadas mercadorias (OGNIBENI apud MACHADO, 2004).

Tropeiros, mascastes e viajantes percorriam os caminhos até as fazendas ou estâncias, e mais especificamente, os mascastes levavam os objetos para o consumo dos habitantes dessas regiões mais afastadas dos centros urbanos, como louças, bebidas, roupas, entre outros objetos (MACHADO, 2004).

Dessa forma, nem tudo poderia chegar às estâncias, e o que chegava nem sempre era o que realmente se queria ou precisava naquele momento. O tempo e o espaço para o consumo na área rural é algo bem diverso do que em núcleos urbanos, pois a distância a ser percorrida acarretava a demora para a chegada dos produtos. Além disso, Machado (2004, p. 167) afirma que "mascates não traziam aparelhos de jantar ou chá completo em suas mulas, até porque seria difícil carregar".

Percebe-se assim que as louças presentes na Estância Velha do Jarau não podem ser compreendidas dentro dos ditos padrões de comportamento e consumo, tão

propalados para a suposta burguesia emergente dos centros urbanos, como Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Assim, a presença de grande quantidade de fragmentos não decorados no sítio, não significa baixo poder aquisitivo ou falta de condições econômicas de adquirir produtos caros ou conjuntos completos, mas demonstra a complexidade do acesso aos bens industrializados que eram comercializados de maneira diversa de como ocorria nas cidades e capitais brasileiras.

A questão do acesso e disponibilidade das louças é uma questão proposta para análises que buscam suas interpretações para além de definições de status socioeconômico.

Nesse sentido, pode-se relacionar a grande quantidade e variedade de técnicas e padrões decorativos com o acesso a esses bens de consumo, ou seja, os mascates poderiam estar trazendo peças avulsas, de variadas decorações e preços, e estas eram adquiridas pela necessidade do momento, sem preocupação com a formação de conjuntos para jantar ou chá.

Até porque conjuntos de chá foram identificados como ritualísticos em alguns contextos urbanos, porém como afirma Machado (2004) essa região do interior do Rio Grande do Sul talvez nem estivesse fazendo chá, muito menos em funções rituais. “Para essa região, estamos tratando de pessoas onde o chimarrão poderia sim ocupar um significado ritualístico” (MACHADO, 2004, p. 215).

Percebe-se novamente a importância de relacionar os vestígios materiais com o perfil cultural e histórico da região em que se está processando as análises, e assim identifica-se o ritual do chimarrão ainda como um elemento constitutivo dos hábitos e costumes da população local/regional, herdados de tempos pretéritos.

A grande fragmentação das peças encontradas no registro arqueológico, também pode indicar que o acesso inconstante a esses itens fazia com que os objetos fossem usados até sua quebra, ou seja, o descarte poderia ser realizado somente quando as louças não servissem mais para a função a qual se destinavam.

Outro fator que pode incidir sobre a questão da fragmentação das peças é que o sítio continuou a ser utilizado como pastagem para o gado das estâncias que hoje existem na região, ou seja, o pisoteio do gado pode ter fragmentado ainda mais as louças do sítio.

Assim, percebe-se outro fator importante ao se analisar as louças- as utilizações do espaço-, seja quando à unidade doméstica estava em funcionamento ou mesmo

depois de seu abandono, identificando como a população do entorno do sítio arqueológico continuou utilizando esse espaço.

Sobre as diversas utilizações do sítio arqueológico Estância Velha do Jarau, Thomasi (2008, p. 24) afirma que:

> Após o abandono a Estância é apropriada pela comunidade de diversas formas, até os anos 80, tropas do exército de Uruguaiana executaram exercícios militares no local, deixando para trás diversos vestígios de sua presença, outra perturbação ocorrida foi a presença de diversos CTG's que realizavam atividades variadas na Estância, por entendê-la como local propício para a valorização das "tradições gauchescas", outro fenômeno comum em sítio históricos é a presença do "caçador de tesouros" que escava e vasculha o sítio atrás de objetos de valor.

Essas questões são importantes para compreender o registro arqueológico, que pode ter sofrido influência desses acampamentos, seja militar ou de integrantes dos CTGs, mas também é fundamental para perceber a relação da comunidade com o sítio arqueológico e a memória local.

Outra constatação que pode ser verificada através das análises das louças do sítio é a presença diversificada de pastas, sendo a grande maioria de faianças finas, porém a variedade de tipos de louças poderia estar relacionada à presença de variados grupos na estância, ou seja, os proprietários, peões, agregados, escravos, e demais trabalhadores que poderiam estar utilizando esses variados itens conforme sua condição de acesso ou de partilha dos produtos. Porém isso não é diretamente relacionado, pois os vestígios estão espalhados por todo o sítio, e as louças estão presentes em todos os locais escavados, indicando que os habitantes da estância estavam utilizando os variados artefatos de maneira indiscriminada, não sendo possível fazer uma estreita relação entre objetos dos proprietários da estância e objetos de escravos e peões.

Nesse sentido, Souza (2010, p. 289) afirma que "a louça cotidiana será a mesma numa casa operária e numa sede de fazenda (altera-se talvez as proporções entre formas, ou decorações...ou talvez não)", ou seja, os diferentes grupos sociais poderiam estar utilizando as mesmas louças, logo, não se pode afirmar que a louça serve para distinção social nesse contexto de análise.

Quanto às formas identificadas na amostra das louças do sítio, teve-se grande dificuldade em reconhecer os recipientes que estavam sendo mais consumidos na

estância, devido ao reduzido tamanho dos fragmentos, porém diagnosticou-se que a maioria dos fragmentos era de recipientes côncavos, que indicam a maior presença de xícaras, malgas, canecas e outros recipientes fundos, porém na identificação das peças, elencou-se a presença de sete pratos, o que representa a maioria das formas reconhecíveis no sítio Estância Velha do Jarau.

Essa diversidade (recipientes côncavos e pratos identificados) pode ser novamente explicada pelo acesso a esses itens, não correspondendo a conjuntos completos e sendo comprados conforme a disponibilidade e necessidade dos produtos.

Segundo Symanski (1998) as malgas, ao longo do século XIX e especialmente na primeira metade do século XX, são formas associadas a um ambiente mais rural, sendo que assim a presença de maior quantidade de fragmentos côncavos poderia ser explicada nesses termos.

Outra explicação plausível para a presença de maior número de recipientes côncavos é o fato de ter sido identificado por Nobre (2011) um consumo maior de ensopados (caldos, carnes cozidas na panela, molhos) do que de carne em forma de churrasco, ou seja, para o consumo de líquidos e pastosos, os recipientes côncavos são mais utilizados.

Aqui podemos perceber uma influência, não só do acesso e disponibilidade das louças, mas também uma preferência às formas de consumir os alimentos, mais especificamente a carne. Isso pode ser uma questão de gosto ou mesmo de maneiras habituais de preparo de alimentos.

"Se não posso inferir com certeza como foram usadas, como foram consumidas, tenho sempre em mente a multifuncionalidade dos artefatos" (SOUZA, 2010, p. 275), ou seja, como as funções e as formas não puderam ser estabelecidas através dessa análise, não se pode afirmar como esses objetos foram realmente utilizados na estância, mas devido ao contexto em que estão inseridas é possível pensar na multifuncionalidade das louças, pois, como já foi citado anteriormente, o acesso poderia estar marcando fortemente as escolhas de consumo dos moradores desse espaço. Por exemplo, se não tivesse xícara para tomar seu café poderia utilizar uma malga para cumprir essa função em determinados momentos. "Essas operações são margens de manobra permitidas aos usuários pelas conjunturas nas quais exercem suas artes de fazer na invenção do cotidiano" (SOUZA, 2010, p. 276).

O contexto rural e fronteiriço pode ajudar a compreender a presença da grande variedade de louças nesse espaço, não pelo desejo desenfreado de consumo, mas sim

pela forma de acesso a esses itens, ou seja, a grande variedade não significa grande quantidade de louças, mas sim que esses objetos poderiam não formar conjuntos e sim representar peças avulsas em variadas decorações.

Essas características fazem com que a estância tenha um aspecto rústico e pouco requintado em relação às louças consumidas se comparadas aos outros estudos em unidades domésticas citados anteriormente para contextos diferentes, sendo que juntamente com as características apontadas por Symanski:

> A menor preocupação das famílias ricas com o conforto doméstico em suas residências rurais talvez deva-se ao fato de que, neste ambiente, as atividades de socialização envolvendo indivíduos não pertencentes ao grupo doméstico ocorressem com bem menos freqüência que na cidade, devido à baixa densidade populacional e ao problema da distância não só dos núcleos urbanos mas também entre as próprias sedes das fazendas, numa época em que as possibilidades de transporte terrestre eram limitadas a veículos de tração animal (1998, p. 247).

Essa associação entre zona rural e modo de vista rústico não pode ser generalizado, pois como apontou Symanski (1998), as fazendas de café no Vale do Paraíba possuíam muito conforto e luxo. O que está sendo argumentado aqui serve para o contexto da fronteira oeste do Rio Grande do Sul no século XIX.

As mudanças nos hábitos e maneiras de consumo refletiram e se adaptaram no contexto rural de forma mais lenta e gradual, sendo mais acentuada a mudança em áreas urbanas, mas mesmo assim, os reflexos dessa alteração podem ser visto no registro arqueológico de sítios rurais, com a presença de produtos industrializados, como as louças, mesmo que estas não possuam os significados ditos europeizantes que poderiam estar sendo adquiridos nas cidades.

Os bens manufaturados foram se espalhando por todos os lugares do Brasil, nas cidades, em zonas semi-rurais e nas áreas rurais, sendo que muitos deles são os mesmos nos diferentes contextos, visto que sua produção era feita em série. Assim, uma das atividades do arqueólogo é decodificar as complexidades dessa cultura do consumo

Ainda que, utilizando os mesmos objetos, Symanski (2002, p. 55) afirma que "diferentes grupos fizeram usos diferenciados dessa cultura material, de modo que o discurso ideológico nela incutido foi assimilado em graus variados por grupos sociais distintos".

As louças da Estância Velha do Jarau podem ser compreendidas da forma apresentada acima, como um sítio rural, distante dos núcleos urbanos, mas que possuía itens industrializados devido às atividades comerciais de mascates e práticas de contrabando na região fronteiriça.

Em relação à prática de contrabando, Machado (2004, p. 198) afirma que mesmo que as louças não apareçam relacionadas nas fontes documentais sobre o contrabando, é possível que esses artefatos também fossem mercadorias que fizeram parte do comércio ilícito que era praticado na região.

A prática do contrabando também acaba impedindo que se faça uma relação direta entre louça e condição econômica do comprador, já que nesse tipo de comércio os valores podem sofrer variações, que possivelmente não condizem com as escalas de preços padronizadas. Mesmo em contextos sem contrabando as tabelas de preço podem ter alterações, pois como afirma Souza (2010, p. 281) "escalas de preço, com a de Miller (1980, 1991), bastante usada na arqueologia histórica brasileira, são problemáticas pelo simples fato de que Miller montou um índice para o mercado americano do século XIX, com pouquíssimo a ver com os mercados consumidores que ser formaram no Brasil".

Porém, alguns estudos (Lima, 1995, Symanski, 1998, Soares, 2011, entre outros) apontam que a escala formulada por Miller (1980, 1991) pode ser aplicada aos contextos estudados, confirmando-a em inventários post mortem e fontes documentais. Dessa forma, novamente aqui é preciso reiterar que as ferramentas de análise devem ser utilizadas compreendendo-as conforme as especificidades locais, ou seja, os trabalhos que conseguiram identificar os preços das louças e relacioná-los a escala Miller podem fazer algumas inferências mais claras sobre condições socioeconômicas dos consumidores de louça no Brasil. A maioria dos trabalhos que conseguiram relacionar os dados propostos na referida escala foram realizados em contextos urbanos e de capitais de estados brasileiros (Rio de Janeiro, Porto Alegre e Florianópolis).

Isso também não quer dizer que pelos sítios estarem localizados numa capital é que estes deverão ser analisados conforme os modelos propostos pelas pesquisas já realizadas nesses espaços. É preciso sempre relacionar os demais elementos que podem compor o grupo social analisado.

Assim percebe-se que a escala de Miller (1980, 1991) pode ser utilizada para balizar alguns dados da pesquisa, mas que deve ser avaliada no contexto em que está

inserido o sítio arqueológico, para que esta não seja mecanicamente aplicada, sem as ressalvas necessárias para cada estudo de caso.

Na Estância Velha do Jarau, as louças não podem ser consideradas indícios de condições econômicas, pois como já foi apontado anteriormente, pode-se chegar a conclusões diversas através dos resultados obtidos com as análises, se o objetivo da pesquisa fosse identificar a posição socioeconômica e o status dos ocupantes da estância.

Conhecendo a história da estância, de seus proprietários e o contexto mais amplo da região, sabe-se que, principalmente Bento Manoel Ribeiro, possuía riquezas, mas que não a ostentava através desse tipo de item material, podendo demonstrar seu status através da posse de terra e de rebanhos de gado e cavalos, bens mais valorizado do que as louças nesse contexto.

As louças analisadas não podem indicar a condição socioeconômica dos habitantes da estância, mas indicam as formas de acesso e disponibilidade desses objetos no contexto analisado, além de indicar gostos e preferências. Nota-se que a amostra de louça é composta por 89% da faiança fina, sendo que 37% são decoradas e 63% não apresentam decoração. Entre a amostra de faianças finas decoradas 38% são de pintadas à mão e 33% são decoradas através da técnica *transfer printing.* Os outros 29% da amostra são de decorações variadas.

Esses números podem indicar a presença e o consumo de itens industrializados na estância, bem como que tipos de louças eram acessíveis a esses consumidores, localizados em uma área rural e de fronteira, que dependia de um comércio inconstante ou do contrabando para obter esses objetos.

Essa variedade de decorações e maior presença de louças não decoradas podem indicar o acesso a peças avulsas e não a grandes conjuntos de louças, indicando tanto uma falta de requinte à mesa (se isso fosse realmente algo almejado por esses grupos), como uma utilização das louças de forma mais prática e utilitária, sem conferir-lhe significados ritualísticos. Essa mesma conclusão pode ser percebida no trabalho de Thomasi (2008) quando a autora apresenta um garfo produzido localmente, através de metal retorcido, em contraste aos demais garfos industrializados, ou seja, havia a necessidade dos objetos para o uso diário, porém sem muitas formalidades, como poderia estar acontecendo nas cidades.

Entre os fragmentos identificáveis, 73% são côncavos, o que revela a preferência pelo consumo de alimentos líquidos e pastosos, como também pôde ser concluído por

Nobre (2011), através da análise dos vestígios faunísticos. Assim, relacionando-se esses dois artefatos arqueológicos – louças e ossos – pode-se afirmar com mais precisão as formas de preparo dos alimentos e gostos dos ocupantes da estância. Isso não quer dizer que essa forma de preparo e consumo dos alimentos fosse uma regra ou padrão, muito pelo contrário, pois também se identificou, tanto entre as louças (27% de recipientes planos/abertos), como nos ossos, que também eram consumidos alimentos sólidos e carne assada na brasa (churrasco).

Assim, a cultura material estancieira, representada aqui pelas louças, demonstra como os habitantes desse espaço estavam relacionando-se com o consumo de objetos industrializados, adquirindo-os conforme a disponibilidade e acesso, realizando suas escolhas através de suas necessidades, sem preocupações em ostentar riqueza ou distinção social através das louças, podendo estas cumprirem suas funções práticas e utilitárias do cotidiano de um ambiente doméstico rural na fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

3. Capítulo III – Museus na Fronteira – a memória da estância

Nesse capítulo são apresentados os museus pesquisados de forma mais detalhada, através de fichas de análise, com o objetivo de sistematizar os principais dados coletados e facilitar a comparação entre eles. A partir disso são selecionados os museus que mais se relacionam com a temática da pesquisa, visando realizar uma análise mais minuciosa, descrevendo a infra-estrutura, localização, acervo, exposições, atividades educativas, bem como uma análise do discurso museológico da instituição para perceber de que maneira a memória da estância e da consolidação da fronteira está representada nesses espaços.

A primeira apresentação, em forma de fichas, de todos os museus visitados permite que se tenha uma visão geral das instituições museológicas da região. Esse levantamento possibilita visualizar as temáticas abordadas nesses museus, formando-se assim um banco de dados importante, tanto para posteriores consultas, como para compreender a variedade dos patrimônios da Fronteira Oeste, valorizando a diversidade cultural da região e contribuindo com a proposta de trabalho dessa dissertação em ampliar a noção de patrimônio cultural do local.

A segunda parte da análise enfoca especificamente os museus que se relacionam com a temática da pesquisa, ou que apresentam uma especificidade importante para contextualizar tanto a Fronteira Oeste, como a Musealização da Arqueologia, com a finalidade de subsidiar argumentos para propor alternativas e estratégias de comunicação para o acervo arqueológico da Estância Velha do Jarau.

3.1 Levantamento dos museus na fronteira – municípios e instituições

Os municípios pesquisados nesse trabalho fazem parte da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, sendo que os critérios de escolha já foram explicados no capítulo 1. Dessa maneira, os sete municípios - Alegrete, Quaraí, Uruguaiana, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Borja e São Gabriel – tiveram suas instituições museológicas visitadas para que fosse realizado um levantamento do número de museus existentes em cada município e para perceber quais as temáticas que são abordadas nesses espaços de cultura e memória.

As visitas foram norteadas pela busca de elementos que se relacionassem ao ambiente de Fronteira e aos aspectos das estâncias de criação de gado, justamente para corroborar com a temática da pesquisa de forma mais ampla. Obviamente que nem todos os museus possibilitaram essa busca, em virtude de suas especificidades, mas estes não foram descartados da pesquisa, uma vez que é importante perceber a variedade de instituições presentes nesse espaço, colaborando para a ampliação da noção de memória local/regional proposta, além de ser importante e fundamental fazer uma comparação entre as variadas temáticas e acervos dos museus dessas cidades da Fronteira Oeste.

Assim, serão apresentados todos os museus visitados das cidades pesquisadas, em forma de fichas, para que se tenha uma visão geral das instituições museológicas da região, como um meio de perceber suas variáveis, recorrências, temáticas, formas de organização, acervos e outros dados.

As fichas foram organizadas de modo descritivo, para que a comparação entre os museus seja feita de forma simples e que as principais informações sejam visualizadas de forma prática, facilitando a posterior análise e interpretação, além da escolha dos museus que se relacionam mais diretamente com a temática do trabalho.

Os elementos presentes nas fichas servem para nortear a análise e compor um panorama geral dos museus da Fronteira Oeste, servindo de banco de dados, uma vez que se organizaram informações práticas sobre os museus, como endereço, dias e horários de funcionamento e valor do ingresso ou gratuidade.

As informações da ficha servem para realização das posteriores interpretações e análises, desde o contexto de surgimento dos museus na região, forma de aquisição dos

acervos (e se possuem coleções relativas à temática da pesquisa), tipologias museológicas e caráter institucional (público ou particular). De maneira mais específica, como cada instituição gerencia seu acervo, com a presença ou ausência de reserva técnica, formas de exposição (temporárias e permanentes) e se possui cadastro no Sistema Nacional de Museus.

Os elementos da ficha descritiva são simples e bastante pontuais, porém é necessário sistematizar esses dados para que possam ser feitas comparações, quantificações e assim visualizar como estão organizadas as instituições museológicas da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

SÃO BORJA

Nome da Instituição	**MUSEU ERGOLÓGICO DA ESTÂNCIA**
Endereço	Rua João Palmeiro, 2318, São Borja
Data da Visita	13/01/2009
Dias e Horários de funcionamento	Terça a Sábado (8h – 12h e 14h – 18h), Domingo (9h – 12h)
Data de inauguração	10/10/1982
Forma de aquisição do acervo	Doação (doações como ingressos em festividades)
Reserva Técnica	Não possui
Exposição	Permanente
Caráter institucional	Particular
Tipologia	Histórico
Ingresso	Gratuito
Material de escavações arqueológicas	Não
Material referente às estâncias	Sim
Instituição já constava no Cadastro Nacional de Museus	Sim

Nome da Instituição	**MUSEU GETÚLIO VARGAS**
Endereço	Rua Presidente Vargas, 1772, São Borja
Data da Visita	13/01/2009
Dias e Horários de funcionamento	Terça a Sábado (8h – 12h e 14h – 18h)
Data de inauguração	1982
Forma de aquisição do acervo	Doação, principalmente da família de Getúlio Vargas
Reserva Técnica	Documentação do museu e acervo identificado
Exposição	Permanente e Temporárias
Caráter institucional	Público
Tipologia	Histórico/Biográfico
Ingresso	Gratuito
Material de escavações arqueológicas	Não
Material referente às estâncias	Sim
Instituição já constava no Cadastro Nacional de Museus	Sim

Nome da Instituição	**ESPAÇO CULTURAL SÍTIO HISTÓRICO BRIGADEIRO JOÃO MANOEL MENNA BARRETO**
Endereço	Av. Júlio Tróis, 2032, São Borja
Data da Visita	13/01/2009
Dias e Horários de funcionamento	Terça, Quarta e Quinta (8h30min – 11h30min e 14h - 18h) – Sexta (9h -11h) – Domingo (agendamento antecipado)
Data de inauguração	1982 – oficializado em 01/04/2008
Forma de aquisição do acervo	Doação, principalmente dos oficiais do exército
Reserva Técnica	Não Possui
Exposição	Permanente
Caráter institucional	Público (Exército Brasileiro)
Tipologia	Histórico
Ingresso	Gratuito
Material de escavações arqueológicas	Não
Material referente às estâncias	Não
Instituição já constava no Cadastro Nacional de Museus	Não

Nome da Instituição	**MUSEU MUNICIPAL APARÍCIO SILVA RILLO**
Endereço	Travessa Albino Phaiffer, 84, São Borja
Data da Visita	14/01/2009
Dias e Horários de funcionamento	Segunda a Sexta (8h -12h e 13h30min – 17h30min)
Data de inauguração	1969
Forma de aquisição do Acervo	Doação e Compra (Imagens da Igreja Católica)
Reserva Técnica	Acervo diversificado e Documentação
Exposição	Permanente e Temporárias
Caráter institucional	Público
Tipologia	Histórico (Missioneiro)
Ingresso	Gratuito
Material de escavações arqueológicas	Sim
Material referente às estâncias	Sim
Instituição já constava no Cadastro Nacional de Museus	Sim

ALEGRETE

Nome da Instituição	**MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ARTES DR. JOSÉ PINTO BICCA DE MEDEIROS**
Endereço	Praça Getúlio Vargas, Alegrete
Data da Visita	25/05/2010
Dias e Horários de funcionamento	Segunda a Domingo (8h – 17h)
Data de inauguração	02/12/1985
Forma de aquisição do acervo	Doação e Escavações arqueológicas
Reserva Técnica	Obras de arte e material arqueológico
Exposição	Permanente e Temporárias
Caráter institucional	Público
Tipologia	Artístico e arqueológico
Ingresso	Gratuito
Material de escavações arqueológicas	Sim
Material referente às estâncias	Não
Instituição já constava no Cadastro Nacional de Museus	Sim

Nome da Instituição	MUSEU MÁRIO QUINTANA
Endereço	Praça Getúlio Vargas, URCAMP, Alegrete
Data da Visita	25/05/2010
Dias e Horários de funcionamento	Segunda a Sábado (9h – 22h)
Data de inauguração	09/02/2007
Forma de aquisição do acervo	Doação
Reserva Técnica	Não Possui
Exposição	Permanente e Temporárias
Caráter institucional	Público
Tipologia	Biográfico
Ingresso	Gratuito
Material de escavações arqueológicas	Não
Material referente às estâncias	Não
Instituição já constava no Cadastro Nacional de Museus	Sim

Nome da Instituição	MUSEU HISTÓRICO OSWALDO ARANHA
Endereço	Praça Getúlio Vargas, Alegrete
Data da Visita	26/05/2010
Dias e Horários de funcionamento	Segunda a Sábado (9h – 17h)
Data de inauguração	24/10/1984
Forma de aquisição do acervo	Comodato (posse da família de Oswaldo Aranha)
Reserva Técnica	Não Possui
Exposição	Permanente e Temporárias
Caráter institucional	Público
Tipologia	Biográfico e Histórico
Ingresso	Gratuito
Material de escavações arqueológicas	Não
Material referente às estâncias	Não
Instituição já constava no Cadastro Nacional de Museus	Sim

Nome da Instituição	**MUSEU HISTÓRIO MARECHAL ENÉAS GALVÃO**
Endereço	Av. Visconde Tamandaré, Alegrete
Data da Visita	26/05/2010
Dias e Horários de funcionamento	Segunda a Quinta (8h30min – 11h e 14h-16h30min)
Data de inauguração	17/02/1991 – reinauguração – 17/02/2004
Forma de aquisição do acervo	Doação (oficiais e familiares)
Reserva Técnica	Não Possui
Exposição	Permanente
Caráter institucional	Público (Exército Brasileiro)
Tipologia	Histórico
Ingresso	Gratuito
Material de escavações arqueológicas	Não
Material referente às estâncias	Não
Instituição já constava no Cadastro Nacional de Museus	Não

Nome da Instituição	**MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL**
Endereço	Largo da Estação Férrea, Alegrete
Data da Visita	26/05/2010
Dias e Horários de funcionamento	Segunda a Sexta (8h – 12h e 14h-18min)
Data de inauguração	
Forma de aquisição do acervo	Particular e Doações
Reserva Técnica	Não Possui
Exposição	Permanente
Caráter institucional	Particular
Tipologia	História Natural
Ingresso	Gratuito
Material de escavações arqueológicas	Sim
Material referente às estâncias	Sim
Instituição já constava no Cadastro Nacional de Museus	Sim

Nome da Instituição	**MUSEU DOS ESPORTES JOÃO SALDANHA**
Endereço	Estádio de Futebol Municipal Farroupilha, Alegrete
Data da Visita	27/05/2010
Dias e Horários de funcionamento	Segunda a Sexta (10h–13h e 16h-19min) Sábado (10h – 13h)
Data de inauguração	2006
Forma de aquisição do acervo	Particular e Doações
Reserva Técnica	Não Possui
Exposição	Permanente
Caráter institucional	Público
Tipologia	Histórico
Ingresso	Gratuito
Material de escavações arqueológicas	Não
Material referente às estâncias	Não
Instituição já constava no Cadastro Nacional de Museus	Sim

Nome da Instituição	MUSEU VASCO ALVES NUNES PEREIRA
Endereço	Estância Progresso, Alegrete
Data da Visita	27/05/2010
Dias e Horários de funcionamento	Agendamentos no Museu do Gaúcho
Data de inauguração	21/06/2005
Forma de aquisição do acervo	Particular e Comodato (acervo da Prefeitura Municipal)
Reserva Técnica	Não Possui
Exposição	Permanente
Caráter institucional	Particular
Tipologia	Histórico
Ingresso	Gratuito
Material de escavações arqueológicas	Não
Material referente às estâncias	Sim
Instituição já constava no Cadastro Nacional de Museus	Sim

Nome da Instituição	MUSEU DO GAÚCHO – ÍCARO FERREIRA DA COSTA
Endereço	Av. República Riograndense, 214, Alegrete
Data da Visita	25/05/2010
Dias e Horários de funcionamento	Segunda a Sexta (8h -12h)
Data de inauguração	26/03/2004
Acervo	Doação e Empréstimo
Reserva Técnica	Não possui
Exposição	Permanente e Temporárias
Caráter institucional	Público
Tipologia	Histórico
Ingresso	Gratuito
Material de escavações arqueológicas	Sim
Material referente às estâncias	Sim
Instituição já constava no Cadastro Nacional de Museus	Sim

ROSÁRIO DO SUL

Nome da Instituição	**MUSEU MUNICIPAL HONÓRIO LEMES**
Endereço	Rua João Brasil, 830, Rosário do Sul
Data da Visita	28/05/2010
Dias e Horários de funcionamento	Segunda a Sexta (07h30min – 17h30min)
Data de inauguração	30/09/1973
Forma de aquisição do acervo	Doação
Reserva Técnica	Acervo do Museu Didacta (extinto) e alguns objetos
Exposição	Permanente e Temporárias
Caráter institucional	Público
Tipologia	Histórico e Artístico
Ingresso	Gratuito
Material de escavações arqueológicas	Não
Material referente às estâncias	Sim
Instituição já constava no Cadastro Nacional de Museus	Sim

SANTANA DO LIVRAMENTO

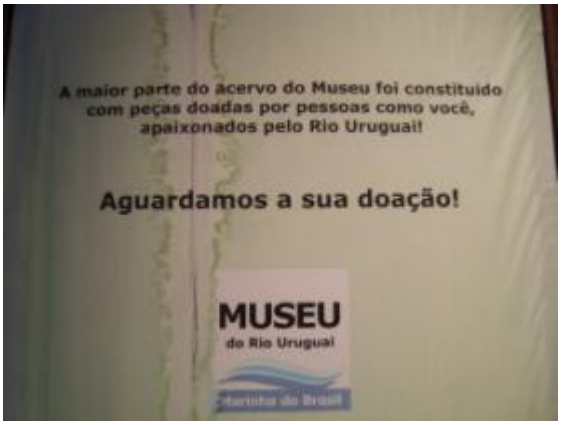
Nome da Instituição	**MUSEU MUNICIPAL DAVID CANABARRO**
Endereço	Rua dos Andradas, 660, Santana do Livramento
Data da Visita	23/07/2010
Dias e Horários de funcionamento	Segunda a Sexta (07h30min – 17h30min)
Data de inauguração	27/01/1952
Forma de aquisição do acervo	Doação
Reserva Técnica	Junto com a sala da direção do museu
Exposição	Permanente e Temporárias
Caráter institucional	Público
Tipologia	Histórico
Ingresso	Gratuito
Material de escavações arqueológicas	Não
Material referente às estâncias	Sim
Instituição já constava no Cadastro Nacional de Museus	Sim

URUGUAIANA

Nome da Instituição	**MUSEU HISTÓRICO E ARSTÍSTICO – CENTRO CULTURAL DR. PEDRO MARINI**
Endereço	Rua Santana, esquina com Rua Duque de Caxias, Centro, Uruguaiana
Data da Visita	20/07/2011
Dias e Horários de funcionamento	Terça a Sexta (8h-12h e 14h-18h) Sábado e Domingo (14h – 18h)
Data de inauguração	1978
Forma de aquisição do acervo	Doação
Reserva Técnica	Não possui
Exposição	Permanente e Temporária
Caráter institucional	Público
Tipologia	Histórico e Artístico
Ingresso	Gratuito
Material de escavações arqueológicas	Sim
Material referente às estâncias	Sim
Instituição já constava no Cadastro Nacional de Museus	Sim

Nome da Instituição	**MUSEU CRIOULO**
Endereço	Rua Santana, esquina com Rua Duque de Caxias, Centro, Uruguaiana
Data da Visita	20/07/2011
Dias e Horários de funcionamento	Terça a Sexta (8h-12h e 14h-18h) Sábado e Domingo (14h – 18h)
Data de inauguração	1978
Forma de aquisição do acervo	Doações
Reserva Técnica	Não possui
Exposição	Permanente
Caráter institucional	Público
Tipologia	Histórico
Ingresso	Gratuito
Material de escavações arqueológicas	Não
Material referente às estâncias	Sim
Instituição já constava no Cadastro Nacional de Museus	Sim

Nome da Instituição	**MUSEU DO RIO URUGUAI E DA MARINHA DO BRASIL**
Endereço	Rua General Câmara, 757, Bairro Mascarenhas de Moraes, Uruguaiana
Data da Visita	20/07/2011
Dias e Horários de funcionamento	Terça a Domingo
Data de inauguração	09/01/2008
Forma de aquisição do acervo	Doação e Comodato (PUC-Uruguaiana) – Campanha para doação para formação do acervo do museu
Reserva Técnica	Não Possui
Exposição	Permanente
Caráter institucional	Público (Prefeitura e Marinha)
Tipologia	Histórico e Ciências Naturais
Ingresso	Gratuito
Material de escavações arqueológicas	Não
Material referente às estâncias	Não
Instituição já constava no Cadastro Nacional de Museus	Não



QUARAÍ

Nome da Instituição	**MUSEU MILITAR DO 5 REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO**
Endereço	Rua Dartagnan Tubino, s/n, Centro, Quaraí
Data da Visita	21/07/2011
Dias e Horários de funcionamento	Segunda a Sexta das 9h-11h30min e 14h – 16h
Data de inauguração	14/01/2005
Forma de aquisição do acervo	Doação
Reserva Técnica	Não possui – Reserva de armamentos
Exposição	Permanente
Caráter institucional	Público (Exército Brasileiro)
Tipologia	Histórico
Ingresso	Gratuito
Material de escavações arqueológicas	Não
Material referente às estâncias	Não
Instituição já constava no Cadastro Nacional de Museus	Sim

SÃO GABRIEL

Nome da Instituição	**MUSEU GAÚCHO DA FEB MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES**
Endereço	Praça Carlos Pereira, s/n, Centro, São Gabriel
Data da Visita	30/07/2011
Dias e Horários de funcionamento	Segunda a Sexta – 8h15min-11h30min e 13h15min-17h30min – Sábados e Domingos por agendamento
Data de inauguração	Em Porto Alegre – 12/01/1978; Em São Gabriel – 20/11/1992
Forma de aquisição do acervo	Doação
Reserva Técnica	Possui (alguns materiais sem condições de serem expostos)
Exposição	Permanente
Caráter institucional	Público (Prefeitura e Exército Brasileiro)
Tipologia	Histórico
Ingresso	Gratuito
Material de escavações arqueológicas	Não
Material referente às estâncias	Não
Instituição já constava no Cadastro Nacional de Museus	Sim

Após terem sido apresentadas as fichas de cada museu visitado, é preciso fazer algumas considerações gerais para explicar algumas características e elementos dos municípios e instituições pesquisadas.

Conforme demonstram as fichas de análise, o município de São Borja tem cinco instituições museológicas, porém foram apresentados somente quatro museus, porque na data das visitas o Museu João Goulart estava fechado para restauro, tanto do prédio como reorganização da exposição.

Figura 83: Fachada do Museu João Goulart. Acervo pessoal, 2009.
Figura 84: Cartaz anunciando as obras para restauro. Acervo pessoal, 2009.

No Sistema Brasileiro de Museus estavam catalogados apenas quatro museus, o Espaço Cultural Sítio Histórico Brigadeiro João Manuel Menna Barreto não está registrado e tomou-se conhecimento da existência desse espaço durante a visita ao Museu Getúlio Vargas.

No município de Alegrete há oito museus, sendo que somente um, o Museu Histórico Marechal Enéas Galvão, não estava cadastrado no Sistema Brasileiro de Museus, sendo que se tomou conhecimento de sua existência na visita ao Museu de Arqueologia e Artes Dr. José Pinto Bicca de Medeiros, onde a senhora Vera Cunha apresentou alguns folders e materiais produzidos conjuntamente por todos os museus para divulgar os espaços de memória e cultura da cidade. A senhora Vera Cunha também orientou a visita ao Museu Mário Quintana e repassou os contatos dos responsáveis por alguns outros museus da cidade.

Em Alegrete ficou claro o esforço dos museus em se tornarem instituições mais conhecidas pela comunidade, uma vez que durante as semanas de museus são

organizadas atividades conjuntamente com as oito instituições presentes no município, tanto na área urbana, como na área rural.

Como pode se observar pelas fichas em Rosário do Sul há apenas uma instituição, o Museu Municipal Honório Lemes, que comporta também o acervo de um antigo museu extinto na cidade, O Museu Didacta (réplica de obras de arte).

Em Santana do Livramento há um museu, o Museu Municipal David Canabarro, porém nesta cidade também foi visitada a Casa de Cultura David Canabarro, que está ocupando a antiga casa do General David Canabarro, a qual passou por escavações arqueológicas desenvolvidas por uma equipe da UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul), coordenada pelo professor Dr. Sérgio Klamt. O material das escavações está sob guarda da referida universidade, porém os resultados e dados da escavação não foram divulgados.

Há uma pequena exposição na Casa de Cultura (móveis antigos e alguns objetos), porém com materiais que não são provenientes da escavação arqueológica ali realizada.

Figura 85: Casa de Cultura David Canabarro. Acervo pessoal, 2010.
Figura 86: Estante da exposição local. Acervo pessoal, 2010.

O município de Uruguaiana possui três instituições museológicas, sendo que duas delas estão localizadas em um mesmo prédio (cada museu em um andar). No Sistema Nacional de Museus há o registro de quatro museus, porém, dois deles não estão em funcionamento (O Museu Didacta – o acervo está guardado no Museu Histórico e Artístico; e o Museu de Ciências Naturais e Exatas – parte do seu acervo está atualmente em um novo museu – o Museu do Rio Uruguai e da Marinha do Brasil).

Além disso, há um museu que não constava no cadastro do Sistema – o referido Museu do Rio Uruguai e da Marinha do Brasil, sendo que foi durante a visita ao Museu Histórico e Artístico que se teve informações sobre sua existência.

O município de Quaraí (local em que se localiza o sítio arqueológico desse projeto) conta com apenas um museu localizado nas dependências do Quartel do Exército Brasileiro, que está cadastrado no Sistema Nacional de Museus, porém não apresenta elementos dos variados sítios arqueológicos que já foram pesquisados no município.

E por fim, conforme demonstram as fichas de análise, São Gabriel também tem apenas um museu, O Museu Gaúcho da FEB – Marechal Mascarenhas de Morais. Esse museu conta com variado acervo sobre a Segunda Guerra Mundial e a presença de brasileiros nesse conflito. Durante a visita a essa instituição, tomou-se conhecimento que parte do acervo (análogo à temática do museu) que está exposto faz parte de um antigo museu particular – Museu João Pedro Nunes – que estava sem local para exposição. Atualmente está sendo realizada uma obra de restauro em uma igreja – Igreja do Galo, que abrigará futuramente este acervo.

Assim, foram visitados dezenoves museus no total e para uma melhor visualização das características gerais dos mesmos museus, abaixo são apresentadas quatro tabelas que resumem alguns elementos importantes de análise. Cada cor na tabela representa um município da pesquisa. A cor verde representa o município de São Borja, a cor vermelha o município de Alegrete, a marrom o município de Rosário do Sul, a cor azul o município de Santana do Livramento, a cor laranja representa Uruguaiana, a cor rosa o município de Quaraí e a cor roxa representa São Gabriel.

Nessa tabela, pode-se perceber que todos os museus têm entrada gratuita, o que facilita o acesso aos museus, e nove abrem aos finais de semana, além disso, três apresentam a possibilidade de agendar datas e horários das visitas.

Museu/ Acesso	M. Ergológico da Estância	M. Getúlio Vargas	Espaço Cultural Mena	M. Aparício Silva Rillo	M. Dr. José Pinto B. Medeiros	M. Mário Quintana	M. Oswaldo Aranha	M. Marechal Enéas Galvão	M. de História Natual	M. Esportes João Saldanha	M. Vasco Alves Nunes Pereira	M. do Gaúcho	M. Honório Lemes	M. David Canabarro	Centro Cultural Pedro Marini	Museu Criolo	M. do Rio Uruguai	M. Militar do 5 Regimento	M. Gaúcho da FEB
Durante Semana	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x
Fins de Semana	x	x			x	x	x			x					x	x	x		
Agenda											x								
Fim de semana agendado			x																x
Pago																			
Gratuito	x	x	x	x	x	x	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Tabela 2 – Acesso aos Museus. Tabela elaborada pela autora, 2011.

Museu/ Acervo	M. Ergológico da Estância	M. Getúlio Vargas	Espaço Cultural Mena Barreto	M. Aparício Silva Rillo	M. Dr. José Pinto B. Medeiros	M. Mário Quintana	M. Oswaldo Aranha	M. Marechal Enéas Galvão	M. de História Natual	M. Esportes João Saldanha	M. Vasco Alves Nunes Pereira	M. do Gaúcho	M. Honório Lemes	M. David Canabarro	Centro Cultural Pedro Marini	Museu Criolo	M. do Rio Uruguai	M. Militar do 5 Regimento	M. Gaúcho da FEB
Doação	x	x	x	x	x	x		x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x
Compra				x															
Comodato							x				x						x		
Empréstimo												x							
Particular									x	x	x								
Escavações arqueológicas					x														
Reserva Técnica		x		x	x								x	x					x

Tabela 3 – Aquisição de acervo e presença de Reserva Técnica. Tabela elaborada pela autora, 2011.

Através dessa tabela pode-se perceber que a maioria dos museus formou seus acervos através de doações, sejam elas de coleções particulares, ou mesmo doações

pontuais da comunidade. Apenas um museu comprou parte de seu acervo (imagens missioneiras compradas da Igreja Católica). Somente três museus são particulares, mas com total abertura ao público. E ainda há formas de comodato e empréstimo de alguns acervos.

Somente seis, dos dezenoves museus, tem algum tipo de reserva técnica, e a maioria delas extremamente precária, ou mesmo se configurando como um espaço para guardar só o que não é mais possível expor devido ao desgaste e falta de reparo ou restauro adequado dos objetos. Algumas das reservas técnicas só levam esse nome, mas contam apenas com a documentação do museu, ou até mesmo, se confundem com a sala do diretor da instituição. Esse é um dos elementos dos museus visitados que mais precisa de atenção, caso fosse possível fazer ajustes nesses espaços.

Museu/ Instituição e Tipologia	**M. Ergológico da Estância**	**M. Getúlio Vargas**	**Espaço Cultural Mena Barreto**	**M. Aparício Silva Rillo**	**M. Dr. José Pinto B. Medeiros**	**M. Mário Quintana**	**M. Oswaldo Aranha**	**M. Marechal Enéas Galvão**	**M. de História Natual**	**M. Esportes João Saldanha**	**M. Vasco Alves Nunes Pereira**	**M. do Gaúcho**	**M. Honório Lemes**	**M. David Canabarro**	**Centro Cultural Pedro Marini**	**Museu Criolo**	**M. do Rio Uruguai**	**M. Militar do 5 Regimento**	**M. Gaúcho da FEB**
Público		x	x	x	x	x	x	x		x		x	x	x	x	x	x	x	x
Particular	x								x		x								
Histórico	x	x	x	x			x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Artístico					x								x		x				
Arqueológico					x														
Biográfico		x				x	x												
História Natural									x								x		

Tabela 4 – Caráter institucional. Tabela elaborada pela autora, 2011.

Como comentado anteriormente, somente três museus são particulares (Museu Ergológico da Estância, Museu de História Natural e Museu Vasco Alves Nunes Pereira), o Museu dos Esportes João Saldanha apesar de ser público, tem acervo

totalmente particular (há uma parceria com a Prefeitura Municipal) e apesar do Museu da Estância ser particular, seu acervo é proveniente de doações da comunidade.

A maioria dos museus possui temática histórica e pode ser classificado nessa tipologia. Três dos museus – Museu Getúlio Vargas, Museu Mário Quintana e Museu Oswaldo Aranha, também são classificados como biográficos, por exporem a vida desses personagens. Três são classificados como artísticos, dois como de História Natural e apenas um arqueológico.

Nesse ponto ainda deve-se fazer uma ressalva, pois o único museu com temática arqueológica – Museu de Arqueologia e Artes Dr. José Pinto Bicca de Medeiros – não tem uma exposição dos objetos arqueológicos, mas somente de obras de arte. O acervo arqueológico está totalmente guardado (líticos e cerâmicas de pesquisas desenvolvidas pela Universidade da Região da Campanha – URCAMP). O acervo faz parte do Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológica (NEPA) da URCAMP, sob responsabilidade da Prof. Tania Vargas Lima. O acervo passou a integrar o museu no ano de 2001, quando este trocou de nome, anteriormente chamava-se Museu de Arte Dr. José Pinto Bicca de Medeiros. Segundo Vera Cunha, responsável pelo Museu, o acervo será futuramente retirado do museu, assim como o nome Museu de Arqueologia também será alterado. Dessa forma, percebe-se que apesar de existir um Museu de Arqueologia na cidade de Alegrete, este não é de fato um museu de Arqueologia, mas sim um local onde estão guardadas mais de 90 mil artefatos líticos e cerâmicos em caixas de arquivo, numa sala do prédio que abriga o referido museu.

Buscaram-se mais informações a respeito desse acervo com a professora responsável, mas não foi possível o contato até o encerramento desse trabalho, sendo que esta questão fica latente para novas e futuras investigações sobre o patrimônio arqueológico e sua inserção nos museus. Essa temática é muito interessante para perceber os limites e reciprocidades entre a Arqueologia e a Museologia no contexto analisado.

Figura 87: Material arqueológico guardado no Museu de Arqueologia e Artes Dr. José Pinto Bicca de Medeiros. Acervo Pessoal, 2010.

Museu/ Estância e Arqueologia	**M. Ergológico da Estância**	**M. Getúlio Vargas**	**Espaço Cultural Mena Barreto**	**M. Aparício Silva Rillo**	**M. Dr. José Pinto B. Medeiros**	**M. Mário Quintana**	**M. Oswaldo Aranha**	**M. Marechal Enéas Galvão**	**M. de História Natual**	**M. Esportes João Saldanha**	**M. Vasco Alves Nunes Pereira**	**M. do Gaúcho**	**M. Honório Lemes**	**M. David Canabarro**	**Centro Cultural Pedro Marini**	**Museu Criolo**	**M. do Rio Uruguai**	**M. Militar do 5 Regimento**	**M. Gaúcho da FEB**
Material Arqueológico				x	x				x			x			x				
Material das Estâncias	x	x		x					x		x	x	x	x	x	x			

Tabela 5 – Acervo com relação à temática da pesquisa dessa dissertação. Tabela elaborada pela autora, 2011.

Essa tabela serve para visualizar a possível relação dos museus pesquisados com a temática da dissertação, e assim selecionar os museus para a análise no próximo sub-capítulo. Aparentemente, os museus que tem material arqueológico e material

proveniente de estâncias seriam os mais próximos do tema do projeto, porém percebe-se que na maior parte dos casos, quando o museu tem algum tipo de material arqueológico, este se refere ao período pré-colonial, ou seja, de períodos da história indígena e não referente à ocupação luso-espanhola da fronteira oeste do Rio Grande do Sul no século XIX. Dessa forma, por mais que exista material arqueológico, esse não foi o principal critério utilizado para a seleção dos museus que serão trabalhados detalhadamente nessa pesquisa.

E nem mesmo todos os museus que apresentam materiais provenientes de estâncias, se correlacionam com o tema dessa dissertação. Um exemplo é o Museu Aparício Silva Rillo, que conta com material estancieiro, porém das estâncias do século XVII, organizadas pelos padres jesuítas e indígenas Guarani nas Missões. E outros apresentam materiais das estâncias de forma muito pontual dificultando o aprofundamento da temática.

Dessa forma, os museus selecionados foram:

- Museu Ergológico da Estância – São Borja
- Museu Vasco Alves Nunes Pereira - Alegrete
- Museu do Gaúcho – Ícaro Ferreira da Costa - Alegrete
- Museu Criolo - Uruguaiana

Os quatro museus listados acima apresentam material proveniente das estâncias, e somente o Museu do Gaúcho também tem em seu acervo objetos arqueológicos, sendo que estas instituições são o tema do próximo subcapítulo.

Ainda sobre os demais museus que foram apresentados nas fichas anteriormente, é preciso traçar algumas características comuns que marcam os museus da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Algumas delas já foram mostradas nas tabelas – gratuidade dos museus, ausência de reservas técnicas, forma de aquisição dos acervos e tipologias, porém é necessário que se perceba a ampla diversidade de temáticas abordadas nos museus, formando um panorama extremamente extenso para outras pesquisas nessa região do estado. Só em São Borja existem museus sobre as próprias estâncias, museus sobre personalidades históricas importantes para a história do Brasil – Getúlio Vargas e João Goulart, e também um museu com a temática missioneira. Além do museu do Exército que guarda a memória dessa instituição.

Em Alegrete há museus de arte, militar, história natural, esportes, além de outros dois que apresentam vida e obra de Mário Quintana e Oswaldo Aranha. Mesmo que muitos sejam pequenos, ou mesmo, sem toda a estrutura de um museu, a simples presença de todos esses espaços em uma única cidade e de tão variadas temáticas demonstra a potencialidade do município e da região para preservação de sua memória.

A presença de museus municipais em Rosário do Sul e Santana do Livramento, como variados objetos expostos, apresentam, em um único espaço, variadas temáticas que poderiam formar exposições melhor organizadas, caso houvesse a presença de profissionais da área, para melhor dispor as exposições desses museus que comportam objetos de várias épocas e de várias categorias.

Uruguaiana tem museus com temáticas variadas - estância, arte, história e sobre o Rio Uruguai. São Gabriel tem um museu que conta a história da presença brasileira na Segunda Guerra Mundial e Quaraí (município em que está o sítio arqueológico Estância Velha do Jarau) tem apenas um museu militar, nas dependências do quartel do 5 Regimento de Cavalaria Mecanizado.

Assim, percebe-se que os museus dessa região são muito variados e alguns municípios contam com um número considerável de instituições, enquanto outros, a exemplo de Quaraí, tem potencial histórico e arqueológico para comportar mais instituições, no entanto, possui numero reduzido de espaços museais.

Essa variada gama de temáticas faz com que se perceba que os museus não são de fronteira, ou seja, não abordam temas fronteiriços, mas sim temas variados, e, portanto são museus na fronteira, ou de localização fronteiriça. Estar na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul possibilitaria uma maior integração com o Uruguai e Argentina, podendo inclusive haver acordos e projetos para exposições temporárias ou roteiros turísticos, envolvendo os países do Mercosul.

De forma geral, a região tem grande número de instituições, porém sofre com a precariedade de instalações, mas principalmente com a falta de profissionais, ou seja, em nenhum dos museus visitados existem museólogos ou profissionais da área. Geralmente o atendimento é realizado por funcionários da prefeitura (sem formação específica), professoras de diversas áreas (História, Artes e Pedagogia) atuando nos museus, soldados (no caso dos museus militares) ou ainda pessoas que gostam de História convidadas a cuidarem das instituições. Nesse quesito, os museus da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul não apresentam nenhum tipo de rigor técnico, e assim, as exposições ficam, algumas vezes, organizadas de forma aleatória, sem explorar o grande

potencial dos objetos que ali se encontram. A falta de profissionais faz com que esse grande número de museus fique desqualificado e o público não se sinta atraído a visitar mais vezes esses espaços. Muitas das exposições visitadas nunca foram reorganizadas, e não recebem e nem organizam exposições temporárias.

Por outro lado, em várias instituições percebe-se o empenho das pessoas que estão atuando nos museus, tentando organizar da melhor maneira que lhes é possível os espaços que estão gerenciando. Nota-se o papel fundamental do improviso e do interesse pessoal em manter o local aberto e com condições de visitação.

Muitas pessoas que foram entrevistadas apontaram essa falta de profissionais como um grande problema para que o museu não se torne um local melhor, mais bem organizado e com mais qualidade nas exposições. Além é claro da falta de recursos financeiros para as instituições.

O Museu Aparício Silva Rillo de São Borja é o único museu, entre os visitados, que teve um restauro recente, através do IPHAN, e assim, tem uma exposição bem organizada das imagens missioneiras, em uma sala adequada, com climatização e vitrines próprias para os tipos de objetos ali expostos.

De maneira bem geral, a região da Fronteira Oeste do Rio Grande tem grande potencial museológico, porém não está sendo bem aproveitado, apesar das instituições estarem abertas ao público e alguns dos responsáveis por esses espaços fazerem o que está ao seu alcance. O principal problema diagnosticado é a não contratação de profissionais e nem maiores investimentos financeiros.

3.2 Os museus e a memória das estâncias fronteiriças

Os museus que foram selecionados para a pesquisa são apresentados nesse subcapítulo, analisando elementos que se referem à memória das estâncias fronteiriças, através dos objetos, exposições e atividades realizadas nas instituições museológicas.

O Museu Ergológico da Estância, o Museu Crioulo, o Museu Vasco Alves Nunes Pereira e o Museu do Gaúcho – Ícaro Ferreira da Costa apresentam elementos importantes para a contextualização das estâncias e da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, tanto no que se refere à memória e valorização da identidade do gaúcho, como pelos objetos e formas expositivas que remontam ao passado estancieiro da região.

3.2.1 Museu Ergológico da Estância

O Museu Ergológico da Estância se localiza em São Borja, município que faz divisa com São Tomé na Argentina e é abrigado na sede de um grupo amador de Arte – "Os Angüeras". O museu é uma instituição privada desse grupo, porém atua em parceria com a prefeitura de São Borja, que concede os funcionários para trabalharem no museu (uma atendente e duas professoras municipais) e garante a manutenção. O diretor do museu é o mesmo diretor do grupo de Arte (Sr. Luguerce). Quem orientou a visita foi a atendente do museu, a senhora Dalvanir Alves Lago, no dia 13 de janeiro de 2009.

Figura 88: Placa de identificação do Museu. Acervo particular, 2009.

O Museu foi fundado em 10 de outubro de 1982 e o acervo foi todo constituído através de doações feitas como ingressos para os bailes promovidos pelo grupo "Os Angueras". Todo material doado está exposto na sala do museu, que era um antigo salão de bailes. Atualmente a sede do grupo tem o espaço do museu, locais para bailes, festas, churrascos, apresentações e um grande pátio onde estão construídos alguns tipos de cercas, utilizando métodos de construção antigos e recentes usados nas estâncias.

Figura 89, 90, 91, 92: Tipos de cercas – pedra, madeira e arames. Pátio frontal do Museu Ergológico da Estância. Acervo pessoal, 2009.

Todo material do museu está exposto em uma grande sala, e não há reserva técnica. O museu também não possui nenhum tipo de catálogo ou documentação sobre o acervo. Na maioria dos objetos expostos há uma ficha de identificação, com um número e o nome do objeto.

Figura 93: Exemplo de um objeto exposto no museu com sua ficha de identificação. Rebolo de Afiar. Acervo pessoal, 2009.

A sala que abriga o museu não tem nenhuma divisória, sendo que ao entrar já se enxerga toda a exposição, que está dividida em três setores. A exposição organizada à direita de quem entra no museu mostra os objetos de trabalho no campo e atividades de comércio. A exposição montada à esquerda versa sobre o ambiente doméstico das estâncias. No cento da sala há carroças e charretes antigas.

Essa divisão fornece um bom panorama das atividades desenvolvidas em uma estância, demonstrando a clara divisão entre atividades domésticas e trabalho no campo (principalmente criação de animais).

A exposição relacionada ao mundo do trabalho, seja ele no campo ou em atividades mercantis, foi organizada através da reconstituição de ambientes que representam esses espaços.

É apresentada uma remontagem do que seria um antigo galpão de estância, local onde ficam os peões e as ferramentas de trabalho. Nesse espaço foi representado um ambiente de convívio entre os peões, ao redor do fogo de chão, situação bastante relembrada entre os que cultuam as tradições gaúchas. O fogo de chão é considerado um elemento importante da cultura gaúcha, pois é perto do fogo que as pessoas se aproximam para a roda de chimarrão.

Figura 94: Entrada de um galpão de estância, denominado no museu de Galpão de Fogo. Acervo pessoal, 2009.

Figura 95: Reconstituição do galpão, na sala do Museu da Estância. Acervo pessoal, 2009.

Figura 96: Fogo de chão remontado no interior do galpão. Acervo pessoal, 2009.

Figura 97: Utensílios de montaria que são guardados nos galpões das estâncias. Remontagem apresentada no Museu da Estância. Acervo pessoal, 2009.

A exposição do museu também apresenta a reconstituição de um antigo armazém, com objetos que eram comercializados nos séculos XIX e XX. Esse espaço de comércio, também é denominado venda ou bolicho na região. Muitas vezes esse tipo de comércio era o único mais próximo às fazendas, já que estas ficavam longe das cidades.

Figura 98: Balcão do antigo armazém remontando no Museu da Estância. Acervo pessoal, 2009.

Figura 99: Balcão de armazém para venda de produtos a granel. Acervo pessoal, 2009.

Figura 100: Prateleira com objetos comercializados nos armazéns. Acervo pessoal, 2009.

Do outro lado da grande sala de exposição do museu há os objetos de uso doméstico, divididos em dois ambientes. Um denominado “Cozinha e Alimentação”, no qual se verifica louças, panelas, vasilhas e demais objetos relacionados com a temática. O outro ambiente é denominado “Sala, Varanda e Dormitório”, onde há a reconstrução de um quarto, objetos e móveis de salas, escritórios e espaços da casa que não se referem à cozinha.

Figura 101: Nome de um ambiente expositivo do Museu da Estância. Acervo pessoal, 2009.

Figura 102: Louças do Museu da Estância. Acervo pessoal, 2009.

Figura 103: Móvel com os utensílios domésticos de cozinha. Museu da Estância. Acervo pessoal, 2009.

Figura 104: Nome de um ambiente expositivo do Museu da Estância. Acervo pessoal, 2009.

Figura 105: Reconstituição de um quarto – cama, cômodas, armários. Acervo pessoal, 2009.

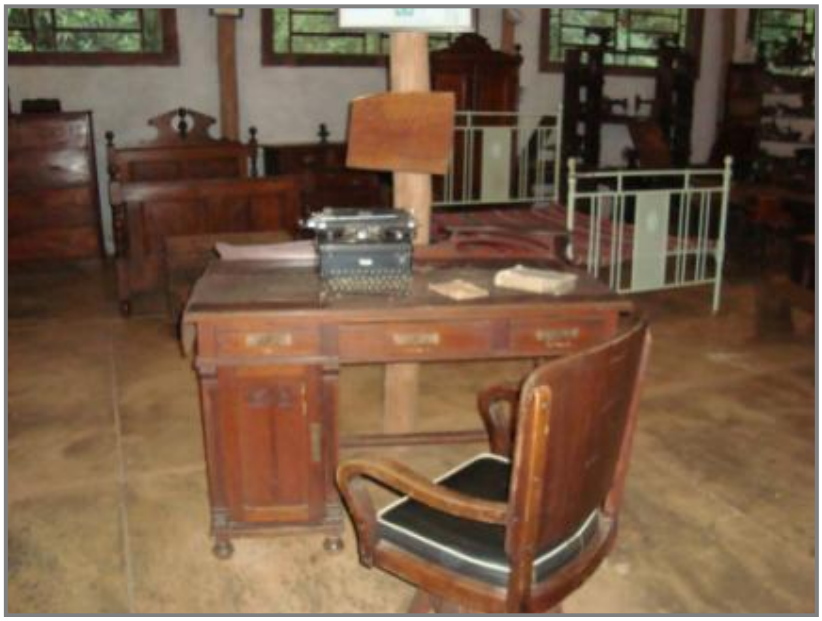


Figura 106: Escrivaninha, cadeira e máquina de escrever. Objetos e móveis expostos no Museu da Estância, no setor denominado Sala, Varanda e Dormitório. Acervo pessoal, 2009.

Os outros objetos que estão expostos no museu não integram os ambientes acima descritos e estão localizados na parte central da sala, ou mesmo entre as reconstituições dos espaços.

Além da exposição é importante ressaltar que o museu é aberto ao público de terça a domingo e o maior número de visitantes são os escolares, que principalmente

vão até o museu em eventos comemorativos como a Semana Nacional de Museus[4] ou Semana Farroupilha[5], em que há atividades educativas especiais, voltadas para esse público.

Através dessa análise, pode-se perceber que o Museu Ergológico da Estância está relacionado diretamente com a temática do trabalho, e demonstra como a memória das estâncias está preservada no museu. A organização da exposição apresenta as esferas de análise da estância, ou seja, o ambiente do trabalho fora de casa, através da criação de gado e atividades no campo, relacionado ao universo masculino e público e o ambiente doméstico e familiar de atividade cotidiana relacionado ao universo feminino e privado. Nesse sentido, de maneira mais contundente, Lima (1995, p. 135) afirma que:

> ...os domínios masculinos da esfera doméstica podiam ser definidos como públicos, dominantes, ativos, visíveis, centrais, permitidos, ordenados [...], diretamente ligados ao exterior e de livro acesso. Já os femininos eram eminentemente íntimos, privados, interiorizados, passivos [...], de acesso restrito ou proibidos aos de fora.

O museu preserva a memória estancieira, apresentando hábitos e ambientes do passado fronteiriço que ainda está na lembrança da população, uma vez que muitas estâncias e fazendas ainda mantêm esse tipo de organização do espaço.

> As instituições museológicas são, sem dúvida, o tempo e o espaço que as sociedades têm constituído para a preservação de suas representações, para a celebração em torno dos reflexos de seus olhares sobre a realidade e, em especial, os abrigos dos seus indicadores da memória (BRUNO, 2008, p.146).

Assim, ao visitar o museu é possível sentir-se em uma estância, principalmente devido às reconstituições do galpão, armazém, quartos e cozinha. É importante ressaltar que a memória estancieira que está preservada no museu é justamente a memória que

[4] A Semana Nacional de Museus acontece anualmente em celebração ao Dia Internacional dos Museus, 18 de maio. As instituições museológicas de todo o país promovem eventos em torno de um mesmo tema.
[5] A Semana Farroupilha é um evento realizado no Rio Grande do Sul, na semana que antecede ao dia 20 de setembro, data em que se comemora a Revolução Farroupilha.

mostra a estância com essa dicotomia, ou seja, com os espaços bem definidos e marcados de atuação dos sujeitos históricos que habitavam esses lugares.

Essa exposição tem grande potencial para discutir as questões suscitadas nessa pesquisa, uma vez que é possível enxergar os diversos lugares que compõem uma estância. Nesse caso, bastaria um espaço melhor distribuído e organizar a exposição de forma que leve o visitante a perceber a diferença desses espaços e quem está atuando em cada ambiente, para que pudesse, ao entrar nesse museu, perceber as facetas que a análise mais acurada da exposição pôde sugerir.

Como já apontado anteriormente, a falta de profissionais da área, sejam museólogos, historiadores, arqueólogos, gestores de patrimônio ou afins, faz com que a acervo desse museu, que é excelente para perceber a diversidade de uma estância, fique escamoteada em um amontoado de objetos que às vezes se confundem e não apresentam um discurso expográfico profícuo para um determinado fim.

Porém, não se pode pensar que o museu é assim só por falta de conhecimento a respeito de procedimentos museológicos, segundo Cunha (2008, p. 164):

> Museus e exposições surgiram, e têm servido, ao longo do tempo, como veículos de afirmação de discursos para a dominação, como centros produtores e difusores de ideias através de textos, objetos e imagens, selecionados, clivados e preservados, na medida dos interesses de grupos detentores do poder de afirmação e manutenção de referenciais patrimoniais oficiais.

A formatação da exposição do Museu da Estância pode ainda estar servindo a finalidade acima exposta, mas há tendências de tentar reverter esse quadro, através de novas perspectivas na exibição de traços culturais antes desprezados ou excluídos dos espaços de memória.

Um museu deveria ter "objetivos científicos e comunicacionais e a inteligibilidade da linguagem expositiva como ponto de partida para a participação do público-visitante." (CURY, 2008, p. 77). Ou seja, um discurso expográfico que faça com que o visitante possa decodificar a exposição de acordo com seus valores e experiências, transformando assim o ambiente museal em um espaço de múltiplas vivências e memórias. É o público que dá forma e conteúdo definitivo à exposição e à instituição museal através da apropriação que faz da mesma.

De qualquer maneira, o Museu Ergológico da Estância é um espaço de memória privilegiado na região, por tratar de uma temática tão presente no cotidiano dos habitantes da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

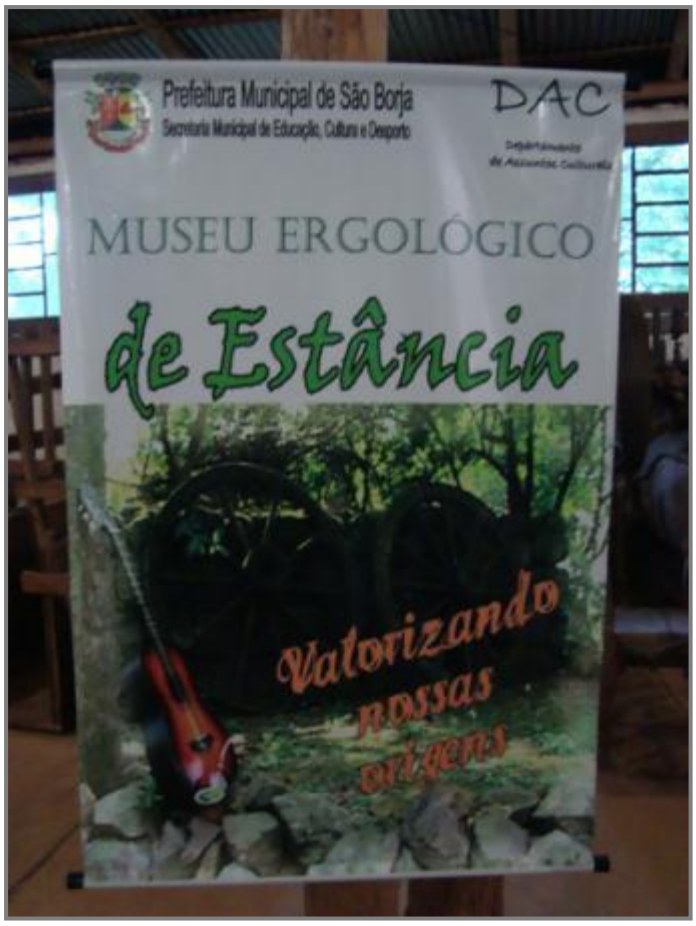


Figura 107: Banner de divulgação do Museu Ergológico da Estância com o slogan "Valorizando nossas origens". Acervo pessoal, 2009.

3.2.2 Museu Crioulo

O Museu Crioulo se localiza em Uruguaiana, município da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul que faz divisa com o município argentino de Paso de los Libres. O referido museu integra o Cento Cultural Dr. Pedro Marini, juntamente com o Museu Histórico e Artístico e o Arquivo Histórico Municipal. O prédio em que se encontra o Museu Crioulo é um edifício histórico de três pavimentos, sendo que o Museu Crioulo

está no subsolo e a entrada é realizada pelo Museu Histórico e Artístico, uma vez que a porta de entrada do Museu Crioulo fica nos fundos do prédio. O Museu Crioulo foi visitado no dia 20 de julho de 2011.

O prédio foi construído em 1913 para ser residência da família Barbará e adquirido em 1930 pelo Exército Militar Brasileiro para ser um quartel general da 2° Regimento de Cavalaria Mecanizado. Em 1978 passou a ser Centro Cultural, porém o prédio ainda pertence ao Exército Brasileiro e está emprestado para a Prefeitura Municipal de Uruguaiana.

Figura 108 e 109: Prédio do Centro Cultural Dr. Pedro Marini e fundos do prédio por onde é realizado o acesso ao Museu Crioulo. Acervo pessoal, 2011.

O Museu foi inaugurado na mesma data que o Centro Cultural, em 1978, e seu acervo é constituído totalmente por doação da comunidade. Quem orientou a visita ao Museu Crioulo foi o Senhor Hermes Bertolomeu Irrazabal, funcionário do museu desde 1983. O Senhor Hermes começou trabalhar no museu, pois conhece muito sobre o trabalho estancieiro, uma vez que antes de se tornar funcionário público era peão de estância.

O Museu Crioulo está diretamente relacionado à temática da pesquisa, pois também apresenta reconstituições dos ambientes da Fronteira Oeste e das estâncias de criação de gado.

A primeira sala do museu tem uma exposição que reconstrói um “Bolicho de Campanha”, ou seja, um armazém antigo, apresentando o que era comercializado e como era realizado o comércio quando as estâncias eram a principal atividade

econômica da região, dependendo desse comércio mais próximo das fazendas para seu sustento. Percebe-se que o mesmo tema é recorrente nos museus.

Figura 110: Reconstrução de um Bolicho de Campanha no Museu Crioulo. Acervo pessoal, 2011.

Figura 111: Balcão de um Bolicho de Campanha do Museu Crioulo. Acervo pessoal, 2011.

Na segunda sala de exposições há bonecos vestidos com as roupas típicas do gaúcho, diferenciando o gaúcho gaudério, o gaúcho missioneiro militarizado e o gaúcho

moderno. Essas roupas (bombacha, camisa, lenço, botas, guaiaca, chapéu) apresentam a imagem do que é considerado o ser gaúcho, ou seja, há uma indumentária típica para cada grupo de gaúchos, conforme o momento histórico e sua função no estado do Rio Grande do Sul.

Figura 112: Bonecos vestidos com a indumentária do gaúcho. Museu Crioulo. Acervo pessoal, 2011.

Nessa mesma sala há vários objetos relacionados ao trabalho no campo, principalmente relativos ao manejo do gado. Entre os objetos estão ferros com marcas de gado, esporas e estribos para montaria, pás, estribos de carroças, entre outros. Essa sala expõe o personagem e seu trabalho, ou seja, os homens do campo – os gaúchos e suas vestimentas – e o material utilizado no seu dia-a-dia.

Figura 113 e 114: Marcas de gado. Museu Crioulo. Acervo pessoal, 2011.

Figura 115 e 116: Estribos e esporas. Museu Crioulo. Acervo pessoal, 2011.

Figura 117 e 118: Estribo de carroça, canga de boi e pá. Museu Crioulo. Acervo pessoal, 2011.

Na terceira e última sala do museu há uma reconstrução de um galpão de estância e alguns outros objetos dispostos na lateral da sala. Essa reconstituição apresenta bancos com pelegos, fogo de chão, arreios para os cavalos, boleadeiras, e vários outros instrumentos de trabalho pendurados nas paredes.

Nota-se novamente, nesse museu, a intenção de representar o passado das estâncias, através da reconstrução do galpão, espaço onde estavam guardados os objetos de trabalho no campo e local de abrigo e moradia para os peões. Esse espaço é bastante cultuado até hoje, principalmente nos Centros de Tradições Gaúchas, onde o próprio CTG, muitas vezes, é a reconstrução de um antigo galpão. Esse espaço com certeza não é o que representa a elite estancieira e muito menos apresenta hábitos mais refinados, pelo contrário, mostra a rusticidade da vida do campo e os hábitos simples dos trabalhadores. São justamente essas características que são exaltadas pelos CTGs – rusticidade, simplicidade, coragem e valentia do povo que teve que viver em ambientes inóspitos e longe do conforto e luxo da cidade.

Figura 119: Reconstrução de um galpão de estância no Museu Crioulo. Acervo pessoal, 2011.

Figura 120: Reconstrução de um galpão de estância – arreios para cavalo e objetos pendurados na parede. Museu Crioulo. Acervo pessoal, 2011.

O Museu Crioulo está relacionado com a temática da pesquisa por apresentar objetos e lugares típicos das estâncias de criação de gado da região. O galpão e o "bolicho" novamente são representados no museu, em forma de remontagens, para que o visitante do museu observe não só os objetos, mas se sinta em um ambiente fronteiriço.

A exposição do Museu Crioulo se organizou conforme o espaço arquitetônico disponível, ou seja, as três salas do subsolo do prédio em que se localiza. Não há referências claras da organização do espaço expositivo, ou seja, somente o "Bolicho de Campanha" tem uma placa informativa, sendo que os demais ambientes museais não têm identificação do que desejam expor. Mesmo na reconstrução do galpão, não há nenhuma indicação que o espaço montado no museu se refere a um galpão de estância. O guia apresenta o espaço, mostrando o que é cada objeto e mostra o galpão, porém não há nenhum recurso textual para orientar o visitante sem o auxilio do guia. Há etiquetas em alguns objetos, explicando sua função e às vezes o nome de quem realizou a doação.

Percebe-se assim que o museu tem um acervo muito interessante relativo às estâncias de criação de gado da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, mas que, diagnostica-se novamente a falta de profissionais da área e maiores investimentos nos espaços de memória para que o acervo possa ser exposto de uma maneira a gerar reflexão acerca do passado estancieiro.

Nota-se que nesse museu, e em todos os outros analisados, não são realizadas pesquisas ou investigações, e assim a exposição não corresponde ao potencial do acervo e o museu se torna um espaço de mera contemplação.

Segundo Carlan (2008, p. 82), "infelizmente, no Brasil, a pesquisa e a investigação ficam estacionadas em um segundo plano. As exposições sem investigação tornam-se mera transmissão". No caso analisado, nem mesmo em segundo plano estão as pesquisas, estas são ausentes do universo museológico da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

Se as investigações fossem presentes nesse museu, uma problematização importante para o acervo seria o fato de as mulheres não serem representadas em nenhum momento da exposição. Todos os objetos e ambiente remontados referem-se às atividades masculinas da estância. Até mesmo na apresentação da indumentária do gaúcho só são expostas roupas típicas masculinas, sendo que as roupas femininas também são até hoje usadas em eventos realizados pelos CTGs ou em desfiles da Semana Farroupilha.

Percebe-se assim a valorização das atividades masculinas, retomando aqueles valores citados anteriormente – valentia, rusticidade, simplicidade, coragem – como sendo algo encontrado no serviço realizado pelos homens nas estâncias – cuidar do gado, do campo, dos negócios comerciais.

A exposição poderia muito bem problematizar essa questão se tivesse um discurso expositivo que apontasse para a predominância de objetos e atividades relacionadas ao universo masculino, fazendo com o que o visitante pudesse perceber essa característica do acervo e relacionasse com as questões de gênero que permeiam nossa sociedade.

Visualiza-se uma "defasagem muito grande no que diz respeito a discursos afirmativos que explicitem os valores dos grupos historicamente colocados à margem na sociedade e nos seus mecanismos de representação simbólica" (CUNHA, 2008 p. 158).

Porém, mesmo com as carências existentes nesse museu e em praticamente todos os visitados durante essa pesquisa, pode-se perceber como a memória das estâncias está sendo preservada nessas instituições museológicas e como esta pode ser ampliada através de discursos museológicos mais problematizadores e que apresentem outras esferas de análise da estância e do ambiente fronteiriço.

3.2.3 Museu do Gaúcho – Ícaro Ferreira da Costa

O Museu do Gaúcho – Ícaro Ferreira da Costa se localiza em Alegrete/RS, município da Fronteira Oeste que se limita com vários outros municípios da região, inclusive Uruguaiana, Rosário do Sul e Quaraí que também foram municípios visitados durantes essa pesquisa. O Museu do Gaúcho foi visitado no dia 25 de maio de 2010.

O Museu do Gaúcho funciona no prédio do antigo aeroporto, na Avenida República Riograndense, 216, no Bairro Santos Dumont, juntamente com o Arquivo Histórico Municipal. O Museu tem uma sala ampla para a exposição e outra sala que funciona com um pequeno auditório, com televisão e aparelho de DVD para realização de atividades educativas.

O museu foi fundado em 26 de março de 2004 e seu responsável é o funcionário da prefeitura – Flávio Poitevin. O Museu é um órgão da Prefeitura Municipal de Alegrete e recebe orientações da 6 Região Museológica do estado do Rio Grande do Sul.

O acervo é proveniente de doações e de empréstimos de outros museus. O museu não possui reserva técnica e nenhum tipo de catálogo do acervo.

O espaço expositivo do museu é organizado através de painéis que narram a formação histórica do Rio Grande do Sul (indígenas, espanhóis, portugueses até a formação de Alegrete). Abaixo desses painéis há vitrines com objetos referentes ao período histórico apresentado no painel.

Há também painéis de pessoas importantes para a história de Alegrete (Ícaro Ferreira da Costa, Oswaldo Aranha, Mario Quintana). Os painéis foram produzidos pelo responsável do museu, o senhor Flávio Poitevin, que é um pesquisador amador, interessado na história de Alegrete e da região.

Figura 121: Painel – Povoamento Pré-Histórico do Rio Grande do Sul. Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010.

Figura 122: Vitrine com objetos arqueológicos referentes ao período pré-histórico. Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010.

Figura 123: Painel – A Chegada dos Tupi-Guarani e Painel – Distribuição dos principais grupos indígenas. Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010.

Figura 124: Vitrine com materiais cerâmicos de grupos indígenas do Rio Grande do Sul. Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010.

Figura 125 e 126: Painel – A Conquista dos Europeus e A Conquista Espanhola. Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010.

Figura 127: Maquete representando as Missões Jesuíticas. Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010.

Figura 128 e 129: Painel – O Surgimento do "Gaúcho" Rio-Grandense e Painel - Povoamento - Estâncias Portuguesas. Museu Gaúcho. Acervo pessoal, 2010.

Figura 130: Vitrine com objetos relativos às estâncias. Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010.

Figura 131 e 132: Painel – A Capela do Inhanduí e Nascimento do Povoado e Painel – Revolução Farroupilha. Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010.

Figura 133: Vitrine com livros sobre Alegrete e a Revolução Farroupilha. Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010.

Essa exposição, que mescla texto informativo, imagens e os objetos nas vitrines, apresenta um discurso expositivo que busca mostrar como o Rio Grande do Sul foi se formando, desde suas origens indígenas, até a consolidação das estâncias de criação do gado, momento em que se insere a história de Alegrete. Nota-se nesse museu, um esforço para organizar a exposição de modo que o visitante perceba como se formou o "gaúcho" sul-rio-grandense (título de um dos painéis), mostrando sua trajetória histórica.

O gaúcho está presente em todo o Pampa, que ocupa áreas do Uruguai, Argentina, Paraguai e Brasil (Rio Grande do Sul), dessa maneira, o título do painel deixa claro que está se tratando somente do gaúcho do Rio Grande do Sul, mas implicitamente percebe-se a integração da identidade do gaúcho com as outras regiões do Pampa.

A montagem dos painéis com as vitrines contribui para que os objetos sejam contextualizados e melhor visualizados pelos visitantes. O Museu do Gaúcho, como todos os outros visitados durante a pesquisa, não tem profissionais da área atuando, porém conseguiu organizar uma exposição que apresenta um discurso expositivo coerente, trazendo informações e objetos de forma relacionada, propiciando uma narrativa histórica que contempla a formação do Rio Grande do Sul e de seu personagem mais cultuado – o gaúcho.

O próprio nome do museu carrega a valorização do ser gaúcho no Rio Grande do Sul, e essa questão poderia ser melhor problematizada no espaço museal, tornando o museu um espaço de reflexão e não somente de apresentação de um passado. Porém, por mais que o museu apresente só uma visão em seu discurso museográfico sempre é possível fazer outras releituras conforme o olhar o visitante.

> Não importa o quanto o museu, consciente ou inconscientemente, produz e afirma a ordem simbólica, pois sempre haverá uma sobra de significados que excedem o conjunto das fronteiras ideológicas, abrindo assim um espaço para a reflexão e a memória contra-hegemônica (HUYSSEN, 1994, p. 37).

Figura 134: Caracterização do Gaúcho no Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010.

A exposição do museu está em uma única sala ampla, sendo que em uma das laterais está organizada a exposição apresentada acima, e nos demais espaços há outros painéis sobre a história de Alegrete e sobre alguns alegretenses, móveis antigos,

esculturas de um artista local, painéis com desenhos das roupas típicas do gaúcho e manequins vestidos com as indumentárias gauchescas.

Figura 135: Visão geral do Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010.

O museu possui outra sala, onde funciona um auditório para realização de atividades educativas e eventos. Durante as Semanas de Museus são realizadas atividades em conjunto com os demais museus da cidade.

Figura 136: Auditório do Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010.

O Museu do Gaúcho, apesar de não ter profissional da área e não ter reserva técnica, apresentou uma boa exposição no que se refere à história do Rio Grande do Sul. A exposição permite que o visitante se oriente temporalmente e relacione objetos com o contexto histórico que está sendo apresentado nos painéis. O esforço empreendido pelo funcionário responsável por essa instituição pode ser percebido, já que o mesmo não possui formação na área, mas fez um trabalho adequado a proposta do museu, tanto na organização da exposição, quanto na redação dos textos que são apresentados. Porém, como os demais museus analisados também cultua as tradições gaúchas, como se pode perceber no mural abaixo.

Figura 137: Painel na entrada do Museu do Gaúcho, mostrando símbolos do Rio Grande do Sul – "Nossos símbolos, nosso orgulho". Acervo pessoal, 2010.

O Museu do Gaúcho está relacionado com a temática da pesquisa por apresentar a história do Rio Grande do Sul, a formação do gaúcho e a constituição das estâncias como fundamentais para a consolidação do território sul-rio-grandense.

A respeito das estâncias, o museu apresenta um painel mostrando o trabalho com o gado e a sede de uma estância. Na vitrine referente a esse período são apresentados objetos relacionados com a atividade no campo ou atividades bélicas, tais como esporas, estribos, espadas, lanças, entre outros objetos que representam o ambiente de trabalho e de belicosidade da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Percebe-se, novamente, que a questão doméstica e feminina não é representanda, ou seja, a memória que se preserva das estâncias é aquela relativa a conflitos na fronteira e atividades do campo.

A presença feminina nesse museu pode ser vista nas roupas típicas gaúchas que são apresentadas, porém isso não está diretamente relacionado com a memória das estâncias, mas sim se relaciona com hábitos e costumes referentes às tradições mantidas pelos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs).

Figura 138: Indumentária feminina, segundo as tradições gaúchas. Museu do Gaúcho. Acervo pessoal, 2010.

Dessa maneira, o Museu do Gaúcho – Ícaro Ferreira da Costa, apresenta um discurso expositivo que narra a formação histórica do Rio Grande do Sul, centrando sua

análise na figura emblemática que é o gaúcho, ou seja, o habitante tradicional do estado que carrega consigo valores de valentia, coragem e vida rude, como se ainda vivesse na estâncias, trabalhando com o gado.

3.2.4 Museu Vasco Alves Nunes Pereira

O Museu Vasco Alves Nunes Pereira se localiza na área rural do município de Alegrete, na sede de uma estância – Estância Progresso, que ainda está em atividade e é de propriedade do Senhor Luiz Miguel Trindade.

Para visitar esse museu é preciso agendar a visita no Museu do Gaúcho, com o senhor Flávio Poitevin, que orienta como chegar até o local, que dista 35 Km do centro da cidade de Alegrete. A visita foi realizada no dia 27 de maio de 2010.

O Museu Vasco Alves possui um folder informativo, que conta a história de Vasco Alves e da Batalha do Inhanduí, além de apresentar a localização do museu, orientando os visitantes. Os 35 km que precisam ser percorridos até chegar ao museu são muito interessantes, pois nesse trajeto é possível visitar a Sanga da Batalha do Inhanduí, algumas capelas, CTGs e a antiga estação férrea, que se encontra em ruínas. Dessa maneira, mesmo não tendo organizado um roteiro turístico, é possível perceber esse potencial, que pode ser melhor explorado.

O museu foi inaugurado em 21 de junho de 2005, porém o senhor Luiz Trindade coleciona objetos desde 1962. O senhor Luiz é pecuarista, nasceu no ano de 1941 e desde 1944 mora na Estância Progresso, que sempre fora de sua família (Sesmaria dos Trindade). Somente a partir de maio de 2005 é que a Estância Progresso tem água encanada, e assim pode inaugurar o museu.

O museu foi organizado em parceria com a Prefeitura Municipal de Alegrete, em forma de comodato. As vitrines e quadros da exposição foram doados pela prefeitura para o Museu Vasco Alves. O museu ocupa duas peças; uma onde era o antigo galpão da Estância Progresso e a outra sala foi construída para abrigar o museu.

A maior parte do acervo o senhor Luiz colecionou quando se apresentava em bailes como músico e em troca recebia os objetos, além de guardar muitos objetos da própria família e o que encontrava na sua propriedade rural. O material não está todo exposto, pois parte da coleção ainda está na casa do senhor Luiz.

Praticamente todo o acervo é referente às estâncias e a localização do museu contribui para que a temática estancieira fique fortemente marcada, pois estar inserido em uma estância em atividade faz com o que o museu tenha uma dinâmica muito diferenciada, sendo praticamente um museu *in situ*. Pode-se também relacionar o próprio dono do acervo, o senhor Luiz, com a história estancieira, uma vez que o mesmo mora nesse ambiente há muito tempo e é proprietário de estância.

Essa peculiaridade do Museu Vasco Alves permite que se perceba o quanto a memória das estâncias é importante para a população do Rio Grande do Sul, especificamente para os moradores da Fronteira Oeste, uma vez que um museu está totalmente inserido no ambiente estancieiro atual. Cultuar o passado e preservar as tradições dessa forma de morar, trabalhar e se relacionar é algo muito presente no estado do Rio Grande do Sul, e os museus são mais uma forma de preservar essa memória, já que os Centros de Tradições Gaúchas também exercem esse papel, de maneira hegemônica.

Os museus podem e devem fazer um contraponto à memória institucionalizada dos CTGs e apresentar a multiplicidade de características e sujeitos históricos das estâncias, problematizando algumas questões importantes acerca da tradição e história do Rio Grande do Sul.

Figura 139: Entrada da Estância Progresso e do Museu Vasco Alves. Acervo pessoal, 2010.

Figura 140: Antigo galpão da Estância Progresso, atual Museu Vasco Alves. Acervo pessoal, 2010.

Figura 141: Sala construída para abrigar o Museu Vasco Alves. Acervo pessoal, 2010.

Figura 142: Objetos pendurados nas paredes do museu/galpão. Museu Vasco Alves. Acervo pessoal, 2010.

Figura 143: Boleadeiras encontras na propriedade dos Trindade e colecionadas pelo Senhor Luiz. Museu Vasco Alves. Acervo Pessoal, 2010.

Figura 144: Quadros expostos na sala nova do Museu Vasco Alves sobre as personalidades que participaram da Revolução Federalista. Acervo Pessoal, 2010.

Figura 145: Armamentos expostos em vitrines no Museu Vasco Alves. Acervo pessoal, 2010.

Figura 146: Material de montaria. Museu Vasco Alves. Acervo pessoal, 2010.

Figura 147: Desenho na parede do museu do campo da Batalha do Inhándui. Museu Vasco Alves. Acervo pessoal, 2010.

Figura 148: Ferros para marcar o gado. Museu Vasco Alves. Acervo pessoal, 2010.

Figura 149: Carroça – pátio do Museu Vasco Alves. Ao fundo Estância Progresso. Acervo pessoal, 2010.

O nome do museu é em homenagem ao Coronel Vasco Alves Nunes Pereira, alegretense que participou da Revolução Federalista que ocorreu no Rio Grande do Sul entre 1893 e 1895, devido a divergências entre o Partido Federalista (antigo Partido Liberal), liderado por Gaspar Silveira Martins e o Partido Republicano Riograndense (PRR), liderado por Julio de Castilhos, que chegou ao poder depois da Proclamação da

República em 1889. Esse contexto é definido por Costa (2009, p. 6-7) da seguinte maneira:

> No Brasil vivia-se a transição do Império para a República. Retomava-se a discussão de como organizar o Estado, república federativa ou unitária, centralizada ou descentralizada, presidencialista ou parlamentarista. No Rio Grande do Sul, ascendeu ao poder o Partido Republicano Riograndense (PRR), liderado por Julio de Castilhos e influenciado pelo positivismo. Tal grupo excluiu sistematicamente os membros do antigo Partido Liberal que, liderados por Gaspar Silveira Martins, buscariam retomar o poder e promoveriam a Revolução Federalista (1893-1895).

Assim, a Revolução Federalista teve um caráter de disputa por espaço político no cenário brasileiro e do Rio Grande do Sul, sendo que os federalistas contestavam a concentração de poderes do presidente do estado (Júlio de Castilhos) e defendiam a autonomia estadual frente ao governo federal, porém a revolução foi derrotada e em 1895 foi assinado um acordo.[6]

O coronel Vasco Alves Nunes Pereira era um estancieiro e líder do Partido Federalista. Comandou em Alegrete a reação contra o governo do Marechal Deodoro da Fonseca, em 1891. Em 1893, durante a Revolução Federalista comandou um Corpo de Cavalaria Revolucionária no Combate da Jararaca (27 de março de 1893) e na Batalha do Inhanduí (03 de maio de 1893).

A Batalha do Inhanduí marcou a história de Alegrete, sendo que no local em que ocorreu esse conflito há um monumento para marcar esse fato, que a rigor teve vitória do Partido Republicano Rio Grandense, uma vez que os federalistas tiveram que deixar o campo de batalha por falta de munição e devido às melhores condições dos governistas.

Nesse contexto, o museu apresenta quadros dos líderes e personagens da Revolução Federalista, e em especial do Coronel Vasco Alves Nunes Pereira, que teve outros momentos de participação política no município de Alegrete.

---

6 Sobre Revolução Federalista: PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Revolução Federalista. São Paulo: Brasiliense, 1983.
COSTA, Marcus Vinicius da. **A Revolução Federalista (1893-1895):** o contexto platino, as redes, os discursos e os projetos políticos liberal-federalista. Universidade Federal de Santa Maria, Mestrado em Integração Latino Americana, 2006.

Percebe-se que o museu é de temática estancieira, porém com uma preocupação em apresentar a história da Revolução Federalista e mais especificamente sobre a Batalha do Inhanduí, que ocorreu a aproximadamente 1km da Estância Trindade, onde se localiza o Museu Vasco Alves.

O acervo mostra essas duas facetas do museu, ou seja, apresenta objetos de uso cotidiano no trabalho do campo nas estâncias, principalmente na sala de exposição que era o antigo galpão, e objetos referentes à Revolução Federalista, ou de maneira mais geral sobre a belicosidade da região, como armas e lanças, além dos quadros dos participantes da referida revolução.

Dessa maneira, o Museu Vasco Alves está relacionado com a temática da pesquisa, principalmente por estar inserido em um ambiente estancieiro e apresentar as características do trabalho nas estâncias de criação de gado.

Novamente, o manejo com o gado e o ambiente do galpão da estância é que são rememorados no espaço museal, constatando-se a ausência de objetos sobre o cotidiano doméstico das estâncias. Esse museu ainda apresenta a característica bélica do ambiente de fronteira e de disputas políticas que permearam todo o século XIX no Rio Grande do Sul.

Esse museu tem grande potencialidade para mostrar diversas e múltiplas características das estâncias e da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Justamente por estar em uma estância pode mostrar aos visitantes outros espaços de convívio e de trabalho, ampliando a visão sobre o ambiente fronteiriço.

O senhor Luiz apresentou uma ideia muito interessante, que consistia em fazer um roteiro turístico em que o público possa passar o dia no local, visitando o museu e almoçando comida típica campeira na própria estância. Isso seria uma alternativa muito eficaz para mostrar outros hábitos que também são característicos desse espaço e tornar o museu algo mais atrativo e dinâmico.

Dessa maneira percebe-se o quanto esse espaço museológico pode contribuir para a memória relativa às estâncias da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul e se tornar um roteiro turístico importante para o município de Alegrete, incluindo todo o trajeto que se percorre até chegar a Estância Progresso.

3.3 Análise museológica – os objetos e suas representações

Os objetos colocados nos museus podem formar narrativas históricas, consolidar memórias e influenciar na caracterização identitária da população local/regional. Segundo Bruno (2008, p. 146), "os museus, de qualquer natureza e tipologia, são instituições que atuam em relação à construção de identidades e à decodificação de questões patrimoniais. Essas ações têm distintos contornos em razão do texto e contexto que as consolidam".

Através da análise das exposições dos museus pesquisados, pode-se apresentar como a memória das estâncias fronteiriças está sendo abordada por essas instituições, contribuindo para entender a formação da identidade sul-rio-grandense.

Segundo Cury (2008, p. 77), a "exposição é a síntese institucional, é a parte mais reveladora do que seja um museu. É também – em termos de processo de trabalho - a ação que mais mobiliza uma instituição."

Através da descrição analítica dos museus no subcapítulo anterior, pode-se constatar que a exposição é realmente a parte mais reveladora, sendo que na maioria dos museus visitados durante essa pesquisa, a própria exposição é o museu, pois não há outras estruturas ou etapas de organização de uma instituição museológica. A maioria dos museus não possui reserva técnica, não realiza pesquisa e, portanto só comunica seu acervo, através da exposição, sem operar todas as etapas da cadeia operatória de procedimentos museológicos.

Até mesmo as ações educativas são pontuais, não se configurando como um processo comunicativo do museu. Em todas as instituições pesquisadas, houve a afirmação de que são realizadas atividades educativas, porém nada de concreto foi apresentado e nem há um programa específico para isso.

O que se verificou nos museus analisados é a falta de equilíbrio entre a salvaguarda e comunicação dos acervos. Não é realizado o gerenciamento da informação e praticamente não há manutenção dos acervos, em virtude de que estes estão sempre expostos. O discurso expográfico também não prioriza as diversas possibilidades de significações por parte dos visitantes do museu, fazendo com que a apropriação do patrimônio não ocorra de forma satisfatória, sendo que na maioria das

vezes prioriza um passado idealizado como sendo o verdadeiro para o Rio Grande do Sul.

A falta de profissionais da área nos museus da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul compromete a organização dos mesmos, sendo que o potencial dos acervos não é explorado de maneira eficaz. Para corroborar com esse argumento, Cury (2008, p. 77) afirma que "o processo museológico e, em particular o expográfico, envolve inúmeros atores devido à complexidade do compromisso social do museu com relação ao seu uso público", ou seja, a eficácia de uma exposição depende de múltiplos profissionais, e não como vem ocorrendo nos museus visitados, em que só existe um funcionário responsável por manter a instituição aberta.

Para Bruno (2002, p. 87), "a Museologia, em sua dinâmica interdisciplinar, tem colaborado para que os museus refinem as suas formas de representação e se estabeleçam como lugares de contestação e negociação cultural". Porém, para que isso ocorra é necessário que ações interdisciplinares norteiem o processo museológico de forma constante e permanente.

Os museus analisados já foram apontados como tendo grande potencial para comunicar memórias múltiplas das estâncias e da fronteira, porém é necessário que haja uma construção processual realizada pelo museu, para que o público possa receber a exposição e compreendê-la segundo seu universo cotidiano.

A temática fronteiriça poderia estar presente nos museus da região, porém isso é pouco explorado e nenhum dos museus pesquisados pode ser considerado um museu de fronteira, uma vez que não se relaciona com as memórias dos países vizinhos e nem busca estabelecer relações de como o Rio Grande do Sul e em conseqüência o Brasil foi se formando através dos conflitos na região de fronteira, seja com o Uruguai ou a Argentina.

A falta de um conceito gerador para os museus faz com o que a exposição não tenha um fio condutor e não comunique as memórias que os próprios objetos podem provocar.

As instituições que se relacionam com a temática da dissertação, possuem temas em comum: a história das estâncias, a identidade do gaúcho, a vida rural no Rio Grande do Sul. Isto poderia servir para construir discursos expositivos que levassem o visitante a perceber como a identidade regional foi se construindo historicamente em um ambiente de fronteira permeado por sentimentos de pertencimento ao local, inclusive

com lendas, mitos e filmes que permanecem até os dias de hoje como sendo algo que identifica a região da Campanha gaúcha.

Não basta expor os objetos relativos a esse período e a essa temática, é preciso linguagens de apoio estruturadas a partir de um roteiro argumentativo no decorrer da exposição.

As instituições museológicas "necessitam de suportes teóricos e procedimentos metodológicos adequados aos desafios que lhes são impostos" (BRUNO, 2002, p. 88), ou seja, não é possível que os objetos "falem" por si só no museu, é necessária a atuação de diversos profissionais que possam criar um ambiente de reflexão e não somente de contemplação.

Bruno (2002, p. 90) também aponta o problema da falta de qualificação profissional como um grande desafio dos museus, ou seja, se tem "urgência de estabelecer novos parâmetros para a formação profissional e reciclagem daqueles que já participam dos processos museológicos".

Outra questão fundamental relacionada à presença de profissionais nos museus é que essas instituições deveriam ser locais de produção de conhecimento e de convergência dos saberes científicos, através de pesquisa (seja ela histórica, arqueológica, antropológica, entre outras), pois não basta guardar os objetos, sem pesquisa um museu se torna apenas um depósito ou centro de lazer e turismo. (CARLAN, 2008, p. 82).

Nota-se que museus analisados anteriormente não cumprem o papel de comunicar as várias possibilidades interpretativas, pois apresentam uma exposição formatada para narrar um passado, não o problematizando, e muito menos questionando algumas características cristalizadas. Os museus da pesquisa não são templos de saber absoluto, até porque não tem estrutura para isso, porém também não são locais de discussão, mas espaços em que o visitante olha e cultua o passado.

Um exemplo disso é a maneira como os galpões de estância estão representados no museu, isto é, como um ambiente harmonioso, onde os peões convivem bem com o seu trabalho prazeroso, não reclamam da jornada de trabalho e nem das condições de moradia, em vez disso gostam tanto do que fazem que até habitam o mesmo local em que se encontram seus instrumentos de trabalho. Essa visão romântica dos galpões de estância, que é a mesma cultuada nos CTGs, torna o passado e esse ambiente histórico algo pronto e já interpretado, não possibilitando as leituras múltiplas que o público dos museus poderia realizar caso a questão estivesse problematizada no espaço museal.

Nota-se que o museu é um espaço privilegiado de discussão e argumentação sobre as memórias que são evocadas pelo acervo e coleções expostas e por isso a importância de um discurso expositivo que priorize as tensões históricas e não o culto ao passado.

Os museus e exposições podem se constituir como locais "de trocas simbólicas, jogos de poder e de referências culturais, como campos privilegiados de lutas e negociações nas práticas sociais, em embates entre os diversos grupos sócio-culturais e seus interesses coletivos e específicos" (CUNHA, 2008, p. 158). Os museus analisados podem se transformar nesses locais, mas é necessária uma reestruturação e vontade de comunicar a multiplicidade de memórias relativas às estâncias e ao ambiente de fronteira.

> A comunicação museológica tem como proposta gerar possibilidade de ricas interpretações entre o público e a exposição longe da passividade de qualquer um dos dois pólos (o emissor e o receptor), mas tornar possível, no museu e na exposição, a discussão em torno da mensagem expositiva e, sobretudo, em torno de seu significado. (CURY, 2008, p. 79).

Antes mesmo de uma discussão em torno da mensagem expositiva é preciso que haja inteligibilidade na exposição, ou seja, o público precisa entender o que está sendo comunicado para que posteriormente possa agregar significados. Não se pode pressupor que o visitante já conheça os objetos, ou então que compreenda a temática abordada no museu. Por isso a importância de textos explicativos, fichas de identificação, guias, ordenamento da disposição dos objetos, entre outros suportes para que o visitante possa "ler" a exposição. Mesmo que para os habitantes da região da Fronteira Oeste essa temática seja presente em seu cotidiano, o museu e a exposição devem propor alternativas de leitura para essa realidade.

> Portanto, os museus estabelecidos tradicionalmente a partir de coleções, devem contar com profissionais aptos ao desempenho dessas tarefas, ou seja: compreender que o objeto é um suporte de informações e por isso ele deve ser preservado ao lado de outros meios de informação (BRUNO, 2002, p. 91).

Diagnosticou-se que três dos museus analisados não apresentavam recursos de informação, a não ser o próprio objeto, sendo que estes ficam expostos no museu sem contextualização, nem problematizações, dependendo do guia da visita para saber o que representavam na exposição.

O Museu do Gaúcho pode ser citado por uma particularidade em relação aos demais, o mesmo apresenta outros recursos informativos, como foi analisado anteriormente, demonstrando a relação entre os painéis e as vitrines com os objetos. Essa é uma maneira de contextualizar a exposição e permitir que o público possa visitá-la de maneira mais autônoma. No Museu do Gaúcho também se pode perceber uma tentativa de problematizar algumas questões acerca da identidade do gaúcho, sendo um exemplo importante entre os museus da região da Fronteira Oeste.

O objeto colocado no museu passa a ter outros valores e significados. "Ou seja, eles tornam-se bens que serão preservados e vistos e estudados por diferentes pessoas que, por sua vez, darão a eles significados distintos de acordo com os seus olhares e experiências vividas" (SILVA e GORDON, 2008, p. 46). Os museus "têm a potencialidade de transformar os objetos testemunhos em objetos diálogos" (BRUNO, 2002, p. 92).

Porém essa potencialidade, só é utilizada se o museu realizar pesquisas e investigações sobre seu próprio acervo, e comunicá-las através das exposições e ações educativas, pois a pesquisa "trata-se de um sistema de recuperação de informações, do passado, fundamental para a reconstrução cultural de uma sociedade" (CARLAN, 2008, p. 82).

A pesquisa em museus também possibilita que se formem discursos expográficos e museológicos problematizadores da realidade, fazendo com que o acervo seja um suporte de informação e discussão acerca da temática do museu.

Assim, percebe-se que os museus analisados têm uma temática definida, porém não realizam pesquisa e não buscam os trabalhos sobre o assunto realizados por historiadores, arqueólogos, antropólogos, museólogos, entre outros profissionais que trabalham com os temas que possam interessar a esses museus, como estância, fronteira, identidade sul-rio-grandense, lendas e contos gauchescos, entre outros para que possam comunicar o acervo de forma mais plural.

Não existe a exposição ideal, e nem uma única forma expográfica, porém há referenciais que podem contribuir para realização de uma exposição eficaz, isto é, que

consiga comunicar de forma não contemplativa e nem passiva, mas sim que o visitante possa decodificar o discurso museológico segundo suas preferências e valores culturais.

"Assim, uma exposição competente não somente sustenta, como é provocadora de reflexões em torno do patrimônio cultural musealizado, aproximando o universo patrimonial do cotidiano do visitante" (CURY, 2008, p. 82-83).

Para que um museu apresente uma boa exposição não basta organizá-la e deixá-la "falar por si só para sempre", é preciso um trabalho constante de retroalimentação da exposição, com pesquisas sobre o acervo, pesquisas de público, atividades educativas, exposições temporárias, entre outras atividades que deveriam compor o cotidiano museológico.

As questões apresentadas mostram como a cadeia operatória de procedimentos museológicos não está sendo processada de forma completa nos museus analisados. É necessário que haja relação entre a salvaguarda e a comunicação museológica, uma vez que o bom "desempenho desses dois blocos está vinculado a problemas éticos sobre o uso da herança patrimonial, às questões de como uma sociedade enfrenta e estabelece um diálogo com seus traços culturais" (BRUNO, 2002, p. 91).

A questão do diálogo com os próprios traços culturais deveria ter espaço nos museus analisados, uma vez que a memória relativa às estâncias é algo presente no cotidiano dos habitantes do Rio Grande do Sul. Possibilitar diversas interpretações seria fundamental para que a construção da identidade do sul-rio-grandense passasse por diferentes leituras do passado, podendo assim questionar e discutir o ser gaúcho, confirmando, refutando ou reelaborando esta identidade.

Mesmo com as deficiências apontadas nas instituições museológicas analisadas há uma preocupação em manter a memória do passado estancieiro e dos hábitos das pessoas que habitaram um ambiente de fronteira. Isso é muito importante nos dias atuais, uma vez que o processo de globalização uniformiza alguns hábitos e homogeiniza a cultura global. Manter traços culturais do passado faz com que a identidade de um grupo social se mantenha através de sua história face às mudanças impostas pela globalização.

> Se por um lado, marcar o território pode significar a criação de ícones de memória favoráveis à resistência e a afirmação dos saberes locais frente aos processos homegeneizadores e globalizantes; por outro, assumir a volatilidade desse território pode implicar a construção de estratégias que

> favoreçam a troca, o intercambio e o fortalecimento político-cultural dos agentes museais envolvidos (CHAGAS, 2000, p.15).

Assim a função de um museu também é formar "pessoas habilitadas para reconhecer as qualidades dos intercâmbios, enriquecendo-se a partir deles, e habilitadas para criar pontos de compreensão entre culturas diferentes" (CURY, 2008, p. 85).

Ao mesmo tempo em que é fundamental a manutenção de traços culturais locais, é preciso discutir a diferença, a tolerância, o respeito ao outro, ou seja, não basta apenas valorizar o próprio passado e cultuar as tradições locais, deve haver tolerância e respeito com a cultura e tradição de outros grupos, que muitas vezes convivem no mesmo local, já que o processo de globalização também faz com que vários grupos coabitem o mesmo espaço geográfico.

"O museu, então, se mantém como um espaço e um campo para reflexões sobre a temporalidade, a subjetividade, a identidade e a alteridade" (HUYSSEN, 1994, p. 38).

A cultura gaúcha deve ser preservada nos museus do estado, e especificamente nesse caso, nos museus da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, porém a exposição e o discurso museológico devem atentar para as questões discutidas acima e se transformar em um espaço de multivocalidade e não apenas um lugar de culto e valorização de um passado hegemônico.

Um ponto em que os museus estão cumprindo seu papel é o de preservar os objetos relativos aos hábitos e costumes do gaúcho. A partir daí é necessária uma melhor formatação museológica e de pesquisa histórica e arqueológica para que os museus possam comunicar as variadas interpretações acerca das fronteiras, limites, consolidação das estâncias, papéis sociais atrelados ao espaço doméstico estancieirio, lendas e hábitos culturais atuais que marcam a identidade sul-rio-grandense.

Como afirma Chagas (2000, p. 4) "dirigir-se ao passado, sem nenhuma perspectiva de mudança implica a comemoração da ordem estabelecida, a afirmação da ordem jurídica, dos valores culturais dados, da verdade científica imposta à repetição do conhecimento".

Há memórias que se dirigem a um passado e lá se cristalizam, sem a possibilidade de criação e inovação, e há memórias que se dirigem para o presente sem esquecer o passado, mas que conduz um espaço museal para o reconhecimento de que o exposto no museu não é a verdade, mas uma das leituras possíveis, que podem ser

ressignificadas conforme o contexto histórico e o público que a modifica segundo seu olhar (CHAGAS, 2000).

> O museu que adota esse caminho não está interessado apenas em ampliar o acesso aos bens culturais acumulados, mas sobretudo, em socializar a própria produção de bens, serviços e informações culturais. O compromisso, nesse caso, não é com o ter, acumular e preservar tesouros, e sim com o ser espaço de relação, capaz de estimular novas produções e abrir-se para a convivência com as diversidades culturais (CHAGAS, 2000, p. 13).

Os museus da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, principalmente os analisados mais detalhadamente por estarem em consonância com o tema dessa dissertação, cumprem o papel de garantir o acesso aos bens culturais, porém precisam seguir adiante e abrir espaço para as discussões sobre os objetos e as memórias que estão presentes em suas exposições, como fica claro na citação anterior de Chagas (2000), ou em outras palavras, é mister que se criem espaços alternativos de discussão sobre a identidade sul-rio-grandense.

A presença de 19 museus (20 se contabilizarmos o Museu João Goulart que estava em reforma na época da pesquisa) nos sete municípios visitados na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul aponta para a preocupação de preservar o passado desse local, valorizando-se várias temáticas e memórias, como foi apresentado nas fichas de cada museu visitado. Esse número é um indicativo de que a região deseja manter suas memórias, mas ainda necessita de um suporte teórico medotológico para que os museus assumam sua função social e sejam representantes da multiplicidade cultural do Rio Grande do Sul.

Essa quantidade de instituições museológicas reflete a realidade da Região Sul, apontada por Santos (2004), que mostra grande concentração de museus nas regiões Sul e Sudeste. “Os estados que apresentam um maior número de museus por habitante são Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina (SANTOS, 2004, p. 61). Mesmo tendo esse grande número de instituições, tanto Minas Gerais, quanto Rio Grande do Sul apresentam características que apontam uma defasagem quanto à qualidade desses museus.

> A maior parte dos museus mineiros parece estar empobrecida. As construções estão muitas vezes em um estado de conservação precário e as exposições 'fora de época', oferecendo pouca informação contextual. Poucos museus oferecem detalhes sobre a natureza, objetivo e origem das suas coleções. As etiquetas são pouco freqüentes e limitadas a uma nota batida à maquina dando o título e, às vezes, a data e procedência do objeto (DICKENSON, 1994 apud SANTOS, 2004, p.54).

Sobre museus no Rio Grande do Sul, Schneider (2010) em sua pesquisa na região do Vale do Taquari, analisa três museus, apontando carências e precariedades semelhantes, porém diagnosticou a presença de profissionais da área atuando nos museus.

> As três instituições possuem profissionais qualificados ou que estão se qualificando para atuarem adequadamente nesses espaços. No entanto, a sua atuação esbarra na falta de condições oferecida pelos administradores, ou Prefeitura, como estagiários, orçamento próprio e espaço adequado e único para o Museu. Uma estrutura para colocarem em prática as exigências atuais da área da museologia (SCHNEIDER, 2010, p. 89).

Apesar da presença de profissionais, Schneider (2010) diagnostica a falta de planos museológicos nas instituições e principalmente o descaso com a exposição de objetos arqueológicos.

Nesse contexto, podemos perceber uma grande lacuna entre os museus e a aplicação da cadeia operatória museológica.

> Verifica-se uma prática museológica que é real, mas desrespeita as necessárias especializações técnicas e sobrevive, apenas em função de apoios políticos-empresariais pontuais, desprezando a discussão teórico-metodológica. Muitas vezes, esta Museologia da realidade reitera as características elitistas e excludentes (BRUNO, 2006, p. 3-4).

Bruno (2006, p. 4) ainda afirma que apesar de ter-se avançado muito na discussão sobre pressupostos teóricos-metodológicos da Museologia, ainda enfrenta-se enormes dificuldades para a implementação desses procedimentos nos museus. Há um desejo que as normas técnicas, posturas metodológicas, trabalhos interdisciplinares e

discursos museológicos atendam as exigências da disciplina Museologia, porém a prática museológica brasileira encontra-se muito longe disso.

> Avançamos também na ampliação das perspectivas para a formação profissional, a partir da multiplicação de cursos e do desdobramento dos trabalhos acadêmicos, mas ainda identificamos constrangimentos deste profissional capacitado encontrar espaço para o exercício museológico qualificado (BRUNO, 2006, p. 4).

A atuação profissional nos museus não se encerra nos museólogos, pois como afirma Bruno (2008, p. 146) os museus são instituições que podem e devem ter múltiplas funções:

> São, portanto, instituições humanizadoras, inventando tradições como dizem os historiadores, explorando noções de pertencimento como afirmam arqueólogos e antropólogos, desvelando as características sócio-culturais como esperam os sociólogos, possibilitando a disponibilização de mais um espaço para a inclusão social como profetizam os educadores, entre centenas de outras expectativas que recaem sobre os museus.

Todas essas expectativas também podem ser elencadas para os museus da Fronteira Oeste, pois como foi apresentado, os acervos e coleções são pertinentes à memória estancieira e poderiam apresentar discursos expográficos que valorizassem os diferentes aspectos e facetas desse ambiente, contribuindo para a ampliação da herança patrimonial da região.

Uma exposição revela e evidencia elementos de uma produção estética, de um ideal político, de uma propaganda ideológica, através de imagens e objetos. Segundo Cunha (2008, p. 158), para analisar exposições museológicas e as representações contidas nessas construções é preciso entender o contexto histórico e quais abordagens foram utilizadas para montar as imagens apresentadas nos museus, bem como as exclusões realizadas. Dessa maneira, o contexto em que estão inseridos os museus dessa pesquisa, contribui para a formatação de imagens que cultuam o passado do trabalho campeiro nas estâncias, valorizando características como valentia, rusticidade, bravura do homem que morou nas estâncias fronteiriças.

O território museológico analisado é favorável ao sentimento de pertença, uma vez que a população gaúcha se orgulha de seu passado e de sua identidade, mesmo esta que prioriza as atividades ligadas ao ambiente rural e rústico.

Deve-se, portanto aproveitar a identificação com esses traços culturais e transformar os museus em espaços de discussão e problematização das questões identitárias do Rio Grande do Sul. O sentimento de pertença já existe fortemente arraigado na população gaúcha, é preciso saber explorar esse sentimento para que se possam construir discursos mais heterogêneos acerca da identidade rio-grandense.

4. Capítulo IV – A Estância Velha do Jarau – Patrimônio e Propostas de Musealização

A memória é filha do presente. Mas, como seu objeto é a mudança, se lhe faltar o referencial do passado, o presente permanece incompreensível e o futuro escapa a qualquer projeto (Meneses, 1992, p.14).

Nesse capítulo é apresentada uma discussão sobre Patrimônio Cultural e Arqueológico, Arqueologia Pública e Educação Patrimonial, além da retomada de alguns conceitos já trabalhados nos demais capítulos da dissertação. Com isso, parte-se para a proposição de estratégias de comunicação do acervo da Estância Velha do Jarau, através dos procedimentos da Musealização da Arqueologia, objetivando relacionar a cultura material do sítio arqueológico com o acervo museológico da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

4.1 Patrimônio Cultural e Arqueológico – definições e especificidades

A temática do patrimônio cultural está em voga em trabalhos acadêmicos atualmente, em várias pesquisas, configurando um mosaico interessante, visto que diversas áreas do conhecimento o definem e aplicam em seus trabalhos com diferentes objetivos, porém com um eixo em comum: a valorização que visa à preservação do patrimônio cultural.

A ideia de patrimônio que vigorou até recentemente era representada quase exclusivamente pela sacralização da memória em "pedra e cal", expressão já bastante difundida e que mostra bem como a preservação se pautava nos tombamentos e restaurações que atingiam os monumentos arquitetônicos e/ou com valor histórico reconhecido oficialmente. Segundo Nogueira (2007, p. 258) a preservação "privilegiou

um repertório de bens cujas expressões culturais hegemônicas conformavam uma tradição europeia – luso-brasileira – geralmente identificada com o poder constituído".

Segundo Funari e Pelegrini, essa visão de patrimônio tem como conseqüência, a ideia que o patrimônio histórico é algo distante, alheio, velho, que não considera os indígenas, os africanos e nada do que se refere à vida cotidiana (2006, p.7).

Nesse sentido, atualmente podemos perceber outras noções de patrimônio, que se ampliam e se dissolvem de maneira mais plural pela sociedade, pois como afirma Fortuna, Pozzi e Cândido (2001):

> Contemporaneamente, a dilatação do conceito de patrimônio possibilitou a atribuição de valor a objetos antes excluídos da esfera da salvaguarda e também os relacionados a parcelas da sociedade com noções diferenciadas do que seja importante preservar e do *como* preservar (p. 9).

E nesse sentido Pelegrini (2008) também afirma que a preservação patrimonial alargou-se:

> (...) alcançando não somente monumentos suntuosos representativos do ponto de vista dos poderes hegemônicos, mas também construções mais simples e integradas ao dia-a-dia das populações e, mais recentemente, os bens culturais de natureza intangível (p. 161-162).

Ainda Pelegrini, porém em outro texto afirma que:

> (...) o conceito de patrimônio cultural é muito mais amplo e não se circunscreve aos bens materiais ou às produções humanas, ele abarca o meio ambiente e a natureza, e ainda se faz presente em inúmeras formas de manifestações culturais intangíveis (2006, p. 126).

Segundo Funari e Pelegrini o conceito de patrimônio cultural é uma ampliação da noção de patrimônio histórico, visto que

> (...) a perspectiva reducionista inicial, que reconhecia o patrimônio apenas no âmbito histórico, circunscrito a recortes cronológicos arbitrários e permeados

> por episódios militares e personagens emblemáticos, acabou sendo, aos poucos, suplantada por uma visão muito mais abrangente. A definição de patrimônio passou a ser pautada pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis (2006, p. 31-32).

Nesse sentido, a noção de patrimônio supera a preservação de somente prédios públicos ou religiosos muito antigos, e se abre para que construções menos prestigiadas fossem reconhecidas como patrimônio, "incluindo-se nesse rol produções contemporâneas e bens culturais de natureza intangível" (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p.32).

Dessa forma, por patrimônio entende-se o conjunto dos elementos históricos, arquitetônicos, ambientais, paleontológicos, arqueológicos, ecológicos, científicos e imateriais, para os quais se reconhecem valores que identificam e mantém a memória. Esses são referenciais do modo de vida e da identidade social, ou seja, um patrimônio pode ser definido como um conjunto de bens, uma reserva de valores. Os sentimentos que o patrimônio evoca são transcendentes, ao mesmo tempo em que sua materialidade povoa o cotidiano e referencia fortemente a vida das pessoas. Nesse sentido, Machado, Lopes e Gheno afirmam que "a concretude da Cultura Material abriga, num aparente paradoxo, uma pluralidade de interpretações capazes de referenciar vários momentos do cotidiano humano" (2009, p. 585).

No entanto, nem todos os vestígios do passado podem ser considerados patrimônio, pois patrimônio não é só, e tudo que é herdado do passado, mas sim o legado que é significativo, que representa um grupo, e o que se deseja legar ao futuro. "Trata-se de um conceito relativo, que varia com as pessoas e com os grupos que atribuem esse valor, permeável às flutuações da moda e aos critérios de gosto dominantes, matizado pelo figurino intelectual, cultural e psicológico de uma época" (SILVA, s/d, p.1).

Com essa citação de Silva percebem-se como as definições e conceitos de patrimônio sempre se alteram, sempre são e serão múltiplas, devido a essa relatividade do próprio conceito, que se altera conforme o contexto e as necessidades e interesses dos grupos sociais envolvidos. Porém, a mesma autora afirma que hoje existe um consenso a respeito desse conceito, considerando-o uma construção social, e como tal é um processo simbólico de legitimação social e cultural que confere a um grupo um sentimento coletivo de identidade.

Nessa mesma linha de pensamento Jorge (2002) afirma que:

> A produção de património não é um mero acto técnico, social ou político, é, por si própria, uma acto de criação cultural que envolve escolhas, gostos, programas, toda uma responsabilidade histórica, porque se trata, se quisermos, de voltar ao já criado e de o revitalizar, não como tal, como se fosse um fóssil, mas bem ao contrário, como uma obra reinvestida de energia e de capacidade estimulante (2002, p.1).

Assim também é possível afirmar que o patrimônio é um fenômeno do presente, apesar de ser referenciado em objetos, construções ou ações do passado, mas que permanecem na atualidade, povoando a vida cotidiana tanto de materialidade como de diversos significados. Segundo Jorge (2002) o patrimônio é invenção da Modernidade e é criação tão contemporânea como o teatro, o cinema ou outras.

Essa relação no presente, com o passado, é até certo ponto um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que a sociedade atual é dinâmica e passa por uma aceleração da velocidade da mudança social, tornando o passado algo cada vez mais distante e estranho, também busca na história os valores simbólicos de identificação, buscando recuperar o passado que parece estar se perdendo. Assim percebe-se "a necessidade da preservação como forma de promoção da cidadania em tempos de crises identitárias" (MACHADO, LOPES e GHENO, 2009, p. 576).

Segundo Bruno (1996, p.296) "a guarda, a valorização, a apropriação desenfreada dos objetos têm demonstrado a necessidade dos homens transporem a sua própria finitude e, portanto, expõe a vulnerabilidade humana frente ao desconhecido, ao passado e ao intangível". Nesse sentido Silva (s/d, p.2) afirma que:

> Através do património, o indivíduo sequestra um pedaço de passado, sob a forma de totens pessoais, em relação aos quais percebe uma vinculação directa. Como um artifício idealizado com finalidades de identificação no espaço e no tempo, como elemento de referencia, o património representa, para a sociedade actual, uma verdadeira necessidade. De tal forma que o património se converteu, nos últimos anos, num verdadeiro culto popular e também, numa etiqueta extraordinariamente extensiva a uma enorme quantidade de elementos e objectos, do individual ao coletivo, do material ao intangível, de um passado mais remoto a um passado mais recente.

Outra faceta interessante de análise desse desejo de guardar e de preservar o patrimônio é a vontade humana de ostentar poder, ou seja, os objetos e patrimônios podem ser "interpretados como fortes elementos de ostentação de poder, traição, roubos, entre tantos outros aspectos que sempre evidenciam a necessidade dos homens e das sociedades de demonstrarem a sua onipotência" (BRUNO, 1996, p. 296).

Outras definições de patrimônio também podem ser levadas em consideração para ampliar a conceituação e perceber como esse assunto é bastante amplo e pode gerar diversas interpretações, pois de acordo com Pelegrini (2006, p. 116):

> As noções de patrimônio cultural mantêm-se vinculadas às de lembrança e memória – uma categoria basal na esfera das ações patrimonialistas, uma vez que os bens culturais são preservados em função dos sentidos que despertam e dos vínculos que mantêm com as identidades culturais.

Nesse sentido, preservar algum tipo de patrimônio cultural é manter vivas as memórias, as histórias, as coisas que representam aspectos da identidade de cidades, famílias, grupos étnicos, etc. "Preservar é necessário para que tenhamos referências de quem somos, como chegamos, onde estamos e o que podemos fazer com nossos potenciais" (HAIGERT, 2005, p. 107). Assim,

> (...) preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivo, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamentos de construções, especialmente aquelas sabidamente condenadas ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária (LEMOS, 2000, p. 29).

Assim, percebe-se que preservar o patrimônio cultural é mais que simplesmente proteger algo da destruição ou do desaparecimento, é torná-lo significativo para uma comunidade, um local, um país ou qualquer outro tipo de grupo social. Um dos meios de ocorrer essa significação é através da memória, ou seja, "a memória de um povo é

seu referencial de conduta e identidade. Sem memória não há identidade, desaparece a cultura e destrói-se a consciência coletiva" (HAIGERT, 2005, p. 103).

A memória é um dos temas que geram grandes debates teóricos, mas pode-se afirmar que atualmente a grande maioria dos autores[7] concorda que a memória não pode ser vista simplesmente com um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados, de importância secundária para as ciências humanas, mas sim como construção de referências sobre o passado e o presente de diferentes grupos sociais, ancorados nas tradições e associados a mudanças culturais. Esse processo é muito importante para a preservação do patrimônio cultural, pois justamente é o que dá a base de sustentação para todo o discurso preservacionista que visa o acesso cada vez mais democrático aos bens culturais.

> A democracia, mais que o voto ou participação política, é dar direito e igualdade de condições a todos os grupos, sociedades, segmentos ou parcelas de se manifestarem e, por isso, terem direito a conhecer, através da manutenção da memória, seu passado, sua história e sua trajetória (HAIGERT 2005, p. 105).

Nesse sentido é que se deve preservar e respeitar tanto os grandes monumentos, como as produções de homens e mulheres até então esquecidas, os objetos e fazeres do cotidiano dos grupos humanos, o representativo de cada particularidade, o que identifica e mantém vivo um grupo, o que une e o que distingue uma sociedade de outra, entre outros elementos importantes da identidade cultural de cada coletividade.

> A preservação das coisas comuns depende do coletivo. A importância de um documento escrito, uma casa, uma música, um diário ou um livro raro é a mesma: toda manifestação cultural do presente e do passado permite a construção da nossa identidade (HAIGERT, 2005, p. 106).

Segundo Funari e Pelegrini "a definição de patrimônio passou a ser pautada pelas referências culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões

[7] Para esse assunto ver: Pierre Nora (1993), Maurice Halbwachs (1990), Jacques Le Goff (1994), entre outros autores.

testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis" (2006, p. 32). Porém, Barreto (2001) aponta para uma questão importante, afirmando que no meio acadêmico essa definição mais ampla de patrimônio é quase consensual, mas que nos âmbitos oficiais ainda prevalece outra visão de patrimônio, valorizando, quase que unicamente, os patrimônios monumentais, apesar de recentes e incipientes mudanças.

Para que a noção de diversidade patrimonial alcance o grande público é preciso que ele participe e se envolva nos projetos de valorização patrimoniais. Assim, como afirma Tamanini (1998, p. 189):

> A maneira mais cômoda e tranqüila que, normalmente, as políticas culturais utilizam para justificar a preservação da memória, da história e cultura, é apelarem para a criação de novos museus e centros de memórias. Assim, o discurso da preservação torna-se vazio, dissociado e distante da sociedade que é, novamente, sacralizado. Entendemos que não há planejamento sem a participação social. O de devemos preservar? Por quê? E, como devemos preservar? Traço comum nas políticas de preservação no Brasil é a atenção dispensada a determinados 'patrimônios', em conformidade com as políticas vigentes.

Dessa forma, percebe-se a dificuldade e o quanto é desafiador envolver a comunidade, para que esta se sinta integrada com o patrimônio e o perceba como sua herança e parte da memória coletiva do grupo onde vive, e, além disso, é dever de arqueólogos, museólogos, historiadores, arquitetos, entre outros garantirem a integridade dos patrimônios e criarem mecanismos que possibilitem a população ter acesso aos bens assegurados, pois como afirma Fortuna, Pozzi e Cândido (2001, p. 5) "é pertinente que todos os profissionais contemporâneos tenham em mente que o patrimônio cultural é não-renovável e que as gerações futuras têm o direito de conhecer esse patrimônio".

Assim, os estudos realizados na academia devem procurar atingir mais a população e os poderes públicos para que o patrimônio seja preservado em sua diversidade. Pois como afirma Funari e Pelegrini:

> Com o despertar para a importância da diversidade, já não fazia sentido valorizar apenas, e de forma isolada, o mais belo, o mais precioso ou o mais raro. Ao contrário, a noção de preservação passava a incorporar um conjunto de bens que se repetem, que são, em certo sentido, comuns, mas sem os

> quais não pode existir o excepcional. É nesse contexto que se desenvolve a noção de imaterialidade do patrimônio (2006, p. 25).

É nesse contexto que a metodologia da Educação Patrimonial juntamente com a musealização dos bens materiais torna-se muito importante para a aproximação da comunidade em geral e de grupos particulares com o patrimônio cultural que os rodeia.

Algumas propostas podem ser consideradas para que a comunidade de fato se envolva no reconhecimento e valorização do patrimônio cultural, porém é preciso que haja um espaço para que as atividades ocorram e não se dispersem, ou seja, não basta uma ação pontual, uma palestra ou uma atividade isolada, mas sim é preciso um programa e que isso possa ser perpetuado para as futuras gerações.

O Museu é o espaço privilegiado dessas ações e onde os bens materiais estarão sempre visíveis e acessíveis ao público e à comunidade, pois conforme afirma Tamanini:

> Na complexa relação museu e sociedade, o museu tem sido visto enquanto guardião dos objetos produzidos por diferentes povos, em distintos períodos históricos. É também a idéia de museu como banco de dados, com um dos suportes da memória, como instituição científica do museu como palco de ações educativas, do museu cenário-exposição (1998, p.196).

As ações educativas desenvolvidas dentro do museu podem ser conduzidas através da Educação Patrimonial, metodologia esta que foi pela primeira vez discutida no Brasil no I Seminário realizado em 1983, no Museu Imperial, inspirado na metodologia inglesa *Heritage Education*.

A Educação Patrimonial consiste em trabalhar o patrimônio cultural como fonte primária, para levar ao conhecimento, apropriação e valorização desse patrimônio. Dessa maneira são fortalecidos os sentimentos de identidade e cidadania (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999).

> Um dos objetivos a ser atingindo com o desenvolvimento de experiências com a Educação Patrimonial seria o de transmitir à criança e ao adulto a importância do museu como parte da vida comunitária, local onde se preserva a memória cultural e lugar onde se educa permanentemente pela fonte de

> imagens, idéias e testemunhos da capacidade criadora do homem em seu processo evolutivo, dado pelos museus (TAMANINI, 1998, p. 204).

Como podemos notar, a Educação Patrimonial foi inicialmente desenvolvida para programas didáticos em museus, sendo que mais recentemente vem sendo trabalhada em escolas e outros espaços, pois como afirma Horta, Grunberg e Monteiro:

> (...) a metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou um conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural ou um parque, ou uma área ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade de área rural, uma manifestação de caráter ritual ou folclórico, um processo de produção artesanal ou industrial, tecnologias ou saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente (1999, p. 6).

Nesse sentido, a Educação Patrimonial ampliou seu campo de atuação, mas muitas vezes é utilizada de forma errônea, ou seja, em muitos programas essa metodologia tornou-se a única forma de aproximação com o patrimônio, não tendo um espaço para a permanência do conhecimento gerado. A Educação Patrimonial não pode ser desenvolvida de forma isolada, mas sim contar com o espaço do museu, ou com instrumentos que garantam um processo permanente de trabalho educacional, como materiais didáticos e cursos de aperfeiçoamento para professores, exposições itinerantes e de curta duração, entre outros, para que a os bens materiais de fato se transformem em herança para uma comunidade.

Pois, como afirma Bastos (2007), o patrimônio precisa de um palco-depósito e um palco-vitrine para que sejam exibidos e preservados de forma sistemática e não só no momento em que atividades de Educação Patrimonial estejam sendo desenvolvidas.

Porém, deve-se deixar claro que a metodologia da Educação Patrimonial é muito importante e não tem problemas em si, mas pode ser insuficiente conforme o local que for desenvolvida. A Educação Patrimonial capacita para melhor usufruto dos bens patrimoniais, mas estes bens precisam estar disponíveis e acessíveis para serem usufruídos, pois como afirma Bruno (2005) “para uma efetiva democratização dos bens culturais é importante a acessibilidade dos lugares da memória”.

Nesse sentido, a Educação Patrimonial, aplicada corretamente, é um tipo de ação social que torna os bens culturais em fonte primária de um trabalho de ativação da memória social, recuperando conexões e tramas perdidas, provocando afetividades, promovendo a apropriação pelas comunidades de sua herança cultural, resgatando e reforçando a auto-estima e a capacidade de identificação dos valores culturais (HORTA, 2000). Nesse sentido:

> As referências teóricas sobre a Educação Patrimonial enfatizam a importância do conhecimento e apropriação do patrimônio como condições imprescindíveis para a estruturação do sentimento de identidade e cidadania. Ressaltam também a construção de projetos de preservação sustentável baseados no desejo das comunidades envolvidas, modificando a idéia corrente que cabe somente ao poder público a responsabilidade de preservar a memória coletiva plural (DAL BÓ e MACHADO, 2000, p. 269).

Nota-se com isso, a importância de instrumentalizar a comunidade onde o patrimônio está inserido, para que esta seja a própria agente da conservação e preservação dos bens e costumes locais, apropriando-se do patrimônio que a envolve, seja ele parte de seu passado, ou componentes de outros grupos, que antigamente ocuparam a região, valorizando, dessa forma, inclusive a alteridade.

A comunidade deve conhecer os conceitos trabalhados pela Educação Patrimonial, pois o desconhecimento leva inevitavelmente à negação da cultura local. "Isso é realidade, onde seguindo a capitalização da sociedade, o patrimônio cultural local passa despercebido e é substituído pelas imagens que se criam e são trazidas através dos meios de comunicação em massa" (SANTI, 2009, p. 264).

Segundo Santi "a não apropriação dos bens culturais pelas populações é um grande entrave para sua preservação, pois a comunidade é a verdadeira guardiã de seus bens" (2009, p.271). Nesse sentido, ainda pode-se afirmar que o patrimônio não deve ser somente assunto de especialistas ou depender de decisões políticas, pois depende também da vontade de uma comunidade guardar ou encontrar suas raízes.

Nesse sentido, "a Educação Patrimonial é um instrumento de 'alfabetização cultural' que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compressão do universo sócio-cultural da trajetória histórico-temporal em que está inserido" (HORTA apud BASTOS, 2006, p. 158).

> Este deve ser um trabalho constante, que exige um contato permanente com a instituição museal e o público, não só através do trabalho de campo realizado pelos especialistas, como também através de iniciativas diversas levadas a cabo pelo Museu e, que podem passar por exposições temporárias, criação de um bom serviço educativo, estabelecendo desta forma uma proximidade entre o Museu e a Escola ou pequenas palestras (SANTI, 2009, p. 266).

Assim, percebe-se que há muito por fazer, principalmente no que concerne ao envolvimento comunitário, mas podemos afirmar que muitos avanços também foram alcançados no campo patrimonial no Brasil, em sintonia com a coletividade e a partir de conhecimentos antropológicos, sociológicos, históricos, artísticos, arqueológicos orientados por especialistas. "A implantação de cursos de educação patrimonial, a organização de oficinas-escola e serviços em mutirão constituem ações de importância fundamental no processo de envolvimento da população." (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 55).

Da mesma maneira que os conceitos e definições referentes ao patrimônio cultural, de forma geral, são múltiplos, os conceitos que se referem, mais especificamente, ao patrimônio arqueológico também são diversos, mesmo que não estejam, de forma alguma, dissociados de todos os conceitos trabalhados anteriormente. O patrimônio cultural abarca uma infinidade de patrimônios, que muitas vezes receberam várias denominações para facilitar o entendimento teórico, sendo que, na prática esses patrimônios se confundem e são ao mesmo tempo patrimônios culturais, arqueológicos, históricos, paisagísticos, arquitetônicos, etc. Nesse sentido:

> Há que se admitir que embora a definição de patrimônio cultural busque contemplar as mais diversas formas de expressão dos bens da humanidade, tradicionalmente o referido conceito continua sendo apresentado de maneira fragmentada, associado às distintas áreas do conhecimento científico que o definem como patrimônio cultural, natural, paisagístico, arqueológico e assim por diante. Contudo, nos últimos anos do século XX e início do século XXI, já se depreende que essas áreas se inter-relacionam e que, independentemente das suas respectivas categorias, todo o patrimônio se configura e se engendra mediante suas relações com a cultura e o meio (PELEGRINI, 2006, p.117-118).

Assim, conceituar patrimônio arqueológico serve para caracterizar as especificidades desse tipo de patrimônio, porém percebendo a estreita ligação com a

noção de patrimônio genérica já discutida nesse trabalho. Distinguindo um do outro, Morais (2006, p.203) afirma que "se patrimônio cultural é a representação da memória, patrimônio arqueológico é a sua materialização".

Para Morais (2006) o patrimônio arqueológico pode ser entendido como algo potencialmente incorporável à memória local, regional ou nacional, sendo que:

> (...) o patrimônio arqueológico compõe parte da herança cultural legada pelas gerações do passado às gerações futuras. Na perspectiva da arqueologia da paisagem, o patrimônio arqueológico inclui alguns segmentos da natureza onde se percebe uma artificialização progressiva do meio, gerando paisagens notáveis, de relevante interesse arqueológico (MORAIS, 2006, p.203).

Para Bastos (2007, p. 295) "o patrimônio arqueológico se expressa nos sítios arqueológicos e nos objetos nele contidos, nos seus restos biológicos e até mesmo nos locais selecionados para sua instalação".

De acordo com Meneses (1984, p. 34) o patrimônio arqueológico

> ...é constituído por coisas físicas, restos materiais de atividade cultural e seu contexto. Estes vestígios mais tecnicamente, teriam que ser considerados com componentes da cultura material, isto é aquele segmento do universo físico que é socialmente apropriado pelo homem e que engloba tanto objetos, utensílios, estruturas, como a natureza transformada em paisagem e todos os elementos bióticos e abióticos que integram um assentamento humano. Os artefatos, segundo tal partido, teriam que ser compreendidos, em última instância, como produtos de relações sociais, de um lado, e, de outro como vetores dessas mesmas relações sociais.

A Carta de Icomos (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, ligado à Unesco) para a Proteção e Gestão do Patrimônio Arqueológico, da qual o Brasil é signatário, afirma que o patrimônio arqueológico é o registro básico das atividades humanas passadas e que deve ser amplamente reconhecido como fundamental para o conhecimento e compreensão sobre as origens e o desenvolvimento das sociedades humanas, visto que é necessário que a humanidade identifique suas raízes culturais e sociais (CALDARELLI, 2007, p. 154).

Essa mesma Carta aconselha que o patrimônio arqueológico deva, preferencialmente, ser preservado *in situ,* já que:

> (...) a localização dos bens arqueológicos não é fortuita, mas resultado de decisões sociais, econômicas e culturais pretéritas e, portanto, a retirada do bem imóvel ou de seus constituintes implica descaracterização do bem. Portanto, independentemente dos méritos da preservação dos objetos arqueológicos em outros espaços, mesmo museológicos, deve-se, sempre que possível, optar pela preservação do bem, em sua totalidade, *in situ*, ou de sua exposição, com as devidas providências para assegurar sua conservação, também *in situ* (CALDARELLI, 2007, p. 154).

Porém, sabe-se que isso nem sempre é possível, devido às obras de grande impacto ambiental e histórico-cultural que exigem projetos de salvamento arqueológico ou necessidades especificas de pesquisa, pois como afirma Meneses (2007, p. 40) "o patrimônio arqueológico, por sua natureza ambiental e circunstâncias dominantes, apenas vem à luz, em princípio, pela intermediação da pesquisa e, sobretudo, da pesquisa de campo", ou seja, muitas vezes sem a intervenção do arqueólogo (em escavações), grande parte do patrimônio ficaria escondida e desconhecida. Mas, ao mesmo tempo, "há casos em que a possibilidade [de preservação *in* situ] existe e nem sempre o arqueólogo que atua no Brasil a percebe ou luta por ela" (CALDARELLI, 2007, p. 155). Por isso, a recomendação da Carta de Icomos é importante, e serve como um alerta no que concerne à preservação e conservação do patrimônio arqueológico.

A pesquisa arqueológica é irreversível, ou seja, uma vez escavado um sítio arqueológico, o registro original não estará mais presente, tanto para a comunidade, como para outros pesquisadores, que precisam dos dados primários do arqueólogo responsável pela escavação para construir um novo conhecimento ou produzir uma nova interpretação.

Nesse sentido, Caldarelli (2007, p. 155) afirma que "quando escavamos um sítio arqueológico, destruindo-o fisicamente para incorporá-lo à memória nacional a partir da reconstrução histórica do arqueólogo, estamos privilegiando nossa concepção de passado em detrimento de outras". Dessa forma, quando uma escavação é empreendida é preciso que sejam feitos o máximo de registros e interpretações, já que os bens arqueológicos são recursos frágeis, únicos e não renováveis.

> Portanto, os pesquisadores devem sempre estar comprometidos com uma ética preservacionista, seja em relação aos seus trabalhos de campo ou a

> curadoria dos acervos e coleções materiais das instituições a que fazem parte, ou ainda a ações sociais de devolução do conhecimento junto à sociedade civil brasileira (FORTUNA; POZZI e CÂNDIDO, 2001, p. 5).

O trabalho arqueológico, que objetiva preservar o patrimônio cultural, deve ser socialmente responsável, uma vez que, "a preservação do passado não se faz apenas salvando e cuidando dos vestígios materiais de culturas pretéritas, mas também ensinando a importância de aprender sobre o passado" (LERNER apud CALDARELLI, 2007, p. 167).

Aprender sobre o passado é muito importante, já que o patrimônio arqueológico tem um poder de transmitir o sentido do que somos como seres humanos, e como chegamos a ser o que somos hoje, ou seja, tem o potencial de traçar a trajetória humana através dos vestígios deixados por todo o território nacional.

Mas, é preciso deixar claro que, mesmo com a recomendação de utilização de métodos não destrutivos pela Arqueologia, "há uma gigantesca parcela do patrimônio arqueológico fora de seus locais de origem, sob a guarda dos mais diversos modelos institucionais, mais particularmente, nos museus" (FORTUNA; POZZI e CÂNDIDO, 2001, p. 2).

Estando, boa parte do patrimônio arqueológico, nos museus, a disciplina Museologia é um elemento fundamental para a "construção de canais de aproximação das demais áreas do conhecimento com a sociedade presente, definindo-se por um caráter de comunicação" (FORTUNA; POZZI e CÂNDIDO, 2001, p. 8). Assim, Bastos (2007, p. 295) afirma que:

> O museu é a sede cerimonial do patrimônio, o lugar em que é guardada e celebrada a memória, onde se reproduz o regime semiótico como que os grupos hegemônicos o organizaram. Entrar em um museu não é simplesmente adentrar um edifício e olhar obras, mas também penetrar em um sistema ritualizado de ação social.

Nesse sentido, o papel da Museologia para a Arqueologia é muito importante, pois, decodifica o conhecimento produzido pelos arqueólogos para a comunidade civil leiga, que tem o direito de conhecer sobre o seu passado. A Museologia devolve o saber construído cientificamente em outras áreas e analisa o comportamento humano frente ao

seu patrimônio e estabelece procedimentos técnicos e científicos capazes de reverterem este patrimônio em herança e em elemento constitutivo das identidades (BRUNO, 1996). "Assim, é possível identificar que a Arqueologia tem servido, enquanto instrumental científico, para a construção de identidades, por meios de recursos museológicos" (BRUNO, 1996, p. 306). Apregoando em favor da Musealização da Arqueologia, Fortuna; Pozzi e Cândido (2001, p.10) afirmam que:

> Particularmente, consideramos que propostas ligadas à musealização da Arqueologia são oportunas por aliarem a devolução do conhecimento ao público leigo com a institucionalização de acervos que permitem garantias para sua salvaguarda e para sua contínua retomada em novas pesquisas científicas.

Percebe-se, com isso, a importância da Musealização da Arqueologia, como um viés de aproximação com o público de forma permanente, ou seja, o acesso constante aos bens patrimoniais permite uma maior apropriação do patrimônio por parte da comunidade, diferente das ações pontuais de Educação Patrimonial, por vezes empreendidas sem a preocupação da continuidade da ação (seja no museu ou através de recursos didáticos que permaneçam no local).

Porém, deve-se deixar claro que a metodologia da Educação Patrimonial "trata de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural Arqueológico como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo" (BASTOS, 2006, p. 158). Assim, a premissa da Educação Patrimonial parte da noção de permanência e sistematização, o que deixa claro a importância da continuidade dos trabalhos e do desenvolvimento da metodologia, e não somente trabalhos isolados no momento da escavação arqueológica ou por outras determinações legais.

Bastos (2006, p. 158) ainda define a Educação Patrimonial como um:

> (...) processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando para melhor usufruto destes bens patrimoniais e propiciando a geração e produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Assim, Educação Patrimonial, Musealização da Arqueologia, ou ainda outras formas de aproximação entre academia e comunidade, têm como interesse comum o envolvimento social da Arqueologia de forma sistemática, e podem ser consideradas formas de atuação dentro da linha da Arqueologia Pública. Essa linha arqueológica também abrange, conforme Fernandes (2007, p. 27):

> Estratégias específicas de comunicação, tais como: publicação de histórias populares, cartazes e *folders* de conscientização pública e criação de apresentações de multimídia incluindo a rápida proliferação através dos recursos de Internet e criação de *sites*.

A preocupação dos arqueólogos com a devolução social do conhecimento constitui parte da denominada Arqueologia Pública, uma vertente da Arqueologia ainda bastante discutida e controversa, mas que tem começado a fazer parte das discussões recentes, inclusive a respeito do que seria a Arqueologia Pública, já que, como afirma Merriman (2004, p. 2):

> *In the literature, most often 'public' archaeology means the archaeology regulated by the state, discharging a generalized public interest, and only occasionally does it mean the archaeology of 'the public', who pursue their own (different and competing) ways of understanding the past.*

Percebe-se com a citação acima como a Arqueologia Pública também é entendida em outros países, ou seja, muitas vezes, atribui-se a denominação pública, para programas de arqueologia governamentais, e não como, mais atualmente, e no Brasil, vem sendo tratada, isto é, como uma Arqueologia para e com o público e não da administração pública. Assim, em outros países, ou em outros momentos, a Arqueologia Pública foi definida como a Arqueologia que se utiliza do financiamento público, ou seja, seria a gestão pública do patrimônio arqueológico visando corresponder aos interesses da disciplina e da coletividade (FERNANDES, 2007, p. 15). Merriman (2004, p.12) aponta um exemplo do Estado gerenciando o patrimônio arqueológico de maneira direta:

> *(...) forward the idea of the state as a facilitator in helping communities to come to a sense of their own past, and notes that in the UK some steps are already being taken in this direction by English Heritage, the state agency responsible for archaeology.*

Porém, nesse trabalho, prioriza-se a concepção de Arqueologia Pública, defendida por Fernandes (2007, p. 2), como uma Arqueologia "capaz de estabelecer um diálogo com a sociedade atual afim de que ambas alcancem o patamar necessário para se beneficiarem da troca de conhecimentos", e não a noção de uma arqueologia empreendida pelo Estado, como se esse fosse capaz de representar toda a sociedade. Obviamente que trabalhos desenvolvidos pelo Estado também são importantes e fundamentais, mas podem ou não ser guiados pelas concepções e paradigmas da Arqueologia Pública. Assim, para este estudo compreende-se a Arqueologia Pública da seguinte maneira:

> (...) um campo de pesquisa, debate e aplicação da Arqueologia, destinado a dialogar com a sociedade sobre as questões públicas da disciplina (legislação, gestão, ética e educação), almejando garantir a proteção e preservação do patrimônio arqueológico, bem com, defender os interesses profissionais, científicos e públicos da Arqueologia (FERNANDES, 2007, p.31).

Assim, a Arqueologia Pública deve estimular o envolvimento da sociedade na reflexão sobre as concepções de identidade, de sua construção histórico-cultural, processo este que se dará pela inclusão e participação ativa da sociedade na construção do conhecimento arqueológico.

> Isto significa que a Arqueologia, assim como qualquer Ciência Humana e Social, possui um comprometimento com a formação de sujeitos históricos ou atores sociais conscientes de seu papel na sociedade em que vivem. Este compromisso questiona a parcialidade da ciência e demonstra a necessidade de envolvimento da Arqueologia com questões em pauta na sociedade atual (FERNANDES, 2007, p.3).

A necessidade de envolvimento com a sociedade fez com que a Arqueologia se aproximasse das outras ciências, como, por exemplo: a Educação, a Museologia e a Comunicação Social. Assim, a Arqueologia Pública apresenta diversos modelos preservacionistas, desde aqueles ligados "à musealização *in situ* e ao uso da Arqueologia Experimental – esta última com uma metodologia também aplicada à ação educativa – entre outros" (FORTUNA, POZZI e CÂNDIDO, 2001, p.10).

Aqui é preciso deixar claro que a sociedade é formada por um conjunto de indivíduos que podem ser reunidos em inúmeros segmentos específicos (faixa etária, classe social, grupo profissional, local de morada, etc.), e dessa maneira, a Arqueologia busca dialogar não com a sociedade como um todo, mas com os diferentes públicos, que fazem parte da diversidade e pluralidade da sociedade atual (FERNANDES, 2007, p.7).

Nesse sentido, Pyburn e Bezerra (2006) afirmam que "a Arqueologia Pública engloba um conjunto de ações e reflexões que objetiva a quem interessa o conhecimento produzido pela Arqueologia; de que forma nossas pesquisas afetam a sociedade; como estão sendo apresentadas ao público. É inerente ao exercício da profissão".

A Arqueologia Pública preconiza que não basta mais se preocupar somente com elucidar problemas de pesquisa; desenvolver modelos teóricos; construir uma interpretação do modo de vida de grupos humanos e suas relações com o meio ambiente natural, e reiterar a divulgação dos resultados entre seus pares, é preciso, além disso, prever medidas efetivas que busquem a socialização do conhecimento científico junto às comunidades leigas do presente e a despertar nas mesmas uma conscientização para a necessidade da preservação ambiental (FORTUNA; POZZI e CÂNDIDO, 2001, p. 21).

Ainda nesse sentido Fortuna; Pozzi e Cândido (2001, p. 3) afirmam que:

> É preciso esclarecer aqui que não entendemos preservação somente por coleta, identificação e guarda de acervos, mas por sua necessária devolução social, o que na Arqueologia é chamado de Arqueologia Pública e que poderíamos considerar, sob o ponto de vista da Museologia, o equilíbrio necessário entre salvaguarda e comunicação patrimoniais.

Para isso, entende-se que a metodologia de uma Arqueologia Pública requer não apenas pesquisas que tragam conhecimentos sobre os passados deste público, mas principalmente, a construção de estratégias educacionais que possibilitem o acesso do público a estes conhecimentos. E com isso:

> *(...) public archaeology opens up a space in which to discuss not just archaeological products (such as ecucational programmes, museum displays and site tours) but the processes by which meaning is created from archaeological materials in the public realm (MERRIMAN, 2004, p.5).*

Ainda nessa linha, Bahn e Renfrew (1998, p. 505) afirmam que apesar do "objetivo imediato da maioria das pesquisas seja dar respostas a perguntas científicas, o propósito fundamental da Arqueologia deve ser o de proporcionar às pessoas em geral uma melhor compreensão sobre o passado humano". Ou seja, é uma tentativa de desfazer a barreira epistemológica entre a academia e o público em geral.

Bastos (2007) afirma que um dos entraves para o desenvolvimento de políticas de preservação é a natureza elitista e antidemocrática da produção do conhecimento arqueológico, sendo que a Arqueologia Pública, busca mudar essa situação, proporcionando debates importantes sobre o papel social do arqueólogo e da Arqueologia. Ainda Bastos (2007, p. 37) afirma que "o patrimônio cultural arqueológico só terá cumprido sua função social, quando efetivamente estiver sido compreendido como bens de alcance social, de uso e usufruto comum do povo brasileiro".

A Arqueologia Histórica seria privilegiada nesse aspecto, devido à maior relação que os vestígios históricos teriam com o presente. Porém, é justamente nesse ponto que há uma insuficiência, que tem origem na própria história da Arqueologia, que ainda hoje pensa uma Arqueologia brasileira com domínio exclusivo da abordagem pré-histórica ou pré-colonial, deixando de lado, o contexto da colonização, da urbanização, da industrialização e outros componentes da história recente do país, que também é estudada pela Arqueologia. Nesse sentido, Bruno (2005, p. 238) afirma que:

> Se em relação à arqueologia pré-colonial há um desconhecimento no que tange a sua potencialidade interpretativa, há um certo desprezo no que diz respeito às pesquisas que evidenciam vestígios relativos aos períodos posteriores à conquista portuguesa.

Assim, acaba acontecendo um distanciamento da pesquisa arqueológica pré-histórica, devido à ideia de que não é possível fazer com que a população atual se aproprie desse tipo de patrimônio arqueológico. Ao mesmo tempo, ocorre uma desvalorização da pesquisa arqueológica histórica, por parte da comunidade científica, a qual seria um meio mais fácil de fazer com que a comunidade se identificasse com o patrimônio arqueológico, devido à proximidade temporal e relação espacial com muitos desses patrimônios.

Porém, isso vem se alterando aos poucos, tanto com trabalhos importantes de Arqueologia Histórica que começam a ser valorizados, e também com algumas iniciativas no que concerne à apropriação do patrimônio arqueológico pré-histórico através dos conceitos de alteridade, ou mesmo de pertença a um território comum. No que tange a Arqueologia Histórica, Bruno (1996, p.307) afirma que:

> Entretanto, as últimas décadas têm acompanhado a contribuição da Arqueologia, no que diz respeito à evidenciação dos vestígios de períodos mais próximos. Não é raro encontrar a musealização de estruturas construídas, vinculadas aos processos de industrialização. Compondo, desta forma, um novo quadro de referências patrimoniais.

Diante dessas considerações a respeito do patrimônio arqueológico e quais maneiras de aproximar a comunidade do mesmo, Meneses (2007, p.51) aponta uma alternativa, afirmado que:

> Acredito que um dos fios condutores para orientar com segurança o papel da educação nas políticas públicas em arqueologia é propô-la, de preferência, como parte da educação ambiental, desfazendo a nefasta dicotomia de natureza/cultura ou, pior ainda, patrimônio natural/patrimônio cultural.

Assim, pode-se perceber a importância de se discutir os conceitos de patrimônio, e as especificidades do patrimônio arqueológico, para que se articule e proponham-se alternativas para a preservação e divulgação do patrimônio de forma ampla e participativa, contribuindo para a construção de identidades locais mais plurais, onde se valorize a diversidade e a diferença cultural.

4.1.1 Arqueologia e Patrimônio da Estância Velha do Jarau – Quaraí/RS

A partir das discussões apresentadas acima, buscando relacionar Arqueologia, Patrimônio e Museologia, faz-se necessário demonstrar como o acervo arqueológico da Estância Velha do Jarau pode ser considerado um patrimônio local de Quaraí e mais amplamente, um patrimônio relativo às estâncias fronteiriças do século XIX, buscando interligações com os acervos museológicos das instituições visitadas no âmbito dessa pesquisa.

Assim nesse item busca-se a relação entre o acervo arqueológico da Estância Velha do Jarau e os acervos dos museus, para mostrar quais memórias, relativas às estâncias fronteiriças, se preservaram e como estas podem ser ampliadas e melhor divulgadas. A pesquisa arqueológica e museológica trazem à tona elementos fundamentais para a compreensão da Estância Velha do Jarau como um Patrimônio Arqueológico e Cultural do município de Quaraí e região. Valorizar esse patrimônio é condição para que a região seja percebida como um território patrimonial potencial para atividades educativas, culturais, turísticas e até de projeção econômica gerando desenvolvimento.

Nesse sentido, os acervos dos museus, o acervo e pesquisa arqueológica da Estância Velha do Jarau, juntamente com as pesquisas de outros sítios arqueológicos do município de Quaraí (Sítio do Areal, Saladeiro São Carlos e Novo Quaraí, Estância Santa Clara, entre outros) podem ser um propulsor de projetos e propostas que valorizem o patrimônio local/regional[8].

A pesquisa arqueológica na Estância Velha do Jarau é importante, pois ao mesmo tempo em que deseja valorizar o passado estancieiro e fronteiriço do Rio Grande do Sul, também quer mostrar como há outras formas de interpretação, onde a idealização sem conhecimento histórico dá lugar a interpretações múltiplas que valorizam os diversos atores sociais que participaram da construção histórica desse período. Segundo Meneses (1984, p. 34) a superação da idealização do passado e mesmo da ambigüidade que marca o conceito de identidade

[8] Os estudos relativos a esses sítios arqueológicos do município de Quaraí foram sintetizados na dissertação de Toledo (2010), em que se buscou compilar os resultados obtidos através das pesquisas realizadas nesses sítios por diversos pesquisadores, sendo eles: Lemes (2008); Marion (2008); Nascimento (2002); Santi (2004); Thomasi (2008); Toledo (2008); Volkmer (2003; 2007); Gomes (2001).

> ...pode dar-se no aprofundamento da consciência histórica. Ter consciência histórica não é informar-se das coisas outrora acontecidas, mas perceber o universo social como algo submetido a um processo ininterrupto e direcionado de formação e reorganização.

Assim, a pesquisa na Estância Velha do Jarau é um instrumento fundamental para ampliar a consciência histórica relativa a esse espaço e tempo, bastante cultuado como um modelo fixo de passado e memória.

As investigações históricas e arqueológicas permitem entender a vida cotidiana dos habitantes da fronteira e também identificar o patrimônio imaterial desse ambiente, como por exemplo, a lenda da Salamanca do Jarau que é um patrimônio relacionado a esse local, uma vez que até hoje é contada e referenciada no cerro do Jarau. Assim, Thomasi (2008) denominou o cerro como sendo um espaço-memória, ou seja, é um local importante para a identificação de um patrimônio da região.

Outros espaços de memória da região são os museus, porém não são utilizados para a identificação e valorização da Estância Velha do Jarau, como um patrimônio local/regional. São espaços que valorizam as estâncias do Rio Grande do Sul, mas não de forma específica sobre essa estância, que já foi alvo de várias intervenções arqueológicas e possui publicações acadêmicas que versam sobre sua organização de forma ampla, contribuindo para o entendimento do cotidiano, perpassando por assuntos como alimentação, consumo, localização, formas de morar e de proteção, produção econômica, trabalho, entre outros.

> Os testemunhos de diversa natureza sobre "tempos passados" devem ser considerados como suporte de informação sobre a mudança, seus processos, seu alcance. Por isso devemos não só considerá-los enquanto produtos, mas investigar também os contextos de produção e consumo (MENESES, 1984, p. 34).

Assim, percebem-se como os estudos relativos à Estância Velha do Jarau são importantes para o gerenciamento do acervo resgatado através da pesquisa arqueológica, mas que não basta apenas recuperar objetos do passado, é preciso inseri-los no contexto histórico e atual, para que a memória relativa às estâncias fronteiriças do século XIX não sejam exiladas ou imobilizadas no passado, mas que seja uma força

ativa do presente, contribuindo para a construção de uma identidade onde o sujeito é capaz de interrogá-la criticamente.

> Se as instituições estão em repouso, se nada se abala ou subleva, se não há descontentamento ou revolta, deixemos tudo como está. Entretanto, no tocante à definição de identidades culturais, sobretudo quando elas se reportam à Arqueologia e ao patrimônio cultural, nada está quieto, mas em ebulição (FERREIRA, 2008, p. 82).

Conforme Ferreira (2008) quando o assunto é patrimônio cultural e arqueológico e este pode mexer com as definições de identidade é sempre uma questão de conflito e tensões, pois, muitas vezes, deseja-se apresentar novas perspectivas de passado, que já estão consolidadas e em repouso, porém "é preciso efetivamente confrontar o passado e interferir criticamente, junto com as comunidades, nos processos de constituição de identidades culturais que a Arqueologia inevitavelmente promove" (FERREIRA, 2008, p.84).

Assim, compreende-se a importância da pesquisa arqueológica e que esta seja problematizadora de questões identitárias e de memória, porém diagnosticou-se que o acervo arqueológico não está comunicado nos museus da região, locais que poderiam apresentar as discussões suscitadas pela pesquisa. São poucos objetos arqueológicos expostos nas instituições visitadas, e praticamente nenhum objeto arqueológico histórico é claramente identificado. As pesquisas arqueológicas realizadas na região não utilizam os museus como depositários de seus acervos e os institutos de pesquisa arqueológica não estabelecem parcerias para exposições temporárias, de curta ou média duração.

O acervo da Estância Velha do Jarau que está no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA-UFSM) praticamente só foi comunicado para a comunidade científica e acadêmica, não sendo divulgado de forma mais ampla para a comunidade geral e local, sob formas de exposições, atividades educativo-culturais, ou mesmo em museus da região.

Algumas atividades já foram desenvolvidas no sentido de tentar aproximar a comunidade do patrimônio arqueológico dessa estância, porém foram ações pontuais, que não tiveram continuidade, apesar das pesquisas divulgarem novos resultados

importantes, tanto para o meio acadêmico, como para a comunidade que vive no entorno da estância.

Soares (2005) elucida que a atividade de Educação Patrimonial desenvolvida em Quaraí, ocorreu no sítio Estância Velha do Jarau em 2003, quando a atividade de campo foi denominada Sítio Escola Interinstitucional. “Nesse sítio escola, os pesquisadores do LEPA receberam visitantes da comunidade quaraiense interessados em conhecer o patrimônio cultural local” (SOARES, 2005, p.13). Esses visitantes eram formados por professores e alunos de duas escolas da cidade, que entraram em contato com o trabalho do arqueólogo e com as ruínas da estância. “A comunidade escolar foi recebida com uma breve contextualização histórica e arqueológica da Estância Velha do Jarau e foram convidados a conhecer as estruturas remanescentes do complexo central da Estância” (SOARES, 2005, p.15).

No ano de 2004, foi realizada uma exposição no Centro Cultural Dr. Pedro Marinho, em Quaraí, com materiais recolhidos em atividades de campo no sítio arqueológico Estância Velha do Jarau.

Pode-se perceber que pouco foi feito em relação à comunicação do patrimônio arqueológico que vem sendo estudado sistematicamente, mas continua sendo apresentado somente para os pares da academia, com sua linguagem específica. Portanto, um desafio é que se estabeleça um diálogo entre o ambiente universitário e comunitário, utilizando o patrimônio cultural e a arqueologia como instrumentos facilitadores dessa interação (SOARES, 2005, p. 20).

Percebe-se que desde o final das atividades arqueológicas de campo no sítio Estância Velha do Jarau há o diagnóstico da necessidade de maior e mais efetiva comunicação do acervo arqueológico gerado através dos anos de pesquisa nesse local.

Essa dissertação suscitou ainda outras questões relativas aos acervos, pois buscou identificar como os museus da região tratam do assunto estancieiro e como objetos relativos às estâncias, são expostos nas instituições museológicas.

Identificaram-se quatro museus com temática estancieira definida, entre os dezenove visitados durante a pesquisa. Ainda foi identificado que dez instituições, apesar de não ter temática estancieira, tinham objetos relativos às estâncias em seu acervo. O número de museus que contem objetos estancieiros é significativo, porém a forma como esses objetos são expostos não priorizam e não valorizam as multiplicidades de uma estância, como foi apontado através das pesquisas arqueológicas desenvolvidas com os materiais encontrados na Estância Velha do Jarau.

Os museus não expõem acervos arqueológicos relativos às estâncias, sendo que os poucos objetos arqueológicos que aparecem em alguns museus são de períodos relativos à história indígena, ou seja, a Arqueologia Histórica não encontra terreno nos museus analisados nessa pesquisa.

Fragmentos de louças, vidros, metais, vestígios faunísticos, restos de materiais construtivos, ou seja, o acervo arqueológico da Estância Velha do Jarau, que possivelmente é semelhante ao de outras estâncias da região, não é exposto nos museus.

Algumas louças (conjuntos completos ou recipientes inteiros) e metais (panelas, ferros de passar roupa, chaleiras e outros objetos) foram encontrados em algumas exposições dos museus, porém sem identificação de que seriam objetos das estâncias e nem os contextualizando de forma a relacionar ao ambiente estancieiro.

Os objetos que são identificados com sendo das estâncias nos museus são os relativos ao tratamento com o gado bovino e cavalar (esporas, arreios, apetrechos de montaria, marcas de gado, entre outros) e objetos como armas, espadas e outros instrumentos bélicos.

Assim, percebe-se que as estâncias são representadas nos museus como espaços de criação de gado e de utilização de cavalos como meio de transporte e trabalho, e como ambientes violentos ou onde era necessário armar-se para proteger-se, ou seja, referenciando o período de conflitos territoriais.

Nota-se que os demais aspectos das estâncias, como ambiente doméstico, de moradia, familiar, onde ocorrem relações sociais de integração e convívio não são comunicados nos museus, sendo que a pesquisa arqueológica poderia estar contribuindo para que as instituições museológicas fossem espaços mais múltiplos e representativos de variadas facetas do espaço fronteiriço e estancieiro, além de locais de preservação e valorização do patrimônio arqueológico.

De acordo com Ferreira (2008, p. 86) “a preservação do patrimônio cultural, ao contrário do que comumente se pensa, não é apenas para o futuro, mas, sobretudo, para o presente, para o aqui e agora, pois ele ocupa lugar central nos processos de socialização e conflitos sociais”.

Nesse sentido, aproximações e distanciamentos entre a pesquisa arqueológica e os museus são identificadas nesse estudo, demonstrando na maioria das vezes, como afirma Bastos (2006), “a ausência constante de preocupações com a extroversão do conhecimento produzido ligado à musealização do patrimônio arqueológico”. Mas por

outro lado, há potencialidades e necessidade de aproximações entre pesquisa arqueológica e prática museológica.

Através da pesquisa do acervo arqueológico da Estância Velha do Jarau e o diagnóstico dos acervos dos museus da região pode-se perceber distanciamentos e potencialidades em ambos.

O distanciamento ocorre porque os museus não comunicam os acervos que possuem referentes às estâncias fronteiriças de forma múltipla, sendo que as várias atividades e funções que as estâncias do século XIX tiveram ficam escondidas atrás da função pecuarista e de proteção, estas já bastante valorizadas inclusive na construção do imaginário gauchesco.

O distanciamento ocorre também porque a pesquisa arqueológica não se preocupa com o processo de musealização da arqueologia, ou seja, os procedimentos relativos à salvaguarda e principalmente a comunicação são relegados a um segundo plano, se não totalmente esquecidos. Isso faz com que o conhecimento produzido pela Arqueologia não seja aproveitado pela Museologia, disciplina esta que é capaz de traduzir a produção acadêmica e científica para a comunidade em geral.

Mesmo com o distanciamento que há entre o gerenciamento dos acervos pesquisados, é possível perceber muitas potencialidades. O sítio arqueológico e os museus estão inseridos em um ambiente historicamente valorizado e cultuado como sendo o local de origem do gaúcho. Assim é possível utilizar essa identificação já existente para que as noções de pertencimento e patrimônio se ampliem e possam se tornar um instrumento de valorização de um passado esquecido (a vida cotidiana, doméstica e banal das estâncias), fazendo com que o papel feminino e dos trabalhadores da estância (tanto peões como escravos) seja apresentado no ambiente museológico, através da divulgação ampla dos resultados das pesquisas arqueológicas que vem sendo desenvolvidas e novos discursos expositivos.

Essa potencialidade só será utilizada quando Museologia e Arqueologia trabalharem de forma conjunta para que os procedimentos relativos à cadeia operatória da Musealização da Arqueologia sejam aplicados em ambas as áreas do conhecimento.

4.2 Musealização da Arqueologia – propostas e desafios

> *Por que devemos tentar atingir o público? Porque não nos contentamos em ser um grupo minoritário e atrair uma pequena elite, que apreciará totalmente nossos métodos e nossas sutis abordagens em relação ao passado? Precisamos realmente de um público informado; não podemos nos dar o luxo de ficarmos isolados. A arqueologia necessita da compreensão e da colaboração do fazendeiro, do garimpeiro e do mateiro. Um público interessado e informado não destruirá seu próprio passado (nossa matéria-prima). (RAHTZ,1989, p. 165).*

Depois da apresentação, análise e discussão do patrimônio arqueológico e museológico da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul são apresentadas propostas e estratégias de comunicação para o acervo arqueológico da Estância Velha do Jarau, além de indicar possibilidades de melhoria da atuação dos museus na região.

Um trabalho propositivo sempre é um desafio, já que nem sempre as propostas podem ser postas em prática no âmbito da pesquisa de mestrado, porém a iniciativa de propor já é um avanço metodológico no que concerne à Arqueologia e à Museologia através de seus limites e reciprocidades.

As pesquisas já desenvolvidas podem ser consideradas o ponto de partida na gestão do patrimônio arqueológico, já que é a pesquisa que torna o patrimônio atual e presente na sociedade contemporânea. Segundo Meneses "a arqueologia fornecerá sempre, material para tornar inteligível o fenômeno de transformação das sociedades – e isto seria um caminho fértil para ser explorado na educação" (2007, p.49).

Assim, depois de realizadas pesquisas sistemáticas no sítio arqueológico Estância Velha do Jarau é fundamental que os resultados obtidos nesses trabalhos sejam aproveitados para a formulação de propostas de musealização.

Um projeto em andamento no Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGPPC – UFSM) de Priscila Silva Linassi, com orientação do Professor Saul Eduardo Seiguer Milder, propõe a organização de uma exposição museológica temporária do acervo da Estância Velha do Jarau no Museu Educativo Gama d'Eça/UFSM, que se localiza em Santa Maria/RS, região central do estado do Rio Grande do Sul, sendo que o objetivo geral do projeto é

> Desenvolver uma exposição museológica que comunique de forma significativa para crianças do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, a partir dos bens arqueológicos coletados no sítio arqueológico RS - Q - 17 Estância Velha do Jarau, no Museu Educativo Gama d'Eça/UFSM, a fim de promover a apreensão e identificação do patrimônio pela comunidade. (LINASSI, 2011, p. 4).

Nota-se que mais algumas ações estão sendo desenvolvidas pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológica –LEPA-UFSM no sentindo de comunicar esse acervo, até então guardado no referido laboratório, desde 1997 quando iniciaram-se as escavações no sítio arqueológico.

Mesmo com essa proposta, percebe-se que não há uma articulação entre os museus da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, onde se localiza o sítio arqueológico, e o acervo proveniente da pesquisa empreendida na Estância Velha do Jarau.

Com certeza, a iniciativa de propor uma exposição é uma alternativa para a musealização do acervo arqueológico, mas não deve ser a única proposta, visto que os museus analisados nessa dissertação se integram à temática estancieira.

Assim, é importante que se apresente propostas de Musealização da Arqueologia e também de gerenciamento dos acervos museológicos analisados para que estes possam comunicar de forma mais dinâmica e diversificada o patrimônio relativo às estâncias.

"Sem pretender aprofundar demasiado, podemos dizer que é através da musealização de objetos, cenários e paisagens que constituam sinais, imagens e símbolos, que o Museu permite ao Homem a leitura do Mundo" (GUARNIERI, 1990, p. 8).

Há diversas maneiras possíveis de musealizar o acervo arqueológico da Estância Velha do Jarau, para que este seja comunicado de forma satisfatória e que permita reflexões e discussões acerca das estâncias gaúchas do século XIX e como isso influência a memória da população do estado do Rio Grande do Sul.

Promover exposições itinerantes é uma forma de divulgar o acervo arqueológico em variados museus e locais de memória. O depositário do acervo, no caso, o Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - LEPA/UFSM poderia elaborar uma

exposição e divulgá-la entre os museus da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, estabelecendo parcerias com essas instituições.

Como a temática é relacionada diretamente à identidade gaúcha poder-se-ia também propor atividades educativas em momentos comemorativos do estado do Rio Grande do Sul, como a Semana Farroupilha, numa tentativa de apresentar outras interpretações sobre o ambiente estancieiro, não desconstruindo a memória já bastante consolidada a respeito do passado sul-rio-grandense, mas permitindo que a comunidade tenha contato com a pesquisa histórica e arqueológica e possa analisar criticamente as construções sobre o passado e quais as perspectivas que o acervo arqueológico de uma estância pode estar divulgando.

A Arqueologia não deve propor a promulgação de identidades homogêneas, mas oferecer a comunidade a "oportunidade para experimentar e discutir a especificidade histórica e antropológica de suas identidades culturais e as relações que elas entabulam com patrimônio local" (FERREIRA, 2008, p. 88).

Para que isso tenha continuidade, e não se transforme novamente em apenas atividades pontuais, uma alternativa seria implementar esses projetos através do Sistema Estadual de Museus, que pode intermediar os contatos entre depositário do acervo arqueológico e os museus interessados em receber exposições temporárias em seu espaço expositivo.

Através da análise realizada nos museus, as quatro instituições que possuem temática estancieira (Museu Ergológico da Estância, Museu do Gaúcho, Museu Vasco Alves e Museu Crioulo) poderiam compor um circuito de museus na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, as quais poderiam receber a exposição da Estância Velha do Jarau em diversos momentos conforme a programação dos museus.

Outra instituição museológica visitada que não possui temática estancieira, mas que poderia receber a exposição itinerante da Estância Velha do Jarau é o Museu Militar do 5 Regimento de Cavalaria Mecanizado do município de Quaraí, devido ao fato de ser o único museu da cidade, na qual está localizado o sítio arqueológico que gerou o acervo para a exposição.

A partir dessa constatação é possível que se estabeleça outra proposta para a musealização do acervo da Estância Velha do Jarau, ou seja, o município em que o sítio arqueológico está localizado não possui instituição museológica, a não ser a que pertence ao Exército Brasileiro. Assim, seria interessante a organização de um museu na

cidade, que poderia até vir a ser um museu de Arqueologia, em virtude do número de sítios e pesquisas arqueológicas já realizadas nesse município.

Além da Estância Velha do Jarau, já foram pesquisados o Sítio do Areal (sítio lítico e cerâmico), Sítio Saladeiros São Carlos e Novo Quaraí (unidade produtivas de charque), e mais recentemente vem sendo pesquisado o Sítio Estância Santa Clara (sítio histórico)[9]. Percebe-se assim a potencialidade de o município ter um museu que agregue os variados acervos arqueológicos, desde o passado pré-histórico, até os períodos históricos da região.

As pesquisas no sítio arqueológico do Areal apresentam as características fundamentais dos caçadores-coletores da região. Tanto o trabalho de Lemes (2008), como o de Marion (2008) apontam a importante relação do homem pretérito com o meio em que estava vivendo. Com isso, pode-se considerar o território como um fator de relação desses caçadores-coletores e os habitantes que hoje vivem nesse mesmo território, com outras tecnologias e formas de adaptação ao meio ambiente.

A difícil identificação com o passado pré-histórico pode ser diminuída com esse tipo de abordagem, ou seja, quando se busca uma ligação através do território facilita o entendimento de que o local em que se vive na atualidade já foi habitado por povos diferentes, com cultura e modos de vida diversos. É nesse sentido, que se busca uma aproximação com a comunidade atual, através dos conceitos de alteridade e valorização da cultura indígena. E essa valorização e reconhecimento só se tornam possíveis através da pesquisa, ou seja, sem conhecimento a respeito das populações pretéritas que habitaram o local é impossível apresentar de forma consistente o passado pré-histórico do local.

O sítio do Areal é um exemplo de estudo que aponta as especificidades do grupo caçador-coletor, sendo que Lemes (2008) e Marion (2008) mostram como se adaptaram ao meio, como fizeram seus instrumentos em pedra, como organizaram o espaço onde habitaram, de que lugares tiravam os recursos para sua subsistência e também afirmam a existência de gravuras rupestres e cerâmica, ampliando, dessa forma, o conhecimento sobre os índios da atual fronteira Brasil/Uruguai.

Os outros sítios arqueológicos já se referem a períodos mais recentes da história, referenciados pela localização fronteiriça, ou seja, são de um período de instabilidades

[9] Todas as pesquisas foram coordenadas pelo Professor Saul Eduardo Seiguer Milder, e os trabalho de monografia,dissertação e teses que foram frutos dessas pesquisas também foram orientadas pelo referido professor, que é o responsável pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA-UFSM).

na região, onde estão se estruturando e delimitando os limites territoriais ou mesmo de uma época em que brasileiros e uruguaios atuavam em ambos os territórios.

Nesse contexto as pesquisas relativas aos Saladeiros São Carlos e Novo Quaraí (VOLKMER; MILDER, 2003), apontam para uma pré-existente identificação com os locais, uma vez que a memória desse passado ainda está bastante viva nos antigos moradores do bairro Saladeiro do município de Quaraí. Isso foi identificado através das entrevistas realizadas com os moradores, que reconheceram que desejam ver as ruínas do saladeiro novamente funcionando, mesmo que com outras finalidades.

Esse sentimento é muito importante para a valorização e preservação do patrimônio arqueológico histórico do município. E para que isso seja perpetuado é importante mais pesquisas e divulgação sobre o conhecimento produzido referente a esses saladeiros, uma vez que Volkmer e Milder (2003) apontam a importância de valorizar Quaraí como um local produtor de charque, de maneira industrial, no período posterior ao auge da produção pelotense. Com isso, Quaraí seria reconhecida de forma geral, como uma cidade produtora de charque, como é reconhecida Pelotas/RS, e não somente os pesquisadores, historiadores e arqueólogos ou alguns moradores antigos do município saberiam sobre esse passado da cidade.

Esse é um dos fatores que podem contribuir para a identificação do patrimônio local, uma vez que quanto mais conhecimento e divulgação, mais facilitada fica a preservação destes e consequentemente há mais reconhecimento e valorização do passado local.

As duas estâncias pesquisadas em Quaraí, a Estância Velha do Jarau (apresentada nessa dissertação) e a Estância Santa Clara (PES; MILDER, 2011) demonstram como estas são fundamentais para entender a história do Rio Grande do Sul e também do Brasil, visto que elas foram fundamentais para a consolidação dos limites territoriais do Estado brasileiro frente ao uruguaio.

Além de um fator fundamental da história, as estâncias, também podem ser consideradas um referencial da cultura do Rio Grande do Sul, uma vez que é entendida como o local do "verdadeiro gaúcho", ou seja, há uma romantização e idealização desse espaço como sendo o ambiente em que se desenvolveram as características fundamentais do povo gaúcho, sejam elas a valentia, o trato com o gado, a vida no campo, etc. Essa ideia de identidade gaúcha para todo sul-rio-grandense pode ser mais bem compreendida se as pesquisas realizadas forem divulgadas, mostrando a heterogeneidade da cultura do estado do Rio Grande do Sul, e mesmo a história plural

das estâncias, onde habitavam os estancieiros, mas também os peões, escravos, mulheres, agregados, caseiros, etc., ou seja, era um ambiente muito diversificado e múltiplo que merece ser mais bem compreendido pelos que cultuam as tradições do campo e da vida estancieira.

Não há como negar que existe uma forte identificação com o passado das estâncias, das guerras empreendidas para a formação dos estados-nacionais, e com a vida campeira, porém é preciso perceber que há um movimento contrário a essa exaltação somente do tipo gaúcho, buscando resgatar a diversidade e multiculturalidade do estado.

Assim, pode-se considerar o município de Quaraí, como um território patrimonial, já que se relacionou à identificação dos patrimônios ao território, desde a ocupação dos caçadores-coletores até a delimitação do território atual brasileiro. Dessa forma, entende-se a caracterização desse espaço como uma tentativa de reunir todos os aspectos necessários à compreensão do lugar. "Ao compreendermos os lugares onde as pessoas viveram, começamos a compreender a estreita ligação entre as pessoas e o seu património, entre as ideias e os objectos, entre os valores intangíveis e tangíveis" (ALÇADA, 2007, p.25).

Nessa mesma linha, Guarnieri (1990, p.10) afirma que:

> Portanto, não podemos segregar o ambiente físico natural do ambiente físico transformado pelo homem: ambos são diferentes gradações do trabalho e da ação humana; o ambiente físico natural internalizado na consciência do homem, percebido, valorizado, é um patrimônio e uma herança a ser transmitida; o ambiente físico transformando, reordenado pelo homem, pelos assentamentos humanos é um patrimônio e uma herança; ambas são dimensões diferentes da Cultura do Homem.

Assim, pode-se afirmar que o território do município de Quaraí é múltiplo e representativo de diferentes momentos históricos que se interconectam e se relacionam quando se articula uma ideia de patrimônio cultural, objetivando a preservação e valorização da história e pré-história local.

Com essa breve explanação sobre os sítios arqueológicos quaraíenses, pode-se argumentar sobre a relevância de o município ter um Museu de Arqueologia, que possa abrigar os acervos dos sítios arqueológicos já pesquisados.

Outras propostas podem ainda ser citadas, ou seja, a criação de um Museu Virtual da Estância Velha do Jarau, onde as fotografias do acervo e das escavações

arqueológicas possam ser digitalizadas e fique disponível na rede mundial de computadores também é uma alternativa interessante.

Uma proposta mais audaciosa seria musealizar o próprio sítio arqueológico e elaborar um roteiro turístico até o local, pois o sítio fica em uma área rural, sendo necessária a disponibilização de meio de transporte ou melhorias ao acesso e indicações para que os visitantes pudessem chegar ao local

E assim, poder-se-ia continuar propondo e explicitando ideias de como comunicar o acervo da Estância Velha do Jarau, porém não basta apenas citar diversas propostas, há alguns parâmetros que se acredita que devam ser seguidos em qualquer uma das alternativas que possam vir a ser postas em prática.

Segundo Bruno (2005, p. 235) "a musealização de sítios arqueológicos assume papel mais definido e a amplia os vetores de articulação entre a pesquisa e a sociedade, no que diz respeito às interfaces entre preservação e desenvolvimento local". Ou seja, não basta apenas colocar os objetos arqueológicos em um museu, ou então musealizar um sítio, é preciso que haja articulação permanente entre pesquisa e sociedade, para que a patrimônio arqueológico seja propulsor de novas perspectivas, sejam elas identitárias ou mesmo de desenvolvimento econômico para uma região.

De acordo com Bruno (2006) é preciso que se delineiem algumas premissas para a formulação de propostas de musealização da arqueologia, que podem iniciar com o refinamento de metodologias de trabalho de salvaguarda e comunicação, através do exercício profissional. Assim, nota-se que é necessário que haja profissionais comprometidos e atuantes, tanto na pesquisa arqueológica quanto no gerenciamento dos acervos museológicos, para que possa haver diálogo entre as duas áreas e tornar possível a implementação de projetos de musealização da arqueologia.

A falta de profissionais da área da Museologia nos museus da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul foi um dos principais problemas apontados, sendo um entrave para que muitos projetos possam vir a serem postos em prática de forma sistemática. Assim, uma das propostas seria instrumentalizar os museus da região, com equipes profissionais, que possam requalificar as linhas de acervo e atuar no melhor gerenciamento e comunicação dos acervos museológicos.

Os museus da região, especificamente os quatro de temática estancieira poderiam, se tivessem profissionais da área atuando, poderiam comunicar os acervos referentes às estâncias de maneira mais diversificada e implementando atividades

educativas mais sistemáticas, contribuindo para a ampliação da visão histórica e arqueológica das estâncias.

Bruno (2006) afirma que é preciso especializar os olhares profissionais a partir do ensino acadêmico, ou seja, os profissionais que poderão vir a atuar nos museus da região da Fronteira Oeste precisam também entrar em contato com as pesquisas históricas e arqueológicas já desenvolvidas para aproveitarem o conhecimento produzido sobre as estâncias, no sentido de organizar as exposições, para que estas possam apresentar as problematizações sobre o assunto, permitindo que o visitante atribua diferentes valores à memória e ao patrimônio estancieiro do Rio Grande do Sul.

Outras premissas podem ser elencadas para que sejam norteadoras de projetos museológicos, ou mais especificamente para a musealização da arqueologia, ou para que ocorra a interlocução entre acervo arqueológico e acervo museológico através de uma temática em comum.

De acordo com Bruno (2006, p.8) alguns pontos são importantes para atuação profissional nos museus e para a eficácia de projetos de musealização, sendo eles:

> A compreensão sobre as particularidades da aplicação dos procedimentos museológicos, no que tange à natureza da evidência material muzealizada, à especificidade do perfil institucional, à potencialidade do público a ser atingido, ou mesmo sobre a inserção geográfica do processo museológico;
>
> A inserção de novas tecnologias e da virtualidade em um universo que tem privilegiado a evidência material da cultura (parcelas da realidade);
>
> A identificação dos limites e das reciprocidades entre preservação patrimonial e desenvolvimento sócio-econômico cultural, por intermédio da ação museológica.

Esses três pontos selecionados, entre outros apontados por Bruno (2006), se relacionam diretamente ao contexto analisado, onde nota-se que é necessária uma maior atuação profissional, tanto nos museus, como através de uma maior relação entre os profissionais da Arqueologia com a comunidade que pode usufruir do acervo arqueológico nos museus da região.

A questão das novas tecnologias pode ser uma maneira de divulgar os acervos museológicos e arqueológicos de forma mais dinâmica e rápida, de acesso facilitado, mas que precisa de uma constante atualização e relação com as novas pesquisas e exposições, lembrando aqui da proposta de criação de um museu virtual, ou mesmo

poder-se-ia propor que as novas tecnologias façam parte dos museus da região diversificando os suportes de informação e formas expositivas.

O ponto referente à identificação dos limites e reciprocidades entre preservação e desenvolvimento é um elemento que norteia qualquer ação referente à conservação de patrimônios, ou seja, é preciso que a comunidade se envolva no processo de identificação de seus patrimônios e perceba como estes podem ser propulsores de desenvolvimento socioeconômico e cultural, muitas vezes impulsionando o turismo, a valorização das cidades e de seu entorno, gerando empregos e melhorando uma região como a Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, atualmente empobrecida e precisando de projetos que melhorem a vida da população.

O fenômeno museológico foi reconhecido, seja através dos museus ou das várias pesquisas empreendidas na região e percebe-se que é preciso uma intervenção nessa realidade do ponto de vista da preservação e da educação, para que novos discursos expositivos possam ser apresentados e que sejam formuladores de ideias, conceitos, problemas, sentidos que são expressos por intermédio de vetores materiais, possibilitando a construção de identidades mais plurais, que respeitem a alteridade e a diferença cultural.

É preciso ter alguns cuidados na formulação de discursos expositivos, ou seja, não de pode apresentar uma cultura através de alguns objetos, mas sim propor que, no caso, o acervo arqueológico da Estância Velha do Jarau pode ser uma leitura possível das estâncias, ou mesmo, um exemplo entre tantos outros que podem ser suscitados entre os visitantes de uma exposição, lembrando de suas vivências, experiências ou contatos com ambientes semelhantes ou diversos do que está sendo apresentado.

Outra questão interessante é mostrar em uma exposição como esta foi pensada e planejada, para que o visitante compreenda o processo expositivo e possa entender a construção do conhecimento, desde a pesquisa arqueológica até a seleção e disposição dos objetos na exposição museológica.

> Entretanto, o princípio básico e gerador dessas ações é preservacionista. Seleciona-se e elege-se indicadores de memória e referências culturais para a perpetuação. Cuida-se desses bens para a sua manutenção. Organiza-se os documentos correspondentes para o controle do que está sendo mantido, com o objetivo de sensibilizar as sociedades para novas ações preservacionistas, a partir dos processos interpretativos à herança cultural (BRUNO, 2002, p. 92).

Assim, é preciso que as propostas relativas à musealização da arqueologia sigam referências da Museologia e da Arqueologia, e iniciem com planejamento institucional, seja de um ou mais museus em conjunto com a instituição responsável pela guarda do acervo arqueológico, conservando, documentando, armazenando e comunicando, através de exposições (longa duração ou temporárias), com serviço educativo e ações sócio-educativas culturais. E que sejam realizadas avaliações sobre os conteúdos expostos, sobre o comportamento do público e o processo museológico de forma ampla, para que a atuação do museu se renove e atenda as expectativas do público e de seus visitantes, em um processo permanente de construção de novos significados.

Dessa forma, alguns elementos norteadores para propostas de musealização da arqueologia foram pontuados e discutidos nesse trabalho, sem esgotar as diversas outras possibilidades que podem ser planejadas, conforme as disponibilidades financeiras e de profissionais para atuar em projetos dessa dimensão.

Portanto, podem-se sintetizar as propostas afirmando que as ações museológicas que forem empreendidas com o acervo arqueológico da Estância Velha do Jarau, ou mesmo nos museus de temática estancieira da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, devem nortear-se para o uso qualificado do patrimônio proporcionando a problematização sobre a identidade sul-rio-grandense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desse trabalho permitiu que fossem realizadas diversas reflexões, sempre relacionadas às temáticas da pesquisa – fronteira, estâncias e museus – cada uma com sua especificidade, porém contribuindo para o entendimento do contexto histórico, arqueológico e museológico da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

O objetivo dessa dissertação foi investigar a organização da Estância Velha do Jarau, inserida no contexto do século XIX, no ambiente fronteiriço (Brasil/Uruguai), em uma perspectiva arqueológica, principalmente, através da análise das louças relacionadas aos lugares centrais da estância. Entender a estância em uma perspectiva patrimonial, mostrando como os vestígios do passado têm significados e se transformam em herança para quem convive com os mesmos no presente.

A relação com a herança no presente foi investigada através de um levantamento dos museus e acervos da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, objetivando perceber qual memória da estância está sendo preservada ou esquecida nos espaços museológicos. Essa investigação colaborou com a elaboração de propostas para a caracterização museológica do sítio arqueológico Estância Velha do Jarau.

A pesquisa na Estância Velha do Jarau e nos museus regionais ampliou o conhecimento arqueológico e museológico da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, mais especificamente da cidade de Quaraí, região da Campanha sul-rio-grandense, conhecida no cenário nacional e na historiografia como um marco de demarcação territorial, durante o século XIX e valorizada como o local de origem do gaúcho.

O sítio arqueológico Estância Velha do Jarau foi pesquisado durante vários anos, sendo que os vestígios encontrados já foram alvo de alguns estudos mais sistemáticos que contribuíram para as análises referentes às louças, podendo ser realizadas comparações com os vestígios faunísticos e os metais resgatados na estância. Outros materiais também foram localizados, como vidros e materiais construtivos, compondo o cenário estancieiro.

A localização fronteiriça das estâncias influenciou a análise da cultura material, pois a fronteira carrega consigo um caráter de trocas, intercâmbios, que faz com que as evidências arqueológicas sejam múltiplas e representativas desse tempo e espaço.

A revisão dos trabalhos sobre unidades domésticas e louças possibilitou que fossem realizadas outras comparações com a Estância Velha do Jarau, além de ser possível utilizar os conceitos, as classificações das louças e o entendimento do espaço doméstico definidos pelos autores pesquisados, objetivando balizar a análise dos fragmentos proveniente do sítio estudado.

Assim, a análise das louças do sítio arqueológico Estância Velha do Jarau foi pautada, principalmente, pelas condições de acesso aos itens industrializados, pela especificidade do comércio realizado pelos mascates e também através do contrabando, ou seja, relacionou-se o consumo e utilização de louças em uma estância fronteiriça com a disponibilidade de adquirir esses produtos, não se configurando como um elemento de distinção social ou indicador de status socioeconômico, mas sim como objetos utilizados no dia-a-dia da estância, configurando esse ambiente como doméstico e familiar.

As louças foram fundamentais nessa pesquisa, para problematizar a questão de utilização de objetos corriqueiros no ambiente estancieiro, validando a hipótese de que as estâncias são locais de moradia, onde a materialidade do cotidiano também é encontrada, além de contribuir para a compreensão de como as louças podem ser interpretadas em um espaço fronteiriço e rural.

Através dessa pesquisa demonstrou-se como uma estância de fronteira também é um núcleo habitacional, com espaços reservados às atividades domésticas, que não aparecem no registro documental escrito**.** Dessa forma a estância não se configura apenas como um local de conflito e criação de gado.

Foi possível compreender, através desse estudo, os hábitos cotidianos e domésticos dos que residiam numa estância de fronteira, muitas vezes consagrada na historiografia como um lugar apenas de conflito, beligerante e de demarcação territorial.

Pesquisar um sítio arqueológico histórico é mais que compreender a materialidade e como o homem usou os objetos que agora são escavados pelo arqueólogo, é também entender de forma mais plural a história, questionar certas afirmações, contrariar ou comprovar o que a historiografia consagrou. A pesquisa buscou compreender a história do Rio Grande do Sul, sua definição territorial, as estâncias de criação de gado, o cotidiano fronteiriço e a construção da identidade gaúcha através da preservação da memória local.

A percepção de como a memória local influencia na construção identitária foi diagnosticada através da pesquisas museológicas, ou seja, foram mapeados os museus

da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do sul, identificando que há museus com temática estancieira, porém que não apresentam o cotidiano das estâncias, valorizando os aspectos produtivos e de proteção relacionados a esse ambiente.

Os museus visitados estão localizados em sete municípios da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, que formam um território patrimonial muito interessante, no sentido de apresentar uma diversidade de temáticas que foram diagnosticadas nos museus, ou seja, por mais que o objetivo da pesquisa tenha sido identificar as instituições com temática estancieira, não foi possível ignorar a vastidão de temas que perpassam pelos museus locais e como isso é importante para a construção histórica da região fronteiriça.

Essa variedade de instituições museológicas é um indicativo de que a região é muito mais plural do que se pensa e isso pode contribuir para a ampliação dos referenciais culturais que balizam a construção identitária do gaúcho.

Percebe-se com isso, que os museus da região precisam de uma inter-relação mais ampla, para que possam comunicar seus acervos de forma mais dinâmica e proporcionar a comunidade espaços de reflexão e questionamentos sobre o passado, a memória, e a formulação de identidades múltiplas.

Instrumentalizar os museus da região com equipes profissionais foi uma das propostas dessa dissertação, uma vez que o diagnóstico museológico permitiu visualizar a carência de profissionais da área atuando nos museus visitados. A presença de museólogos, historiadores, educadores, entre outros profissionais que poderiam contribuir com a organização dos museus é urgente nessa região, para que sejam viabilizados novos projetos expositivos e parcerias entre as instituições, buscando o aproveitamento desse patrimônio cultural que está guardado nos museus, mas comunicado de forma precária.

Os museus com temática estancieira – Museu do Gaúcho, Museu Vasco Alves, Museu da Estância e Museu Crioulo – apresentam de forma parcial ao visitante a potencialidade que existe em seus acervos e possuem um discurso expositivo que valoriza o passado glorificado das estâncias. Todos esses museus têm acervos importantíssimos que se referem às estâncias, e são espaços privilegiados de discussão sobre a relação entre o passado e o presente e sobre a construção da identidade gaúcha.

A pesquisa arqueológica na Estância Velha do Jarau pode ser uma propulsora de novas propostas comunicativas, já que a arqueologia permitiu que fossem realizadas interpretações diversas sobre o ambiente estancieiro, ou seja, construiu-se conhecimento

sobre as estâncias, valorizando-se aspectos pouco conhecidos e divulgados desse espaço.

Deve-se deixar claro que não se busca desconstruir uma identidade consolidada e propor uma nova construção identitária para o sul-rio-grandense, mas sim apresentar os resultados obtidos com as pesquisas e como isso pode problematizar algumas questões, muitas vezes cristalizadas como verdades.

A cultura hegemônica é apresentada diariamente em vários veículos de informação, e poderia o museu se transformar no veículo da discussão, da problematização, da apresentação das tensões que existem entre as diversas culturas presentes no estado do Rio Grande do Sul.

A proposta não é transformar o espaço museológico em um local que apresente a verdade ou outra interpretação do passado, mas sim ser o local que os visitantes possam construir sua visão a respeito das diversas culturas e patrimônios que são apresentados através dos objetos colocados nas exposições.

Um discurso expositivo é capaz de formular ideias, conceitos, problemas e sentidos que são expressos por intermédio dos vetores materiais, assim os objetos no museu não mostram o passado, mas são intermediários na construção de imagens sobre o tempo pretérito através das expectativas do presente.

Assim, a importância da pesquisa arqueológica na Estância Velha do Jarau é trazer a tona tanto objetos, como novas interpretações e ser um instrumento que possa ser comunicado nos museus, para que os visitantes percebam como ocorre a pesquisa e como esta pode contribuir para geração de novos conhecimentos sobre um passado que se acredita ser bem conhecido, pois é bastante valorizado.

A região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul é um território em que já há uma identificação e valorização do passado e da história, sendo um terreno fértil para que novas interpretações sobre o ambiente fronteiriço e estancieiro possam florescer e vir a fazer parte do que é considerado patrimônio entre os gaúchos.

Dessa forma, a pesquisa arqueológica e museológica se inter-relacionam na medida em que são propositivas e buscam identificar como a memória das estâncias fronteiriças é referências para a construção da identidade sul-rio-grandense.

Ao final da dissertação foram formuladas propostas de comunicação do acervo arqueológico da Estância Velha do Jarau e apresentadas algumas alternativas para que os museus possam comunicar seu acervo de maneira mais plural, através de discursos

expositivos mais abrangentes, que possam agregar as variadas facetas que compõem o ambiente estancieiro.

Algumas propostas foram exemplificadas, porém o fundamental é que sejam realizadas ações museológicas norteadas pelo preservacionismo, educação e valorização da diversidade cultural do estado do Rio Grande do Sul.

Para finalizar, é importante perceber a relevância da relação entre Arqueologia e Museologia nos estudos relativos ao patrimônio cultural, uma vez que o conhecimento produzido na academia deve ser divulgado para a comunidade geral, sendo que os procedimentos museológicos são capazes de decodificar essas informações, garantindo o direito dos cidadãos de terem acesso a cultura, informação e, principalmente nesse caso, ao seu passado.

REFERÊNCIAS

ALÇADA, Margarida. *Documentar para preservar*. In: **Práxis archaeologica**. n. 2, 2007, p. 23-30

BAHN, Paul; RENFREW, Colin. **Arqueologia**: teorias, métodos y prática. Madrid: Akal Ediciones. (Serie Textos), 1998.

BARRETO, Margarida. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas: Papirus, 2001.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. *Povoamento e Urbanização do Rio Grande do Sul:* a fronteira como trajetória. In: WEIMER, Günter (Org.). **Urbanismo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992, p. 35-55.

BASTOS, Rossano Lopes. *A arqueologia pública no Brasil*: novos tempos. In: **Patrimônio:** Atualizando o debate. São Paulo: IPHAN, 2006.

_____. *O papel da Arqueologia na Inclusão Social*. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, IPHAN, n. 33, 2007.

BEAUDRY, Mary. *Archaeology and the historical household*. In: **Ran in the northeast**. n. 28, 1984, p. 27-38.

BERND, Zilá; BAKOS, Margaret M. **O negro**: Consciência e trabalho. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998. (Síntese rio-grandense 4).

BRANCANTE, Eldino da F. **O Brasil e a cerâmica antiga**. São Paulo: Lithographia Ypiranga, 1980.

BRUM NETO, Helena; BEZZI, Meri Lourdes. *Região, Identidade Cultural e Regionalismo:* a Campanha Gaúcha frente às novas dinâmicas espaciais e seus reflexos na relação campo-cidade. In: **Temas e Matizes**, Dossiê Relações Campo-Cidade, n.16, p. 65 – 96, 2009.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Museus de Arqueologia*: uma história de conquistadores, abandono e mudanças. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 6, 1996.

_____. *A Museologia como uma Pedagogia para o Patrimônio*. In: **Ciências e Letras**. Porto Alegre, n. 31, jan./jun. 2002.

_____. *Arqueologia e Antropofagia*: a musealização de sítios arqueológicos. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 31, 2005.

_____. *Museologia e Museus:* os inevitáveis caminhos entrelaçados. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa, v. 35, 2006, p. 3-15.

_____. *Museus, identidades e patrimônio cultural*. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, 2008.

CALDARELLI, Solange Bezerra. *Pesquisa Arqueológica em Projetos de Infra-estrutura*. A opção pela preservação. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.33, 2007.

CARLAN, Claudio Umpierre. *Os Museus e o Patrimônio Histórico*: uma relação complexa. In: **História**, n. 27, São Paulo, 2008.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. **O memorial dos lanceiros negros**: disputas simbólicas, configurações de identidades e relações interétnicas no sul do Brasil. Sociedade e cultura, Universidade Federal de Goías, v. 8, n. 2, p. 143-152, 2005. Disponível em: http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/1018. Acesso em 31 de julho de 2008.

CARVALHO, Marizete Motta Antunes. **Regionalização:** uma proposta turística para os pampas gaúchos. Trabalho de Conclusão (Curso de Turismo), Universidade do Estado do Mato Grosso, Nova Xavantina, 2006.

CHAGAS, Mário de Souza. **Memória e Poder:** dois movimentos. Universidade do Rio de Janeiro, 2000.

COSTA, Marcus Vinicius da. **A Revolução Federalista (1893-1895):** o contexto platino, as redes, os discursos e os projetos políticos liberal-federalista. Universidade Federal de Santa Maria, Mestrado em Integração Latino Americana, 2006.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. *Museus, Exposições e Identidades*: os desafios do tratamento museológico do patrimônio afro-brasileiro. In: **Museus como Agentes de Mudança Social e Desenvolvimento**: propostas e reflexões museológicas. Museu de Arqueologia do Xingó, 2008.

CURY, Marília Xavier. *Reflexões sobre a importância pública das exposições antropológicas*. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, 2008.

DAL'ASTA, Fabiane. **Os Museus da Fronteira como fator de integração do Mercosul:** Diagnósticos e Propostas. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

DAL BÒ, Juventino; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *Memória, educação e cidadania*. In: **Revista da FAPA**, n. 27, jan/jun. 2000. p. 259-275.

FAORO, Raymundo. *Introdução ao estudo de Simões Lopes Neto*. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits (Org.). **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre: UFRGS; Lajeado, RS: UNIVATES, 1998, p. 23-38.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado em História Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FERNANDES, Tatiana Costa. **Vamos criar um sentimento?!** Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FERNÁNDEZ, Luis Alonso. **Museología y museografia.** Ediciones del Serbal, Madrid, 2006.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006.

FERREIRA, Lúcio Menezes. *Sob Fogo Cruzado*: Arqueologia Comunitária e Patrimônio Cultural. In: **Revista Arqueologia Pública**, São Paulo, n. 3, 2008.

FILIPPI, Ângela Cristina Trevisan. **Jornalismo e Identidade cultural** – Construção da identidade gaúcha em Zero Hora. Tese (Doutorado em Comunicação Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FORTUNA, Carlos; POZZI, Henrique; CÂNDIDO, Manuelina M. Duarte. *A Arqueologia na ótica patrimonial:* uma proposta para ser discutida pelos arqueólogos brasileiros. In: **Canindé**, Xingó, n. 1, Dez. 2001.

FUNARI, Paulo Pedro; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GOLIN, Tau. **A Fronteira**: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre, v 1: L&PM, 2002.

_____. Movimento Tradicionalista: um signo a serviço do conservadorismo. **IHU ON LINE**. São Leopoldo: UNISINOS, Ano 3, n. 75, p. 4-8, 15 set. 2003.

GOMES, Flamarion Freire da Fontoura. **Aspectos da Cultura Material e Espacialidade na Estância Velha do Jarau (1828 – 1905)**. Um estudo de caso em arqueologia histórica rural. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

GRAHAM, Richard. **Construindo uma nação no Brasil do século XIX**: visões novas e antigas sobre classe, cultura e estado. Diálogos, DHI/UEM, v. 5, n. 1. p. 11-47, 2001.

GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. *Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação*. In: **Cadernos Museológicos**, n. 3, 1990.

GUAZZELLI, César. A invenção da tradição gaúcha. **IHU ON LINE**. São Leopoldo: UNISINOS, Ano 3, n. 75, p. 4-8, 15 set. 2003.

HAIGERT, Cynthia Gindri. *Memória:* do individual ao coletivo. In: MILDER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). **Educação Patrimonial:** Perspectivas. Santa Maria: UFSM, 2005.

HALBWACHS, Maurice (1877-1945). **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *Fundamentos da educação patrimonial*. In: **Revista da FAPA**, n. 27, jan/jun. 2000. p. 25-35.

HORTA, Maria de Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

HÖRMEYER, Joseph. **O Rio Grande do Sul de 1850**: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional. Tradução de Heinrich A. W. Bunse. Porto Alegre: EDUNI-SUL, 1986.

HUYSSEN, Andreas. *Escapando da Amnésia*. O museu como cultura de massa. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 1994.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistico), 2007.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

ITAQUI, José; VILLAGRÁN, María Angélica. **Educação Patrimonial.** A Experiência da 4ª Colônia. Santa Maria, Pallotti, 1998.

JORGE, Vitor Oliveira. *Património e criação contemporânea*: uma dicotomia inútil. In: **Trabalhos de Arqueologia e Etnologia**, Porto, vol. 43, 2002.

LAYTANO, Dante de. *Vida religiosa de cidade do interior* – Crônicas das Irmandades tradicionais de Rio Pardo. In: **Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**, 1952.

LE GOFF, Jacques. ***História e Memória***. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.

LEMES, Lúcio. **O sítio do Areal e a região do Rincão do Inferno:** a variabilidade gestual e o modelo locacional para a Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiros Passos).

LIMA, Tânia Andrade de. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. In: **Anais do Museu Paulista**. v. 3, p. 129 – 195 jan./dez. 1995.

LINASSI, Priscila Silva. **Exposição Museológica**: Estância Velha do Jarau. Projeto de Mestrado (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural), Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

LOPES NETO, João Simões. **A Salamanca do Jarau.** Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001.

MACHADO, Neli Terezinha Galarce. **Entre guardas e casarões: um pouco da história do interior do RS** – uma perspectiva arqueológica. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MACHADO, Neli T. Galarce; LOPES, Sérgio Nunes; GHENO, Diego Antônio. *Arqueologia Histórica e a Problemática do Patrimônio*: discussões acerca da preservação, turismo e educação patrimonial no Vale do Taquari – Rio Grande do Sul. In: **História**, São Paulo, 28 (1), 2009, p. 575-587.

MARION, Ricardo Pellegrin. **Um sítio arqueológico em meio aos Areais de Quaraí/RS:** uma proposta de interpretação espacial. Monografia (Curso de História). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *Identidade Cultural e Arqueologia*. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, 1984.

_____. *A História, cativa da memóri*a? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In**: Revista Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, 1992.

_____. Premissas *para a formulação de políticas públicas em arqueologia*. In: **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Naciona**l, n. 33, 2007.

MERRIMAN, Nick. **Public archaeology**. London and New York: Plenum Press, 2004.

MILLER, George. *Classification and economic scaling of 19 th century ceramics*. In: **Historical Archaeology**, n. 14. 1980.

_____. *A Revised Set of CC Index Values for Classification and Economics Scalling of English Ceramics from 1787 to 1880*. In: **Historical Archaeology**, vol. 25 1991.

MONKS, G. G. *On rejecting the concept of socio-economic status in historical archaeology*. In: FUNARI, P. P. A.; HALL, M. & JONES, S. (org.) **Historical Archaeology**: back from the edge. Routledge., Londres, 1999.

MORAIS, José Luiz. *Reflexões acerca da Arqueologia Preventiva*. In: **Patrimônio**: Atualizando o debate. IPHAN, 2006.

NASCIMENTO, Tânia Tomazia, et al. *Alimentação no meio rural do Rio Grande do Sul no século XIX*. In: **Anais do VI Encontro de Iniciação Científica da Universidade do Vale do Paraíba**, 2002.

NOBRE, Chimene Kuhn. **Ar livre e Carne em Abundância**. Um estudo histórico-cultural do gaúcho e sua alimentação no século XIX. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural), Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Inventário e Patrimônio Cultural no Brasil*. In: **História**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 257-268, 2007.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: **Revista Projeto História**. São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, n.10, 1993.

OLIVEIRA, Naia; BARCELLOS, Tanya M. de. **Fronteiras no mundo globalizado: o fim dos limites?** Disponível em: http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewfile/1798/2166. Acessado em: 15 de Nov. de 2009.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo**. A diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. Gaúcho é brasileiro por opção. **IHU ON LINE**. São Leopoldo: UNISINOS, Ano 3, n. 75, p. 2-4, 15 set. 2003.

PEIXOTO, Luciana da Silva. **Catálogo de Faiança Fina da Residência Conselheiro Maciel**. Monografia (Especialização em Memória, Identidade e Cultura Material) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2004.

PELEGRINI, Sandra, C. A. *Cultura e Natureza*: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140, 2006.

_____. *A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade*. In: **História**, São Paulo, v. 27, n.2, p. 145-173, 2008.

PES, Jaqueline Ferreira; MILDER, Saul Eduardo Seiguer Milder. *Ruínas da Estância Santa Clara – Quaraí/RS*: as primeiras intervenções arqueológicas e a análise da cerâmica histórica. In: **Estudios Historicos**, Uruguay, n. 7, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A invenção da sociedade gaúcha. **Ensaios FEE**. Porto Alegre: FEE, Ano 14, n.2, p. 383-396, 1993.

Política Nacional de Museus: relatório de Gestão 2003-2006/ Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, Brasília, 2006.

PONT, Raul. **Campos Realengos**: Formação da Fronteira Sudoeste do Rio Grande do Sul. v. 1. Porto Alegre, Renascença, 1983.

RAHMEIER, Clarissa Sanfelice. **A experiência da paisagem estancieira**. Um estudo de caso em Arqueologia Fenomenológica. Estância Vista Alegre, Noroeste do Rio Grande do Sul, Século XIX. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

REVERBEL, Carlos. **O Gaúcho**. Aspectos da formação no Rio Grande e no Rio da Prata. 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 1996. (Coleção Universidade Livre).

RIBEIRO, Renato Janine. Brasil: uma identidade nacional enfraquecida. **IHU ON LINE**. São Leopoldo: UNISINOS, Ano 3, p. 3-6, 9 jun. 2003.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. **Bento Gonçalves e Bento Manoel**: Dois perfis da Revolução Rio Grandense. Rio Grande: Officinas da Livraria Americana, 1906.

SAMFORD, Patricia M. *Responde to a market:* dating english underglaze transfer-printed wares. In: **Historcial Archaeology**, v.3, n.2, Pennsylvania, 1997.

SANTI, Juliana Rossato. **Estabelecimento de Estâncias:** Estratégia imposta pela Coroa Luso-Brasileira na fixação dos limites da fronteira oeste do Rio Grande do Sul**.** Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana), Universidade Federal de Santa Maria, 2004.

_____. **O passado no presente**: vestígios pré-coloniais como suporte analítico da paisagem do Vale do Soturno, RS. Tese (Doutorado em Arqueologia), Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Ana Rosa Domingues dos. **A organização social das fronteiras**. Etnografia do cotidiano fronteiriço Chuí/Chuy. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade de Brasília, 2006.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Museus Brasileiros e Política Cultural*. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 19, n. 55, junho/2004.

SANTOS, Paulo. **Contentores de bebidas alcólicas**: usos e significados na Porto Alegre Oitocentista. Dissertação (Mestrado em História). Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre. 2005.

SCHNEIDER, Patrícia. **Um patrimônio "adormecido":** a cultura material arqueológica pré-colonial nos lugares de memória do Vale do Taquari/RS. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural), Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

SCHÁVELZON, Daniel. *Arqueologia historica de Buenos Aires*. Buenos Aires, Corregidor, 1991.

SCHWANZ, Angélica Kohls; ZANIRATO, Silvia Helena. *A transformação da paisagem do pampa gaúcho e a constituição de memórias*. In: **I Simpósio sobre pequenas cidades e desenvolvimento local**, v.1, p. 1 -10, Maringá, 2008.

SILVA, Augusto da. *Fragilidades do Absolutismo Português do século XVIII na América Meridional*. In: RAMOS. Maria Bernardete, et al. (Orgs.). **O beijo através do Atlântico:** o lugar do Brasil no Panlusitanismo. Chapecó: Argos, 2001.

SILVA, Esla Peralta. **Patrimônio e Identidade**. Os desafios do turismo cultural. Disponível em: <www.aguaforte.com/antropologia/peralta.html>. Acesso em 15 set. 2009.

SILVA, Fabíola Andréa; GORDON, Cesar. *Objetos vivos de uma coleção etnográfica*: A Curadoria da Coleção Etnográfica Xikrin-Kaiapó no Museu de Arqueologia e Etnologia de São Paulo. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, 2008.

SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira. **Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. (Coleção Arqueologia 5)

_____. Louças e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil. In: Zarankin, Andrés; SENATORE, Maria Ximena (Orgs.). **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul.** 1.ed. v.1. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 2002.

SYMANSKI, Luis Claudio Pereira. *A louça na pesquisa arqueológica*: análises e interpretações processuais e pós-processuais. In: **Revista do CEPA**. n.20. Santa Cruz: UNISC, 1996. p.59-76.

SOARES, Fernanda Codevilla. *Experiências Educativas*. In: MILDER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). **Educação Patrimonial**: Perspectivas. Santa Maria: UFSM, 2005.

_____. **Vida material de Desterro no século XIX:** as louças do Palácio do Governo de Santa Catarina. Tese (Doutorado em Quaternário, Materiais e Cultura), Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, 2011.

SOUSA, Ana Cristina de. **Caminhos enquanto artefatos**: relações sociais e econômicas no contexto do Caminho Novo e suas variantes (século XVIII e XIX). In: Historical Archaelogy in Latin América. n.º 6, 1995.

SOUZA, Rafael de Abreu e. **Louça branca para a Paulicéia:** arqueologia histórica da fábrica de louças Santa Catharina / IRFM - São Paulo e a produção da faiança fina nacional (1913-1937). Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOUZA, Susana Bleil. *Fronteiras na História*: os espaços norte-americano e platinos no século XIX. In: **Revista de integração latino americana,** n.º 3, ano 2, 2006.

STEIMAN, Rebeca; MACHADO, Lia Osório. **Limites e Fronteiras Internacionais**: Uma discussão histórico-geográfica. UFRJ, 2002. Disponível em: <http://acd.ufrj.br/fronteiras/pdf/REBECALIADiscBibliog.pdf.> Acesso em 02 jun. 2006.

TAMANINI, Elizabete. *Museu, Arqueologia e o Público*: um Olhar Necessário. In: FUNARI, Pedro Paulo A. (org.). **Cultura Material e Arqueologia Histórica**. Campinas: Unicamp, p. 179-220, 1998.

THOMASI, Diele Ilha. **Metais da Estância Velha do Jarau-Quaraí-RS**: uma análise do cotidiano de uma estância na fronteira Brasil-Uruguai no século XIX através da Arqueologia Histórica. Monografia (Especialização em Arqueologia). Universidade Regional Integrada, Erechim, 2008.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin; et al. **A Faiança Fina em Porto Alegre**: Vestígios arqueológicos de uma cidade. Porto Alegre: Secretária Municipal da Cultura, 2001.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. **Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista**. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

TOCCHETTO, Fernanda. Bordin; MEDEIROS, J. G. T. *A louça em lixeiras urbanas*: reflexões sobre atributos, datações e consumo em Porto Alegre. In: **Revista de Arqueologia SAB**. n.22. 2009, p.125-134.

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. **A Estância Velha do Jarau e o contexto fronteiriço:** os lugares e as louças no espaço doméstico. Monografia (Curso de História), Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

_____. *A Estância Velha do Jarau e o contexto fronteiriço*: os lugares e as louças no espaço doméstico In: **VI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira** - Núcleo Regional Sul-SABSUL, Tubarão, 2008.

_____. **A pesquisa arqueológica em Quaraí/RS:** uma contribuição à identificação do Patrimônio local. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural), Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

VOLKMER, Márcia Solange; MILDER, Saul Eduardo Seiguer Milder. *O Processo de Reestruturação Econômica no Rio Grande do Sul* - Aspectos da Indústria do Charque na Fronteira Platina. In: **Anais do VII Encontro de Iniciação Científica e III Encontro de Pós-Graduação Latino-Americana**, São José dos Campos, 2003a.

_____. *Vida e Memória nas Ruínas de um Saladeiro*. In: **Anais do XII Congresso de Iniciação Científica da UFPel**, Pelotas, 2003b.

VOLKMER, Márcia Solange. **'Onde começa ou termina o território pátrio' Os Estrategistas da Fronteira:** empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí 1893-1928). Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2007.

ZANETTINI, Paulo. *Pequeno roteiro para classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos*. In: **Arqueologia**, v. 5, Curitiba, 1986.

_____. **Maloqueiros e seus palácios de barro**: o cotidiano doméstico na Casa Bandeirista. Tese (Doutorado em Arqueologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ZARANKIN, Andrés. **Paredes que Domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista:** o caso de Buenos Aires. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, 2001.

ANEXOS

Anexo 1 – Datação dos tipos de louças e de decoração – Síntese. Quadro elaborado por Soares (2011).

Tipos de pasta		
Porcelana	Século X – dias atuais	Matos (1996)
Faiança (espanhola)	Século XIV - dias atuais	Schávelzon (2001)
Faiança (portuguesa)	Século XVII - dias atuais	Calado (2005)
Ironstone	1840/1850 - dias atuais	Majewski e O´Brien (1987)
Louça Brasileira	1912 – dias atuais	Souza (2010)
Tipo de esmalte (faiança fina)		
Creamware	1763 – 1815	Garcia (1990)
Pearlware	1779 – 1840	Garcia (1990) e Schávelzon (1991 *apud* Tocchetto *et al.*, 2001)
Whiteware	1820 - dias atuais	Garcia (1990)
Técnica decorativa (faiança fina)		
Transfer printed	1750 – século XX	Lima (1995b)
Pintado à mão livre	1810 – 1860	Majewski e O´Brien (1987)
Pintado à mão (esponjado)	1840 - 1860	Majewski e O´Brien (1987)
Pintado à mão (spatter)	1820 - 1860	Majewski e O´Brien (1987)
Pintado à mão (estêncil)	1900 - dias atuais	Majewski e O´Brien (1987)
Pintado à mão (decalque)	Fim do século XIX - dias atuais	Majewski e O´Brien (1987)
Tipo de decoração (faiança fina)		
Transfer printed (cena central romântica)	1793 - 1870	Samford (1997)
Transfer printed (cena central pastoral)	1781 – 1859	Samford (1997)
Transfer printed (cena central exótica)	1793 - 1868	Samford (1997)
Transfer printed (cena central americana)	1815 - 1850	Samford (1997)
Transfer printed (cena central clássica)	1793 - 1868	Samford (1997)
Transfer printed (cena central gótico)	1820 - 1870	Samford (1997)
Transfer printed (cena central chinesa)	1783 - 1873	Samford (1997)
Transfer printed (cena central britânica)	1815 - 1840	Samford (1997)
Transfer printed (cena central sheet floral)	1795 – 1867	Samford (1997)
Transfer printed (cena central floral)	1784 - 1869	Samford (1997)
Transfer printed (cena central japonesa)	1870 - 1880	Samford (1997)

Transfer printed (borda continuação da cena central)	1784 - 1903	Samford (1997)
Transfer printed (borda geométrica)	1784 – 1864	Samford (1997)
Transfer printed (borda floral contínuo)	1784 – 1856	Samford (1997)
Transfer printed (borda floral não contínuo)	1799 – 1894	Samford (1997)
Transfer printed (borda linear)	1820 – 1891	Samford (1997)
Transfer printed (borda cartuchos florais)	1802 – 1889	Samford (1997)
Transfer printed (borda cartuchos instrumentos musicais)	1809 – 1889	Samford (1997)
Transfer printed (borda cenas e paisagens)	1790 – 1889	Samford (1997)
Transfer printed (cor azul escuro)	1802 – 1846	Samford (1997)
Transfer printed (preto)	1785 – 1864	Samford (1997)
Transfer printed (marrom)	1818 – 1869	Samford (1997)
Transfer printed (azul claro)	1818 – 1867	Samford (1997)
Transfer printed (verde)	1818 – 1859	Samford (1997)
Transfer printed (vermelho)	1818 – 1880	Samford (1997)
Transfer printed (púrpura)	1814 – 1867	Samford (1997)
Transfer printed (lavanda)	1818 – 1871	Samford (1997)
Transfer printed (2 cores impressas)	1818 - 1866	Samford (1997)
Transfer printed – Padrão willow	1790 - 1880	Lima (1989)
Transfer printed – Padrão broseley	1782 - 1879	Lima (1989)
Transfer printed – Padrão milkmaid	1814 - 1859	Lima (1989)
Transfer printed – Padrão Azul Borrão (motivo chinoiserie)	1828 - 1867	Samford (1997)
Transfer printed – Padrão Azul Borrão (motivo chinoiserie)	1828 - 1867	Samford (1997)
Transfer printed – Padrão Azul Borrão (motivo paisagem romântica)	1830 - 1920	Samford (1997)
Transfer printed – Padrão Azul Borrão (motivo chinoiserie floral)	1834 - 1887	Samford (1997)
Transfer printed – Padrão Azul Borrão (motivo floral central)	1862 - 1929	Samford (1997)
Superfície modificada sem pintura (Padrão Royal rim - creamware)	1763 - 1815	Garcia, 1990 e Symanski, 1997
Superfície modificada sem pintura (Padrão Royal rim - pearlware)	1779 – 1840	Garcia (1990) e Schávelzon (1991 *apud* Tocchetto *et al.*, 2001)
Pintado à mão livre (Estilo peasant monocromático azul cobalto)	1810 – 1860	Majewski e O´Brien (1987)
Pintado à mão livre (Estilo peasant policromático)	1840 – 1860	Majewski e O´Brien (1987)
Pintada à mão livre (Estilo sprig)	1830 – 1860	Majewski e O´Brien (1987)
Pintado à mão (decoração faixa estreita sob o esmalte)	Fim séc. XVIII – sec. XIX	Sussman (1977 *apud* Tocchetto *et al.*, 2001)
Pintado à mão (decoração frisos dourados)	Pós – 1870	Miller (1991 *apud* Tocchetto *et al.*, 2001)

Pintado à mão (decoração frisos azuis duplos)	Pós - 1875	Miller (1991 *apud* Tocchetto *et al.*, 2001)
Pintado à mão (dipped)	1790 – séc. XX	Majewski e O´Brien (1987)
Pintado à mão (blue banded)	Pós- 1840 – século XX	Miller (1991 *apud* Tocchetto *et al.*, 2001)
Pintado à mão (banded)	1790 – séc. XX	Tocchetto *et al.* (2001)
Pintado à mão (wave)	1790 – 1840	Tocchetto *et al.* (2001)
Pintado à mão (mocha)	Fim séc. XVIII - séc. XIX	Garcia (1990)
Pintado à mão sob superfície modificada - Padrão Shell Edged azul	1780 – 1860	Majewski e O´Brien (1987)
Pintado à mão sob superfície modificada - Padrão Shell Edged verde	1780 - 1840	Majewski e O´Brien (1987) e Symanski (1997).
Pintado à mão, superfície modificada (Padrão shell edged marrom, púrpura e rosa)	1820/1830 - 1860	Majewski e O´Brien (1987)
Superfície modificada sem pintura (shell edged)	1780 - 1900	Majewski e O´Brien (1987)
Pintado á mão sem incisões (shell edged)	1780 - 1900	Majewski e O´Brien (1987)
Tipo de decoração (faiança)		
Faiança espanhola (triana)	1750 – 1820	Schávelzon (2001)
Faiança espanhola (mexicana – cena de flor e balões)	1650 – 1750	Site Museu da Flórida
Faiança portuguesa (contas)	1751 – 1825	Najjar (2007), Calado (2005)
Faiança portuguesa ou espanhola (yayal)	1600 – 1650	Najjar (2007)
Faiança portuguesa (louça de brioso)	Século XVIII – XX	Najjar (2007), Calado (2005)
Faiança portuguesa (faixa barroca ou volutas)	Século XVII/XVIII– não identificado	Najjar (2007), Calado (2005)
Tipo de decoração (porcelana ou *ironstone*)		
Porcelana de Macau	Século XIV - XIX	Lima (1989)
Porcelana com decalques em dourado sobre o esmalte	1880 - 1920	Majewski e O´Brien (1987)
Porcelana com decoração floral pintada à mão sobre o esmalte	Pós 1850	Majewski e O´Brien (1987)
Ironstone com frisos e motivos florais dourados decalcado sobre o esmalte	Pós 1885	Majewski e O´Brien (1987)
Ironstone sem decoração (branca)	Pós 1850	Majewski e O´Brien (1987)